



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA – EDUCANORTE  
ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE

CASSIO VALE DA COSTA

**A EDUCAÇÃO COMO NEGÓCIO SOCIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

BELÉM - PA  
2022

CASSIO VALE DA COSTA

**A EDUCAÇÃO COMO NEGÓCIO SOCIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva  
Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Terezinha Fátima  
Andrade Monteiro dos Santos

BELÉM - PA  
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

V149e VALE, Cassio.

A educação como negócio social na Amazônia  
brasileira /Cassio Vale da Costa. — 2022.  
199 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva  
Coorientação: Prof<sup>a</sup>. Dra. Terezinha Fátima Andrade

Monteiro dos Santos

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo  
de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica,  
Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia,  
Belém, 2022.

1. Negócios sociais. 2. Redes de Políticas. 3.  
Educação e Desenvolvimento. I. Título.

CDD 370

---

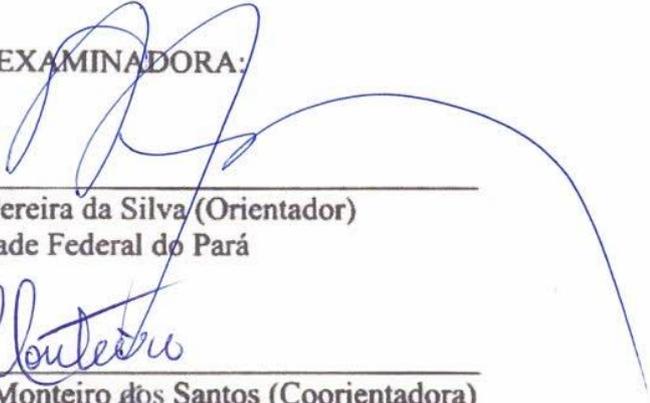
CASSIO VALE DA COSTA

**A EDUCAÇÃO COMO NEGÓCIO SOCIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovada em: 15/12/2022

BANCA EXAMINADORA:



---

Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva (Orientador)  
Universidade Federal do Pará



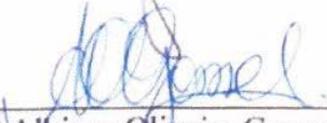
---

Prof.ª Dr.ª Terezinha F. A. Monteiro dos Santos (Coorientadora)  
Universidade Federal do Pará



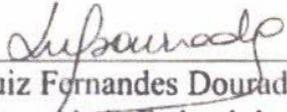
---

Prof.ª Dr.ª Jani Alves Da Silva Moreira (Avaliadora)  
Universidade Estadual de Maringá



---

Prof.ª Dr.ª Albiane Oliveira Gomes (Avaliadora)  
Universidade Estadual do Maranhão



---

Prof. Dr. Luiz Fernandes Dourado (Avaliador)  
Universidade Federal de Goiás

BELÉM - PA  
2022

## AGRADECIMENTOS

A “Papai do céu”, cujo nome não me acho digno de pronunciar em muitas ocasiões. Acredito fielmente nesse ser superior e tão próximo de mim, que me dá forças constantemente.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Terezinha Santos, por verdadeiramente me orientar ao longo desses dez anos de formação na UFPA, sempre se preocupando com meu avanço profissional, me permitindo vivenciar a pesquisa, me estimulando e acreditando que eu poderia entregar um trabalho de qualidade até a finalização desta tese. Gratidão!

À Fabíola Bouth Grello Kato, pela amizade, carinho e respeito comigo. Te agradeço demais pelas orientações também e pela liberdade de conversar sem receios, me acolhendo na sua rotina para que eu pudesse concluir com êxito essa jornada. Minha admiração por você sempre!

Aos membros da banca examinadora, professores Luiz Fernandes Dourado, Jani Alves da Silva Moreira e Albiane Oliveira, pelo cuidado na leitura do texto desde a qualificação até a conclusão da tese, e pelas orientações, que me deram confiança acadêmica.

À minha mãe, Ediléa, pelo cuidado e amor. Ao meu pai, Ailson, pelo zelo constante. Amo vocês!

À minha irmã, Yasmim, pelo amor incondicional que despertou em mim desde seu nascimento. Te amo.

Aos meus tios, Elenyce, Cleiton e Cris, pela ajuda familiar no cotidiano.

Aos meus avós, Mateus e Maria, pelo amor na minha criação.

Ao meu melhor amigo, Lucas Gomes, por tantos anos de cumplicidade, pela liberdade e zelo que tens comigo. Sou muito grato a você por ter alguém em quem confiar sem medo, com quem posso demonstrar todas as minhas fragilidades, porque a tua segurança me dá uma proteção e a certeza de não me sentir só.

Às minhas amigas iniciadas da graduação, Bárbara Chagas, Loriane Andrade, Juliana Valente, Lisley Leão e Joanna Nascimento, que me fazem tão feliz pelos laços criados para além da UFPA.

Às amigas Gabriela Marques, Hewelly Demétrio e Brenda, pela companhia e carinho.

À amiga Gláucia Amaral e sua família, pelos cuidados comigo.

À amiga Genilda Amaral e sua família, por tanto carinho e preocupação comigo.

À Maria Cândida Sousa, Luma Pontes e Adriely Viana, cujos laços foram iniciados na pós-graduação na UFPA e se mantêm com carinho na minha vida.

Ao meu amigo Victor Oliveira, pela presença constante que tanto me faz bem.

À minha amiga Leila Sousa, pela força e leveza da sua companhia.

À minha amiga Ana Paula Brito, pela alegria de sempre e disponibilidade nas nossas ações.

À Alice Raquel, pela sua generosidade que tanto me cativa.

À amiga Maria do Socorro Vasconcelos, pela colaboração e ajuda em todos os aspectos. Sua companhia é muito valiosa para mim, e reitero que sua ética e comprometimento com as causas alheias são qualidades que me inspiram. Gratidão por tudo!

À Danielly Campos, pela gentileza e preocupação comigo durante o curso de Doutorado.

À Professora Emina Santos, pela parceria tão leve.

Ao Professor Alberto Damasceno, pelo incentivo constante e carinho comigo.

Ao Professor Willams, pela confiança no meu trabalho e por toda ajuda profissional.

À Professora Vera Peroni, pelo desenvolvimento de estudos e pesquisas no Brasil sobre relações público-privadas na educação, que me permitiram ser bolsista na graduação. Minha admiração por sua contribuição para a Universidade e pela gentileza com a equipe de trabalho.

À Professora Ludetana, pelo zelo e por ter-me dado a primeira oportunidade profissional na graduação na UFPA, acreditando até hoje no meu trabalho.

Ao Paulo Henrique Borges, pela recente parceria tão agradável.

Aos cinco entrevistados membros da PPA, que se colocaram à disposição e foram tão receptivos comigo, me permitindo compreender sobre os negócios sociais e sua relação com a educação.

À Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará, pela bolsa concedida, que me permitiu dedicação ao Curso de Doutorado.

A todos os professores que orientam pesquisas no Brasil e contribuem com a formação de novos pesquisadores, num comprometimento coletivo com a melhoria da sociedade. Em meio a um ambiente marcado por vaidades, disputas e ausência de orientação, os que mantêm um compromisso e atualização de estudos merecem reconhecimento pela função desempenhada.

A todos os alunos de Mestrado e Doutorado que se comprometem com seus cursos, indo além do exibicionismo em redes sociais, que alimenta uma das facetas perigosas do ambiente acadêmico.

*Enquanto houver razões eu não vou desistir...*

*(Jorge e Mateus)*

## RESUMO

A pesquisa analisou novas configurações das relações entre Estado, mercado e sociedade na condução das políticas públicas educacionais, considerando o momento a partir do qual a educação é transformada em negócio social pelo “Setor Dois e Meio”. O recorte espacial para a análise se deu no âmbito do que se denomina a Amazônia brasileira, razão pela qual foi utilizado o caso da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA), que representa um tipo de rede atuando nessa região por meio do interesse da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). A hipótese do estudo é de que o trabalho em rede representado pela PPA nessas novas relações sociais fortalece a atuação do setor privado na estrutura estatal, com implicações para o papel da gestão do Estado, a exemplo de sua subsunção à racionalidade empresarial, já que os empresários e os novos filantropos atualmente precisam entrar na administração pública a fim de também ter controle sobre ela. A problemática da pesquisa parte da pergunta: como se configura a educação nos chamados negócios sociais para um desenvolvimento sustentável por meio da PPA? Alguns objetivos específicos foram delineados, a saber: a) identificar como a globalização empresarial promove a intensificação de outras formas de relações sociais a partir da emergência e incorporação de filantropos contemporâneos para um novo projeto societário; b) desvelar por que instituições empresariais são incorporadas a redes para promover o desenvolvimento da educação por meio de negócios sociais que podem gerar lucratividade; e c) verificar de que forma a educação apresenta-se como subjacente às contradições, mediações e vinculações da dinâmica da PPA para estruturação de negócios sociais que alteram o modo de viver na realidade amazônica. O referencial teórico-metodológico foi pautado no materialismo histórico-dialético como forma de compreensão e análise da realidade. Além disso, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, com empiria obtida junto a cinco membros da PPA, para desvelar sua estrutura e dinâmica. Os resultados alcançados confirmaram a hipótese e sustentam a tese de que as redes de políticas fazem parte de um movimento global de desenvolvimento proposto pelos filantropos empresários – nova fração de classe dominante – que almejam criar atuais padrões de progresso baseados na lógica da filantropia como negócio, para destravar mercados ao investir na educação para o empreendedorismo, de forma que ela seja configurada como um negócio social. Do conjunto das análises, entende-se que, em geral, as propostas educacionais advêm de articulações internacionais em nome da Amazônia, o que pode intensificar processos de desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** Negócios Sociais. Redes de Políticas. Educação e Desenvolvimento.

## ABSTRACT

This research analyzed new configurations among relationships between state, the market and society as they enact public policies for education, focusing on when education is turned into a social business by the “2.5 sector”. Analysis also considered as its space the Brazilian Amazon, leading to choosing the Partnership Platform for the Amazon (PPA) as a case, as it represents a type of network working in this region under the interests of the United States Agency for International Development (USAID). Hypothesis asserts that, as represented by PPA, the network-based work in the new social relations strengthens private sector actions in the state structure, impacting the state managerial role, as exemplified by its subsumption to corporate rational, as business owners and philanthropists need to be a part of public management as to also have control over it. Research problem arises from the question: how is education configured in the so-called social businesses for sustainable development through PPA? Some specific objectives are: a) to identify how corporate globalization promotes an strengthening of other forms of social relations when contemporary philanthropists emerge and are incorporated to a new societal project; b) to unveil why corporate entities are incorporated to networks for promoting educational development through social businesses which may boost profitability; and c) to verify how education underlies contradictions, mediation and bindings to PPA dynamics of structuring social businesses that alter ways of living within the Amazonian reality. Theoretical and methodological framework were based on the Dialectical and Historical Materialism as a modo of comprehending and analyzing reality. Also, bibliographical and document analysis were carried out, with empiricism being collected from five PPA members, as to reveal its structure and dynamics. Results confirmed the hypothesis and supported the thesis according to which policy networks are part of a global movement towards development, one that is proposed by philanthropic businessmen – a new section of the ruling class – who aim at creating new patterns of progress informed by a philanthropic logic as business, in order to unlock markets by investing in an education for entrepreneurship, in way that configures it as a social business. From all the analyses, it is understood that in general the education proposals arise from international articulations in the name of the Amazon, which may end up intensifying social inequalities.

**Keywords:** Social businesses. Policy networks. Education and development.

## RESUMEN

Esta investigación analizó las nuevas configuraciones de las relaciones entre el Estado, el mercado y la sociedad en el direccionamiento de políticas públicas para la educación, centrándose en el momento cuando la educación es convertida en un emprendimiento social por el “sector 2.5”. El recorte espacial para el análisis consideró aquella que se nomina como la Amazonía brasileña, lo que llevó a elegir el caso de la Plataforma Socios por la Amazonia (PPA), que representa un tipo de red que trabaja en esta región bajo los intereses de la Agencia de EE. UU. para el Desarrollo Internacional (USAID). La hipótesis del estudio es que el trabajo en red representado por el PPA en las nuevas relaciones sociales fortalece las acciones del sector privado en la estructura estatal, con implicaciones para el papel de gestión estatal, como lo ejemplifica su subsunción a la racionalidad corporativa, cuando los empresarios y filántropos necesitan ser parte de la gestión pública para también tener control sobre ella. El problema de investigación surge de la pregunta: ¿cómo se configura la educación en los llamados emprendimientos sociales para el desarrollo sostenible a través de PPA? Algunos objetivos específicos diseñados son: a) identificar cómo la globalización empresarial promueve el fortalecimiento de otras formas de relaciones sociales cuando emergen los filántropos contemporáneos y se incorporan a un nuevo proyecto de sociedad; b) desvelar por qué las personas jurídicas se incorporan a redes de promoción del desarrollo educativo a través de empresas sociales que pueden incrementar la rentabilidad; y c) verificar cómo la educación subyace a las contradicciones, mediaciones y vinculaciones a las dinámicas de PPA de estructuración de emprendimientos sociales que alteran los modos de habitar la realidad amazónica. El marco teórico y metodológico se basó en el Materialismo Dialéctico e Histórico como modo de comprender y analizar la realidad. Además, se realizó un análisis bibliográfico y documental, recabando empirismos de cinco integrantes del PPA, para develar su estructura y dinámica. Los resultados confirmaron la hipótesis y apoyaron la tesis según la cual las redes de políticas son parte de un movimiento global hacia el desarrollo, propuesto por empresarios filantrópicos, una nueva sección de la clase dominante, que apuntan a crear nuevos patrones de progreso basados en la lógica de la filantropía como emprendimiento, para desbloquear mercados invirtiendo en una educación para el emprendimiento, de manera que se configure como un negocio social. De todos los análisis se desprende que en general las propuestas educativas surgen de articulaciones internacionales en nombre de la Amazonía, lo que puede terminar intensificando las desigualdades sociales.

**Palabras clave:** Emprendimientos sociales. Redes de políticas. Educación y desarrollo.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Reconfigurações sobre o conceito de filantropia e lucros .....	87
<b>Quadro 2</b> - Documentos próprios da Rede PPA.....	142
<b>Quadro 3</b> - Membros da Rede PPA.....	157

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Fluxo temporal de criação da PPA .....	31
<b>Figura 2</b> - Negócios sociais via “Setor Dois e Meio” .....	81
<b>Figura 3</b> - A noção sobre redes de políticas nos documentos da PPA .....	154
<b>Figura 4</b> - A noção sobre filantropia nos documentos da PPA.....	155
<b>Figura 5</b> - A noção sobre Desenvolvimento nos documentos da PPA.....	155
<b>Figura 6</b> - A noção sobre redes de políticas para os membros da PPA .....	162
<b>Figura 7</b> - Conexões entre redes na PPA .....	165
<b>Figura 8</b> - A noção sobre filantropia para os membros da PPA .....	166
<b>Figura 9</b> - A noção de desenvolvimento para os membros da PPA .....	168

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
BACEN	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGI	Clinton Global Initiative
CIAT	Centro Internacional de Agricultura Tropical
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EPET	Estado Empreendedor, Punitivo e de Trabalho
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IAS	Instituto Ayrton Senna
ICED	Instituto de Ciências da Educação
ICS	Instituto Clima e Sociedade
IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
IJUS	Instituto Juruti Sustentável
IMAFLOA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IPE	Instituto de Pesquisas Ecológicas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IR	Imposto de Renda
MHD	Materialismo Histórico-Dialético
NGP	Nova Gestão Pública
Observe	Grupo de Estudos e Pesquisas Observatório de Gestão Escolar Democrática
ONGs	Organizações não-governamentais

OSs	Organizações sociais
P&D	Pesquisa e desenvolvimento
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PDRAE	Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPA	Plataforma Parceiros pela Amazônia
RDM	Relatório de Desenvolvimento Mundial
RSE	Responsabilidade social empresarial
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFPA	Universidade Federal do Pará
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
YSB	Yunus Social Business

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 1 - A GLOBALIZAÇÃO EMPRESARIAL NA INTENSIFICAÇÃO DE NOVAS FORMAS DE RELAÇÕES SOCIAIS.....</b>	<b>42</b>
1.1 A questão social enquanto movimento global da dinâmica empresarial.....	42
1.2 Novos filantropos para o novo projeto societário no tripé Estado, mercado e sociedade .	69
<b>CAPÍTULO 2 - REDES DE NEGÓCIOS SOCIAIS E O INTERESSE NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>95</b>
2.1 Organizações em redes de políticas como estratégia de fortalecimento das ações empresariais .....	95
2.2 O desenvolvimento da educação como negócio social lucrativo .....	115
<b>CAPÍTULO 3 - ESTRUTURA E DINÂMICA DA PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA (PPA) ENQUANTO NEGÓCIO SOCIAL .....</b>	<b>141</b>
3.1 O fomento de negócios sociais por meio do arcabouço documental próprio da PPA.....	141
3.2 A essência do investir, empreender e lucrar na perspectiva dos sujeitos da Rede PPA..	157
<b>À GUIA DE CONCLUSÃO .....</b>	<b>174</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>187</b>
<b>APÊNDICE A - OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>196</b>
<b>APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>197</b>
<b>APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA AO SECRETÁRIO DA REDE PPA .</b>	<b>198</b>
<b>APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS MEMBROS DA REDE PPA.....</b>	<b>199</b>

## INTRODUÇÃO

Meu interesse pelo tema da educação enquanto negócio social foi sendo construído por meio de leituras e estudos sobre políticas públicas educacionais, com foco nas relações público-privadas. Assim, essa trajetória teve seu início com o meu ingresso no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), *campus* Belém, em especial pelo fato de, como aluno de graduação, ter sido bolsista por quatro anos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e vinculado ao “Grupo de Estudos e Pesquisas Observatório de Gestão Escolar Democrática (Observe)” do Instituto de Ciências da Educação, sob a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, do qual participo até os dias atuais, na condição de estudante pesquisador.

Durante esses dez anos de envolvimento e atuação no meio acadêmico, tive a oportunidade de estudar sobre políticas públicas educacionais, na condição exclusiva de aluno, com as demandas inerentes à função e, posteriormente, na condição de profissional, como professor colaborador externo da UFPA e de uma faculdade particular, atuando como pedagogo do curso de Educação Física. Assumi diversas disciplinas de cunho pedagógico, nas quais tive minhas primeiras experiências como orientador, que me lançaram desafios de aprofundar e diversificar estudos sobre: política de formação de professores; políticas de esporte e lazer, e reformas governamentais. Mesmo sendo âmbitos diferentes da minha formação inicial, percebi que público e privado fazem parte das mais diversas vertentes da política educacional brasileira, com ganhos para o setor privado ao longo dos anos, a exemplo do que ocorre com a atual fragmentação na formação em Educação Física em Licenciatura e Bacharelado, que teve como consequência a divisão da então Licenciatura Plena.

De acordo com Vale, Ferreira e Gomes (2021), a fragmentação na formação em Educação Física teve forte influência de grupos privados para que Centros de Ensino Superior pudessem ampliar sua participação na oferta do serviço. Além disso, a divisão em Licenciatura e Bacharelado não apresenta aspectos pedagógicos que justifiquem tal fragmentação na formação inicial. É um cenário que, atualmente, materializa-se nos cursos de Pedagogia com a tentativa do mercado de ofertar formação por competência ou campo de atuação específico ainda nessas etapas formativas iniciais.

Na UFPA, atuando no curso de Pedagogia e, na esfera particular, no curso de Educação Física, os debates de alguma forma estavam em torno da política educacional brasileira, o que fez com que me engajasse cada vez mais em estudo e atualização constantes para buscar

responder às indagações surgidas nas aulas, sobre as quais eu deveria ter um domínio maior em relação aos alunos, especialmente ao se tratar de questões técnicas e pedagógicas.

Dessa forma, a tese de doutorado tem relação com as pesquisas que venho desenvolvendo ao longo de minha trajetória acadêmica e no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em que analisei as parcerias público-privadas entre escolas públicas do Pará e empresas privadas, e suas implicações para a gestão das referidas instituições dentro do “Pacto pela Educação do Pará”. Este último é um programa do governo estadual que representou um esforço integrado de diferentes setores sociais, níveis de governo e de organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o propósito de elevar os índices educacionais do estado paraense (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2013).

A temática sobre a relação entre a esfera pública e a iniciativa privada na educação foi continuada no curso de Mestrado Acadêmico<sup>1</sup>, quando analisei principalmente uma categoria marxista chamada de *subsunção* que, na sociedade capitalista, manifesta-se por meio de relações de poder de subordinação de um ente a outro e, no caso investigado, na subordinação do público ao privado no âmbito da área social, particularmente, na educação.

Os dois exemplos de parcerias no Pará foram: o caso do Instituto Ayrton Senna (IAS), que é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1994, em Londres, a qual vem realizando parcerias com prefeituras municipais em todo o Brasil em nome da superação do fracasso escolar por meio de soluções educacionais expressas em seus manuais e projetos (INSTITUTO AYRTON SENNA, [20--]); e o “Pacto pela Educação do Pará”, já explicado acima. Tais programas foram selecionados em decorrência dos projetos de pesquisa aos quais eu estava vinculado à época, intitulados, respectivamente, “Parcerias público-privadas na educação paraense”, financiado pelo edital universal do CNPq nº 07/2011, área de Ciência Humanas/Administração Educacional, e “Programas de melhoria da educação básica e profissional no Pará via parcerias público-privadas”, com financiamento pelo edital universal também do CNPq nº14/2014 – faixa B.

Atualmente, estou vinculado ao projeto de pesquisa intitulado “A educação escolar como fator de desenvolvimento do Pará e do Maranhão”, que objetiva analisar como a educação escolar interfere no processo de desenvolvimento desses estados. Os três projetos foram coordenados pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Terezinha Santos e desenvolvidos no Grupo Observe/UFPA.

---

<sup>1</sup> Refiro-me à pesquisa intitulada *Subsunção do público ao privado na educação paraense*, desenvolvida sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Terezinha Santos.

Ainda durante a defesa da dissertação, a banca examinadora apontou questões que precisariam de respostas ou maiores aprofundamentos, os quais poderiam ser refinados na continuação de pesquisas. Uma delas foi sobre os “negócios sociais” presentes nas parcerias entre o Estado e organizações ditas sem fins lucrativos, porque o papel que os empresários assumem ao longo da história com a causa social foi apresentado também naquele momento de conclusão do Mestrado Acadêmico em Educação. Esse encaminhamento me inquietou e me levou a continuar os estudos sobre tal assunto, em especial na Amazônia brasileira, a partir de um caso específico no curso de Doutorado Acadêmico em Educação, na linha de Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação.

Logo que iniciei as buscas de forma geral em *sites* da *internet*, tive dificuldades para encontrar quais “negócios sociais” ou com foco na educação estavam sendo desenvolvidos no estado do Pará, de modo que ampliei a busca para o cenário nacional. Verifiquei tecnologias da educação, como: a “Agenda Edu”, que simplifica jornadas educacionais; os *edtechs* que são negócios que almejam desenvolver soluções educacionais por meio das tecnologias; e a *Geekie* (*Geek One*<sup>2</sup>), plataforma que personaliza a organização de escolas desde a educação infantil até o ensino médio por meio de modelo já desenvolvido na Finlândia e nos Estados Unidos da América (EUA), conforme consta em informações de seu sítio referente à parceria pioneira no Brasil, em São Paulo, com o Colégio Internacional Radial<sup>3</sup>, instituição com mais de 50 anos. Embora este último exemplo já possua informações mais consistentes e disponíveis em seu canal oficial, ainda assim não representava minha realidade e meus interesses na qualidade de pesquisador.

Na ampliação da busca, encontrei como negócio social, o intitulado “100% Amazônia<sup>4</sup>”, que é uma empresa sediada em Belém-PA, fundada em 2009, a qual inicialmente centralizava suas ações no açaí, fruto típico da região amazônica, e que posteriormente passou a trabalhar com produtos florestais não madeireiros, com perspectiva de impacto social local, fazendo a ponte entre comunidades locais e os clientes internacionais.

A partir das informações do negócio social “100% Amazônia”, fui identificando que o mesmo estava englobado dentro de algo maior intitulado Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA), que identifica, financia e possui estratégias de gestão para negócios de impactos sociais especificamente desenvolvidos para a Amazônia brasileira.

Aragón (2018) destaca que a Amazônia integra território de oito países: Brasil, Bolívia,

---

<sup>2</sup> <https://www.geekie.com.br/>

<sup>3</sup> <https://www.colegioradial.com.br/>

<sup>4</sup> <https://www.100amazonia.com.br/>

Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa. Esta última se refere a um departamento ultramarino francês. Trata-se de um território que é assunto regional, nacional e global, quer pelas mudanças climáticas, quer pelos recursos estratégicos ao redor do mundo, aspectos que demandam percebê-la em sua dimensão internacional para o desenvolvimento de políticas, porque “a questão da internacionalização da Amazônia acirrou-se principalmente a partir dos anos 1980 quando o processo de globalização intensificou-se alcançando o mundo inteiro” (ARAGÓN, 2018, p. 24).

Para efeito de análise nesta tese, delimito a Amazônia brasileira, que envolve nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, abrangendo todos os sete estados da região Norte do País, além do Mato Grosso, na região Centro-Oeste, e parte do Maranhão, na região Nordeste. Entre as ações próprias do setor privado brasileiro no fomento de negócios sociais, foco desta tese, destaquei a abrangência da PPA considerando a expressiva ampliação de suas ações em curso nesse território, que reúne um conglomerado de empresários ancorados na ideia de rede com a finalidade de executar negócios de impactos.

Segundo informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2008), o conceito de Amazônia Legal foi instituído no ano de 1953, a partir da Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, que criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). O Instituto destaca que ela teve seus limites alterados algumas vezes ao longo da história por conta de mudanças na divisão política e que suas questões “territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2008, on-line).

A Lei complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, que recriou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), considera também oito estados e parte do Maranhão para planejar as ações do Estado brasileiro para essa região. Por sua vez, o documento do governo federal intitulado Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado no ano de 2008, considera o estado do Maranhão integralmente como parte da Amazônia brasileira (BRASIL, 2008).

A educação a serviço do desenvolvimento é uma das formas que os empresários utilizam para ampliar seus espaços de atuação, como ocorre na PPA – em especial em locais mais vulneráveis, como as regiões Norte e Nordeste do Brasil, que historicamente possuem os mais baixos índices de desenvolvimento econômico, educacionais, de desenvolvimento humano e, conseqüentemente, a pobreza (CRUZ, 2017, on-line).

Além disso, essas duas regiões estão inseridas no espaço de atuação predominante da PPA, que é a Amazônica brasileira, sendo este o termo usado inicialmente nos seus documentos,

enquanto os mais recentes utilizam o termo Amazônia Legal, destacado as riquezas naturais e a projeção de negócios altamente lucrativos no mundo.

Embora os negócios de impactos sociais desenvolvidos pela PPA não tenham foco específico na educação e/ou educação escolar, pareceu-me inviável falar em desenvolvimento local sem passar pela educação de alguma maneira, porque a gestão da Plataforma elabora manuais, guias, orientações, em geral, com foco em fortalecer ou criar condições, pensando em outra realidade social e, conseqüentemente, um novo tipo de homem.

Esse novo tipo de homem deve ser mais moderno, empreendedor<sup>5</sup>, conectado com o mundo a partir de seus ideais balizados na lógica de mercado, em um movimento global cujos valores estão intrinsecamente impregnados no cotidiano humano a partir de uma racionalidade empresarial, em um contexto no qual “a globalização atual é perversa, fundada na tirania da informação e do dinheiro, na competitividade, na confusão dos espíritos e na violência estrutural” (SANTOS, 2021, p. 20). É intensificada a autorresponsabilização, necessidade de inovação no mercado e outras questões, em uma espécie de refinamento dos princípios do neoliberalismo como

[...] projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarada por uma retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal. E não há nenhuma evidência de que ele está morto (HARVEY, 2011, p. 16).

Tais princípios agora refinam-se ainda mais para a sociedade do século XXI, o que ocorre de forma aligeirada e sofisticada por meio de mutações do capitalismo que podem se manifestar como negócios sociais. Isso se dá porque, “associado à globalização, está o desenvolvimento rápido da ciência e da tecnologia, a emergente sociedade do conhecimento e a nova estrutura de trabalho e desemprego estrutural” (ALMEIDA, 2016, p. 11).

Assim, os negócios sociais são formas reinventadas do mercado para que a condução da vida das pessoas possa ser norteada pelos princípios mercantis, segundo os quais as grandes empresas, filantropos e articulações privadas em redes alteram seu discurso de exploração para expandirem certas formas de controle esteadas no próprio sistema capitalista.

A PPA é uma iniciativa própria do setor privado, pensada para a Amazônia, que atua desde o ano de 2016, a partir de um desenho inicial da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que se firmou no ano seguinte. Com isso, vem

---

<sup>5</sup> O termo será analisado com destaque no capítulo 2, a partir do estudo de Mazzucato (2013).

tentando potencializar novas formas de investimento com o intuito de identificar e apoiar “soluções inovadoras que possam criar novos modelos de desenvolvimento e garantam a conservação da mega biodiversidade da maior floresta tropical do planeta e dos seus inúmeros recursos naturais” (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2019a, p. 4).

A PPA mobiliza instituições privadas em prol de um objetivo, colocando numa plataforma um cardápio de especialistas e mapas de mercados a serem explorados, ao mesmo tempo em que desenvolve estudos próprios a respeito de sua atuação sob a gerência da USAID, cuja ação aponta para uma certa padronização em torno do desenvolvimento global.

Destaco que, ao realizar buscas a respeito da temática, não encontrei teses acadêmicas publicadas sobre a PPA, seja enquanto estudo de caso ou mesmo como exemplo de atuação empresarial, provavelmente pelo fato de ser uma plataforma relativamente nova, com apenas cinco anos de atuação, ainda que conte com muitos dados disponíveis e ações na Amazônia.

Evidentemente não tenho a pretensão de esgotar ou destrinchar os negócios desenvolvidos pela PPA, que são diversos e ocorrem em várias frentes, com muitas empresas e ramos, o que poderá ser realizado em estudos posteriores. Apesar disso, penso que esta tese apresenta questões iniciais relevantes sobre os interesses subjacentes dos empresários em investir na Amazônia em prol de um determinado tipo de desenvolvimento social; exatamente por isso, encontram-se em foco os propósitos de seus incentivos financeiros para a manutenção dos recursos naturais, os impactos desejáveis pela organização empresarial em redes e como o homem amazônico está sendo moldado para uma conjuntura mundial.

Social e academicamente, fez-se necessário identificar a estrutura e a dinâmica da Plataforma, cujo direcionamento pode ser identificado por seu público defensor como social, que requer políticas mais atualizadas, autônomas, lucrativas e que mantenham a sustentabilidade da floresta. Para isso, mesmo que de forma indireta, utilizam-se da educação para executar um novo projeto de sociedade, porque é necessário um nível mínimo de instrução, com noções básicas de Português e Matemática, para que os potenciais beneficiados pela PPA – pequenos empreendedores – sejam incorporados à rede. Em outras palavras, a educação está envolvida nesse projeto societário como um dos critérios de seleção.

A educação empreendedora passa a ser uma das formas mais concretas da PPA nos seus negócios de impactos. Por isso, ela se constitui como um negócio social quando a formação do homem amazônico para tornar-se empreendedor perpassa toda a estrutura do seu negócio, sendo aquela orientada pelos especialistas da Plataforma, que precisam atuar de modo a fazer com que esse “público-alvo” seja formado para fazer negócios segundo a lógica do desenvolvimento sustentável do mercado.

Nesse sentido, a educação é usada de forma indireta para que a PPA consiga executar suas ações de desenvolvimento sustentável na Amazônia, porque os empreendedores precisam replicar o que aprendem, devem assimilar lucro dos seus negócios aliado à proposta de preservação ambiental e precisam ter criatividade para se manter no mercado. Logo, a educação está a serviço do desenvolvimento nessa reconfiguração do sistema capitalista que pode ser compreendida a partir do âmbito dos negócios sociais.

Em minhas análises não consegui identificar uma concepção de educação marxista que norteasse as análises desta tese, mas ela está presente na conformação do homem em sociedade, de seu pleno desenvolvimento e nas transformações da sociedade capitalista, seja pela luta de redução da jornada de trabalho e do fim do trabalho infantil nas fábricas – uma das primeiras menções indiretas nos escritos marxistas –, seja pela luta permanente por melhores condições de vida (MARX; ENGELS, 2004).

Para Ferreira Jr e Bittar (2008), há uma perspectiva humanista de educação no debate marxista que pode ser percebida no conjunto de suas obras publicadas, com destaque para dois momentos dialeticamente interligados.

(a) quando faz a crítica da alienação produzida pelo processo educativo engendrado no contexto de uma sociedade fundada no primado da propriedade privada dos meios de produção, e cujo principal resultado é a mutilação do homem; (b) e, a um só tempo, quando propugna a possibilidade da *omnilateralidade* humana no âmbito da sociedade revolucionada com base nos pressupostos econômicos, sociais, políticos e culturais defendidos pelo socialismo (FERREIRA JR; BITTAR, 2008, p. 636).

Nesta pesquisa, assumo a concepção de educação na lógica da história material da humanidade que permeia a formação total do homem, o que inclui suas decisões, seus poderes em sociedade, como os de compra dos bens disponíveis, seu lazer, sua liberdade, sua felicidade etc. O homem livre e autônomo seria educado se tivesse condições reais de se desenvolver sem ficar subordinado aos desmandos privados do sistema capitalista. Isso se diferencia do ensino dado nas escolas, que ajuda na formação do homem, mas sozinho não é suficiente, uma vez que tal ensino também é influenciado pela burguesia que tem o Estado moderno como agente de suas deliberações.

Segundo Marx e Engels (2017), a história é marcada por lutas de classes em diferentes contextos e sociedades nas quais a exploração dos trabalhadores é a base de sustentação do sistema capitalista, que almeja cada vez maior acumulação de produção. Há aí duas grandes classes que se enfrentam rotineiramente: os burgueses capitalistas modernos, com propriedades; e os trabalhadores assalariados, que por sua vez representam a classe do proletariado. “A

sociedade burguesa moderna que surgiu das ruínas da sociedade feudal não aboliu os antagonismos de classe. Ela só fez estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas” (MARX; ENGELS, 2017, p. 15). Ponderam ainda que “estes trabalhadores, que são obrigados a se venderem um a um, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio. Eles estão, portanto, expostos a todos os reveses da concorrência comercial, a todas as flutuações do mercado” (MARX; ENGELS, 2017, p. 23).

Nesse cenário de antagonismos de classes dentro de um sistema capitalista que avança fortemente, a educação está intimamente associada ao trabalho do homem, identificado como o motor de acumulação de riquezas, em um processo no qual os trabalhadores mais instruídos poderão ser utilizados de formas diferentes para que o progresso social/desenvolvimento ocorra sempre de maneira acelerada, em uma “combinação da educação com a produção material” (MARX; ENGELS, 2017, p. 40). Caso o homem desenvolva apenas uma competência ou qualidade no meio em que está inserido, só “conseguirá alcançar um desenvolvimento unilateral e mutilado” (MARX; ENGELS, 2004, p. 36).

Os autores também afirmam que:

O verdadeiro significado da educação, para os economistas filantropos, é a formação de cada operário no maior número possível de atividades industriais, de tal modo que, se é despedido de um trabalho pelo emprego de uma máquina nova, ou por uma mudança na divisão do trabalho, possa encontrar uma colocação o mais facilmente possível (MARX; ENGELS, 2004, p. 91).

Nesse viés, a educação seria usada diretamente como forma de aperfeiçoamento do homem em busca de trabalho, gerando cada vez mais acumulação de produção concentrada nas mãos de poucos. Isso, porque é por meio da exploração do trabalhador que o sistema capitalista mantém seu fôlego e perpetua-se com novas roupagens, como atualmente nas prerrogativas da empregabilidade.

A consequência seria a seguinte: se a mão de obra é excedente em um setor industrial, este excedente se voltaria imediatamente para os outros setores da indústria, de tal forma que a redução dos salários em um setor levaria seguramente a uma redução geral dos salários (MARX; ENGELS, 2004, p. 91).

A partir de uma análise marxista, Freres (2008) destaca que a relação de educação com o trabalho vem sendo usada ao longo da história como estratégia para falsear a realidade, marcada por desigualdades constantes. A razão para isso estaria em como se comercializa o termo empregabilidade como fetiche, no qual o trabalhador precisaria constantemente se “multiqualificar” para pode desempenhar alta performance em um sistema de competição. No

entanto, também destaca que a “empregabilidade é um mecanismo que busca esconder uma realidade de desemprego crônico” (FRERES, 2008, p. 9).

Na obra *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels (2017) deram alguns indícios da concepção de educação pensada por eles, segundo a qual a instrução deve ser permanentemente pública, sem intervenção de agentes privados, a fim de que a escola não seja espaço de formação em prol dos interesses da burguesia. Também não deve ser doméstica, porque todos precisam de socialização, além de a educação ser permeada por influências sociais diversas, motivo pelo qual não está isolada de outras questões que envolvem o homem, sua totalidade de vida.

A premissa pedagógica de educação foi reiterada na obra *O Capital* (MARX, 2013), a qual assinala como seu objeto de análise, a sociedade capitalista, já passava por outras mudanças, a exemplo do avanço das tecnologias e da relação do trabalhador com as máquinas, bem como das críticas à ideia de educação pensada pela burguesia, a qual apregoava bastar a escola pública mínima para esses trabalhadores.

Na concepção marxista, a educação está atrelada diretamente aos meios de produção dos quais necessita o homem proletarizado para se desenvolver, o que vai além do ensino sistematizado, embora este seja essencial e deva ser defendido. Percebe-se de maneira mais acentuada a ideia de educação na história real da humanidade a partir da seguinte passagem:

[...] brota o germe da educação do futuro, que há de conjugar, para todas as crianças a partir de certa idade, o trabalho produtivo com o ensino e a ginástica, não só como forma de incrementar a produção social, mas como único método para a produção de seres humanos desenvolvidos em suas múltiplas dimensões (MARX, 2013, p. 678).

Marx e Engels (2004) destacam como o trabalho do homem que gera riqueza deve estar alinhado à educação, para que este possa ter condições de mudar sua realidade, alcançando níveis de desenvolvimento superiores aos da burguesia. Com isso, a educação deve se assentar em três pilares: i) educação intelectual; ii) educação corporal; e iii) educação tecnológica, “que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção” (MARX; ENGELS, 2004, p. 68).

Nesse viés, a educação envolve aspectos de um conjunto de elementos que deve possibilitar o desenvolvimento da mente, do corpo físico e do trabalho, que não podem ser fragmentados – sob o risco de se ter uma educação alienada e mínima, a serviço da classe burguesa. Somente a educação em sua totalidade permitirá um homem pleno, ciente de seus direitos e deveres e com condições de lutar por uma vida digna, desfrutando dos meios e

serviços disponíveis. Por outro lado, pelo fato de ela estar atrelada à acumulação da produção, seu valor permeia todas as sociedades que almejam desenvolvimento.

Assim, compreendo que a educação é uma das estratégias concretas de acordo com a qual o homem pode se desenvolver plenamente, porque é a partir dela que poderá conseguir outros direitos, como saúde, saneamento, cultura e lazer condizentes com uma realidade de vida digna numa sociedade capitalista. Esta se caracteriza por diferenciar as pessoas pelo seu poder aquisitivo, com constantes mudanças por meio da dinâmica da globalização empresarial, de modo que “esse cenário exige, necessariamente, o princípio da flexibilidade dos processos educativos e, portanto, amplia o conceito de educação para além dos sistemas escolares” (ALMEIDA, 2016, p. 10).

Diante disso, é importante lembrar como há hoje um movimento internacional de organização para uma agenda comum de educação, por meio dos mecanismos de regulação transnacional, sob influência de legitimação e prescrições oriundas de recomendações de valor econômico proferidas pelos organismos internacionais. Portanto, destaco a atual Agenda 2030, lançada na Conferência de Incheon (2015), que prevê a execução de propostas em âmbito global, e na América Latina e no Caribe. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura (Unesco) ficou responsável de fortalecer e implementar a Agenda na região, o que implica o desenvolvimento das nações por meio do envolvimento de todos e o protagonismo do setor privado nas propostas que, historicamente, balizam políticas públicas, como evidenciam Cossetin, Domiciano e Figueiredo (2020, p. 6):

Nota-se que, mais uma vez, a Educação é anunciada como elemento central para os países e seu crescimento/desenvolvimento econômico. Desse modo, os sistemas educacionais precisam responder a mercados de trabalho que mudam com rapidez, aos avanços tecnológicos, à urbanização, à migração, à instabilidade política, à degradação ambiental, a riscos e desastres naturais, à competição por recursos naturais, aos desafios demográficos, ao desemprego global crescente, à persistência da pobreza, ao aumento das desigualdades e ameaças crescentes à paz e à segurança ser relevantes e responder a toda essa gama de adversidades.

Assim, o objeto desta tese é a concepção de negócios sociais, que está inserida em uma conjuntura internacional e concreta, com implicações tanto na realidade global quanto na local – Amazônia. Essa concepção postula e engendra uma proposta de sociedade constituída de múltiplas determinações, pelas indagações sobre o porquê de as instituições empresariais e sujeitos incorporarem-se a redes e suas contradições nas relações público-privadas. Portanto, é necessário haver a caracterização desses sujeitos, suas estratégias e as vinculações que se fazem presentes na organização da PPA, enquanto caso exemplar das novas relações sociais

estabelecidas entre Estado, mercado e sociedade.

Esta é uma totalidade que implica um projeto novo de sociedade empreendedora, que deve aprender com os novos filantropos empresários as formas refinadas de desenvolvimento alinhado com as demandas internacionais propostas por líderes mundiais. Esses contextos são marcados por um entendimento do valor econômico da educação para as políticas públicas de diversas áreas, o que exige um novo perfil de homem para manutenção do capital, porque “a condição para o capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado se baseia exclusivamente na concorrência entre os trabalhadores” (MARX; ENGELS, 2017, p. 30).

Assim, o uso da educação para o desenvolvimento econômico faz parte da história do capitalismo e da burguesia como classe, pois, segundo Marx e Engels (2017), ela precisa se estabelecer, explorar e criar algum tipo de conexão em todas as partes do mundo. Com explicam: a “burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções nos meios de produção e de troca” (MARX; ENGELS, 2017, p. 17).

Tal relação entre educação e desenvolvimento é apresentada nos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) presentes como metas mundiais a serem alcançada até 2030, representando “um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, [20--], on-line).

A participação de todos os setores da sociedade é estimulada em prol de melhores condições de vida para as pessoas. No Brasil, a Organização das Nações Unidas (ONU), vem fomentando ações para o cumprimento desses objetivos; dentre eles, destaco o “ODS 4 - Educação de qualidade”, o qual precisa envolver outros setores sociais para ser alcançado, pois o documento compreende que a educação não ocorre de forma isolada.

Nesse viés, os negócios sociais possuem íntima relação com o que foi proposto em 2015 na Conferência de Incheon, referendado no documento “Educação 2030: rumo a uma Educação de Qualidade Inclusiva e Equitativa e à Educação ao Longo da Vida para Todos” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2015). Destaco que isso se deu um ano antes de se iniciar o codesenho para atuação da PPA na Amazônia brasileira, visando a uma mudança de concepção das pessoas dessa região. Essa orientação se deve ao fato de a Plataforma almejar novos modelos de desenvolvimento sustentável, incentivando parcerias, investindo na causa social e se apresentando como preocupada com a qualidade de vida da população (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, [20--], on-line).

Isso revela uma estreita relação dos propósitos da PPA com os ODS no Brasil, mesmo

que não seja feita menção a eles nos documentos ou na visão da Plataforma em seu canal oficial. Todavia, termos comuns defendidos pelos ODSs também estão presentes no portfólio de negócio social apresentado pelo PPA, tais como: sustentabilidade, parcerias, desenvolvimento sustentável, empreendedorismo, colaboração intersetorial, entre outros (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, [20--], on-line).

Também foi apresentada na Conferência de Incheon – de onde resultaram os ODS – a importância da educação para o desenvolvimento social, e quais estratégias os países devem ter para cumprir o ODS 4, quando falam que “nossa visão é transformar vidas por meio da educação ao reconhecer seu importante papel como principal impulsionador para o desenvolvimento” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2015, p. 7). Os líderes mundiais, empresários e chefes de Estados possuem consciência de que, sem formação mínima para as pessoas, as outras áreas sociais se desenvolvem a passos lentos dentro de um projeto global de sociedade, o que reforçaria a necessidade de esforço coletivo na promoção da educação com a participação de todos. Entretanto, a ideia de educação dessa conferência se alinha ao aspecto de ensino, de saber sistematizado, restrito a diplomas.

É possível perceber que os ODS pensados pelos atuais representantes da burguesia revelam um projeto de sociedade global que não será executado sem possibilitar educação no seu sentido amplo. Isso porque se advoga o aprendizado do que é ensinado nas escolas e universidades, indo além na aplicabilidade desses conhecimentos, para que sejam gerados consumo, poder de compra, negócio e progresso na lógica da economia que se utiliza da educação indiretamente. “Além disso, ela desenvolve habilidades, valores e atitudes que permitem aos cidadãos levar vidas saudáveis e plenas, tomar decisões conscientes e responder a desafios locais e globais” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2015, p. 8).

Assim, o caso analisado nesta tese leva a pensar como a concepção dos negócios sociais é relevante, na medida em que a política de Estado se enfraquece com o direcionamento social dado pelo setor privado, porque as ações que estão em curso são ditadas pelos gerentes da Plataforma. Portanto, fez-se necessário investigar o tipo de política que está sendo feita com negócios de impactos sociais e o desenvolvimento da educação. Ou seja, levantar a pergunta: qual a relação entre educação e desenvolvimento? Esta é especialmente pertinente, por um lado, quando se fala da região amazônica brasileira e, por outro, pelo de fato de a educação ser historicamente utilizada não com a finalidade de emancipação dos sujeitos e transformação de suas realidades de vida, garantindo condições de serem cidadãos plenos reconhecedores de seus

direitos e deveres, mas sim como mola propulsora para o desenvolvimento econômico, já que nenhuma sociedade pode se desenvolver sem ofertar educação para a população (SANTOS, 2014).

Na realidade da Amazônia brasileira, essas diretrizes vêm sendo executadas em consonância com a noção de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, que, por sua vez, está relacionada ao modo de viver das pessoas que precisam de diversos fatores, com destaque para a educação voltada para proposição de mudanças na vida social e fortalecimento do cenário econômico nas localidades onde as pessoas residem; é o que pode ser observado na meta 4.4, a qual enfatiza a educação numa lógica de sua subsunção ao mercado por meio da sua utilidade. Com isso, a agenda expressa que se deve, “até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2015, p. 21).

A educação passa a ser um negócio social claramente proposto por sujeitos ligados ao setor privado, porque se apresenta uma nova roupagem de investimento sobre as pessoas com antigas técnicas do sistema capitalista, a exemplo da ênfase nas competências e centralidade dos valores de competição e autorresponsabilização no que tange ao sucesso ou fracasso profissional, material, etc. Quando se pensa nas regiões onde há maior ausência de Estado, vê-se que o empreendedorismo encontra campo fértil para disseminar um modo de vida de individualização, com sobrecarga de jornada de trabalho, o que escamoteia a ausência de emprego, de políticas eficazes e de qualidade de vida, que são direitos básicos de cidadania adquiridos, em grande parte, a partir de reivindicações coletivas.

Quando o individualismo adentra a subjetividade das pessoas, o sistema capitalista se fortalece por meio da negação de políticas sociais, da romantização da exploração do homem, da ampliação da ideologia de que o Estado é ineficiente e de cada um deve fazer a sua parte. Tudo isso enfraquece as ações coletivas e cria classes que brigam entre si dentro da própria classe proletária moderna, a qual representa os trabalhadores.

A ideologia é parte da estrutura social, ao ponto de formas ideológicas – jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas – desempenharem papel estratégico na sociedade, já que as disparidades existentes “são percebidas sim, mas não são tratadas como sendo apenas resultantes de ações cuja orientação política se discute. Isto quer dizer que a ideologia não capta nem o mais leve sinal de uma estruturação social” (CARDOSO, 1978, p. 414).

Segundo a autora, a ideologia percebe tudo na sociedade, porém, dá explicações por meio das ações dos homens, reduzindo-os a partidos políticos individualizados e minimizando

a política, que passa a ser identificada somente como o plano da política partidária. Tal construção ocorre até dias atuais, com um domínio estrutural que é direto no processo de produção e indireto, na circulação de ideias de grupos dominantes, o que reforça a ideologia como dominação.

Santos (2014) diz que a ideologia do mercado está presente em todos os espaços do mundo. Na região amazônica, o cenário é o mesmo, com agravante de suas condições geográficas e populacionais, mas também sob essa influência global em que os valores de meritocracia e busca pelo sucesso estão “sutilmente sendo subjetivizados, naturalizando-se no sentido de que cada um deva se responsabilizar e correr atrás do seu sucesso, a qualquer custo, com ‘criatividade’ e capacidade ‘empreendedora’” (SANTOS, 2014, p. 220).

Essa face da história está presente de forma mais significativa desde os anos 1970, com o ápice do neoliberalismo e seus valores de mercado em sobreposição ao Estado, o que se coaduna com um desenvolvimento excludente, com aqueles que não alcançaram seus propósitos, por meio de seus esforços, tendendo a ser excluídos do convívio social. Excluídos do ponto de vista social, porque não têm acesso ao que está disponível como bens de consumo, e pela autoexclusão social, aqui entendida, como aquela ocorrida ao internalizarem que não merecem estar entre os melhores, uma vez que não fizeram “sua parte” para conseguir o que deveriam, e não se esforçaram individualmente o suficiente para obter sucesso e progredir na vida via meritocracia.

A meritocracia poderia ser importante se todos tivessem o mesmo ponto de partida, o que não acontece nas sociedades capitalistas. Daí ocorre a intensificação dos processos de subordinação, porque agora os excluídos passam a defender os ideais dos excludentes, a partir dos ditos negócios sociais e do desenvolvimento da educação utilizada sob os interesses dos definidores de políticas públicas educacionais – processo no qual o empresariado figura como os novos filantropos.

É uma etapa da globalização<sup>6</sup> em que os sujeitos passam a defender a lógica da competição e seus correlatos como parte de suas vidas, o que é um ideal propagado pela burguesia, que reconhece sob a lógica sistêmica aqueles que não conseguirão ou terão maiores dificuldades – como as populações mais vulneráveis, compostas por negros, pobres, indígenas e outros sobrecarregados pelas demandas diárias – em paralelo com os oriundos de classes mais abastadas, cujas condições econômicas de vida lhes possibilitam fazer escolhas mais coerentes com a manutenção de seu *status*, materializando a dupla exclusão social dos mais vulneráveis

---

<sup>6</sup> O fenômeno econômico, político e social será desenvolvido no capítulo 1 desta tese.

que não se enquadram na falácia da meritocracia.

Marx e Engels (2007) já destacavam a contraditória relação entre Estado e sociedade, que faz parte da história da humanidade, já que o Estado moderno foi criado para assegurar o direito e expansão da propriedade privada da burguesia, organizada enquanto classe definidora das ações sociais. Isso se dava antes em âmbito local e, posteriormente, em âmbito nacional, por meio das políticas agora influenciadas por grupos dominantes, em diferentes épocas, sobre os dominados. Tem-se aí que as estratégias são adaptadas com novas características, mas mantendo dimensões de exploração por quem detém o poder, ao passo que os trabalhadores “tornaram-se cada vez mais submetidos a um poder que lhes é estranho (cuja opressão eles também representavam como um ardid do assim chamado espírito universal etc.)” (MARX; ENGELS, 2007, p. 40).

Logo, as faces da *subsunção*, caracterizada por Marx e Engels (2007), manifesta em forças de poder na história social, sempre aconteceram e se repetem em épocas e contextos distintos, com refinamento das ações orientadas por grupos dominantes, no processo de globalização e na tirania da informação em massa. A esse respeito, extrapolo a reflexão para a realidade amazônica analisada, de modo a afirmar que a sujeição da política de Estado à política empresarial ganha uma conotação preocupante, porque a ausência de critérios que respeitem as singularidades de modos de vida locais tende a excluir ainda mais os já excluídos. O processo então acaba sendo de padronização da sociedade, cujo sentido de social tenderá a ser compreendido como mérito e não como direito, na medida em que os sujeitos internalizam os dizeres propostos pelo setor privado, além de outras consequências negativas geradas para o próprio meio ambiente.

Compreendo que um novo tipo de sociedade é um movimento em curso, intenso e com impactos diários em todos os aspectos da vida humana, estimulando as pessoas para determinadas atividades mercantis, encorajando-as a criarem ou expandirem projetos autônomos para lucrarem. Em face do discurso meritocrático propagado, há um certo falseamento do que ocorre na prática, pois se fomenta um possível empreendedorismo baseado em precariedade, com alavancagem das ações momentâneas sem segurança a longo prazo para os trabalhadores. Trata-se de movimento em simetria com uma tendência global das empresas, que pensam a política empresarial como forma de condução do modo de viver, que se traduz em desenvolvimento sustentável. Assim, sou levado a afirmar que a PPA se apresenta como caso concreto desse movimento, que almeja constituir um novo arranjo de desenvolvimento por meio dos negócios de impacto, com a emergência de novas formas de coordenação e cooperação entre o Estado, o mercado e sociedade, em nome da melhoria da qualidade da gestão

pública.

Na visão<sup>7</sup> da PPA, “é preciso criar alternativas econômicas viáveis para melhorar a qualidade de vida das populações amazônicas, conservando a biodiversidade e os recursos naturais da floresta” (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, [20--], on-line). Sua forma de pensar sustentabilidade ocorre via empreendedorismo, o que me fez levantar como hipótese desta tese que: o trabalho em rede representado pela PPA nessas novas relações sociais fortalece a atuação do setor privado na estrutura estatal, com implicações para o papel da gestão do Estado, a exemplo de sua subsunção à racionalidade empresarial, já que os empresários e os novos filantropos atualmente precisam entrar na administração pública a fim de também ter controle sobre ela.

O Estado é produto das relações de produção nas quais novos arranjos de desenvolvimento social e a relação com o desenvolvimento da educação vêm sendo configurados. Na região amazônica brasileira, esse fenômeno se dá de forma ordenada há seis anos, com planejamento calculado em fatores de impacto, o que é característico da gestão gerencial privada como aquela que almeja resultados e pensa qualidade a partir de números. A Figura 1 apresenta o fluxo temporal ao longo do qual vem sendo configurada a PPA.

**Figura 1** - Fluxo temporal de criação da PPA



Fonte: Elaborado pelo autor com base no *site* da PPA ([20--], on-line).

Entre os membros da Plataforma, há distinção de grupos divididos em cinco categorias: **Empresas; Filantropia; Sociedade Civil; Parceiros Estratégicos;** e a última categoria, denominada de **Parceiro Institucional**, cujo único representante é a USAID. Esta é um agente

<sup>7</sup> <https://ppa.org.br/sobre-nos/>

externo à realidade da Amazônia, que desenvolveu a PPA e também vem se destacando na criação de plataformas de ação coletiva. Sobre esta última categoria, é importante destacar que:

A Embaixada e os Consulados dos Estados Unidos no Brasil apóiam a Plataforma e, por sua vez, contribuem para a proteção da biodiversidade amazônica. A colaboração contínua por meio da PPA pode ajudar a incentivar o setor privado a se unir à luta contra as mudanças climáticas, para que, juntos, os setores público e privado possam fazer a diferença na Amazônia (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2020a, p. 7).

Assim, a PPA possui interesses na Amazônia a partir do momento que tem a iniciativa de criar um mecanismo próprio para canalizar os negócios de impactos sociais desenvolvidos nessa região. Seus 50 membros, no ano de 2021– e a quantidade permanece a mesma no ano em curso –, já possuíam ações com a área social, o que inclui a educação e um modelo de sociedade balizado por princípios consoantes à lógica gerencialista, que pensa a educação a partir de manuais. Essa ressalva se deve a como, no neoliberalismo, quase tudo tratar-se de mercadoria, porque o “gerencialismo é parte do diagnóstico neoliberal de que a crise está no Estado e o mercado é parâmetro de qualidade” (PERONI; CAETANO; VALIM, 2021, p. 5).

As cinco categorias de membros da Plataforma constituíram-se também em item de análise para identificar qual o papel de cada um na articulação em rede, suas concepções de social e se há uma tentativa de reconceituar o que seria a área social, de acordo com seus interesses, uma vez que há contradições presentes na composição dos sujeitos da Plataforma no intuito de minimizar a questão social<sup>8</sup>.

As mediações em torno da rede PPA também foram visíveis com sujeitos que possuem negócios na exploração de recursos naturais – atividade já bastante lucrativa – e ao mesmo tempo atuam no âmbito da regulamentação, mas estão a serviço da sociedade. Caberia também destacar que redes são mercados interessados em lucro, cujos sujeitos possuem funções estratégicas de divulgação, regulamentação e fiscalização de negócios ambientais, vinculações internacionais e organizações de negócios de impactos sociais. Ou seja, os atuais cinquenta membros possuem papéis que ajudam a impulsionar a PPA em várias frentes.

Logo, foi preciso verificar a essência da Plataforma, sua organização e como a educação é subjacente à sua dinâmica de estruturação para um projeto de sociedade, em um movimento necessário para compreender e poder analisar as múltiplas determinações e relações constitutivas da totalidade desse objeto, inserido numa sociedade em constante mudança, acelerada pelos processos de globalização.

---

<sup>8</sup> Ver no capítulo 1, com base em Iasi (2019).

Nesse sentido, propus a seguinte questão de pesquisa: *Como se configura a educação nos chamados negócios sociais para um desenvolvimento sustentável por meio da Plataforma Parceiros pela Amazônia?*

Outras questões norteadoras vieram a reboque dessa proposição inicial, tais como:

Como a globalização empresarial promove a intensificação de novas formas de relações sociais?

Por que instituições empresariais se incorporam a redes para promover o desenvolvimento da educação?

De que forma a educação é subjacente às contradições, às mediações e às vinculações da dinâmica da PPA para estruturação de negócios sociais?

Logo, tenho por objetivo geral: Analisar como se configura a educação nos chamados negócios sociais para um desenvolvimento sustentável por meio da Plataforma Parceiros pela Amazônia.

Os objetivos específicos foram:

Identificar como a globalização empresarial promove a intensificação de outras formas de relações sociais, a partir da emergência de incorporação de novos filantropos para um novo projeto societário;

Desvelar por que instituições empresariais se incorporam a redes para promover o desenvolvimento da educação, por meio de negócios sociais que podem gerar lucratividade;

Verificar de que forma a educação subjaz às contradições, às mediações e às vinculações da dinâmica da PPA para estruturação de negócios sociais que alteram o modo de viver na realidade amazônica.

### **Referencial teórico-metodológico**

Para responder às questões propostas e alcançar os objetivos sinalizados, que abarcam o entendimento das peculiaridades do objeto problematizado, mergulhei no referencial teórico-metodológico do Materialismo Histórico-Dialético (MHD), para a apreensão do objeto (estrutura e dinâmica), bem como dessas novas formas de acordos entre o público e o privado perspectivada pelos negócios sociais em suas múltiplas determinações e relações. É um movimento relevante, uma vez que a perspectiva marxiana, tomada enquanto postura ou concepção de mundo e como método, explora, entre outras, as categorias contradição, mediação e totalidade, não de forma preconcebida, mas como expressão do movimento histórico do real a que o pesquisador pretende perquirir, como assinala Marx (2011):

Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações de existência, com frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, *também do ponto de vista científico*, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre *ela enquanto tal* (MARX, 2011, p. 85, grifo do autor).

Em relação às categorias do método, percebe-se que estão inter-relacionadas no movimento concreto, como o que pretendi desvelar nesta tese de doutorado, porque, segundo Marx (2011, p. 28), “o próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo em que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza”. Além disso, “a mediação tem, naturalmente, de ocorrer” (2011, p. 177) porque está expressa nas trocas, no valor, no dinheiro, ou seja, no processo real; com isso, verifica-se que “o resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade” (2011, p. 75). Daí a contradição, a mediação e a totalidade como representações do real estarem presentes na organização, dinâmica e estrutura da PPA.

Essa emergência de novas relações entre Estado, mercado e sociedade por meio da rede PPA coaduna-se com um duplo movimento no mesmo sentido realizado pelo setor empresarial, que tem interesse em influir e impactar as políticas públicas educacionais e o setor público, convergindo com a desresponsabilização da área social. Esse processo fortalece a subsunção da política estatal à política empresarial consoante ao que é proposto por organismos internacionais para um desenvolvimento sustentável, como é o caso da Agenda 2030, ou seja, visando alterar o modo de viver de uma população.

Os múltiplos fatores que interligam as novas relações sociais – que incluem empresários e populações mais vulneráveis – precisam ser vistos a partir da totalidade do fenômeno, a fim de se compreender e analisar os elementos que estabelecem as mediações na definição dessa forma de fazer política em rede, sobretudo por meio de negócios ditos sociais, bem como pelas contradições presentes nessas correlações de forças. Assim,

[...] os fatos são parte integrante de um processo de concretização que se dá através do movimento e das relações que ocorrem das partes para o todo e do todo para as partes, dos fenômenos para a essência e vice-versa, da totalidade para as contradições entre as partes (equilíbrio, harmonia/desequilíbrio, desarmonia) onde os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atingindo níveis crescentes de concentricidade [...] (KUENZER, 2005, p. 64).

Tais razão fundamentam o método marxista como o referencial orientador desse percurso investigativo. A aproximação com tal referencial teve a função de ampliar minha percepção como pesquisador para as múltiplas facetas daquilo que foi problematizado para desvelar os fenômenos inerentes ao objeto desta tese, que consistem na configuração dos chamados negócios sociais e sua relação com a promoção do desenvolvimento da educação, adotando caminhos que perpassam pelos fatores vinculados ao político, ao econômico e ao social, dos quais as políticas públicas e educacionais são parte indissociável.

Ao estudar por longos anos a realidade da sociedade burguesa e desenvolver um tipo próprio de análise de seus fenômenos, Marx e Engels (2007, p. 86-87) já assinalavam que essa análise não poderia partir de ações arbitrárias, imaginárias ou de dogmas. Para desvelar a realidade do fenômeno estudado, seriam necessários “indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação”. Isso ocorre porque o fenômeno ou objeto

[...] tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, por tanto, algo importante e não descartável -, é aprender a essência (ou seja, a estrutura e a dinâmica) do objeto (NETTO, 2011, p. 21-22).

Nessa perspectiva, a configuração de educação no desenvolvimento dos negócios de impactos da PPA possui mediações e contradições num caso concreto, com meandros que requerem atenção em decorrência dos múltiplos fatores intrinsecamente relacionados a eles. Tal é o caso dos interesses empresariais nas articulações em redes e em promover negócios utilizando-se da filantropia como forma de alavancar projetos com foco na área social.

Na área das Ciências Humanas com destaque para as políticas públicas educacionais, esse movimento não deve passar despercebido, já que são seres humanos dialeticamente envolvidos em todo um processo que precisa ser desvelado na sua essência, a partir da quebra de certas falácias quando se trata desses negócios sociais. Cabe então questionar se é possível fazer negócios sociais que não sejam decorrentes dos interesses puramente mercantis, porque “o fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno” (KOSIK, 2002, p. 15).

No Estado brasileiro, em especial na educação, as ações estatais são reflexos de disputas de grupos sociais, diante dos quais o próprio Estado vem se eximindo de suas obrigações ao longo dos anos quanto à causa social. Assim, para não entregar diretamente a responsabilidade

pela educação ao Segundo Setor (Mercado), transfere-a para o chamado “Terceiro Setor”, que Montañó (2014) caracteriza como uma ideia ilusória, pois se pensa que ele trará benefícios para o setor público, mas, na realidade, atua de forma mascarada, comprometida social e economicamente com o mercado.

Como a economia dita o fluxo das decisões do Estado e o Terceiro Setor vinha perdendo espaço e credibilidade ao longo dos anos, o mercado reinventa-se ao criar o “Setor Dois e Meio”, âmbito no qual estão incluídos os chamados negócios sociais. Seu primeiro exemplo teria surgido em 1983, a partir das ações sociais do professor Muhammad Yunus. Tal denominação de setor social seria a face reformulada do capitalismo moderno, que tenta unir lucro ao desenvolvimento com impacto social (GRAZZIOLI, 2015, on-line).

São relações confusas para a sociedade em geral, ainda que bem definidas em sua intenção por sujeitos ligados ao setor empresarial que, na contemporaneidade, representam uma das facetas da burguesia. Desse modo, seu projeto de sociedade encontra campo fértil nas comunidades mais vulneráveis, como a Amazônia, onde os impactos de seus negócios sociais podem surtir maiores efeitos para propagação midiática e acumulação de mercadorias, já que a desigualdade social é essencial para perpetuação do sistema capitalista, ou seja, ela é inerente a esse sistema.

Em face do exposto, até aqui, aventei três categorias de análise do objeto que estão inter-relacionadas à dinâmica da PPA enquanto fenômeno estruturado no tempo presente. A primeira categoria é **desenvolvimento**, norteada por Smith (1996) e Hobsbawm (1995), que a analisam numa perspectiva excludente na realidade capitalista. Também por Rikowski (2017), que compreende o desenvolvimento no contexto da globalização como aquele que ocorre por meio da educação alinhada aos valores da mercantilização, entendida como capitalização da educação ao se relacionar educação e desenvolvimento, identificados como motores de progresso social e de interesses dos empresários. Nesse cenário, a PPA promove de forma indireta o desenvolvimento da educação na Amazônia, com seus negócios de impactos sociais, que implicam um projeto de sociedade e um tipo de constituição do homem.

A segunda categoria foi **Redes de políticas**, balizada em Rhodes (1991), porque entende que sua intenção é se sobrepôr ao tipo de política feita pelo Estado. Assim, vê-se que a PPA representa um tipo de rede composta por empresários de setores distintos, sendo pensada por um agente externo, que é a USAID, e marcada pela plataformização dos empresários em ações coletivas. Em razão disso, essa formação constitui-se como nova estratégia rápida e eficiente do ponto de vista do mercado para também executar um novo projeto de sociedade, que tem consequência para a educação quando se engendra uma proposta de homem empreendedor,

individualista e deslocado das lutas coletivas para melhoria social. Ou seja, o social proposto pelas redes se coaduna a uma educação humana para ser subserviente, doce, conformado com a situação de vida, que deve ser melhorada somente a partir do trabalho individual empreendedor.

A terceira categoria foi **filantropia como negócio**, ancorada em Ball e Olmedo (2013), que a entendem enquanto estratégia empresarial, para ampliar seus lucros na sociedade contemporânea globalizada. A partir do investimento na educação do homem por meio de seu trabalho, há um retorno dos investidores, tanto do ponto de vista financeiro quando ideológico, em referência a um projeto de sociedade autônomo, com cada vez mais estímulo à criatividade, que ainda assim materializa uma sociedade desprovida de ideais e lutas coletivas.

Para dar conta da apreensão da estrutura e da dinâmica do objeto problematizado, que é a configuração dos chamados negócios sociais na Amazônia, envolvendo projetos distintos de sociedade, ancorei-me em referenciais teóricos como M. Santos (2021), Ianni (2013), Ball (2008, 2018), Freitas (2018) e T. Santos (2014, 2022), que falam sobre políticas públicas educacionais segundo questões que perpassam toda a discussão da tese, como gestão de políticas, relações público-privadas, globalização e educação como fator de desenvolvimento.

Logo, mesmo com a pesquisa bibliográfica sendo utilizada em todas as etapas desta tese, foi imprescindível na parte inicial da escrita me aproximar dessas perspectivas, que me possibilitaram identificar os conceitos surgidos nos debates já realizados e dinamizar os avanços que este estudo poderá dar para ao campo acadêmico e científico das políticas públicas educacionais.

Para auxiliar na construção do material bibliográfico e poder identificar as lacunas, além de teses similares e possíveis avanços no acervo acadêmico sobre o tema, realizei consulta no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), usando o descritor **negócios sociais**, em letra minúscula e sem aspas, com os seguintes filtros: i) tipo - doutorado tese; ii) grande área do conhecimento - ciências humanas; iii) área do conhecimento – educação; iv) área de avaliação – educação; v) área de concentração – educação; vi) nome do programa – educação e; vii) ano – 2017 a 2021. Este último filtro no recorte temporal foi escolhido porque a PPA passou a estar em plena atividade a partir do ano de 2017, de modo que em período anterior não haveria tese sobre as ações da Plataforma.

Na busca realizada, no mês de agosto de 2021, obtive um total de 676 (seiscentos e setenta e seis resultados). A partir da leitura dos títulos, foram eliminadas de minha seleção algumas teses de forma imediata, pois tinham associação com temas como: práticas

pedagógicas, relações sociais, letramento social, representações sociais, ensino superior e outras sem relação direta com o objeto aqui analisado.

Em certo ponto fui surpreendido, porque encontrei apenas 4 (quatro) teses a partir desse descritor que se assemelham, mas não se aproximam da proposta de debate realizada nesta tese. A primeira foi de autoria de I. Souza (2020), que analisou a atuação do empresariamento e a Pedagogia gerencialista no estado do Piauí; a segunda foi a de Almeida (2020), que estudou os ideais dos empresários direcionados para a educação pública brasileira, balizados pelo Banco Mundial; a terceira pesquisa foi a de C. Souza (2019) sobre a educação básica enquanto objeto de disputas de empresários no mercado mundial no século XXI; e a última tese foi a de Barbieri (2018), que analisou o projeto empresarial para a educação brasileira a partir dos anos 1990, por meio de uma agenda globalmente estruturada.

A partir do levantamento no banco da Capes, que reúne pesquisas de todo o território nacional, de Programas de Pós-Graduação de diversas áreas, detive-me em analisar os textos relacionados à área da Educação, com possibilidades de refinamento nas buscas de acesso livre e gratuito a todos. Este levantamento confirmou até aqui a atuação dos empresários na área social por meio da educação de forma direta via parcerias com o Estado. Demonstrou também, a partir dos títulos das 676 teses, que o debate sobre negócios sociais na área de Ciências Humanas é quase inexistente, sendo perceptível na área da Administração e da Economia, que possuem uma lógica própria, além de minha pesquisa prévia, que dá alguns indícios dos projetos societários em disputa.

Nesse sentido, a revisão bibliográfica como fase de pesquisa foi pertinente para evidenciar descobertas sobre a temática aqui analisada, de modo que foi possível perceber como tanto os negócios sociais quanto a forma de organização dos empresários em rede ainda possuem limites no acervo de investigações acadêmicas na área da Educação, o que se justifica provavelmente pela disseminação do termo via “Setor Dois e Meio” no Brasil contar com pouco mais de uma década.

Além disso, fiz uso de pesquisa documental em razão da riqueza de informações que dela poderia extrair, possibilitando o maior entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Como a PPA possui um arcabouço próprio sobre editais para seleção de negócios de impacto, manuais de como executar políticas e projetos, relatórios anuais de suas ações, teses de desenvolvimento e outros, considerei que comportava elementos significativos para extrair informações a respeito de como suas articulações em rede atuam no desenvolvimento da

educação na Amazônia, analisando que tipo de desenvolvimento é proposto e como a educação é pensada enquanto estratégia do motor econômico. Fiz assim análise de conteúdo, porque o objetivo era “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (CHIZZOTTI, 2009, p. 98).

Com base no MHD, compreendo que as fases da pesquisa não são estanques, já que todas as atividades as compõem. Então é válido ressaltar que, nesta tese, também fiz uso do instrumento de entrevistas semiestruturadas para melhor compreender e analisar as relações estabelecidas entre os membros da PPA e sua atuação em direção aos chamados negócios sociais para um desenvolvimento sustentável, em especial na região da Amazônia brasileira. Considere-se que “a entrevista é um excelente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre pesquisador (a) e entrevistado (a) e a obtenção de descrições detalhadas sobre o que se está pesquisando” (OLIVEIRA, 2010, p. 86).

Com a utilização das entrevistas, obtive dos sujeitos informações de por que escolherem a PPA para estabelecimento de vínculo, o tipo de desenvolvimento almejado para a realidade da Amazônia, o que ganham ao desenvolverem negócios de impactos sociais – levando em conta que a educação enquanto estratégia de formação do homem permeia suas ações – e qual o interesse de agentes externos ao investirem na Amazônia para um projeto global de sociedade.

Os sujeitos entrevistados foram 5 (cinco), sendo um representante de cada categoria dos parceiros da Plataforma. Percebi que um representante de cada categoria poderia me dar indícios e confirmar ou refutar a hipótese de que há um projeto de sociedade pensado pelo setor privado organizado em rede para a Amazônia, a partir da emergência de novas relações sociais. A partir da minha realidade, enquanto pesquisador, justifiquei que um representante de cada categoria que atuasse no Pará fosse selecionado, porque tal gesto me permitiria desvelar a essência dos interesses da PPA, já que o desenvolvimento de suas ações é similar para a toda a região.

Após as entrevistas, realizadas com autorização da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e gravadas via plataforma digital *Google Meet*, fiz a transcrição e a devolvi por *e-mail* a todos individualmente, antes de realizar as análises, como procedimento ético de pesquisa.

Incluí também o Secretário Executivo da PPA, por ser quem realiza a gestão da Plataforma de forma direta no dia a dia, mediando os demais membros. Em janeiro de 2022, esse primeiro entrevistado colaborou com algumas alterações no percurso da pesquisa, pois inicialmente pensei que as ações da PPA se concentravam apenas na região Norte; por isso o roteiro de entrevista naquele momento estava orientado com perguntas exclusivamente sobre

essa região. No entanto, após o diálogo tive uma melhor compreensão da dimensão territorial e geopolítica das ações da Plataforma na Amazônia.

Entre os sujeitos selecionados, está um representante da USAID enquanto **parceiro institucional** e único dessa categoria. O segundo entrevistado foi um representante das **empresas**, que estava vinculado à Natura, a qual faz uso da exploração de recursos naturais da Amazônia para desenvolver e comercializar seus cosméticos e também já atua há alguns anos diretamente na educação amazônica. Para representar a categoria **filantropia**, foi entrevistado um representante do Fundo Vale, que me informou elementos da sua perspectiva filantrópica e o interesse na organização em rede da PPA

O Imaflora foi contactado para representar a **sociedade civil**, porque tem negócios lucrativos na atuação e regulamentação de questões ambientais; por e-mail, recebi resposta de que seria atendido, mas até a conclusão da pesquisa não obtive retorno. Em seguida tentei diálogo com Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e não recebi resposta, e o Instituto Juruti Sustentável (IJUS) como terceira tentativa dessa categoria foi o que se disponibilizou a participar do estudo.

O último representante seria o da categoria **parceiros estratégicos**, manifesto na figura do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM), que se intitula organização não-governamental atuante junto ao público há mais de 15 anos; foi o responsável por iniciar no Brasil a articulação da rede PPA com a USAID; recebi comunicação por meio de dois estagiários, mas até o final da pesquisa não obtive retorno.

As informações que busquei junto aos sujeitos estavam relacionadas às circunstâncias de integração à rede PPA, suas perspectivas de social, suas ações direcionadas ao social na Amazônia, a noção de educação e desenvolvimento, a percepção do que compreendiam sobre Setor Dois e Meio, bem como quais as perspectivas de alteração da realidade local.

O texto desta tese está organizado em três capítulos e as considerações finais. Primeiramente, para atender ao objetivo de identificar como a globalização empresarial promove a intensificação de outras formas de relação social a partir da incorporação de novos filantropos a um novo projeto societário, o capítulo 1 versa sobre a lógica da globalização a fim de compreender o discurso empresarial como movimento internacional, que justifica um suposto retorno social de seus negócios ao adentrar as regiões mais vulneráveis, que podem impulsionar ou dar maior visibilidade para suas ações. Esse capítulo me permitiu identificar como se estrutura a emergência de novas relações sociais entre Estado, mercado e sociedade, as quais implicam novas formas de viver e, conseqüentemente, uma concepção de educação que possibilita escolhas de vida aos homens, agora também orientados pelos novos filantropos,

que mesclam filantropia a negócios rentáveis.

Para atender ao objetivo de desvelar por que instituições empresariais se incorporam em redes para promover o desenvolvimento da educação por meio de negócios sociais que podem gerar lucratividade, o capítulo 2 analisa como e por que instituições empresariais se incorporam a redes na direção aos negócios sociais numa perspectiva estratégica. Considero que a organização em redes fortalece um movimento pela diversidade de sujeitos envolvidos e ocupação dos espaços de disputas geopolíticas, desenvolvendo um tipo de educação que forma as pessoas para se tornarem adaptáveis às demandas do mercado.

Para atender ao objetivo de verificar de que forma a educação é subjacente às contradições, às mediações e às vinculações da dinâmica da PPA, orientadas para estruturação de negócios sociais que alteram o modo de viver na realidade amazônica, o capítulo 3 se deteve em desvelar a estrutura e dinâmica da PPA enquanto negócio social, assim como sua relação com o desenvolvimento sustentável. Esse esforço foi feito a partir de uma noção de educação subjacente a como se altera o modo de viver dos sujeitos impactados pelas ações dessa rede de política, a qual atua para um projeto próprio de sociedade defendido por empresários e por agentes externos.

Nas considerações, percebi que a Plataforma tem um propósito definido, que é causar impactos sociais positivos para populações vulneráveis, em razão de deter riqueza de informações própria da iniciativa privada e por ser a única na Amazônia brasileira atualmente com coordenação da USAID. Tal fator me permitiu alcançar o objetivo de analisar as contradições, mediações e vinculações que se fazem presentes na essência do objeto, marcadas pela conformação dos chamados negócios sociais e informadas a partir da análise do arcabouço documental próprio e do diálogo com os sujeitos organizados em rede no projeto de desenvolvimento sustentável – o qual deverá servir de referência para o mundo, estando em consonância com as demandas internacionais das formas revitalizadas do sistema capitalista, que hoje orientam as relações sociais e as políticas públicas educacionais.

## **CAPÍTULO 1 - A GLOBALIZAÇÃO EMPRESARIAL NA INTENSIFICAÇÃO DE NOVAS FORMAS DE RELAÇÕES SOCIAIS**

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado (SANTOS, 2021, p. 24).

Neste capítulo, são identificadas como se estruturam de forma global as estratégias empresariais para a causa social, destacando a globalização como parte da história do capitalismo e como intensifica processos de desigualdade humana, com valorização da individualidade e falácia de meritocracia para o sucesso em oposição à empatia. Além disso, há destaque para como a preocupação com as questões sociais passa a fazer parte da dinâmica dos novos filantropos para executar outro projeto societário decorrente do tripé Estado, mercado e sociedade, numa tentativa de subsumir a política estatal à política empresarial.

### **1.1 A questão social enquanto movimento global da dinâmica empresarial**

Ao fazer uma análise crítica da globalização, como se conhece atualmente, Santos (2021) a define como um mundo imaginário, porque o discurso propagado diverge da realidade, já que a voz de seus defensores alcançou voos inimagináveis, em decorrência do alargamento de todos os contextos físicos, emocionais e culturais, para tentar vender uma ideia de unificação a partir de repetições de ideias, as quais almejam convencer a todos sobre os projetos mostrados pela classe dominante e replicados pelos meios e formas de comunicação.

Na realidade, há três mundos bem distintos quando se fala em globalização. O primeiro mundo, que seria a globalização como fábula apresentada por meio do falseamento da realidade – o encantamento, a ilusão de igualdade, com as distâncias espaciais sendo encurtadas. Trata-se de falácias propagadas por sujeitos heterogêneos, representados pelos empresários, na tentativa de fazer com que todos creiam que falam a mesma língua e possuem os mesmos projetos de desenvolvimento, enquanto se é executado um projeto de sociedade proposto por esses grupos sociais dominantes.

A fábula da globalização em sua essência só estimula o consumo desenfreado e, ao invés de colocar todo o planeta num diálogo horizontal, acaba por aprofundar as diferenças locais, ao mesmo tempo em que “fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas

o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais” (SANTOS, 2021, p. 24).

A intrínseca relação entre Estado, mercado e sociedade possui diversas vertentes e meandros, a respeito das quais Marx (2011) já afirmava que as decisões estatais são influenciadas por grupos dominantes na sociedade, para que seus ideais sejam replicados em políticas públicas, o que se intensifica no mundo da globalização e nas relações de poder com a política, tal qual feito por empresas desejando prevalecer em detrimento das decisões emanadas do Estado.

A fábula dessa relação assenta-se numa dita “morte” do papel do Estado para com a área social, com o objetivo de que novos sujeitos direcionem os rumos sociais, ao passo que a instituição estatal apenas a regularia. Tal processo não se materializa, uma vez que o espaço e o fundo público ainda são essenciais para promoção do desenvolvimento, além de a instituição estatal não representar uma barreira para o progresso econômico e social; antes ela limita a atuação dos empresários na definição de políticas, dentro dos limites de cada nação.

Santos (2021) destaca como as fábulas da globalização iludem de diversas formas porque elas fazem os homens pensar que tempo e espaço são os mesmos e acessíveis a todos pela intensificação das notícias, por exemplo. Na realidade, ocorre um distanciamento dos grupos sociais, na corrida para atualização constante de tudo o que acontece, a corrida pelo dinheiro para comprar objetos mais modernos e de última geração, com obsolescência programada no mercado. O dito novo, moderno, atual, cobiçado é apresentado pelo grupo dominante, para que os menos favorecidos economicamente precisem se adaptar e conseguir as novidades de um suposto mundo único.

Com isso, em uma rápida metáfora, é possível dizer que os indivíduos sabem como podem adentrar tal espaço, mas não possuem as credenciais para acesso, o que os faz ficar do lado de fora se não “correrem atrás” desse acesso por meio de seu esforço.

O caráter de fábula seria uma espécie de artimanha sistêmica para o desenvolvimento da questão social, entendida aqui como a “expressão das contradições da sociabilidade capitalista, das desigualdades oriundas da produção social da riqueza e de sua acumulação privada, da lei geral da acumulação capitalista” (IASI, 2019, p. 425).

Tal noção de questão social advinda da Sociologia e da Ciência Política reflete diretamente na educação e nos problemas sociais, em geral a partir de relações dialéticas entre Estado, mercado e sociedade, nas quais os sujeitos transformam seus anseios em questões, na perspectiva de incorporar esses elementos na arena de disputas das políticas públicas educacionais.

Logo, esse processo é de interesse do movimento global da dinâmica empresarial, considerando como a preocupação daqueles que fazem negócios com os debates sociais é benéfica para a intensificação das suas ações comerciais. Hobsbawm (1995) chama os empresários e negociadores em geral de “homens de negócios”, que atuam na sociedade capitalista sempre na perspectiva de ampliar seus lucros, mas não para melhorá-la para os mais necessitados.

Este é um processo global em que os empresários se adaptam aos meios e às técnicas disponíveis para ampliação de suas ações e disseminação de sua política própria, em sobreposição à política feita pelo Estado, especialmente com os meios atuais como redes sociais e *softwares*. Plataformas nacionais e internacionais induzem seus usuários e replicam a lógica neoliberal em todas as suas dimensões, invadindo espaços com os quais a política estatal tem mais dificuldade, em decorrência de a linguagem das redes ser automática, rápida e própria, com notícias e informações que alcançam públicos diversos, como jovens e influenciadores, que gostam e vivem de replicar ideias.

A dinâmica empresarial é ligeira e eficiente, o que fomenta um projeto societário ainda mais excludente, no qual tudo vira oportunidade de fazer negócio e no qual as disputas de poder ocorrem em âmbito global, não mais local, com base na “racionalidade do capital transformada em lei social geral” (LAVAL, 2019, p. 9).

Voltando a Santos (2021), a segunda perspectiva de globalização é aquela entendida como perversidade, que na realidade aumenta as desigualdades sociais, estimula um consumismo desenfreado e faz com que os pobres, além de ficarem mais pobres, também encontrem dificuldades de ascender socialmente em função dos parâmetros estabelecidos.

As classes menos favorecidas economicamente são as mais afetadas, porque não possuem poder aquisitivo para acessar o que é (pro)posto pela globalização. Desse modo, nessa era concorrencial, a organização estatal – que deveria agir em prol daqueles que mais precisam – é passível de corrupção e incompetência técnica administrativa, as quais são cooptadas por parte dos discursos e preceitos desse projeto de sociedade capitalista em disputa com mediações de homens concretos. “A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas” (SANTOS, 2021, p. 25).

Para Santos (2021, p. 29), “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”, mundo no qual a perversidade se dá pelos meios políticos que precisam alcançar todo o globo. Para isso, utiliza-se da globalização e de sua característica invasão tecnológica para adentrar locais bem distantes de sua origem, a exemplo

das empresas globais. A ideia aí é tentar impor-se em territórios que as antigas técnicas não alcançavam, com lógicas de expansão e ampliação de mercado elaboradas no âmbito de políticas de empresas.

Logo, é uma informação pensada e executada por grupos privados que se utilizam da globalização para difundir seus valores, em interface como “a história é comandada pelos grandes atores desse tempo real, que são, ao mesmo tempo, os donos da velocidade e os autores do discurso ideológico” (SANTOS, 2021, p. 36). Até mesmo os sonhos são mercantilizados, porque as palavras ganham outras conotações afinadas com a lógica neoliberal, e os empresários se apropriam de conceitos e os reinventam para atender aos seus interesses e suas ideologias em nível global.

Há uma intensificação do papel político executado pelas empresas na regulação do homem, que passa a sentir-se desamparado nesse cenário global, por não se enquadrar ou não conseguir ter acesso aos meios de consumo disponíveis, visto que a informação de que há uma outra cultura externa à sua, chega ao seu conhecimento, mas este só terá possibilidade de comer, vestir, sentir a cultura do outro, se trabalhar muito e tiver dinheiro para isso. Logo, o objeto analisado nesta tese caminha na perspectiva desse fenômeno em razão de os impactos sociais na Amazônia a partir da PPA serem identificados, reconhecidos, estimulados, financiados e gerenciados pelas empresas que disseminam seu projeto societário sobre a vida humana numa região, a qual historicamente carece de ações estatais.

Quanto mais carente for uma região, melhor é o cenário para atuação social dos empresários individuais ou organizados em redes. Isso, porque o impacto é mais perceptível quanto à transformação da realidade em números ou mesmo na forma de pensar daquela comunidade, o que daria credibilidade para o proponente da mudança. Geralmente trata-se de negociadores transnacionais e que possuem realmente um novo projeto societário por trás de todos os programas, projetos e ações por meio dos discursos de ajuda, beneficência e situações de filantropia. “Entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontram-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social” (SANTOS, 2021, p. 51).

Cabe ressaltar que propostas falaciosas de mundo igualitário são propagadas por consórcios societários, aqui entendidos como parceiros que se unem num objetivo em comum, o que inclui alianças de sujeitos da mídia, igrejas, ricos, filantropos, empresários e outros no sentido de propagar um discurso único para manutenção das desigualdades sociais. Tudo isso direciona um projeto de sociedade alinhado com as vertentes da globalização, com suas nuances refinadas no neoliberalismo e com a exploração continuada da classe trabalhadora.

O esforço individual com jornadas de trabalhos extensas, em que o indivíduo deve ter dois ou até três empregos para conseguir seus bens materiais, é naturalizado como o mínimo que se deve fazer ao desejar ter êxito, para ser um homem bem-visto na sociedade. Há uma inversão dos valores de dignidade humana como solidariedade midiaticamente defendida, na qual a sobrecarga do trabalhador é entendida como um valor moral e material a ser perseguido.

Montaño (2014) já alertava sobre os “cantos das sereias” na sociedade. Especialmente na era globalizada, vê-se que a perversidade tem encantos sedutores como a romantização da precariedade dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se banaliza a pobreza – a exemplo de quando as pessoas saem de suas casas ainda na madrugada, para pegar mais de uma condução, trabalhar mais de oito horas por dia, estudando à noite, abrindo mão de folgas e finais de semana para ter mais recursos financeiros, porque assim seu mérito seria supostamente recompensado por seu esforço próprio, com mais dinheiro.

A vertente atual do tipo perverso da globalização e da mercantilização de tudo no sistema capitalista mexe com o tempo e a vida das pessoas. Assim, em função do dinheiro, adiam-se filhos para evitar gastos, evita-se lazer porque este terá custo, adia-se o casamento porque não há dinheiro para fazer a festa dos sonhos, ou seja, vive-se em função das coisas que serão conseguidas, futuramente, via esforço individual. “Junte-se a isso o processo de conformação da opinião pelas mídias, um dado importante no movimento de alienação trazido com a substituição do debate civilizatório pelo discurso único do mercado” (SANTOS, 2021, p. 71).

É um movimento típico da globalização, que se opõe ao que vinha acontecendo em séculos anteriores, quando a política territorial estava atrelada à vida social, em consonância com o espaço físico dos sujeitos, de modo que esse tipo de política tinha a mesma força da política econômica. Algumas mudanças na relação Estado, mercado e sociedade vinham sendo reformuladas em função do progresso das técnicas e da tecnologia, e da perspectiva de dignidade humana com relativo sentido de plenitude do homem, muito informada por condições de democratização das relações e do espírito de solidariedade social intensificado após a Segunda Guerra mundial.

Até o século XVIII, as reformulações das ideias capitalistas encontraram barreiras nas revoluções daquele momento, e na própria Filosofia, que impediu a entrega das técnicas aos defensores do sistema capitalista, que poderiam ter organizado o mundo de modo distinto do que se tem atualmente, pois poderia ser muito mais competitivo ainda (SANTOS, 2021).

Logo, é possível verificar que, desde o advento do sistema de acumulação capitalista, há a separação entre dominantes e dominados (classe burguesa e trabalhadores), razão pela qual

a globalização só veio aprofundar a divisão da sociedade, porém, não é responsável direta pela crise e pelas desigualdades sociais, já que isso é inerente ao capital.

Ainda de acordo com Santos (2021), não é que o homem tenha tido condições plenas de vida na segunda metade do século XX em alguns países do mundo, mas o viés de solidariedade humana fazia-se presente nas sociedades enquanto estratégia de oposição e resistência ao capitalismo. Assim, “a globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada” (p. 76).

Essa capacidade estratégica de os grupos oligopolistas e as empresas atuarem em nível global vem sendo caracterizada como mundialização do capital, representando de maneira fiel o conceito em inglês de globalização, com tais oligopólios, de forma autônoma, desenvolvendo suas ações com conduta global. “A integração internacional dos mercados financeiros resulta, sim, da liberalização e desregulamentação que levaram a abertura dos mercados nacionais e permitiram sua interligação em tempo real” (CHESNAIS, 1996, p. 17).

Chesnais (1996) destaca ainda que o termo mundialização é de origem francesa (*mondialisation*) e encontrou dificuldades de se impor no mundo, porque o inglês domina o sistema capitalista das negociações e, conseqüentemente, o vocabulário dos grandes empresários. Além disso, o termo causa relativa estranheza quando comparado com global e globalização, mas seu uso se justifica também pelo fato de a economia ter-se mundializado e, como resposta, seria relevante a criação de empresas mundiais a fim de controlar esse movimento. Diante disso, vê-se que estar sob controle – especialmente um proposto por Estados – é exatamente o que não querem os grandes grupos que regem as forças econômicas.

Globalização e mundialização então estão intrinsecamente envolvidas quanto a seu potencial de expansão de informações, de sentimentos e da forma de fazer política no sistema capitalista. Isso, porque “a rigor, a história do capitalismo pode ser vista com a história da mundialização, da globalização do mundo. Um processo histórico de larga duração com ciclos de expansão e retração, ruptura e reorientação” (IANNI, 2013, p. 55).

Segundo Ianni (2013), a história do capitalismo pode ser facilmente compreendida e interpretada como a história da globalização do mundo, que se altera conforme as necessidades da conjuntura e se reinventa constantemente de acordo com demandas das forças do mercado mundial, em um processo no qual “emergem ou desenvolvem-se relações, processos e estruturas sociais, econômicos, políticos e culturais, acentuando e generalizando a mundialização” (IANNI, 2013, p. 56).

A força do capitalismo como modo de vida em âmbito global hoje em dia já possui elementos mais perceptíveis, se comparada com as primeiras indicações críticas de Karl Marx, que sabia da sua potência, mas não poderia mensurar suas consequências e formas diversas de dominar as sociedades pela força ou pelo poder de convencimento.

Ianni (2013) destaca que as características do capitalismo lhe possibilitam esse alcance global a partir de três grandes elementos, pois: i) ele se expande pela geografia e história das sociedades, inserindo-se progressivamente nelas e “revoluciona contínua ou periodicamente as condições sociais, econômicas, políticas e culturais de povos e civilizações não capitalistas ou não ocidentais” (2013, p. 53-54); ii) sua dinâmica reelabora as formas de trabalho e organização da sociedade e, por consequência, dita o modo de vida; e iii) ele absorve capitais menores ou até semelhantes à sua dinâmica, numa constante forma de lucrar cada vez mais – “em outros termos, o modo capitalista de produção envolve a reprodução ampliada do capitalismo em escala cada vez mais ampla, simultaneamente nacional, continental e global (2013, p. 54).

A reprodução ampliada do capital, na medida em que se intensifica e generaliza, põe em causa fronteiras, códigos, constituições, moedas, estilos de gestão econômica privada e pública, práticas de planejamento governamental e empresarial, projetos de desenvolvimento. Aos poucos, emergem os esboços de outras formas de poder econômico e político (IANNI, 2013, p. 40).

Essa forma de o capitalismo se reinventar globalmente pode ser percebida na forma dos negócios sociais, que ampliam seu público-alvo e envolvem novos sujeitos na teia de impacto social, na busca de lucro a partir da filantropia, aliada ao benefício financeiro. Consequentemente, ditam um novo tipo de administração pública fundamentada no mercado.

A PPA como caso concreto propõe um projeto de desenvolvimento sustentável a partir da junção em rede de setores empresariais. O objetivo é alterar a situação local considerando parâmetros técnicos impostos e os resultados conseguidos nessa realidade, que podem servir de modelo para outras situações globais e intensificar o poder político dos propositores tornando-os referência. Tudo isso ajuda a entender os possíveis interesses e formas de estruturação dos empresários em rede em prol da proposição de forças atuais e renovadas do sistema capitalista.

Daí a globalização empresarial ser assumida aqui enquanto parte de uma dinâmica manifesta pelo movimento dos novos filantropos para expansão de seus negócios na constituição de novas formas de relações sociais e modos de vida. Chesnais (1996, p. 25) fala que, do ponto de vista do progresso técnico, a globalização “é quase invariavelmente apresentada como um processo benéfico e necessário”. Portanto, a adaptação da sociedade é a palavra-chave do movimento em que os relatórios dos grandes grupos internacionais destacam

que, mesmo com algumas inconveniências de seu fluxo, ela comporta a liberalização e a desregulamentação, processos que elevam as transações das empresas e lhes garantem acentuada liberdade. Tais aspectos representariam assim a “força do mercado” e se afastariam de qualquer tentativa de controle, dominação e orientação em face da mundialização.

Dessa forma, é importante ressaltar como é na lógica da pedagogia mercantil da globalização que as relações humanas de solidariedade e sensibilidade são enfraquecidas e substituídas pelo individualismo, competitividade, seletividade, meritocracia e seus correlatos. Estes são considerados impulsionadores daquilo que é identificado como progresso social, o qual na verdade é para poucos. Ora, resulta que, na “selva de pedra global”, vai se difundido um tipo de política que maximiza os projetos sociais em disputa, que intensifica a divisão social em classes e gera retrocessos, e impacta a ressignificação de direitos como campo de fazer negócios, com um fortalecimento da política empresarial em detrimento da estatal.

Os sujeitos organizados em redes de empresas globais possuem uma ideologia própria de seu meio social, que é a concorrência constante como alicerce de suas ações, a qual dá uma falsa sensação de liberdade e democracia aos envolvidos, que teriam as mesmas chances e oportunidades, só dependendo do esforço de cada um as formas de aproveitá-los. Ainda assim, os indutores dessa proposta de modo de viver não são classificados como autoritários no processo global, porque as disputas seriam um aspecto natural para o progresso de todos os homens, segundo a internalização dessa lógica.

Assim, a política feita no mercado, com o mercado e para o mercado se fortalece nos processos globais, na medida em que aqueles que propõem esse tipo de política ganham em dois aspectos: i) difundem uma ideia-base universal e motor para execução de seus projetos; e ii) pouco ou nada encontram de resistência, porque há consenso generalizado de que o acirramento das relações é positivo para o desenvolvimento social, fazendo com que o convencimento, a internalização, a subjetivação desse ideal alcancem patamares ainda mais sólidos e nocivos do que essa etapa da globalização já perversa (SANTOS, 2021).

A política agora é feita no mercado. Só que esse mercado global não existe como ator, mas como uma ideologia, um símbolo. Os atores são as empresas globais, que não têm preocupações éticas, nem finalísticas. Dir-se-á que, no mundo da competitividade, ou se é cada vez mais individualista, ou se desaparece. Então, a própria lógica de sobrevivência da empresa global sugere que funcione sem nenhum altruísmo (SANTOS, 2021, p. 77-78).

Oliveira (2012) destaca que consensos fazem parte da dinâmica da globalização empresarial, materializando-se de diversas formas em cada nação alcançada pelo sistema capitalista. Ao fazer um comparativo entre Brasil e EUA, o mesmo revela que a dominação das

massas aqui ocorre pelo atraso, que é uma artimanha de dominação que permite haver a configuração de uma hegemonia plena. Isso, porque se come, pensa e sonha a partir dos ditames da hegemonia burguesa, enquanto no Estado americano domina-se a sociedade e formam-se consensos a partir da lógica do individualismo, na qual os sujeitos são responsabilizados pelo seu sucesso, sendo exitoso aquele com capacidade de aproveitar as oportunidades que lhes são dadas.

É nesse viés dos sonhos que as relações sociais no Brasil se desenvolvem, porque os meios de comunicação hegemônicos ditam como a sociedade deve consumir, da mesma forma que o atraso colabora para que não haja recusas aos sonhos comercializáveis, já que as pessoas veem a propaganda e querem aquilo para si. Nesse processo, as formas de *marketing* estão cada vez mais refinadas; um exemplo anedótico seria a utilização da figura de avôs e netos com a transmissão de uma mensagem baseada em relações afetivas, como realizado em peças publicitárias de bancos, ou mesmo de faculdades particulares, que por sua vez usam *slogans* como “aqui você pode” para fisgar o público, que só dispõe de algumas horas do dia para estudar e assim paga cursos a distância de forma a ter méritos – anseio que também escamoteia a realidade, pois o diploma por si não assegura empregos pelo menos empregos dignos.

O Brasil e a Amazônia, aqui analisada com destaque, sofrem influência direta dos ditames da globalização, porque nessa região busca-se fazer cópia de políticas dos modelos já executados em países desenvolvidos, com defesa dos parâmetros de individualismo e empreendedorismo que deram certo para os mais ricos. A política educacional brasileira pela lógica neoliberal segue a perspectiva da globalização, com manuais feitos por empresas, livros e revistas elaborados por grandes editoras pertencentes a conglomerados de comunicação, além de outras formas de os sistemas educacionais apenas executarem o que foi feito em outras experiências do mundo, sem a atenção devida às peculiaridades nacionais (FREITAS, 2018).

As empresas globais fomentam um tipo de política pública baseado em um certo esgarçamento das relações humanas e sociais, dando ênfase à própria lógica individualista, que passa a ser encarada como necessária para sua sobrevivência e de seus colaboradores. As mediações e vinculações da individualidade humana como necessidade sistêmica são impostas pelos “homens de negócios” como uma questão social indispensável ao progresso, cuja dinâmica global direciona-se à perda de importância do aspecto de solidariedade entre os homens e, conseqüentemente, de como esse princípio se faz presente nas políticas de cunho social do Estado, que projeta uma sociedade beneficiada por políticas sociais.

Compreendo que políticas públicas sociais não são balizadas por favores ou solidariedade por parte do Estado, mas pelo entendimento de que uma parcela social carece de

ação imediata dos governantes, porque não é possível esperar uma política macro para que o benefício seja executado. Desse modo, as políticas resultam de critérios técnicos, como planejamento, pesquisa, dados levantados e sensibilidade humana em prol de uma mobilização social que envolve empatia entre as pessoas na sociedade; é justamente esse proceder que se encontra sob ameaça pela política empresarial e pela noção de globalização atual, que incentiva o individualismo e a falácia da meritocracia.

Para Behring (2006), as políticas sociais decorrem da própria constituição da burguesia, num movimento político e econômico de lutas de classes no sistema capitalista, porque tais políticas não representam ações de caridade e nem devem ser compreendidas somente a partir da movimentação de sujeitos que se organizam para as colocar em prática, já que decorrem das contradições históricas em uma totalidade.

Logo, a política empresarial mediada pelos processos de globalização assinala como desnecessária a vontade dos homens de ajudar uns aos outros. Desse modo, após conseguir propagar o consenso, altera-se o discurso de que é necessário retomar as relações de solidariedade na sociedade de acordo com seus interesses, já que sem a solidariedade natural em seu sentido descompromissado de interesses de ganho, as empresas globais podem ser prejudicadas pela própria lógica disseminada, porque em eventuais crises poderão não ter apoio dos colaboradores /funcionários assim como do Estado, para se manter no mercado.

Portanto, é preciso fortalecer a lógica da solidariedade com dia marcado em que esporadicamente os empresários realizam espetáculos midiáticos de suas ações caridosas como estratégia de promoção de suas imagens vinculadas a um dito comprometimento social sendo uma perspectiva na contramão da solidariedade como valor moral (VALE, 2017).

É possível ver como um tipo mercantil de solidariedade está presente nas mediações do sistema capitalista, enquanto movimento global da dinâmica empresarial, e pode ser percebido de diversas formas na agenda global de projetos societários como os debates sobre sustentabilidade. Tem-se aí uma vertente proposta pelos grandes empresários, a qual também vira negócios que interferem na construção social dos homens, que precisam se reeducar para que o meio ambiente em que estão inseridos seja recuperado após longos anos de exploração para acumulação do capital.

A contradição na sustentabilidade é a contradição do capital, que dita a forma de se viver, porque primeiro os empresários exploram o meio ambiente e, agora, propõem novas formas de fazer negócio no processo de uma pretensa preservação das áreas verdes. Com isso, definem como os homens devem agir e como devem mudar sua concepção de vida e alimentação, com produtos comprados em empresas comprometidas ecológica e

sustentavelmente; assim, a política empresarial se renova consensualmente, já que adentra a subjetividade humana.

Como uma das frentes de trabalho da PPA, é relevante ressaltar como a sustentabilidade é uma palavra que faz parte das grandes conferências internacionais dos líderes dos países mais desenvolvidos, em função de sua implicação direta para a economia e a organização da sociedade pelos mais diferentes sujeitos e interesses em disputa que definem modelos de políticas públicas.

Lima (2003) destaca que o termo sustentabilidade, na era da globalização, tornou-se palavra dominante nos grandes debates sobre meio ambiente e desenvolvimento social, pronunciada por distintos sujeitos e em diferentes contextos da sociedade e com múltiplos sentidos, impactando diversos campos do saber, com destaque para a educação. Isso levou os organismos internacionais, organizações da sociedade civil e agências em algumas partes do mundo a trocarem o termo educação ambiental, utilizado na literatura há muitos anos, por "educação para a sustentabilidade" ou "para um futuro sustentável", como forma de renovação discursiva não somente nos grandes centros, como também nas periferias.

Não por acaso, e com força política e social, a sustentabilidade e suas novas roupagens terminológicas nos processos de globalização levam a outras questões para as sociedades, como a ideia equivocada de que a união de todos pode salvar o planeta, numa tentativa de desresponsabilização do Estado ou de taxá-lo como ineficiente; novamente, a solução para a questão ambiental estaria no mercado ou na sociedade civil organizada para essa finalidade.

Os debates sobre sustentabilidade precisam de análise na sua essência, porque são muito mais do que apenas termos renovadores e mascaram uma readaptação do sistema capitalista para manter no topo do poder aqueles países que compreendem a relação direta entre a dita economia verde e desenvolvimento econômico.

num cenário de transnacionalização do capitalismo, submetido aos imperativos do mercado livre, da mobilização do capital e de governos comprometidos com políticas de privatização, o discurso do desenvolvimento sustentável só poderia obter sucesso se conseguisse demonstrar que a conservação ambiental promovia o crescimento dos negócios e da economia e não apenas que estes valores antagônicos podiam ser reconciliados (LIMA, 2003, não paginado).

Quando se realiza a análise de políticas públicas, a romantização de ações de governantes não deve ser cogitada, porque eles devem realizar suas obrigações de promover melhorias na vida social, com destaque para as populações mais vulneráveis. Esse esforço inclui a promoção de práticas de sustentabilidade, que não surgiram no mundo globalizado por

bondade dos líderes de Estado daqueles países desenvolvidos, mas sim por causa de sua implicação direta para a economia; isto é, sem preservação ambiental, a matéria-prima para produtos comercializados deixaria de existir ou estes seriam extremamente encarecidos – como em bolsas, roupas e sapatos. Assim, as ditas crises poderiam surgir sem perspectiva de fortalecer o sistema capitalista, como aponta Harvey (2011).

É necessário que haja um pouco de sensibilidade ou sensatez desses líderes de Estado, para que os debates sobre sustentabilidade ganhem proporções de alguma maneira, seja pela necessidade de políticas de preservação seja pelos impactos na economia que interferem diretamente no desenvolvimento das sociedades.

Essa gradual explanação do termo sustentabilidade e outras variações semânticas colabora para que haja um consenso de modernização ecológica enquanto possibilidade de “reestruturação da economia política do capitalismo que se esforça em demonstrar a compatibilidade entre crescimento econômico e proteção ambiental, e a possibilidade de enfrentar a crise ambiental dentro dos marcos do capitalismo” (LIMA, 2003, não paginado).

Para os empresários, a sustentabilidade está coadunada com a expansão de seus negócios em função do alinhamento com as necessidades do mercado. Para isso é imprescindível promover uma educação com vertente mercantil, em que se mantenha a floresta em pé sem reduzir os lucros. Ou seja, fala-se em sustentabilidade a partir de uma demanda econômica que, na Amazônia, pode ser bastante rentável, em decorrência dos recursos naturais e territoriais, de modo que a única sustentabilidade aparentemente possível é a do capital.

Na conjuntura brasileira, que representa um país em desenvolvimento a questão da sustentabilidade é bastante atual. Assim, constantemente o país está inserido nos diálogos internacionais sobre essa temática por causa de sua relação com a economia. Diante disso, assumo a perspectiva de Santos (2022) quando afirma que a sustentabilidade na sociedade capitalista e, na Amazônia, em particular, é praticamente um projeto impossível, pois no máximo pode haver práticas que minimizem os problemas ambientais, mas não os extinguir, já que o lucro está acima de tudo. Ao falar sobre sustentabilidade e desenvolvimento nessa região, por meio de grandes projetos instalados, sua avaliação é negativa para preservação e/ou reconstrução do meio ambiente, porque tais projetos não propiciam melhores condições no amanhã para as comunidades locais, justamente

pela forma como o desenvolvimento se apresenta, um temor num futuro próximo, que se vislumbra sombrio. Isso já estamos constatando, por meio de inúmeros eventos, como a poluição dos rios, o aumento da violência, a destruição das condições de vida da população nativa em seus espaços de identidade, o lugar onde nasceram (SANTOS, 2022, p. 30).

A sustentabilidade proposta por alguns grupos de empresários pouco se efetivará em decorrência de suas estratégias, que não condizem com a realidade daqueles que, de fato, poderiam colaborar com o cotidiano, que são os povos locais. Tem-se assim um projeto permanentemente descontextualizado e de utilização da floresta como oportunidade de fazer negócio. Entendo por sustentabilidade que a floresta pode ser usada, mas de forma verdadeiramente sustentável para que haja desenvolvimento para todos, retirando-se matéria-prima e se replantando corretamente, com manejo do solo como algo contínuo.

Diante disso, uma noção que merece atenção é a de país em desenvolvimento, que possui relação com o G20, uma organização criada no ano de 1999, após uma crise internacional, que reúne os países com as maiores economias mundiais em decorrência de sua importância econômica e espacial; dependendo dos critérios, conta com 19 países e um bloco da União Europeia, que fazem parte dessa Organização. Atualmente, as reuniões anuais desse Fórum, além dos debates sobre economia, também passaram a envolver questões como clima, energia e meio ambiente. É válido destacar também o G7, grupo formado pelas maiores economias do mundo, que são: Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e EUA, que até o ano de 2014 era chamado de G8, com a Rússia, suspensa por tempo indeterminado (MALAR, 2021, on-line; LEBLANC, 2021, on-line).

Malar (2021, on-line) destaca que, a partir do ano de 2001, surgiu outro G20, que inclui somente países em desenvolvimento para debater diretamente as ações do G20 dos países com as maiores economias, sendo intitulados, respectivamente, de G20 comercial e G20 financeiro. O primeiro é liderado pelo Brasil, país em desenvolvimento, que também é membro do G20 financeiro.

Logo, falar em sustentabilidade na era globalizada tem uma relação intrínseca entre Estado, mercado e sociedade e, conseqüentemente, implica a atuação dos empresários e o retorno de seus negócios no aspecto social. É o que ocorre com a PPA, que, em defesa da sustentabilidade da Amazônia, propõe ações que envolvem um tipo próprio educação alinhado ao desenvolvimento territorial e social, o qual interfere na economia, no comércio e no fomento do empreendedorismo, porque são questões interligadas às negociações com finalidade de impacto social.

A sustentabilidade é um debate recorrente no ramo da economia por meio de grandes grupos empresariais com um discurso alinhado com as demandas do mercado. Tal fenômeno não é incoerente dentro do jogo de poder das sociedades capitalistas, como o Brasil, porém,

essa sustentabilidade para a Amazônia precisa ser decorrente de um diálogo permanente com as comunidades locais e o poder público (SANTOS, 2022).

Harvey (2011) destaca que as crises fortalecem as empresas, porque revigoram seu papel na sociedade, na medida em que movimentam diversos setores sociais; nessas crises, os mais pobres de fato perdem muito, enquanto as grandes empresas ampliam seus negócios – a exemplo do que aconteceu nos Estados Unidos no ano de 2008, com uma grande crise global em que diversas instituições financeiras receberam ajuda do Estado porque eram consideradas “grandes demais para falir” (HARVEY, 2011, p. 12). “As crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo. Geralmente levam a reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novos campos de investimento e novas formas de poder de classe” (HARVEY, 2011, p. 18).

Assim, as crises cíclicas do capitalismo alcançam impactos globais rapidamente em decorrência de meios e técnicas disponíveis, favorecendo a intensificação das desigualdades sociais e a reconfiguração do papel dos empresários, que passam a propor outros debates para a sociedade, como a responsabilidade social empresarial e ações novas de sujeitos isolados, com comprometimento próprio por meio de reconceituações do que se conhece como caridade e filantropia em seu sentido original, desprendido de relação comercial.

Os debates sobre empatia, filantropia e caridade de alguma forma são subjacentes às políticas públicas de cunho social e às políticas feitas por empresas, que disputam espaço na condução de ações direcionadas ao público por meio de parcerias público-privadas, assessoria técnica do setor privado ao Estado e, mais recentemente, com os ditos negócios sociais que reconfiguram a forma de fazer política para as necessidades da atualidade, reforçando a permanente correlação de forças própria do sistema capitalista.

Nesse cenário, é possível entender que os negócios de impactos sociais estão intimamente relacionados às políticas estatais e, dependendo da postura e do plano de governo do chefe de Estado, a lógica neoliberal pode ser mais acentuada ou não para intensificar a participação empresarial junto à esfera pública. Desse modo, o desenvolvimento social é em grande parte realizado a partir de parâmetros mercantis, no sentido de que sejam deliberadas alterações que favoreçam diferentes formas de ação do mercado em torno de causas sociais dentro dos critérios legais.

Para que isso ocorra, os empresários precisam adentrar a administração pública para materializar suas vontades e definir os rumos sociais por meio de políticas públicas, entre elas as educacionais; tudo isso se dando dentro de uma ordem mundial e geopolítica que não ocorre de maneira hegemônica, mas que demonstra como as alterações nacionais caminhariam para

uma mesma direção independente se as condições iniciais fossem as mesmas entre as nações (LAVAL, 2019).

No caso do Brasil, a Constituição Federal de 1988 representa a legislação de maior importância no arcabouço jurídico brasileiro, em especial, no Art. 37, no qual a moralidade como princípio da administração pública, junto com os aspectos da legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, deve resistir às tentativas de minimização ou enfraquecimento de tais princípios na tomada de decisões que interfiram na sociedade. A moralidade em destaque deve ser indissociável da administração pública, porque representa um conjunto de valores próprios do homem, como honestidade, sensibilidade e empatia, que leve em consideração seus pares em sociedade, os quais merecem o melhor dos meios e técnicas disponíveis para um viver pleno.

Os meios e técnicas disseminados nos processos de globalização, que induzem à intensificação do individualismo e à falta de compaixão ao próximo, não devem sobrepor-se aos interesses coletivos na administração pública brasileira, cujas políticas e projetos deliberados pelo poder público devem pensar no social, enquanto instrumento de mudança positiva, capaz de possibilitar maior equidade entre os brasileiros.

O dinheiro e a informação como alicerces da globalização encontram em países mais pobres local fértil para uma ilusória autonomia de ambos sobre a sociedade. Isso, porque a busca pelo dinheiro faz parte do cotidiano em um cenário acirrado de competição, enquanto a informação é centralizada nas mãos de poucas empresas, quando anunciam somente o que for de seus interesses. Aparentemente, há muitos veículos de circulação de informação, mas na realidade são os mesmos grupos liderando revistas, jornais, rádios, TV e outros, que efetivamente decidem o que será propagado e como isso ocorrerá, com destaque para o discurso de que se deve ter menos Estado na organização da vida social, num claro mascaramento de que o Estado vai existir sempre, sendo apenas mais flexível para atender aos interesses do mercado e dos empresários para seu projeto de sociedade.

No Brasil, o Grupo Globo representa o maior conglomerado de mídia, tendo como suas propriedades a TV Globo, que é líder de audiência no país, as revistas como a *Veja*, que é uma das mais lidas, além de Rádio Globo, *sites*, G1 notícias, canais por assinatura por meio do Canal Viva, plataforma *streaming* via Globoplay, e tantos outros, que demonstram a potência de sua atuação na sociedade como grupo hegemônico de comunicação.

O Grupo também defende a lógica de que deve haver um comprometimento com a área social. Para isso, vem ao longo dos anos realizando uma diversificação de suas ações para fisgar sempre novos públicos. Isso se dá quando levam temas do cotidiano para suas novelas, que representam diariamente um dos produtos de maior audiência e alcançam localidades

longínquas dos grandes centros, ou pela promoção direta de produtos midiáticos como o “Criança Esperança”, que reúne anualmente uma rede de sujeitos para arrecadar doações direcionadas a projetos sociais, com a justificativa de chegar aonde o Estado está sendo ausente. Por tudo isso, aí se faz política, com a propagação de uma responsabilidade social que é um dos pilares do Grupo Globo (GRUPO GLOBO, [20--], on-line).

Numa realidade de nação em desenvolvimento, mesmo tendo uma das maiores economias do mundo<sup>9</sup>, o Brasil ainda enfrenta muitas dificuldades em relação à universalização da educação de qualidade. A respeito dela, é preocupante que o maior grupo de comunicação demonstre poder e que o setor empresarial faça suas ideias alcançarem as populações mais vulneráveis, por meio dos seus programas, os quais se utilizam da comoção social, da solidariedade e outros sentimentos que impactam o público e ajudam a formar a imagem pública da empresa, que se declara comprometida socialmente, podendo ser configurada como uma forma de fazer política.

Na conjuntura do atual governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), a política feita pelo Estado durante sua gestão representa avanços para sobreposição da política empresarial à política emanada do setor público, seja pelo alinhamento direto aos empresários no apoio de suas ações seja por falas dentro do seu governo, a exemplo do que disseram seus ex-ministros, quando Milton Ribeiro, responsável pela pasta da Educação, afirmou que as universidades deveriam ser reservadas para poucos e para uma elite intelectualizada, endeusando a educação técnica, que deveria ser mais valorizada em função de sua utilidade social (G1, 2020a, on-line); e Ricardo Salles, do Meio Ambiente, que utilizou a expressão “passar a boiada” numa reunião ministerial no ano de 2020, ao se referir a aproveitar que as atenções da imprensa estariam voltadas às questões da pandemia de Covid-19 para flexibilizar regras que, segundo ele, atrapalhariam o desenvolvimento sustentável (G1, 2020b, on-line).

Os posicionamentos do atual governo brasileiro ilustram a perspectiva de Santos (2021), quando este menciona que a globalização impulsiona as vertentes do mundo capitalista de individualidade e exploração da dita economia verde, intensificando as individualidades, a exploração por parte daqueles que já detêm o dinheiro e a tecnologia ao seu dispor; assim, fortalece-se o tipo de política posta pelo mercado, materializada na ajuda dos que estão nas casas legislativas e nos altos cargos de governo. É um movimento também já denunciado por

---

<sup>9</sup> No ano de 2021, o Brasil estava em 12º colocado entre as economias mundiais com perspectiva de cair ainda mais no *ranking* da Austin Rating que faz o comparativo das maiores economias do mundo desde 1994. O País já esteve entre as dez maiores por muito tempo e durante 2010 a 2014 se manteve na sétima colocação (ALVARENGA, 2021, on-line).

Marx (2011), segundo o qual o Estado moderno atuaria para ampliar o poder dos “homens de negócios”, porque o Estado decorre das relações de produção, portanto, ele serve à classe dominante.

Destaca-se também como a política empresarial sai na frente das pesquisas feitas em universidades e outros espaços públicos, divulgando termos para mostrar sua força na sociedade, como aconteceu recentemente com a “pobreza menstrual”, que possui relação direta com o desenvolvimento da educação e, conseqüentemente, interfere em questões de cunho social de interesse da dinâmica empresarial.

A esse respeito, Neuman (2021) apresentou que, a cada dez meninas no mundo, uma deixa de ir à escola quando está menstruada e, no Brasil, o número sobe para quatro nessa estimativa global. “Falta de condição financeira para comprar absorventes e de estruturas sanitárias estão entre as causas do problema batizado de pobreza menstrual e reconhecido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)” (NEUMAN, 2021, on-line).

No ano de 2021, o tema ganhou destaque na mídia, demonstrando que, embora não seja algo novo, o conhecimento pela massa da população brasileira ocorreu após a notícia ser veiculada nos meios de comunicação, o que reforça a força empresarial com veiculação de temas ligados diretamente às questões sociais, que não são propagados pelas universidades e pesquisadores e sim pelo mercado. Este, posteriormente, pode ajudar a balizar políticas públicas, demonstrando a correlação de forças na sociedade também na corrida pela veiculação da notícia e na conformação da opinião pública.

No dia 7 de outubro de 2021, o presidente Jair Bolsonaro vetou a distribuição de absorventes para meninas e mulheres de baixa renda e em situação de rua (BRASIL, 2021, on-line), o que gerou reações em redes sociais e na mídia em geral, mas comprova certa irracionalidade, desprezo aos mais pobres e insensibilidade, que são fatores que devem ser evitados no perfil de chefes de Estado, especialmente quando se fala de políticas públicas que reduzam as desigualdades.

A situação foi alterada somente no ano de 2022, após mobilizações sociais e quando o “Congresso Nacional derrubou o veto do presidente Jair Bolsonaro à distribuição gratuita de absorventes higiênicos para estudantes carentes dos ensinos fundamental e médio, mulheres em situação de vulnerabilidade e presidiárias” (BRASIL, 2022, on-line).

Tal situação, no caso brasileiro, perpassa diretamente pelo desenvolvimento da educação, tendo em vista que essa atitude do governo federal se alinha a um tipo de política excludente na lógica da globalização neoliberal. Além disso, os empresários provavelmente esperam lucrar, vendendo grande quantidade de absorventes ao governo em preços bem mais

altos, porque faz parte de um comércio lucrativo e “itens como absorventes são fundamentais no âmbito das necessidades essenciais e basilares de saúde sendo diretamente proporcional a dignidade da mulher” (PIOVEZAN, 2022, p. 28).

Há também uma reconceituação de termos já existentes, como a questão social. Isso, porque, ao propor palavras, termos ou novidades via redes, a política empresarial se fortalece, enquanto indutora de ideias na estruturação da dinâmica empresarial em nível global em direção às causas sociais, porque seu objetivo final é expandir-se sempre para acumular cada vez mais por meio de distintas estratégias.

Catani (2021, p. 103) destaca que “a combinação entre a desqualificação da pesquisa na universidade pública e a criação de referências centralizadas pelas organizações mercantis são táticas empresariais de construir uma contrainteligência”. Para a autora, as empresas privadas precisam criar referências próprias de análises como parte de um movimento global e “voltar sua atividade para construir uma hegemonia de interpretação dos processos que não pode se dar sem a concorrência com alguma influência que as universidades públicas ainda possam ter na constituição de um pensamento crítico” (CATANI, 2021, p. 103).

Na rapidez da propagação das informações, a dinâmica empresarial e sua forma de fazer política apresentam novas terminologias, com a imposição de conceitos que são comercializados e alcançam públicos diversos; estes reproduzem a ideia de forma instantânea por meio das técnicas como redes sociais; intensificam constantemente as relações sociais propondo padrões de vida disponíveis num simples clique do celular; dispositivo que alcança até comunidades mais isoladas, nas quais a informação é imposta ao seu modo de vida.

A política empresarial se materializa também nos processos de globalização, com palavras de fácil assimilação, já que se adapta aos meios que quer adentrar, passando a determinar como tais palavras devem ser utilizadas, seus sentidos e intencionalidades. Esse processo vai demandar investigação da comunidade científica quanto aos dados que irão balizar políticas públicas, demonstrando a subsunção da política de Estado a um tipo de política feita fora dele.

A velocidade das informações, mediada pelos instrumentos das sociedades capitalistas, propaga também que aqueles que não tiverem êxito por seu próprio esforço poderão ser contemplados com as ações “bondosas” dos projetos oriundos da responsabilidade social empresarial; na verdade, estes só alcançaram parcela dos já excluídos, porque até as suas ações benéficas são medidas pelos números, atendendo apenas a uma parcela da sociedade. Logo, a política estatal é enfraquecida duplamente pela imposição empresarial e porque essas empresas continuarão mantendo a desigualdade social, de fato não aturando para chegar aonde o Estado

teria mais condições de efetivar políticas focais ou compensatórias (HARVEY, 2011; SANTOS, 2021).

A política empresarial (pro)posta para a sociedade mundial alcança seus objetivos na era globalizada, já que estimula a segregação. Isso, porque o retorno social de seus negócios alcançará parte da população em uma mesma localidade, o que enfraquece as ações de colaboração e solidariedade entre as pessoas e de mobilização coletiva, no sentido de tentar reverter desigualdades sociais. Em contraponto, a dinâmica empresarial vai se construindo como conformação de novas relações sociais com busca individualizada pelo dinheiro, cujo êxito, por exemplo, passa a ser compartilhado em redes sociais para demonstrar a toda a sociedade como estímulo de a perseverança permitiria alcançar o “sucesso”.

A utilização de redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter* para falsear uma vida idealizada pelas pessoas representa uma das estratégias de força da dinâmica empresarial, voltada sobretudo para promover as formas das pessoas se relacionarem na sociedade globalizada. Nessas mídias, vende-se, compra-se, fazem-se negócios, em geral, com comercialização de padrões de beleza e vida que estimulam mais trabalho, mais consumo e maior degradação de valores humanos, os quais são substituídos pelos padrões das redes.

As barreiras para se materializar outro tipo de globalização possível são muitas, porque são intensificadas pelo individualismo social, mediado pelas políticas empresariais, as quais se beneficiam da manutenção da divisão social em classes; isto é, aqueles com mais dinheiro determinam o fluxo social para aqueles que estão em busca do dinheiro, os quais têm de seguir as regras estabelecidas, já que “o capital não é uma coisa, mas um processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro. Os capitalistas – aqueles que põem esse processo em movimento – assumem identidades muito diferentes” (HARVEY, 2011, p. 41).

Para que ocorra a mudança dessas ideias enraizadas na sociedade global, é necessário alterar a estrutura e a lógica disseminada, para que a política estatal retome sua posição de melhoria da vida de todos. Tal seria o caminho viável e necessário representado por meio de um terceiro tipo de globalização – uma globalização mais humana. Esta se tornaria possível a partir do real, que abarca diversas culturas, ideais, filosofias que merecem e têm espaço para a divergência, a fim de se dar um passo rumo ao respeito às diferenças, com progresso para todos e a utilização do avanço tecnológico de forma democratizada, a serviço do homem e não do capital (SANTOS, 2021). Ou, como postula Harvey, pensando justamente nesse contexto: “A possibilidade de sairmos da crise de uma maneira diferente depende muito do equilíbrio das forças de classe. Depende do grau com que a massa da população se levanta e diz: ‘Já basta, vamos mudar o sistema’” (HARVEY, 2011, p. 18).

Logo, os geógrafos Santos (2021) e Harvey (2011) convergem ao evidenciar como a globalização pode ser mudada, de modo a favorecer relações mais humanas e democráticas, desde que as correlações de forças sejam equilibradas, com significativa redução dos benefícios ofertados pelo Estado aos empresários para investirem em causas sociais.

Friedman (2014) alerta sobre os interesses da responsabilidade social das empresas quando recebem dedução de impostos, ao realizarem doações para filantropia e educação – o que seria equivocado, porque doações deveriam ser realizadas pelos membros livres, que são os detentores da propriedade, como um direito adquirido em qualquer sociedade e não pelo conjunto, isto é, a instituição. Tal dedução para fins de imposto de renda (IR) só contribui para que mais empresários desenvolvam essa responsabilidade e interfiram em políticas públicas, causando “um desvio da sociedade individualista, em prol do estado empresarial” (FRIEDMAN, 2014, p. 139).

Ao longo da história recente, os empresários são convidados e/ou estimulados de alguma forma a fazer algo pela questão social como parte de sua própria rotina, o que se intensifica com os benefícios possibilitados pelo Estado quando os empresários ganham duplamente: i) cumprem uma demanda do poder público nas parcerias e já recebem benefícios; e ii) passam a comercializar sua responsabilidade social como oportunidade de lucrarem ainda mais.

Souza (2008) apresentou o termo “Responsabilidade Social Empresarial”, também chamado de “Responsabilidade Social Corporativa”, para nomear a atuação do empresariado com a causa social, observada por meio do repasse de recursos a organizações já fundadas, criação de Institutos com ações próprias, estímulo para que sua comunidade interna ou externa faça algo em prol do social e outras estratégias nas novas formas de caridade, que ganham um teor laico e não mais próprio do sentido religioso numa reconfiguração do papel do Estado e sua relação com mercado e sociedade.

Já se passou mais de uma década desde a publicação do estudo de Souza (2008) e naquele momento já era difícil verificar a cerne das relações empresariais com a causa social; hoje em dia, não só entidades atuam nos negócios da filantropia, como também sujeitos individuais que, com a sua liberdade empreendedora, querem alçar voos mais altos do que os projetos das empresas já em andamento. Trata-se aí de reforço da questão social enquanto movimento global da dinâmica empresarial, identificada como nova forma de fazer negócio.

No caso desta tese, os negócios sociais representam uma das facetas de reinvenção do sistema capitalista para dominar novos espaços. Por isso, as vinculações da PPA numa sociedade global podem estar sendo direcionadas para que se tenha a educação como negócio social por meio do desenvolvimento sustentável, uma vez que este está alinhado com uma

concepção de vida com arranjos mercantis como individualização do homem. Na realidade da Amazônia, que é cobiçada geográfica e economicamente, esse conjunto de ações poderá ter por consequência a comercialização da educação e da própria vida, no sentido de formação humana, o que não se dissocia de uma nova sociedade balizada no consumo desenfreado e com outras formas de exploração da classe proletária.

Logo, a relação entre capitalismo e liberdade apontada por Friedman (2014) vem se materializando no contexto da Amazônia a partir da atuação da PPA que se utiliza da filantropia reconfigurada nos seus interesses, porque a liberdade é usufruída predominantemente pelos detentores dos meios de produção.

Os empresários atuam de forma individual em diversas frentes ocupando ainda mais espaços de disputas e remodelando os tipos de políticas empresariais – como os negócios sociais que articulam caridade e lucro como uma das facetas das relações entre Estado, mercado e sociedade para expansão constante do sistema capitalista.

A totalidade que envolve a questão social, enquanto movimento global da dinâmica empresarial, perpassa por mediações de sujeitos com interesses privados, pelo ganho das empresas com esse tipo de atuação política, pelo acirramento das relações sociais e humanas a partir da busca por dinheiro. Assim, essas vinculações são executadas com rapidez na globalização do tipo perversa, numa fase do capitalismo que usa os valores humanos contra o próprio homem.

Nesse viés, a educação vai se constituindo como negócio social como forma de se fazer política sob a justificativa de melhoria social, em que os empresários atuam numa realidade e ditam o jeito de se viver, ou seja, fazem negócios no máximo de âmbitos possível porque “aos poucos, todas as esferas da vida social, coletiva e individual, são alcançadas pelos problemas e dilemas da globalização” (IANNI, 2013, p. 36).

O autor destaca ainda que

Há situações e momentos nos quais as determinações econômicas adquirem preeminência, tornam-se particularmente visíveis, decisivas. Mas sempre levam consigo implicações sociais, políticas e culturais. [...] No âmbito da sociedade global, há organizações públicas e privadas que estão não só produzindo e atuando como também tomando decisões e influenciando (IANNI, 2013, p. 39, 42).

Portanto, a questão social configura-se como negócio, na medida em que a forma de viver vai sendo conduzida para alcançar uma padronização global de sociedade. Isso explica por que a USAID, que formulou a PPA para atuar em prol de um desenvolvimento internacional, investe na Amazônia, potencialmente alterando a cultura local para padrões

mundiais. Ora, isso apenas confirma a força da maior potência econômica do mundo, que se adapta sempre para impor políticas e formas de viver, porque “globalizam-se perspectivas e dilemas sociais, políticos, econômicos e culturais” (IANNI, 2013, p. 91).

Há uma complexificação dos processos de interpenetração de esfera pública e privada nos negócios sociais, o que se dá sob a égide de um possível capital social, em contexto que envolve a geopolítica e questões como a internacionalização da Amazônia, a qual é reflexo de modelo e projeto de sociedade para o mundo a partir do que for executado nessa realidade

Na época da globalização, modificam-se mais ou menos radicalmente as condições sob as quais se desenvolvem a teoria e a prática da política. Em primeiro lugar, a globalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório, propicia o desenvolvimento de relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica de alcance mundial [...] (IANNI, 1999, p. 11).

Essa é a estrutura capitalista de acumulação, que pode se modificar parcialmente, simulando uma falaciosa possibilidade de promoção de relações humanas mais democráticas enquanto estratégia própria de sua dinâmica, cujo desenvolvimento não é rígido. Se assim o fosse, provavelmente não se manteria com tanta potência por séculos até os dias atuais, o que leva a afirmar como a adaptabilidade do capitalismo não encontra resistência entre as nações.

A estratégia da USAID para atuar na Amazônia por meio da PPA demonstra as potencialidades de dominação geopolítica americana, como maior nação do sistema capitalista que impõe seu modo de produção. Daí decorre esse modo de viver entendido como desenvolvimento sustentável dentro das agendas internacionais e a toda a racionalidade americana utilizada para exploração dessa região.

Ianni (1999, p. 11-12) argumenta ainda que

Alteram-se as formas de sociabilidade e os jogos das forças sociais, no âmbito de uma vasta, complexa e contraditória sociedade civil mundial em formação. Isso significa a emergência e a dinâmica de grupos sociais, classes sociais, estruturas de poder, acomodações, tensões e lutas em escala mundial. Em segundo lugar, no bojo desse mesmo processo de globalização político-econômica e sociocultural, desenvolvem-se tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas que agilizam, intensificam e generalizam as articulações, as integrações, as tensões, os antagonismos, as fragmentações e as mudanças socioculturais e político-econômicas pelos quatro cantos do mundo.

As características das sociedades e de suas formas de viver vão sendo modificadas de modo sofisticado para atender demandas contínuas, rápidas e que exigem constante atualização por conta do avanço das tecnologias, das formas de pensar das pessoas, novas formas de

identificação de gênero e outros aspectos mutáveis, em relação aos quais a globalização empresarial precisa estar sempre atualizada, para não perder e poder ampliar seu alcance em todas as partes do planeta por meio de sua concepção de social.

Na conformação da globalização, que é caracterizada como permanente fluxo, estruturas de poder surgem para que o domínio capitalista não seja perdido. Tal fato está representado nas articulações em redes e/ou mudança de perfil social, como dos novos filantropos que atuam sobre o mesmo propósito.

Em terceiro lugar, e simultaneamente a todos os desenvolvimentos, nexos, contradições e transformações em curso, desenvolve-se uma nova configuração histórico-social de vida, trabalho e cultura, desenhando uma totalidade geohistórica de alcance global, compreendendo indivíduos e coletividades, povos, nações e nacionalidades, culturais e civilizações. Esse é o novo e imenso palco da história, no qual se alteram mais ou menos radicalmente os quadros sociais e mentais de referência de uns e outros, em todo o mundo (IANNI, 1999, p. 11).

Nas novas formas de relação sociais, as tensões do desenvolvimento histórico-social de vida, trabalho e cultura possibilitam a apropriação econômica, em escala global, do fundo público, que potencializa formas de comunicação entre nações. Isso seria positivo, se não fosse a contraditória manutenção das desigualdades sociais, a partir da alteração dessas relações como parte da rotina do sistema capitalista.

Essas novas formas de se relacionar por meio do tripé Estado, mercado e sociedade são sofisticadas, porque não se apresentam a quem está na base de produção – os trabalhadores – como algo ruim ou que vai gerar cada vez mais exploração para sua classe, de modo a evitar revoluções coletivas.

Nessa conjuntura, essas relações são apresentadas como parte da vida das pessoas, de forma idealizada, como uma espécie de colaboração, mas alinhada a vertentes do mercado, em que todos devem fazer cada vez mais para melhorar suas vidas e a vida do seu próximo. Como consequência, ocorre a inviabilização de organizações coletivas que possam resultar em políticas públicas.

O novo relacionamento social balizado pelo espírito colaborativo mercantil faz emergir um tipo de sociedade cada vez mais explorado na sua força de trabalho, na sua forma de pensar e no seu tempo vida, o que se materializa em algumas situações, como nas instituições educacionais mais carentes; exemplo disso se dá quando há a reunião da comunidade para fazer uma festa junina com recursos próprios, sem exigir do poder público, o qual tem verba para essa finalidade. Tudo isso reforça um espírito coletivo servindo aos ideais neoliberais de desresponsabilização estatal com a áreas sociais.

São valores que, na sua essência, seriam dignos de ser replicados caso não fossem balizados por mudanças estruturais orientadas para um individualismo, mesmo sendo direcionados ao coletivo. Nesse contexto, cada um precisa ir além de seus limites para contribuir, sem muitas vezes perceber, com a perpetuação de uma racionalidade própria do mercado, porque representa valores tão íntimos do homem que não encontram resistência quando pensada e defendida por consócios societários que atuam “operando decisivamente na formação de ‘mentes’ e ‘corações’, em escala global” (IANNI, 1999, p. 17).

A materialização dessa lógica pode se dar por meio da nova filantropia e seus desdobramentos em uma forma de fazer política em contraposição ao Estado, mas financiada por ele – uma das contradições inerentes ao seu processo no mesmo do sistema capitalista, que por sua vez deseja chegar e ser aceito em todas as partes do mundo. Na Amazônia, ele chega por meio de diversas formas, a exemplo dos negócios de impacto, interessantes na estrutura geopolítica; por isso, a USAID atua com a PPA numa realidade cobiçada internacionalmente, visado a servir de termômetro para as facetas do sistema capitalista e suas formas metamorfoseadas de exploração e acumulação.

O esmagador volume da acumulação capitalista está “predestinado” por determinações sistêmicas ao reinvestimento, sem o qual o processo de expansão e realização estaria encerrado, levando consigo o capital – e, naturalmente, todas as suas personificações dadas e potenciais – para o túmulo histórico (MÉSZÁROS, 2011, p. 139).

Nessa forma de atuação em sociedade, por meio dos negócios sociais provavelmente pouco se encontrará de resistência entre os explorados, por causa desse alcance na subjetividade das pessoas, porque “o capital cria a sociedade burguesa, assim como a apropriação universal da natureza e os próprios vínculos sociais dos membros da sociedade. Daí a grande influência civilizadora do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 139).

O investimento da USAID na Amazônia não é neutro, porque um de seus interesses é a promoção de um tipo de desenvolvimento internacional, o que se compreende como padronização do mundo, a partir dos princípios dos EUA; estes desejam expandir sua influência sobre todos os territórios e assim manter sua hegemonia, bem como negócios direcionados para um público bastante diversificado, como o que se projeta para a Amazônia. Esses processos dão indícios ao governo americano dos resultados de seus investimentos, da possibilidade de novos públicos e mercados, e da recepção de sua proposta de desenvolvimento social já aceita e materializada em grande parte do globo.

Minto (2006) destaca que, no Brasil, a USAID já tem um longo histórico de atuação

na educação sistematizada, por meio dos acordos MEC-USAID no período da ditadura civil-militar, quando os técnicos americanos orientavam os ditadores que estavam no poder, os quais posteriormente materializavam políticas educacionais com foco num sistema de ensino alinhado aos desígnios da economia internacional.

Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1976. Os MEC-USAID inseriam-se num contexto histórico fortemente marcado pelo tecnicismo educacional da teoria do capital humano, isto é, pela concepção de educação como pressuposto do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a “ajuda externa” para a educação tinha por objetivo fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro, à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional (MINTO, 2006, não paginado).

Ianni (2013) acrescenta que, historicamente, agências como a ONU e outras pouco fazem de concreto para um governo mundial mais humano, pois o que propõem encontra dificuldades em países aliados e mais fortes.

A rigor, legitimam-se decisões que são postas em prática pelos governos de países mais fortes, muitas vezes decisões inspiradas nas definições desses países e sempre com base em sua máquina militar. Destinam-se a preservar zonas de influência, sistemas geopolíticos, nas quais as nações dependentes ou associações são levadas a adotar diretrizes alheias, acomodar-se às geopolíticas estabelecidas a partir de nações que operam como centros de sistemas mundiais (IANNI, 2013, p. 131).

Nesse viés, há alguns indícios do interesse em investir na Amazônia por meio da PPA, que altera a realidade local e propõe um modo de vida a partir de parâmetros internacionais. Um aspecto diz respeito a como a atuação em rede permite conhecer localidades distantes dos grandes centros urbanos, para as quais os novos filantropos podem ter facilidade de sugerir outras formas de viver, mais condizentes com a vertente individualista. Assim, buscam explorar e lucrar com os negócios sociais, porque “a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção e, com elas, todo o conjunto de relações sociais” (MARX; ENGELS, 2017, p. 19).

Os negócios de impactos sociais propostos pela PPA para um desenvolvimento sustentável funcionam como estratégia do sistema capitalista, no sentido de alcançar novos públicos e novas formas de relacionamentos sociais. Daí a educação pode ser compreendida como negócio social, porque se educam os homens dessa realidade amazônica para serem empreendedores, estimula-se a individualidade como fator de progresso, a fim de impactar a todos quando a sociedade local muda sua forma de viver, tornando-a condizente com a realidade

americana.

Como exemplo disso, tal realidade é estimulada no consumo de *fast food*, de endividamento de alunos para ter o diploma de ensino superior, de penhora de casas em bancos para quitar empréstimos e de uma orientação geral da vida da população a partir dos valores do mercado, que foram sendo naturalizados ao longo dos anos de expansão dessa potência mundial, que hoje ainda se configura como maior representante do modo de viver capitalista (MOORE, 2009, on-line).

Os termos criados pelas empresas globais a partir de suas necessidades induzem a um novo tipo de fazer política, geralmente ocorrendo fora do Estado e pela ilusória ideia de apartidarismo. Fomentam-se estratégias para o progresso social de todos, as quais não se materializam na política empresarial, já que esta, a partir de seus interesses, forma partidos na sociedade civil e direciona as ações na sociedade global em prol de novas relações sociais marcadas por individualismo e uma racionalidade sempre em busca do lucro.

A necessidade do “novo” pela sociedade do consumo está presente na vida humana por meio da novidade da moda, das novas formas de gestão, de uma nova política partidária, de pessoas novas na política e de novos modelos de educação que, na sua essência, mascaram a busca por capital na globalização. Aí o novo figura também enquanto falácia do rompimento de paradigmas, mas que mantém a estrutura com outras roupagens, como no caso dos negócios sociais dos novos filantropos, os quais usam a filantropia a serviço de seus interesses mercantis, enquanto sua imagem tem impacto na sociedade.

Logo, as pretensas novidades são comercializadas como ideia de transformação, ainda que esta não se efetive. Isso, porque trata-se de uma estratégia da globalização com proposição de novas formas para resolver antigas questões. Enquanto esse suposto novo não alterar as bases das relações sociais com um novo tipo de globalização, mais democrática, não haverá efetiva mudança. Como consequência, modificam-se os termos, surgem outros sujeitos na teia de relações e o sistema capitalista se reinventa para ter uma adesão cada vez maior de novos filantropos para o novo projeto societário do tripé Estado, mercado e sociedade.

Fitoussi e Rosanvallon (1997) destacam que a globalização promove uma mutação econômica e uma nova forma de regulação da economia, além de problemáticas novas que exigem refinadas soluções, porque “com o desenvolvimento da globalização, surgem relações inéditas entre economia, política e sociedade. Nós vivemos a um só tempo o esgotamento de

um modelo e o fim de uma velha vertigem de inteligibilidade do mundo” (1997, p. 12, tradução livre)<sup>10</sup>.

Ponderam os autores que há uma política-espetáculo proposta como atuação do “voluntarismo-espetáculo”, no qual há uma simplificação recorrente dos problemas sociais e no qual “[...] a questão social deslocou-se de uma análise global do sistema (em termos de exploração, distribuição, etc.) a uma abordagem focada no segmento mais vulnerável da população” (FITOUSSI; ROSANVALLON, 1997, p. 26-27, tradução livre)<sup>11</sup>.

É um tipo de relação que requer novos sujeitos para um novo tipo de política, voltada para desqualificar aquela feita pelo Estado e intensificar o poder deliberativo global dos empresários e suas estratégias de condução da vida em sociedade, adaptando discursos, ferramentas e ações, para que a subsunção do público ao privado seja materializada.

Na globalização empresarial, primeiro é estimulado um individualismo exacerbado como melhor opção para o progresso social; contraditoriamente, em seguida, o mesmo movimento é feito na contramão, quando se estimula a união de vários setores e agentes em projetos, programas e negócios de impactos, porque coletivamente o almejado desenvolvimento social seria mais rápido de ser alcançado.

Os novos filantropos realizam uma defesa permanente dos ideais de individualidade, meritocracia e esforço individual por meio da educação empreendedora, enquanto movimento global da dinâmica empresarial que responsabiliza os sujeitos pela criatividade imediata como forma de alcançar o sucesso, estabelecendo relações na sociedade ainda mais descompromissadas com a solidariedade humana. Assim, a questão social ganha outra conotação, sendo reinventada na junção de caridade e lucros quando passa a ser de responsabilidade das empresas e dos homens de negócios, “realizando suas ações com a possibilidade de obter alguma vantagem o que caminharia na perspectiva de Bill Gattes que proclama ser possível fazer o bem e ganhar dinheiro também” (VALE, 2017, p. 105).

Nessa dinâmica da globalização, a questão social passa a ser compreendida na lógica do mercado para que ocorra o progresso social em que tudo é gerido, a partir de critérios meritocráticos. Com a falácia de retorno social dos negócios desenvolvidos, os empresários mesclam os princípios da solidariedade aos negócios e estimulam a competição desenfreada

---

<sup>10</sup> “Con el desarrollo de la globalización, surgen relaciones inéditas entre economía, política y sociedad. Vivimos a la vez el agotamiento de un modelo y el final de un antiguo mareo de inteligibilidad del mundo”.

<sup>11</sup> “La ‘cuestión social’, al mismo tiempo, se desplazó: pasamos de un análisis global del sistema (en términos de explotación, reparto, etcétera) a un enfoque centrado en el segmento mas vulnerable de la población”.

para deixar de lado aqueles considerados mais vulneráveis na corrida pelo sucesso, na qual os homens devem se enxergar sempre como competidores.

Essa perspectiva da competição, que é própria do mundo dos negócios e desenvolvida nos espaços de produção e comercialização de mercadorias, é amplamente defendida pelos empresários, proclamando que têm obrigação de fazer o que o Estado não fez e aquilo que, nos negócios, o mercado e as organizações da sociedade não fizeram. Daí ser necessário que novos sujeitos sejam acrescentados ao jogo competitivo, para se obter resultados numéricos, porque, na lógica neoliberal, a eficiência é balizada pelo quantitativo; por isso, a globalização empresarial organiza a sociedade com novas concepções de vida e de consumo, para que os novos negócios, como aqueles de cunho social, sejam aceitos e replicados num trabalho concreto e bem articulado, agora também em forma de redes.

A globalização apenas acelera as formas de relações estabelecidas pelo sistema capitalista, as quais são baseadas na exploração de homens sobre homens, constantemente sofrendo metamorfoses para se adaptar ou adaptar estruturas da e na sociedade, como ocorre com questões sociais. Estas passam a fazer parte da dinâmica global dos empresários porque as distâncias são reduzidas, as informações são replicadas automaticamente e, para eles, os problemas sociais locais passam a ser também de sua responsabilidade, em acordo com essa ideia de sociedade global.

Além disso, os novos filantropos – empresários que fazem negócios sociais a partir da filantropia – propagam como algumas áreas sociais que ajudam a tornar o mundo melhor são facilmente acomodadas em operações de risco. Diante disso, a coragem para realizar essas ações na caridade rentável deve ser explorada cada vez mais num mundo com informações em tempo real (BALL; OLMEDO, 2013).

## **1.2 Novos filantropos para o novo projeto societário no tripé Estado, mercado e sociedade**

No emaranhado de formas de gerir a vida em sociedade, com sujeitos individuais e coletivos, grupos solidários e outras definições possuem associação direta ou indireta com a filantropia que, de acordo com Ball e Olmedo (2013), tem o sentido de amor à humanidade/caridade. Logo, filantropia exige ação em função do outro e de seu bem-estar, de fazer algo por quem precisa naquele momento imediato, interferindo na estrutura de ações públicas que seriam de responsabilidade do Estado.

As articulações entre Estado, mercado e sociedade intensificaram-se por meio das parcerias público-privadas na educação. A própria atuação do empresariado com as causas

sociais vem estreitando-se a partir da reforma dos anos 1990, com impulso no Brasil pelo Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) e do novo pacto social decorrente desse documento. A partir de então, o discurso oficial assumiu a necessidade da incorporação dos princípios de gerência privada no espaço público como uma das orientações do neoliberalismo que funciona como ferramenta de melhoria da qualidade de vida social, com ampla defesa da necessidade de sujeitos fora do Estado atuando em causas sociais.

Tal incorporação foi advinda das orientações do Consenso de Washington de 1989, que serviu como guia para as ações dos países em desenvolvimento que procuravam estratégias para efetivar mudanças nas diversas áreas de atuação do Estado, como é caso do Brasil. Para isso, muitas orientações de organismos internacionais, como o BID, são tomadas como eficientes e incorporadas às políticas públicas enquanto elementos adequados para o desenvolvimento social num processo de padronização das nações.

O Consenso de Washington reuniu economistas de várias partes do mundo, com representantes do governo norte-americano e bancos para definição da política econômica que originou orientações para as relações sociais. A perspectiva era de resolução com base em métodos pré-estabelecidos de manuais e de incentivo à atuação do setor privado, fazendo com que o Estado necessitasse de ajuda; assim, unindo forças, toda a sociedade teria acesso ao desenvolvimento. Também cabe expressar que um dos principais objetivos desse encontro foi fazer com que o Estado passasse a servir aos interesses dos negócios (PERONI, 2015).

Nessas orientações, em especial para a educação, destacam-se cada vez mais as entidades que dizem não pertencer nem ao Estado nem ao setor privado, que se sobressaem quanto às ações sociais de caráter público pela prestação de serviços diversificados e pela extensão quanto ao público atingido. Conforme a perspectiva de Morales (1998, p. 126), essas entidades ou “conjunto de associações e organizações recebem uma variedade de nomes e de definições: terceiro setor, setor não-governamental, setor sem fins lucrativos”; por isso, no fundo, apresentam-se com o discurso de não se enquadrar no que é público nem privado, tendo autonomia para relacionar-se diretamente com o Estado.

Ainda para Morales (1998, p. 116), existem três vias de “organizar a provisão de serviços e atividades que envolvem externalidades positivas importantes e asseguram direitos sociais”. Seriam estes divididos em: 1º Setor, que seria o Estado (público); 2º setor, que seria o Mercado (privado); e 3º Setor, que não seria nem Estado nem Mercado. A fusão desses setores favorece os empresários, que só se fortalecem e atualizam suas conotações, palavras e ações para se adequar aos padrões da era globalizada, num movimento de gerir a sociedade a partir da racionalidade empresarial.

Nessas oportunidades de ganhos, surge um emaranhado de sujeitos em redes articuladas tanto em âmbito local quanto global, atuando de diferentes maneiras na perspectiva de mercantilização da educação, uns de forma consciente e outros não – já que alguns defendem a bandeira do Terceiro Setor por acharem, realmente, que poderão fazer algo de útil pelo público, sem se submeter às lógicas do mercado. No entanto, não se dão conta de que são usados pela classe dominante a serviço dos interesses neoliberais, na defesa desse discurso, enquanto fortalecem uma abstrata sociedade civil desarticulada da base econômica social e das contradições, gerando embates e lutas permanentes por direitos que são materializados em políticas públicas (MONTAÑO, 2014).

Como aludido antes, Montaña (2014) utiliza-se da metáfora das sereias que iludiam os navegantes com seus belos cantos e os aprisionavam no mar para explicar como, na atualidade, há alguns cantos de sereia em políticas públicas educacionais, a exemplo das parcerias público-privadas apresentadas como benéficas para a realidade pública e da ilusão da existência de uma descompromissada sociedade civil. O autor os traz para apresentar fenômenos que se perpetuam ao longo dos anos e que, em geral, levam ao mesmo caminho, com a subsunção do Estado ao mercado, agora conduzida pelos ditos negócios sociais como nova estratégia de avanço do sistema capitalista.

Na perspectiva de Gramsci (1995, p. 10-11), a sociedade civil é um partido político com interesse e ideias próprios, entendida como “o conjunto de organismos chamados comumente de privados”, inseridos no meio social propondo diálogos via políticas públicas, porque “a forma de intercâmbio, condicionada pelas forças de produção existentes em todos os estágios históricos precedentes e que, por seu turno, as condiciona, é a sociedade civil” (MARX; ENGELS, 2007, p. 39).

Logo, a sociedade civil, na perspectiva gramsciana e marxiana, possui papel estratégico no desenvolvimento social, atuando junto ao Estado em diferentes contextos e em distintos espaços por meio do desenvolvimento da educação, no sentido de formação do homem que interfere em outros negócios da economia, como o empreendedorismo.

Montaña (2014) destaque a sociedade civil colabora para eximir o Estado de suas obrigações, razão pela qual tende a fortalecer um movimento paralelo à política estatal como direito público, “transformando a contraditória e conflituosa sociedade civil num homogêneo e dócil ‘terceiro setor’, onde cada indivíduo, cada ator, desenvolveria conscientemente sua ação a partir de interesses e identidades singulares” (MONTAÑO, 2014, p. 38).

Dessa forma, materializa-se um projeto de sociedade alinhado com os princípios do neoliberalismo, marcado pela autorresponsabilização dos sujeitos, que acabam se subsumindo

a um tipo de social pensado, proposto e executado pela política empresarial.

O “Terceiro Setor”, em tese, não seria representante nem do Estado nem mercado, contando com sujeitos de diversos setores, com destaque para organizações sociais (OS). Dentre as características e funções destas, destaca-se a “finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades” (BRASIL, 1998, art. 2º).

No Brasil, as OS representam uma forma de privatização, com disputa recorrente de espaço com a política estatal, contando com limitação de ganhos e divisão de lucros, comparando-se às empresas, o que implica a gestão pública e o arcabouço legal que ampara a execução do Terceiro Setor.

A partir da legislação brasileira, a atuação das OS foi intensificada com a Lei nº. 9.637, de 15 de maio de 1998, com regulamentação em nível federal; particularmente, no seu Art. 15, deixa prerrogativas para que estados, municípios e o Distrito Federal criem suas alterações locais, demonstrando como as OS foram beneficiadas, em razão de ser no âmbito local que elas materializam parcerias e podem intensificar suas ações.

A participação de Organizações Sociais na condução das ações públicas foi amplamente propagada na reforma do Estado brasileiro durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002. Anos depois, a Lei nº 11.079/2004 (BRASIL, 2004), na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) também beneficiou tais organizações, porque foram estabelecidas normas gerais para as parcerias público-privadas. Na gestão de Dilma Rousseff, de 2011 a 2016, houve a promulgação da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 alterada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, que refinou as possibilidades de enquadramento de organização social, quando em comparação com o ano de 1998, porque em 2014 passou a ser caracterizada como:

Entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva (BRASIL, 2014a, art. 2º, alínea a).

O marco regulatório do Terceiro Setor foi sendo refinado independentemente dos chefes de Estado e partidos políticos, o que reafirma que o Estado moderno pode ser ainda influenciado pela burguesia, o que culmina na desresponsabilização daquele com as causas sociais, com destaque para a educação.

Peroni, Oliveira e Fernandes (2009) destacam que a atuação das organizações sociais da sociedade civil ficou atrelada diretamente à reforma do Estado brasileiro, porque estas teriam que promover serviços sociais essenciais baseados na competição para obter eficiência quando comparadas com ações promovidas pelo Estado, enquanto continuam com financiamento público e ainda mantêm o controle social sobre ações que as próprias organizações executam.

Controle social aqui é entendido como a participação da comunidade local na formulação, acompanhamento e “verificação das ações da gestão pública na execução de suas políticas, avaliando seus objetivos, processos e efeitos, para o exercício efetivo da cidadania” (SANTOS; VALE, 2018, p. 160). Os autores falam ainda como isso pode ser melhor executado pela comunidade externa, embora a interna faça o controle técnico, que é aquele também de alguns Tribunais de Contas.

Assim, a sociedade civil passou a ser representada pelo Terceiro Setor, que engloba uma diversidade de pequenos grupos privados como organizações não-governamentais (ONGs) e “estes organismos, criados com o objetivo de prover serviços sociais na área de saúde, educação, proteção contra o crime, transporte público, enfim, de alívio à pobreza, têm em comum o fato de serem não-lucrativos e fazerem parte da sociedade civil” (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, p. 768).

Ainda de acordo com Peroni, Oliveira e Fernandes (2009, p. 769), “as organizações sociais são privadas, criadas pelo poder público e já nascem sob a forma de contrato de gestão de um patrimônio público”. Assim, ajudam a descaracterizar as lutas de classes presentes nas sociedades capitalistas, porque a sociedade civil, por meio do Terceiro Setor, fica fragilizada do ponto de vista de correlações de forças, nas quais as OS ampliam seu poder de decisão na sociedade brasileira, via legislação, que vem sendo refinada, e com as parcerias público-privadas que intensificam sua atuação junto a um social guiado por sujeitos privados.

Na sobreposição da política de empresa à política de Estado, os representantes do chamado Terceiro Setor deixaram de ser considerados mediadores entre o primeiro e segundo setores, porque, na prática, materializavam ideais mais próximos ao mercado, com vistas ao lucro nas ações ditas caridosas e/ou sociais. Essas redes de relacionamentos e o discurso de autorresponsabilização fazem com que empresários, OS e sujeitos individuais criem organizações sem fins lucrativos, institutos, centros de filantropia e similares, para que possam se enquadrar na legislação vigente de Terceiro Setor, e assim tenham condições legais de interferir nas políticas sociais por meio de parcerias com o Estado (VALE, 2017; MONTAÑO, 2014).

Está-se diante de estratégia do mercado, dos empresários e do sistema capitalista, que

se adaptam às novas necessidades da sociedade, para justificar suas ações sociais, as quais vêm se alinhando aos lucros e impactos em benefício próprio. Com isso, criou-se um novo termo mais atual, com nova roupagem, e que agruparia sujeitos com propósitos mais definidos em relação aos impactos sociais, quando comparados com o Terceiro Setor. Trata-se do chamado “Setor Dois e Meio”, que utiliza novas estratégias para antigas questões da relação entre Estado, mercado e sociedade por meio dos ditos negócios sociais.

Os negócios na área social se manifestam de diversas formas na sociedade contemporânea no seu sentido original de negociar, comercializar, convencer alguém para se obter vantagens. Eles fazem parte do jogo político nas campanhas eleitorais para que se consiga votos, como nas fotos com pessoas carentes para falsear uma realidade de que o candidato se sente parte do povo e fará melhorias em prol dele, caso seja eleito.

Os negócios sociais também são perceptíveis até mesmo em uma vaga de síndico de prédio, tendo possíveis benefícios com o cargo, como isenção na taxa de condomínio, além de se fazerem presentes na possibilidade de representação da sala de aula ou do Grêmio Estudantil. Desse modo, para se fazer algo pelo social, é preciso negociar com as outras instâncias da comunidade escolar, almejando o progresso para os seus pares. São situações em que há benefícios para aquele atua de forma direta ou indireta, porque se tem alguns princípios da caridade, mas associados ao ganho de vantagens.

Tais negócios sociais, assim como a política, estão no cotidiano das pessoas na medida em que envolvem negociação; suas consequências podem ser positivas ou não, dependendo dos interesses e sujeitos envolvidos. No entanto, evidenciam uma faceta da sociedade capitalista, com contradições, vinculações e mediações, em que apenas uma classe se sobressai. Ora, ao se envolver o social, os impactos serão mais perceptíveis quando comparados com uma negociação privada, já que “as formas particulares de personificação do capital podem variar consideravelmente, contanto que as formas assumidas se moldem às exigências que emanam das características definidoras essenciais do sistema” (MÉSZAROS, 2011, p. 781).

A partir do referencial teórico-metodológico crítico usado nestas análises, faço uma associação entre as formas de personificação do capital, que dialeticamente pode se apresentar como fundos de ações coletivas, institutos de ações sociais vinculados à empresas e também negócios sociais com novas questões emblemáticas, enquanto formas mais complexas de escalada do capital em face do fundo público. Suas feições podem ser distintas de acordo com as conjunturas, como a utilização da filantropia para fins comerciais ou da junção dos empresários em formato de rede para alcançar novos públicos com suas ações

direcionadas à sociedade, porque os novos filantropos estão buscando novos mercados e formas de realizar mais investimentos lucrativos.

Essas formas de o capital se personificar constantemente são inerentes à sua maneira de atuação e a suas possíveis contradições, que envolvem o fomento de exploração do homem e a filantropia como negócio, que é usada enquanto simulacro numa estratégia de acumulação ideologicamente defendida pelos novos filantropos como benéfica à sociedade. Por conta disso, enredam-se num empreendedorismo criativo, numa nova forma de pensar o modo de vida como um tipo de desenvolvimento sustentável e de uma desqualificação da política pública, em prol de uma política orquestrada por agentes externos à realidade local. É justamente o que ocorre nos negócios da PPA, cuja gênese traz uma concepção de social da USAID, balizada prioritariamente na economia – sendo importante assinalar que a realidade americana pouco se compara com a Amazônia brasileira, em relação à dimensão territorial, à diversidade de povos ou aos problemas urgentes de desenvolvimento.

Fazer negócios na área social funciona muito bem em diversos aspectos para o investidor a partir dos parâmetros mercantis, porque há lucro financeiro, estabelecem-se redes de contatos e redes de políticas, além de se realizar propaganda e se criarem novas condições para alcance de públicos que estão em constante transformação numa sociedade global.

Por esse motivo os negócios sociais seriam benéficos de alguma forma para os novos filantropos no jogo de Estado, mercado e sociedade, com luta de classes permanentes num sistema capitalista que constantemente troca de estampa para se manter hegemônico como o novo mercado no ramo da economia intitulado de “Setor Dois e Meio”.

Historicamente, o primeiro negócio social por meio do “Setor Dois e Meio” ocorreu em 1976, a partir de uma experiência do professor de Economia Muhammad Yunus<sup>12</sup>, na qual emprestou dinheiro para mulheres artesãs comprarem matéria-prima e para que se livrassem de empréstimos conseguidos com agiotas locais, que ficavam com quase toda a produção, fazendo com que a situação das mulheres fosse análoga à escravidão (YUNUS SOCIAL BUSINESS, [20--], on-line).

Tal resolução do problema local e a forma como foi conduzida poderia ser multiplicada infinitamente, o que de fato aconteceu. Em 1983, surgiu o Projeto Social

---

<sup>12</sup> É professor da Universidade de Chittagong – Bangladesch, fundador das Iniciativas Globais da Yunus Social Business (YSB) e do Grameen Bank, conhecido mundialmente por Banco Rural. Desde o referido ano, trabalha na divulgação do conceito de “negócios sociais”. Em 2006, venceu o Nobel da Paz por suas ações no Banco e, em 2010, o mesmo foi apresentado pela revista inglesa *The New Statesman* como um das “50 figuras mais influentes do mundo” (YUNUS SOCIAL BUSINESS, [20--], on-line).

“*grameencredit*”, originando o Grameen Bank enquanto projeto social, já que todas as artesãs pagaram suas dívidas, geraram novos produtos e houve o retorno social de uma iniciativa pioneira de um representante do Segundo Setor (mercado), processo no qual a lógica do lucro responsável surge como inovação dos negócios do mundo financeiro (GRAZZIOLI, 2015, on-line).

[..] Hoje o Grameen Bank é festejado como uma pioneira iniciativa do “Setor Dois e Meio”, ao criar um novo conceito do lucro e dos ganhos da mais valia. Nesse contexto há os que creem serem os negócios sociais a face renovada do capitalismo que, de tempos em tempos, absorvido por crises, necessita de renovação, de novas expansões e novas faces. O “Setor Dois e Meio”, pois, exige um modelo especial e eficiente de gestão de empresas (que pertencem ao Segundo Setor) para gerar impacto social (finalidade do Terceiro Setor) (GRAZZIOLI, 2015, on-line).

Segundo Machione e Bonfante (2016, on-line), o termo começou a ganhar notoriedade no Brasil a partir do ano de 2006, mesmo sendo conhecido mundialmente há algumas décadas como uma excelente opção para as empresas que querem ampliar sua lucratividade. Tem-se aí uma tendência internacional com relativo consenso, a qual, em decorrência do lucro, está aliada ao aspecto social, sendo benéfica para a imagem de qualquer empresário; com isso, os investidores tendem a aumentar por conta do trabalho social executado, ou seja, é uma estratégia de *marketing* assertiva apropriada ao mundo empresarial com novas formas de fazer negócio.

Nesse viés, o “Setor Dois e Meio” teria essa nomenclatura justamente por ser emergente na consolidação de um novo tipo de mercado, em substituição ao atual modelo de Segundo Setor econômico. Para isso, precisaria de alterações na legislação, como forma de amparar os investimentos dos novos filantropos, com empresas direcionadas para lucrar com os negócios sociais e não como apêndice, por meio de institutos das empresas.

Ainda no ano de 2006 no cenário nacional, havia um documentário em fase de finalização intitulado Setor 2,5 – o filme, que realizou filmagens em países como Brasil, Índia e Bangladesh, mostrando o surgimento de um novo capitalismo que passou a integrar a busca pelo retorno financeiro à redução da pobreza a partir de histórias inspiradoras de empreendedores e especialistas, como Muhammad Yunus, que se propuseram a dar novas respostas às questões sociais como educação e meio ambiente (DOIS E MEIO, [20--]).

[...] até então, era inimaginável que a solução pudesse estar no centro do capitalismo. **Ninguém jamais pensou que um ganhador do Prêmio Nobel da Paz viesse a ser um homem de negócios.** Entretanto, Yunus provou que é possível unir, de forma intensa, a busca de resultados sociais com um modelo de negócios que visa, ao mesmo tempo, lucro (DOIS E MEIO, [20--], p. 3, grifo do original).

A estratégia de negócios sociais por meio do “Setor Dois e Meio” tinha como grande propósito à época apresentar exemplos de empreendedores sociais em várias partes do mundo, que produziam mudanças e impactos positivos, com chance de serem replicados cada vez mais em âmbito global, pois essas performances de uma nova concepção econômica seriam a melhor alternativa para a sociedade do século XXI.

**O Setor 2,5 representa o rompimento do paradigma tradicional que considera excludentes os objetivos de transformação sócio-econômicos, mostrando que é possível ganhar na esfera social sem abrir mão dos ganhos financeiros. Os Negócios Sociais mudam a “regra do jogo” por dentro** criando um novo formato, que permite a coexistência de negócios tradicionais com social business. Esta convergência se funda na lógica de competitividade, eficiência, time-to-market<sup>13</sup> dos negócios tradicionais para **resolverem os problemas mais críticos da sociedade moderna**. Os Negócios Sociais revolucionam a sociedade moderna ao romper com mind-sets<sup>14</sup> estabelecidos, criando um **sistema capitalista mais inclusivo** (DOIS E MEIO, [20--], p. 3, grifos do original).

Percebo que a motivação do Setor Dois e Meio está bem alinhada com as vertentes do mercado, quando se propõem a prevalecer na esfera social, alterando as formas de negociação a partir de novas roupagens. Outro aspecto está em como não é negada pelos defensores desse Setor a lógica dos negócios, que advém do mercado, no qual o valor é mensurado pelo lucro.

Para sustentar essa nova forma de fazer política, é preciso conceituar o que seria negócio social segundo a realização audiovisual mencionada. Este é entendido como “uma empresa que objetiva promover a transformação social, através de produtos e serviços que impactam diretamente a vida de populações fragilizadas” (DOIS E MEIO, [20--], p. 4).

O documentário *Setor 2,5 – o filme* foi uma forma de promover as ações de vários líderes mundiais que já atuavam com a causa social, sendo o principal deles Muhammad Yunus, cujo pioneirismo nessa causa o levou a vencer um Nobel. Hoje suas ações foram maximizadas por meio da iniciativa YSB, que se tornou um grande conglomerado em rede de formação de novos filantropos, visando à promoção de revitalizadas formas de fazer política em nível global. Em outras palavras, essa iniciativa pode ser considerada uma rede de política, porque pensa um novo tipo de sociedade e propõe a alteração das estruturas sociais e do Estado, que deve investir também no novo modelo de desenvolvimento econômico e social.

O documentário *Setor 2,5* (DOIS E MEIO, [20--]) valoriza as palavras de Yunus como sendo a grande referência mundial no novo tipo de mercado e como forma de atrair novos

<sup>13</sup> Tempo de mercado, em tradução livre.

<sup>14</sup> Mentalidades, em tradução livre.

sujeitos para investirem nesse Setor, como é possível ver a seguir:

Podemos criar uma alternativa poderosa: um setor privado movido pela consciência social, criado por empreendedores sociais [...]  
Um dólar doado tem apenas uma vida, enquanto um dólar investido em negócios sociais tem vida eterna. [...]  
Muitos dos problemas do mundo permanecem sem solução porque continuamos a ter uma interpretação estreita do capitalismo (DOIS E MEIO, [20--], p. 1, 2, 4).

Entre as tentativas de conceituação desse setor, destaca-se também o apresentado pelo *Guia 2,5*, idealizado e realizado pela Quintessa desde o ano de 2015, com publicação bial das iniciativas de empreendedores no Brasil que trabalham com negócios de impacto e reconhecem a atuação do setor para o desenvolvimento do país. O *Guia* entende que o Setor Dois e Meio possui características do Segundo e Terceiro e Setor nos negócios de impactos, “uma vez que, por meio da venda de produtos e serviços, trazem soluções para superar relevantes desafios sociais e ambientais” (QUINTESSA, 2020, p. 8).

Essa publicação com o propósito de mapear negócios que se se enquadrem no Setor Dois e Meio inclui, na sua última edição, a PPA como uma das 53 iniciativas do Brasil que almejam mudar a realidade nacional pelo empreendedorismo. Destaca também que o número de ações é crescente desde 2015 e que ainda há desafios para o amadurecimento do Setor.

O empreendedorismo é uma das bases do “Setor Dois e Meio”, porque estimula que cada um pode ser criativo e fazer pelo planeta o que o poder público não fez. Além de resolver o problema, o sujeito ainda poderia ter lucro, o que seria uma dupla vitória para alguém que almeja fazer a diferença no mundo.

É possível perceber a tentativa de se constituir como novo mercado, contraditoriamente desqualificando o princípio original da filantropia, como doação que teria pouca relevância no impacto social, de modo que, se a filantropia tiver direcionamento mercantil, a ação do impacto seria maior. Nessa lógica, o “Setor Dois e Meio” se utiliza de um valor humano subjetivo para alavancar suas propostas de mercado e modificar as estruturas de relações sociais, ditando uma forma de viver própria do setor privado.

Além disso, há uma tentativa ideológica dos defensores desse setor emergente, em fazer com que todos creiam numa face bondosa do sistema capitalista, que poderia continuar seu fluxo de exploração e acumulação, só que agora dando retorno social, o que seria pouco provável dentro do histórico desse modelo econômico.

Assim, a lógica dos negócios sociais via “Setor Dois e Meio” funciona como estratégia do sistema capitalista para se adequar às novas demandas sociais, novas formas de ação junto

ao público e à mídia, com incorporação de novos termos, como cocriação e coparcerias, numa ilusão de ações construídas a partir de interesses em comum entre Estado, mercado e sociedade, para se consolidar um projeto de sociedade mais dinâmico.

Para Vale (2017), os aspectos democráticos de participação coletiva são reformulados para atender aos interesses empresariais na chamada solidariedade lucrativa por meio dos negócios sociais. Isso se dá quando apresentadores de TV e do *show business* realizam uma espécie da exploração da pobreza midiaticamente, para conseguir audiência alavancada com o espetáculo da degradação da imagem humana e também pela via da caridade “lucrativa” no alinhamento da filantropia ao capitalismo (BALL; OLMEDO, 2013).

No caso dos negócios sociais e de uma face reinventada do capitalismo, as empresas têm muitas possibilidades de ganho, que podem não ser expressas financeiramente de forma imediata, e sim a médio e longo prazos, porque a imagem de seus produtos passa a ser construída e comercializada como socialmente responsável e preocupada com o meio ambiente e com as pessoas, o que lhe renderá ainda mais vendas.

O conceito da marca perante os clientes ganha outro patamar, já que, em tese, além de vender, teria preocupação com a causa humana. Isso mexe com os sentimentos das pessoas em geral, em razão de a caridade comercializada midiaticamente alcançar sujeitos diversos, gerar comoção social, explodir nas redes sociais em número de visualizações e acarretar mais audiência, o que amplia a possibilidade de lucros em diversas mídias num movimento sistêmico e estruturado.

Os negócios sociais possuem diferentes interpretações no mundo e nas áreas aplicadas, mas “devem gerar riqueza para ser reinvestida no negócio, e esses ganhos devem ser coletivos” (ILZUKA; VARELA; LARROUDÉ, 2015, p. 387-388, tradução livre<sup>15</sup>). Nesse movimento, o trabalho deve ser orientado para alcançar seu duplo objetivo, que é o lucro e o impacto social; por sua vez, estes irão gerar mais lucro, resultando que seu fluxo deve ser menos de filantropia e mais de negócio, ou como querem, menos Terceiro e mais Segundo Setor.

O “Setor Dois e Meio” possuía inicialmente características tanto do Segundo quanto do Terceiro Setor, mas se diferenciava por privilegiar a mudança social em vez do lucro. Ao “utilizar elementos do Segundo e Terceiro Setores, equilibradamente, funciona como o ‘Setor Dois e Meio’. Isso certamente aumentará a qualidade do que se faz” (STEUER, 2008, on-

---

<sup>15</sup> “[social businesses] should generate wealth, to be reinvested in the business, and that gains should be collective”.

line). Mais do que isso, Steuer retrata que o Terceiro Setor cometia alguns equívocos, porque havia a vontade de fazer algo com justificativa social, mas sem plano adequado e eficiência, podendo-se aprender com o mercado para que o êxito da transformação social ocorresse; assim o “Setor Dois e Meio” seria o mais competente para essa finalidade.

Percebo que é a partir da crítica da ineficiência de gestão técnica do Terceiro Setor que o “Setor Dois e Meio” apresenta-se como alternativa para executar ações de cunho social em parceria com o Estado ou com autonomia própria. Por meio dessa articulação, une lucro e desenvolvimento, uma vez que as organizações sociais (OS) inicialmente foram importantes na história da reestruturação das relações sociais, só que agora devem ser minimizadas para se materializar um novo tipo de mercado, que reflete num novo tipo de educação para o homem.

Steuer (2008, on-line) destaca que “a paixão sem objetividade beira o irracional, e a técnica sem coração é fria, não motivando as pessoas. Por isso, deve-se buscar o equilíbrio entre a razão e a emoção”. Com isso, há uma supervalorização das ferramentas do mercado, em especial, sua forma de gerir, que é a principal justificativa dos defensores do “Setor Dois e Meio” para atingir os impactos sociais. Esse Setor então seria um novo tipo de mercado emergente, mas que agora utiliza fatores emocionais também para fazer negócio.

Tal discurso advindo da economia surge em decorrência de como:

O mercado muda constantemente, novas formas de empreender surgem em decorrência dessa evolução, atualmente pode-se perceber o crescente número de pessoas que vem adquirindo a consciência da importância em agir a favor das classes sociais, esses novos empreendedores concentram seus esforços no chamado Setor Dois e Meio, que consiste em uma forma de conduzir os negócios de tal maneira que torna a empresa parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social [...] (MACHIONE; BONFANTE, 2016, on-line).

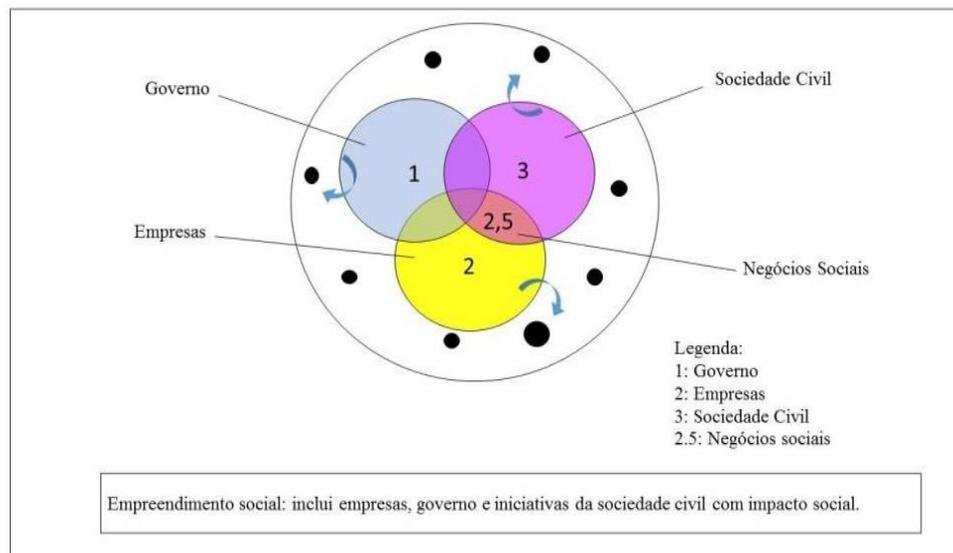
Nos negócios sociais, por meio do “Setor Dois e Meio”, pretende-se mudar o conceito de filantropia o alterando de caridade para investimento. Aí os princípios da subjetividade, como amor, empatia, doação, solidariedade – em sua essência, voltados para fazer o bem, independentemente de quem seja o beneficiário da ação – são elevados a um *status* de comércio lucrativo, em que se investe (faz-se a caridade) naquelas localidades ou sujeitos que podem gerar algum retorno para o investidor. Tal estratégia se deve ao fato de haver na pobreza uma oportunidade de se fazer negócio, ao passo que as empresas já identificaram essa possibilidade, o que reafirma o “Setor Dois e Meio” como novo mercado por ser decorrente do mundo empresarial e da economia. Portanto, no conjunto de suas ações, causa impactos em diversas áreas, como na Administração, no Serviço Social e na Educação, já que agora até mesmo os

sentimentos mais íntimos do homem podem virar negócios.

Os negócios sociais passam a ser compreendidos aqui como filantropia direcionada a um público específico, cujo investidor tem projeções de lucro no desenvolvimento de suas atividades, a partir de critérios pré-definidos de aplicação do seu tempo e dinheiro, em que só haverá o desenvolvimento do social se nele for possível fazer negócio.

Esse setor pode ser melhor observado na Figura 2, a seguir.

**Figura 2 - Negócios sociais via “Setor Dois e Meio”**



Fonte: Austin et al. (2012 apud ILZUKA; VARELA; LARROUDÉ, 2015), com cores e tradução do autor.

Em minhas análises, identifiquei que a empresa pioneira nos negócios sociais no Brasil é a Artemísia que, segundo informações de seu canal oficial, foi fundada no ano de 2004, a partir de um “sonho inovador” de possibilitar acesso à saúde, educação e moradia a populações vulneráveis, apoiando negócios para que consigam chegar a um nível de mercado tanto do ponto de vista econômico quanto do lado social, a partir do lema “entre ganhar dinheiro e mudar o mundo, fique com os dois” (ARTEMISIA, [20--], on-line).

Considero importante destacar que, em pesquisa realizada por mim no ano de 2017, compreendia o “Setor Dois e Meio” como “pequenos negócios sociais”, que realizariam ações direcionadas ao público ou em parceria com o público, sem grandes custos ou visibilidade social, os quais não teriam a intenção de obter lucros exagerados em situações ditas mais modestas, de modo que sua preocupação com o social seria o mais importante. Segundo esse conceito sobre esse Setor, ao não negar o lucro, mesmo de forma mais modesta, este estaria assemelhando-se aos objetivos do mercado (VALE, 2017).

Hoje, percebo que esse conceito inicial de pequenos negócios sociais já está sendo

ampliado em função da dinâmica que envolve o “Setor Dois e Meio”, porque há finalidades lucrativas e perspectiva de alteração social, ou seja, o lucro pode se dar pelo viés financeiro e pelo projeto societário envolvido, já que a disseminação de uma lógica a longo prazo pode ser mais rentável do que uma negociação imediata feita na atual conformação econômica do que se conhece como mercado no Segundo Setor.

O “Setor Dois e Meio” talvez tenha essa nomenclatura justamente pelo fato de ser intermediário entre setores econômicos que ainda precisam de alterações nas legislações internacionais para se consolidar, como ocorre no novo mercado do século XXI. Daí ser necessária a consolidação de novas formas de relações sociais, a exemplo do que está acontecendo na Amazônia, cuja experiência poderá servir de modelo para o mundo e, conseqüentemente, no âmbito da geopolítica, para que se tenha outro tipo de administração pública que conduza a vida em sociedade.

Nessa interação de negócios com aspectos da filantropia direcionada à sociedade, que move as estruturas do emergente “Setor Dois e Meio”, tudo pode virar passe de negociação e lucratividade, porque até a constituição dos princípios desse Setor está afinada com o que há de mais íntimo do homem, que é o seu poder de tomar decisões, ou seja, sua subjetividade e, por conseguinte, sua educação, que lhe dá condições de fazer escolhas.

A educação faz parte dos fluxos do “Setor Dois e Meio” em razão de ele alterar as condições de relações humanas, quando refina princípios do neoliberalismo para fazer negócio em tudo o que for possível. É um Setor emergente e com força de consolidação, porque as questões mais íntimas da vida humana podem ser desenvolvidas de acordo com os interesses de quem dita a forma de fazer política em nível global (IANNI, 2013).

Na concepção dos negócios sociais do “Setor Dois e Meio”, a filantropia aliada ao impacto na sociedade seria uma nova forma de recuperar alguns valores morais e de empatia, que são subjetivos e foram desgastados na relação Estado, mercado e sociedade via relações público-privadas. Isso, porque o dinheiro geralmente só beneficiava um lado da relação, o que se altera nessa nova concepção de relação na qual todos os envolvidos possuem condições de serem beneficiados, de alguma forma, segundo os defensores dessa nova forma de fazer política via economia socialmente criativa.

A recuperação de valores morais vem perpassando políticas públicas educacionais no Brasil, que almeja formar homens comprometidos eticamente com questões que convêm a ideias privados, como a fé que é particular de cada um. A doutrinação religiosa é um perigo constante para a sociedade brasileira, a partir de relações público-privadas na educação, que chegam às casas legislativas quando alguns querem subordiná-la a uma forma de viver

comprometida com a alienação do homem, que não deveria questionar os “desígnios divinos” e apenas aceitá-los passivamente, para que conflitos não sejam gerados e as desigualdades sociais sejam perpetuadas (FRIGOTTO, 2017).

O fundamentalismo religioso faz parte das redes e de sua história numa tendência global, pois sempre houve crenças diversas organizadas para explodir em momentos apropriados, as quais continuam expandindo-se “em que redes globais de riqueza e poder conectam pontos nodais e valorizam os indivíduos em todo o planeta, embora desconectem e excluam grandes segmentos das sociedades, regiões e até países inteiros” (CASTELLS, 1999, p. 60).

Edwards (2008) destaca que, rotineiramente, grupos filantrópicos atuam nessa vertente original da caridade, do amor, do ajudar ao outro, desprendidos de interesses e distantes dos aspectos competitivos que dominam o mundo global. Seria uma forma de viver e de se constituir como homem numa forma de negócio próprio; por exemplo, isso se daria quando é necessário arrecadar roupas, sapatos, cobertores e outros para vender a um preço baixo em formas de bazar, e doar o recurso total a quem precisa ou receber do doador e entregar diretamente a quem precisa, ou seja, o mercado está presente na filantropia. Entretanto, não é um mercado convencional em seu sentido amplo de negociação, pois

quando se trata de suas responsabilidades como cidadãos, eles decidiram jogar com outro conjunto de regras – baseado em direitos que são universais, não por acesso [aos bens disponíveis] de acordo com sua renda, reconhecendo o valor intrínseco de relacionamentos saudáveis que não podem ser negociados em troca de custos de produção ou lucro, e tornar realidade o sentido original da filantropia como “amar a humanidade” (EDWARDS, 2008, p. 11-12, tradução livre)<sup>16</sup>.

A vertente do negócio “na” filantropia vem sendo ressignificada para o negócio “da” filantropia, porque, embora o comércio esteja presente na organização dos filantropos para a finalidade específica de ajudar sem qualquer interesse, trata-se de uma presença associada ao planejamento e não ao lucro decorrente dele. Considero importante destacar a gênese da filantropia na sociedade, conforme sua configuração pura de empatia com a causa alheia e vontade de doar para sanar as necessidades do outro, pois o Estado não cumpriria sua função – quando há alguém passando fome, é porque a ação pública faz-se ausente.

A relação direta entre filantropia e políticas públicas, em especial as de cunho social,

---

<sup>16</sup> “when it comes to their responsibilities as citizens, they have decided to play by a different set of rules—grounded in rights that are universal, not access according to your income, recognizing the intrinsic value of healthy relationships that cannot be traded off against production costs or profit, and living out philanthropy’s original meaning as ‘love of humankind’”.

como a educação, é materializada há longos anos na história da humanidade, de modo que os filantropos ajudariam os mais necessitados nas ações em que o Estado não alcançasse a todos. Particularmente, no caso da educação, a Igreja Católica foi uma das pioneiras nessa condução da filantropia, fazendo com que seus ideais privados fossem disseminados na oferta de escolas conveniadas em cooperação/parcerias com o Estado, cuja relação refina-se com as técnicas, as sociedades e os meios disponíveis rapidamente propagados pela globalização.

As formas como a política educacional, as empresas, a filantropia e o desenvolvimento internacional se organizam e se inter-relacionam estão mudando em função dos métodos daquilo que pode ser entendido como ‘capitalismo social global’. Dentro dessa nova configuração, soluções inovadoras e velhas soluções para problemas sociais e de desenvolvimento ‘baseadas no mercado’ estão sendo privilegiadas e fortalecidas através do surgimento de uma nova elite global, conectada em rede, formada por promotores de políticas e ‘novos’ filantropos (BALL; OLMEDO, 2013, p. 33).

O “capitalismo social global” é um termo compreendido por Harvey (2011, p. 173) como capitalismo global, e por Santos (2021, p. 44), como capitalismo globalizado. Ambos se referem ao cenário atual da perversidade das técnicas, para ampliar as desigualdades, no qual a educação do homem é peça essencial para o refinamento de projetos societários.

Os novos filantropos para o novo projeto societário por meio do tripé Estado, mercado e sociedade, fazem parte de realidade adaptada para o século XXI e resultam das exigências das técnicas mais sofisticadas e refinadas da política empresarial da era globalizada. Esta estimula as ações com a área social, a partir de iniciativas de diversos sujeitos que não sejam representantes do Estado, como forma de enfraquecer a política estatal e dificultar o mapeamento dos sujeitos organizados em redes, que ocupam cada vez mais o espaço antes de exclusiva responsabilidade da esfera pública.

As ditas soluções inovadoras para causas sociais estimulam a atuação dos novos filantropos com ações empreendedoras que, na sua essência, almejam desresponsabilizar o Estado quanto à educação ou, pelo menos, causar uma descrença sobre sua competência, numa tentativa de imposição social de que a criatividade individual é o melhor modelo de desenvolvimento. Seria melhor em razão de ajudar tanto aquele que cria quanto aqueles beneficiados pela criação, numa dinâmica de competição típica da globalização, em que cada membro da sociedade pode e deve ser criativo e se reinventar para superar as crises; aí o movimento de subjetividade humana e a educação passam a ser usados como mais uma mercadoria para ganharem dinheiro.

Assim, os novos filantropos possuem à sua disposição um cenário ideal para atuação,

propiciado pela globalização e pelos valores do mercado, com a criatividade rentável e cada vez menos atuação do Estado no direcionamento das políticas, uma vez que os novos filantropos possuem ideais mais afinados com as demandas da sociedade conectada em rede.

Ao longo dos anos, a filantropia ganha novas conotações, que se distanciam do seu sentido original de caridade e se aproximam a termos mais modernos. Com isso, os novos filantropos justificam caridade associada ao lucro, numa estreita relação entre ação direcionada ao público e o possível retorno do bem realizado, segundo uma reconfiguração da caridade e da filantropia desprendida de interesses (BALL; OLMEDO, 2013).

Isso indica uma mudança em três etapas: da caridade paliativa (ou seja, a filantropia tradicional ou a ‘filantropia 1.0’) à caridade para o desenvolvimento (‘filantropia 2.0’) e, finalmente, à caridade ‘lucrativa’, constituindo aquilo que é chamado de ‘filantropia 3.0’. Essa tomada de responsabilidades por parte de uma nova filantropia e do capitalismo social também levanta questões fundamentais sobre a participação democrática e a responsabilidade dos governos e outras instituições públicas na provisão de serviços sociais e direitos civis (BALL; OLMEDO, 2013, p. 34).

A ressignificação de termos como filantropia para adequar a realidade específica de negócios faz parte da dinâmica empresarial que articula constantemente novas estratégias para ampliar seus lucros com a organização em rede, como forma de não ficar de fora de terrenos novos que vão surgindo nos processos de globalização.

A Filantropia 3.0 faz parte de uma nova configuração e lógica de ações de ajuda e desenvolvimento e de um novo conjunto de relações ligadas a problemas de desenvolvimento e aos grandes desafios. Chamamos essa lógica e relações de ‘filantropia de rede’. Ao usar esse termo, estamos sugerindo que, para entender o trabalho das ‘novas’ organizações filantrópicas e seus ‘parceiros’, precisamos considerá-los não sob uma perspectiva individual, como atores isolados, mas sim como nós interconectados que operam de acordo com lógicas de rede e configuram suas agendas e ligações de formas mutantes e fluídas (BALL; OLMEDO, 2013, p. 40).

A filantropia 3.0, balizada em interesses, promove ações rápidas que interferem diretamente nas políticas, porque possuem como foco o social que gera o resultado almejado e pode disseminar a nova ideologia de ajuda alinhada aos impactos causados (BALL; OLMEDO, 2013).

Uma caracterização dos empresários para a relação entre Estado, mercado, sociedade e as novas formas de relacionamento foi dada pela Clinton Global Initiative (CGI), que atua em âmbito internacional “com parceiros estratégicos para desenvolver e implementar programas que criam oportunidades econômicas, melhoram a saúde pública e inspiram o engajamento e

o serviço cívico” (Clinton Global Initiative, [20--]). Diante disso,

As formas tradicionais de ajuda não são suficientes para lidar com os grandes desafios globais da nossa era. Soluções baseadas no mercado mostram uma incrível promessa para resolver esses imensos problemas num nível sistêmico e amplamente difundido. Essas abordagens, no entanto, ainda estão num estágio nascente. As empresas estão pesquisando e desenvolvendo melhores práticas de negócios que produzem resultados sociais e ambientais e, ao mesmo tempo, geram lucro. As organizações sem fins lucrativos estão encontrando modelos inovadores baseados em empreendimentos, que oferecem potencial de sustentabilidade a longo prazo. Os governos estão contribuindo com seus recursos para estimular e apoiar abordagens baseadas no mercado (BALL; OMEDO, 2013, p. 37).

Entendo que a reconfiguração da filantropia é a fase inicial do projeto de sociedade pensado e proposto pelos empresários, enquanto parte da dinâmica do movimento global, para ocupar espaços diversos onde o Estado e a até instituições em conjunto não chegam. As relações público-privadas para sanar questões sociais, via parcerias, já não são bem-vistas pela sociedade em geral, por conta de diversos casos de corrupção e até mesmo pelo pouco impacto social que, na educação sistematizada, seria visível pela elevação de índices.

Quando o mercado diz que é necessário reinventar os negócios o mesmo já tem alguns indícios de como isso ocorrerá, e o convencimento social é um de seus desafios. Digo que já há indícios, porque a solução é a própria mediação do mercado, enquanto campo dos empresários, com a utilização de elementos subjetivos e destaque para a filantropia. Apresenta-se uma nova conotação capaz de unir a venda positiva das imagens dos empresários como inovadores, de modo que tenham vantagens financeiras de forma direta para que futuramente não sejam alvos de discursos de corrupção, ou podem ser aqueles que teriam inicialmente apenas o desejo de ajudar a sociedade, daí havendo uma preparação do terreno para atuação dos novos filantropos.

Os novos modelos de filantropia antecipam-se a possíveis julgamentos sociais e legais, que causariam descrença nas suas mediações e vinculações com enriquecimento ilícito decorrentes de suas ações e/ou em possíveis parcerias com o poder público, como acontecia com o Terceiro Setor, cujos defensores caíram no descrédito, porque, pelo menos no Brasil, atuam desde 1995 de forma mais incisiva e apresentam poucos resultados.

O Quadro 1 destaca algumas reconfigurações da filantropia para se adequar aos anseios da era global na última década do século XXI. Nesse momento, os novos filantropos e os negócios sociais falam de maneira objetiva na relação caridade e lucro, como motor para o desenvolvimento social. Destaco que tais reconfigurações são propostas por sujeitos com vínculos com o mercado e que direcionam suas ações ao social.

**Quadro 1** - Reconfigurações sobre o conceito de filantropia e lucros

Conceito	Caracterização	Autor	Fonte
Capitalismo criativo	Uma abordagem onde governos, empresas e organizações sem fins lucrativos trabalham juntos a fim de expandir o alcance das forças do mercado para que mais pessoas possam ter lucro ou ganhar reconhecimento, realizando um trabalho que diminua as desigualdades no mundo	Bill Gattes <sup>17</sup>	Ball e Olmedo, (2013, p. 36)
Empreendedorismo social	Os empreendedores sociais normalmente buscam retornos de valor combinado que podem incluir a subjugação de um certo montante de retorno financeiro ou assumir riscos adicionais em busca da criação de valor social e / ou ambiental". [...] Em outras palavras, eles aceitam menos lucro para fazer mais bem.	Jed Emerson	Edwards (2008, p. 17, tradução livre) <sup>18</sup> .
<i>Venture Philanthropy</i> ou Filantropia de risco - tradução livre	Em sua forma mais simples, "filantropia de risco" significa o uso de métodos de negócios e de mercado por fundações filantrópicas para promover sua missão social. Sem que isso cause surpresa, muitos empreendedores sociais são financiados por filantropos de risco, e os empreendimentos sociais formam um grande componente do financiamento dessas fundações. Isso às vezes é chamado Filantropia "nova", "engajada", "estratégica", "eficaz" ou "de impacto".	Michael Edwards	Edwards (2008, p. 20, tradução livre) <sup>19</sup>
<i>Philanthrocapitalism</i> ou Filantrocapialismo – tradução livre	Está em curso um novo movimento que promete salvar o mundo revolucionando a filantropia, tornando organizações sem fins lucrativos em organizações que operam como negócios e criam novos mercados para bens e serviços que beneficiam a sociedade. [...] seus defensores acreditam que princípios de negócios podem ser combinados com sucesso com a busca de transformação social.	Michael Edwards	Edwards (2008, p. 7, tradução livre) <sup>20</sup>

Fonte: Elaborado pelo autor

A vertente filantrópica presente no discurso do capitalismo criativo está na união de vários setores, bem similar a uma parceria público-privada. Segundo Ball e Olmedo (2013), este é um termo intencional, porque onde o Estado e as Organizações – respectivamente, primeiro e terceiro setor – tiveram falhas, o mercado, Segundo Setor, pôde se sobressair.

<sup>17</sup> No ano de 2008, quando Bill Gattes apresentou esse novo conceito de filantropia, era considerado o terceiro homem mais rico do mundo, segundo a lista anual da Forbes. No ano de 2021, foi considerado o quarto na lista sucedido por Mark Zuckerberg, fundador do *Facebook*, cujas ações da rede social também vêm aumentando a cada ano, demonstrando a força da comercialização de informações e da interação em redes (DOLAN, 2021).

<sup>18</sup> “Social entrepreneurs typically pursue blended value returns that may embrace the subjugation of a certain amount of financial return or take on added risk in pursuit of social and/or environmental value creation’ [...]. says Jed Emerson. In other words, they accept less profit to do more good”.

<sup>19</sup> “At its simplest, ‘venture philanthropy’ means the use of business and market methods by philanthropic foundations to advance their social mission. Not surprisingly, many social entrepreneurs are financed by venture philanthropists, and social enterprise forms a large component of these foundations’ funding. This is sometimes called ‘new’, ‘engaged’, ‘strategic’, ‘effective’ or ‘impact’ philanthropy”.

<sup>20</sup> “A new movement is afoot that promises to save the world by revolutionizing philanthropy, making non-profit organizations operate like business, and creating new markets for goods and services that benefit society. Nick-named ‘philanthrocapitalism’ for short, its supporters believe that business principles can be successfully combined with the search for social transformation”.

Ao se repassar mais investimentos nos quais o mercado atua na ajuda aos mais pobres, os resultados serão mais eficazes do que quando se repassava recursos para organizações sociais realizarem a mesma atividade. É uma hipervalorização das vertentes do mercado com a causa social, processo sobre o qual se tinha receio anteriormente, mas que agora expressa como o terceiro setor ganha protagonismo exatamente por causa dessas reservas. “Essa nova concepção de filantropia e ajuda borra intencionalmente a linha divisória entre negócios, empreendimento, desenvolvimento e o bem público” (BALL; OLMEDO, 2013, p. 37).

Ball e Olmedo (2013) destacam ainda que o capitalismo criativo propõe uma refinada forma de relação entre Estado, mercado e sociedade, mas não totalmente nova. Antes, a mistura dos setores já ocorria, sendo acrescentada uma atenção maior aos problemas sociais nas ações já feitas pelos empresários, que passam a poder ter algum lucro em nome da ajuda a quem mais precisa.

Por sua vez, os empreendedores sociais estão mais próximos do termo “pequenos negócios sociais” proposto por Jed Emerson, porque almejam impacto social, mas aceitam redução de seu lucro para que mais pessoas sejam beneficiadas. Nessa lógica, o estudo de David (2004) na área de Engenharia de Produção mesmo não fazendo menção ao chamado “Setor dois e Meio”, coaduna-se com essa ideia, ao afirmar que:

Atualmente, o empreendedorismo social é um fenômeno mundial, sendo o empreendedor social visto como o responsável na busca de soluções para os mais variados problemas sociais, apresentando-se como um agente ativo e transformador dos valores da sociedade [...] No empreendedorismo social, a economia está a serviço da comunidade (p. 50-51).

Países com maior pobreza e baixos índices de desenvolvimento humano são exatamente o cenário onde se tem maior número de empreendedores. Esse fenômeno ocorre a partir da ausência do Estado na definição de políticas, levando à necessidade de criatividade imediata e acentuando-se o intuito de fazer algo para mudar a realidade com invenção, ajustes, inovação, criação e atitudes similares. A reboque disso, essas ideias se ligam ao ideário de executar o que o Estado deixou de fazer, gerando uma concorrência ou um caminho paralelo com a Instituição pública.

Nessa perspectiva, o empreender social faria um tipo de política fora do Estado direcionada ao social, utilizando elementos e gerência do mercado, porque deveria basear-se na lógica da Economia para mudar a realidade daqueles cujas condições o Estado e as Organizações Sociais não conseguiram mudar. Estariam mais próximos a um novo perfil de filantropo em estágio inicial ou com perspectiva de lucros mais modestos quando aceitam lucrar

menos se puderem gerar impactos de forma positiva.

Para Edwards (2008), os executores da filantropia de risco ainda representam um conjunto pequeno e poucas chances de consolidação, porque seguem tanto a velha quanto a nova forma de fazer filantropia. Os problemas como a fome são reais, diante dos quais a filantropia de risco acentua-se a partir de uma insatisfação com as práticas das instituições mais antigas, porém, não é tão inovadora nem tão crítica em relação a outros modelos filantrópicos.

Segundo o autor, o termo está em aberto e com poucas chances de avanços, porque se coaduna ao que foi dito em 1969 por John D. Rockefeller III, isto é, que seria necessário arriscar ser filantrópico ou realizar financiamento aventureiro de causas pouco populares. Percebo uma relação íntima entre a filantropia de risco e o subinvestimento em capital humano, que é uma imperfeição do mercado de capitais (FRIEDMAN, 2014).

Edwards (2008) analisa que o investimento em capital físico possui maiores chances de retorno, por causa das garantias, como hipoteca, por exemplo. Desse modo, se não obtiver lucro, o investidor tende a recuperar o capital investido, o que difere de investir em capital humano, processo no qual a parceria daquele que receberá o investimento é essencial para o sucesso. Por outro lado, o investidor não alcança os níveis de garantias de retorno quando investe em objetos materiais palpáveis, de modo que “o subtexto da filantropia de risco é a insatisfação generalizada com os métodos e realizações das fundações mais antigas – ‘jogadores analógicos em um ambiente digital’” (EDWARDS, 2008, p. 21-22, tradução livre)<sup>21</sup>.

Nessa lógica, a filantropia de risco pode não ter critérios ainda bem delimitados de investimento, mas acende um sinal de alerta para tipos de políticas feitos fora do Estado com objetivos ditos sociais e com investimento no ser humano, que podem ser perigosos para a democratização das relações. É necessário ter atenção a uma crítica à filantropia antiga, tida como tímida ou aprendiz e até sem foco, marcada por como os negócios do mercado podem não ter todas as respostas para os problemas reais (EDWARDS, 2008). Daí os novos filantropos de risco interferirem de forma dupla no tipo de fazer política, porque alteram o sentido original de filantropia, mexendo nas bases da sociedade, no conceito de empatia e no desprendimento de valores de mercado, ao passo que a alteração desse sentido ainda não apresenta dados sólidos para que os possíveis efeitos de suas ações sejam materializados.

Ao falar do “filantrocapitalismo”, Edwards (2008) o apresentou como parte de um movimento dito revolucionário no campo da filantropia, nos quais as organizações sem fins

---

<sup>21</sup> “[Although it is often left unsaid in the polite salons of the foundation world,] the sub-text of venture philanthropy is widespread dissatisfaction with the methods and achievements of the older foundations—“analog players in a digital world”.

lucrativos operariam com negócios e criariam novos mercados para bens e serviços capazes de beneficiar a sociedade. Logo, seus negócios estariam balizados na lógica de alcance social, o que, no meu entendimento, é similar ao papel das empresas, que também querem alcançar o social (compradores) em outra vertente, a qual se materializa na venda direta de seus produtos.

O autor continua dizendo que é um movimento relevante, o qual merece análises em função de seu escopo e alcance, que conseguiu alguns ganhos, como o refinamento entre democracia e mercado, mostrando ser viável e que teria potencial se fosse melhor desenvolvido por seus defensores, já que há grandes lacunas nos meios utilizados e nos fins prometidos. Destaque para como, ao se apoiar nas técnicas de negócios para sanar questões sociais, essa articulação desconsidera o que já foi feito do ponto de vista da filantropia original e das ações próprias dos empresários.

Alguns meandros dos negócios tendem a continuar sendo utilizados para resolução de problemas globais, mas eles também podem ser a causa de problemas. Como bem apresenta o consultor americano Jin Collins, “nós devemos rejeitar a ideia – bem-intencionada, mas totalmente errada – de que o principal caminho para a grandeza nos setores sociais é tornar-se mais parecido com um negócio” (apud EDWARDS, 2008, p. 7, tradução livre)<sup>22</sup>.

Edwards (2008) argumenta que os “filantropistas” almejam nos seus discursos resolver problemas sociais arraigados, mas não justificam como isso será feito, o que releva os abismos entre o propagado e como o caminho será trilhado para que suas ações alcancem impactos sociais relevantes. É possível levantar questionamento a esse respeito por meio de alguns elementos, tais como: a) o entusiasmo em torno do filantropismo sobressair-se em relação à capacidade de entregar resultados reais; b) os filantropistas precisarem ser mais responsáveis, porque a concentração de grandes fortunas em suas mãos não é saudável para a democracia; e c) a lógica empresarial poder prejudicar a sociedade civil que, pelo menos na legislação, possui uma política balizada em princípios democráticos. Isso leva a afirmar o quanto é necessário separar os termos para afirmar sua independência, compreendendo como “O filantropismo é um sintoma de um mundo desordenado e profundamente desigual. Ainda não demonstrou que é capaz de fornecer a cura” (EDWARDS, 2008, p. 8, tradução livre)<sup>23</sup>.

A partir dessa nova forma de filantropia, surgem outras comunidades políticas unidas

---

<sup>22</sup> “we must reject the idea—well intentioned, but dead wrong—that the primary path to greatness in the social sectors is to become more like a business”.

<sup>23</sup> “Philanthropism is a symptom of a disordered and profoundly unequal world. It hasn’t yet demonstrated that it provides the cure”.

por uma crença compartilhada de que podem fazer algo diferenciado, em nome do bem público e social, com metodologias próprias, de modo que a esfera pública deve adequar-se a suas propostas, inclusive alterando a legislação caso deseje resultados eficazes. Tem-se aí justamente a subsunção da política de Estado à política do mercado e seus correlatos (BALL, 2018).

Os novos conceitos de filantropia para adequar os novos filantropos aos projetos societários atuais, em disputa, ocorrem como um movimento natural do sistema capitalista. A partir de cada crise, o sistema se fortalece e se reinventa, o que amplia as redes de políticas e a política feita nas redes organizadas com fins específicos. A organização de empresários, filantropos, novos filantropos distintos, faz com que estes se unam para não competir no mesmo espaço do mercado e fortaleçam suas ações conjuntas como uma estratégia inteligente de quem sabe o que quer e onde vai chegar para vencer o jogo. Aí os novos filantropos operam numa “esfera parapolítica” perigosa, “dentro da qual eles podem criar sua própria agenda de políticas” (BALL; OLMEDO, 2013, p. 39).

Ball (2008) destaca que as novas comunidades de políticas constituem uma tentativa de restaurar alguns sentimentos coletivos apresentados ao longo da história como reação às ideias de um cenário pós-Margaret Thatcher (1925-2013) e como defesa da retomada da responsabilidade social corporativa, além de uma reconfiguração da filantropia pessoal realizada por milionários.

Ainda de acordo com Ball (2008, p. 758, tradução livre)<sup>24</sup>, “essas novas comunidades de políticas baseiam-se nas ‘energias’ de ‘heróis’ empresariais e políticos, empreendedores sociais e filantropos de negócios”. Isto é, operam com ações em diversas frentes e discursos de inovação, não no sentido daquilo que não foi feito, e sim no refinamento das estratégias já utilizadas anteriormente, que vão desde programas próprios até adaptações, para que ocupem cada vez mais espaços de decisão. Por isso, diante desse cenário, o autor expressa como a “filantropia está sendo incorporada à política estatal. Alguns participantes disso constituem uma elite filantrópica que, com governo, partido e Estado, está engajada de várias maneiras como parte de diferentes redes de políticas” (2008, p. 759, tradução livre<sup>25</sup>).

Ball (2008) acrescenta que a filantropia realizada por milionários não é tão nova, porque em Londres já se tem um histórico de engajamento filantrópico para instituições educacionais desde o final de 1980, com as faculdades de tecnologias. Algo a se considerar de novo nesse

<sup>24</sup> “These new policy communities draw in and upon the ‘energies’ of entrepreneurial and policy ‘heroes’, social entrepreneurs and business philanthropists”.

<sup>25</sup> “philanthropy is becoming incorporated into state policy. Some of the participants in this constitute a philanthropic elite which is engaged with government, party and state in a number of ways as part of different policy networks”.

processo é a relação em que se baliza a forma de ajuda feita pelos muito ricos, num discurso de responsabilidade cívica individual, por meio de outro trabalhismo como estratégia de se opor e superar o neoliberalismo thatcherista.

O que é diferente é a relação direta de “dar” com a política e o envolvimento mais direto dos doadores em comunidades políticas e uma abordagem mais prática para o uso de doações: “eles querem se envolver na forma como o projeto é gerenciado, por exemplo”. Isso é o que Peter Lampl chama ‘filantropia estratégica’ ou o que nos EUA é chamado de ‘filantropia de risco’ (BALL, 2008, p. 759, tradução livre)<sup>26</sup>.

O autor ainda enfatiza que, dependendo da localidade onde estão inseridas e a partir de seu interesse estabelecido, as formas de organizações em redes causam implicações imediatas na realidade, porque a constituição delas, em parte, decorre de relacionamentos anteriores entre os membros. Há também critérios para sua filiação, como a riqueza e o fato de os futuros membros estarem do lado ideologicamente defendido. “Essas redes também trabalham para reespecializar políticas, criando novos locais de influência, de tomada de decisões e de ação de políticas” (BALL, 2008, p. 761, tradução livre)<sup>27</sup>.

Puello-Socarrás (2021) analisa as recentes e relativas transformações inéditas do sistema capitalista neoliberal do século XXI, denominado pelo autor como “novo neoliberalismo”, que postula ser uma revisão do neoliberalismo aliado a estágios superiores a ele, apresentando propostas reformistas no papel do Estado, tais como: i) o Estado Empreendedor, Punitivo e de Trabalho (EPET), renovado para atender aos mercados; ii) modos de governo e organização sob a forma de governança para dominação das massas, como a utilização dos termos “co-operação e co-ordenação público-privada” por meio da pós-nova gestão pública ou valor público alicerçado em missões para superar a nova gestão pública (NGP) – por sua vez, assegurada em resultados, mas esgotada quanto sua funcionalidade de mensurar atualmente as ações públicas; e iii) a regulação, enquanto modalidade de ação institucional. Esse conjunto de fatores auxilia na renovação do neoliberalismo revitalizado.

Essas novas características do capitalismo do século XXI são consideradas ainda mais intensas do que o neoliberalismo de Thatcher, porque não há a desresponsabilização do Estado com as políticas sociais como acontecia, já que agora essa Instituição, a serviço direto dos novos

---

<sup>26</sup> “What is different is the direct relation of ‘giving’ to policy and the more direct involvement of givers in policy communities and a more ‘hands-on’ approach to the use of donations: ‘they want to be involved in the way the project is managed, for example’. This is what Peter Lampl calls ‘strategic philanthropy’ or what in the USA is called ‘venture philanthropy’”.

<sup>27</sup> “These networks also work to re-spatialise policy, creating new sites of influence, decision making and policy action”.

interesses, é reformulada com outros aparatos, como as redes, para que sua arquitetura seja sustentada (PUELLO-SOCARRÁS, 2021).

Ao se estabelecerem novas agendas de políticas, criam-se estruturas de forma global para as estratégias empresariais com a causa social. É o que se observa por meio de criação de termos, adaptações de nomenclaturas, tentativas de enfraquecimento da política estatal, por meio dos processos de globalização que colocam a busca pelo dinheiro como motor de progresso social.

A organização em rede feita pelos empresários faz parte de uma dinâmica internacional, que fortalece o movimento desses sujeitos na ocupação de locais onde teriam pouco acesso, como os novos espaços de disseminação de notícias, por exemplo, as redes sociais. Estas propagam informações com rapidez surpreendente e os empresários precisam de alguma forma estar inseridos ali também para não perderem espaço.

A globalização é favorável para que os negócios dos empresários se intensifiquem pela rapidez dos fluxos de vendas, notícias, ocupações de seus interesses e organização de sujeitos distintos em torno de um mesmo objetivo, de modo que vem se configurando como uma das suas melhores estratégias, porque juntos podem se fortalecer em prol de resultados exitosos.

Nesse viés, surgem também novos tipos de empresariamento com causas mais sociais e ditas menos lucrativas, como forma de devolver parte do sucesso à sociedade que consome seus produtos e marcas. Os novos filantropos reinventam a forma de fazer negócios para a sociedade moderna do século XXI, que tem os meios de comunicação na palma da mão, para deliberar o que antes era limitado do ponto de vista geográfico e das técnicas disponíveis.

Como a sociedade muda constantemente pelo progresso das mídias, das tecnologias e dos próprios espaços, os empresários procuram formas de dinamizar-se, para não só não perder espaço, como também ocupar as novas formas de agrupamentos que surgem. Logo, a preocupação com a causa social é destaque nos seus projetos e sua organização internacional, enquanto refinam-se para que a rentabilidade de seus negócios continue crescendo.

Percebo que essa organização global dos empresários com a causa social parte de um alinhamento com o neoliberalismo e seus correlatos como pontos em comum de meritocracia, a exemplo de busca incessante pelo dinheiro, consumismo desenfreado, exclusão dos mais fracos e formas autônomas de fazer o diferencial na sociedade. Com isso, configura-se uma artimanha de mostrar ao Estado como se deve agir para ter impactos, a partir de refinamentos de princípios que alcançam a subjetividade humana.

Os novos filantropos refinam os princípios do neoliberalismo como estratégia de um projeto de sociedade segundo o qual se deve enfraquecer reivindicações coletivas como parte

das lutas de classes, ao mesmo tempo em que o liberalismo e a sua nova roupagem emergem como modo de vida. Com isso as novas relações sociais decorrentes do Estado, mercado e sociedade são perigosas do ponto de vista da acomodação da forma de fazer política, porque a possível crítica de setores críticos da sociedade é parcialmente enfraquecida nas ações do “Setor Dois e Meio” e seus negócios sociais, na medida em que seus representantes propagam que já fazem o bem e estão preocupados e tentando resolver questões que envolvem a causa alheia.

As novas relações sociais são balizadas por simulacros de um tipo de fazer política orientado pelo mercado, que intensifica a individualização como forma de vida, algo contraditório quanto aos processos de globalização que, em tese, reduzem distâncias e aproximam as pessoas. No entanto, essas mesmas pessoas passam a viver e fazer escolhas cada vez mais balizadas pela autorresponsabilização, autoexclusão, autossuficiência de suas ações, que implicam o empreendedorismo, a sobrecarga de horas de trabalho, a venda de férias ao empregador, sobretudo quando há relações formais de trabalho e ausência de interesses coletivos, que poderiam ser materializados em políticas públicas sociais dentro do sistema capitalista.

A globalização empresarial intensifica novas formas de relações sociais, desenvolve estratégias próprias com as redes, que mesclam sujeitos de projetos distintos que se fortalecem ao se agruparem para ocuparem mais espaços, fazendo negociações em redes locais e globais. Em torno desse esforço, articulam-se formas de impacto com sujeitos estratégicos, a fim de se materializar um novo projeto de sociedade baseado no individualismo e na criatividade imediata, como prescrição de vida social (pro)posta pelos novos filantropos; aí, essa suposta nova forma de fazer política, na sua essência, evidencia como não há nada de novo, apenas readaptações em formas de exploração do homem.

As estratégias desses novos filantropos estão sendo desenvolvidas de maneira mais incisiva a partir do momento em que se articulam em redes com finalidades específicas, porque aproveitam o talento ou potencial de cada membro da rede para fortalecer o impacto desejado no aspecto social em que o desenvolvimento da educação, particularmente, a educação empreendedora, própria do mercado, passa a ser parte indispensável do novo tipo de sociedade moderna, autônoma, criativa, independente e mais competente do que o Estado, o mercado, as Organizações Sociais e as formas até aqui manifestadas de fazer política. Em contraponto ao discurso desse domínio, que difere da perspectiva de educação, defendo principalmente que esta deve possibilitar o desenvolvimento de todas as capacidades humanas.

## **CAPÍTULO 2 - REDES DE NEGÓCIOS SOCIAIS E O INTERESSE NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**

*As pessoas são “a riqueza das nações” no mundo globalizado.  
(ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO, 2020, p. 123).*

Este capítulo tem o propósito de desvelar por que instituições empresariais se incorporam a redes para promover o desenvolvimento da educação por meio de negócios sociais que podem gerar lucratividade, em um contexto no qual o fomento de um novo tipo de educação, que incentive a subordinação do homem aos ditames do capital, resulta necessária para um projeto global de sociedade que conecta sujeitos de várias partes do mundo. As organizações em redes são interessante opção diante de projetos societários em disputas, mas que que esbarram na falta de comprometimento dos membros quanto ao propósito geral dessas redes, além de serem impactadas pela indefinição do público e dos objetivos desse agrupamento em rede, o que poderá ser refutado por um movimento permanente, que não permita transformar a educação em negócio.

### **2.1 Organizações em redes de políticas como estratégia de fortalecimento das ações empresariais**

Frances et al. (1991) apresentam inquietações sobre as organizações em rede e redes de políticas, considerando-as enquanto fenômeno decorrente das novas relações entre Estado, mercado e sociedade no desenvolvimento de ações públicas em âmbitos como a educação. Esta é de interesse de todas as sociedades desenvolvidas economicamente, em que a coligação de sujeitos articulados se apresenta de forma global como manifestação das forças de poder e da dinâmica do sistema capitalista.

É um fenômeno mundial crescente, com novos sujeitos para novos arranjos de desenvolvimento social, sendo um ponto analítico crucial para as políticas públicas em função das implicações no dia a dia das sociedades para responder a questões do tipo: Como a vida social é coordenada? Ela é coordenada? A partir de um conjunto de textos, utilizarei alguns elementos do livro  *Mercados, hierarquias e redes: a coordenação da vida social*, de Thompson et al. (1991), como referência sobre a gênese das organizações em redes e das novas concepções de sujeitos que interferem na vida social e nos projetos de sociedades decorrentes desses arranjos.

Para Frances et al. (1991), a análise das organizações em redes de políticas requer comprometimento de quem as analisa, para compreendê-las em função de suas peculiaridades e dimensões, que são difíceis de decifrar por causa das contradições e subprojetos dentro delas, da ausência de hierarquias e da sensação ilusória de relações informais entre iguais. Essa ressalva é importante porque, em tese, todos possuem os mesmos interesses no alcance dos resultados e não estariam subordinados uns aos outros, mas sim partilhariam interesses em comum.

No entanto, a informalidade das redes pode causar hesitações sobre como elas funcionam e seus impactos, já que sua organização pode ser depreendida de responsabilidades óbvias e com possíveis ausências de culpabilização para aqueles que se organizam por meio delas (FRANCES et al., 1991).

No campo da educação, os colegiados representam uma forma de organização em rede na qual seus membros comunicam-se de forma horizontal, possuem funções distintas e se reúnem em prol de um objetivo comum. Também as redes podem ser compostas por pessoas com interesses escusos, como ocorre na(s) máfia(s), que possuem uma estrutura de rede perfeita, já que “depende da informalidade, lealdade de clã e parentesco; está longe de ser aberto; e tem o seu próprio sistema secreto de recompensas e punições que é bastante claro e corrupto em muitos aspectos” (FRANCES et al., 1991, p. 14, tradução livre)<sup>28</sup>.

No entanto, não queremos dar a impressão de que todas as redes são necessariamente corruptas ou maliciosas. As redes podem ser altamente positivas no modo de lubrificar as relações sociais e ajudar a coordenar a vida política e econômica. Em algumas áreas da vida, elas podem ser onipresentes. Elas tendem existir dentro dos interstícios das relações sociais, às vezes escondidas (porque informais), geralmente operando em pequena escala, modestas em seus alcances, mas ainda assim importantes [...] (FRANCES et al., 1991, p. 14-15, tradução livre)<sup>29</sup>.

Ainda para Frances et al. (1991), as organizações em redes pensam na mudança de estrutura da sociedade e na organização da vida social contemporânea de forma genuína, com aplicabilidade que ultrapassa qualquer espaço geográfico, em função da força das ações que invadem tempos, transformam sentimentos das pessoas e reformulam relacionamentos ao

---

<sup>28</sup> “It relies upon informality, clan and kin loyalty; it is far from open; and has its own secret system of rewards and punishments which is quite clearly corrupt in many respects”.

<sup>29</sup> “However, we do not want to give the impression that all networks are necessarily corrupt or devious. Networks can be highly positive in the way that they lubricate social relations and help coordinate political and economic life. In some areas of life they can be all pervasive they tend to exist within the interstices of social relations, sometimes hidden (because informal), usually operating on a small scale, modest in their purview and range but nonetheless important”.

conectar nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, ricos e pobres, intelectuais e aqueles sem elevado grau de instrução. Dentro das contradições do trabalho, todos eles formam um conjunto que reafirma uma centralização de poder do sistema capitalista sob a forma de redes.

Os autores destacam ainda o alcance de redes para três dimensões. A primeira é **econômica**, com diretorias interligadas, mesmo sendo pertencentes a empresas diferentes, que se conectam na tomada de decisões, facilitando que a elite econômica decida sobre os rumos da sociedade na governança da economia, “e na medida em que esses grupos compartilham uma perspectiva comum com as elites políticas, ambos podem se combinar para criar uma formidável ‘oligarquia político-financeira’ com considerável poder e influência” (FRANCES et al., 1991, p. 16, tradução livre)<sup>30</sup>.

O alcance da **força política** das redes também se manifesta pela organização de forma semi-independente do Estado e do mercado e até de outras comunidades, caminhando para uma soberania de grupos privados. Estes, de maneira independente, operam em uma sobreposição a todas as outras formas de fazer política, tentando impor um poder de deliberação considerado inédito e inovador, que poderá servir de parâmetro para gestores públicos e privados. Há também o aspecto **social**, porque tem possibilidade de propor um projeto de sociedade a partir de seus próprios parâmetros, orientando assim o modo de viver.

Nesse sentido, quando se analisa a articulação dos empresários, no tempo presente, as redes representam uma jogada quase perfeita de mercado, porque as organizações, nessa perspectiva, funcionam como estratégia de fortalecimento das ações empresariais nos aspectos econômico, político e social. Com isso, fazem com que Estado, mercado e as OS, que tradicionalmente representam as três formas de organizações sociais, fiquem subsumidas às redes de políticas empresariais.

A fragilidade das redes consiste justamente no seu fragmentado comprometimento entre os membros, que são voluntários e/ou convidados no coletivo, que a qualquer momento podem se retirar, bem como no comprometimento com o produto final, nem sempre publicizado interna e externamente, e no comprometimento social, no caso das redes empresariais que almejam causar impactos sem descaracterizar as realidades atingidas. As redes agem, mas parece que não querem ser responsabilizadas se o impacto causado for negativo.

Na minha compreensão, as redes de políticas são favoráveis para o setor empresarial num mundo globalizado, porque possuem o dinheiro e as técnicas mais desenvolvidas à sua

---

<sup>30</sup> “And inasmuch as these groups share a common outlook with political elites, both can combine to create a formidable ‘politico-financial oligarchy’ with considerable power and influence”.

disposição, de modo que essa forma de organização intensifica seus projetos ordenadamente no alcance de um público cada vez maior e diversificado, com um agravante do ponto de vista da democratização das relações. Isso, porque, diferentemente do Primeiro, Segundo e Terceiro setor, essas redes e seus ditos negócios sociais estão englobados, em grande parte, ao Setor Dois e Meio – vertente da solidariedade lucrativa cujas mediações implicam a subjetividade humana e, conseqüentemente, o seu poder de deliberação fortalecido a partir de um permanente processo de educação que orienta o homem a ser cada vez mais adaptável às instabilidades.

Quanto à sua força para condução da vida em sociedade e sua efetividade, a quase “perfeição” das organizações em redes esbarra na confusão de sentimentos dos membros, já que cada um tem uma especificidade, função e interesse; em vez de fortalecer o coletivo, como se defende na configuração das redes, isso pode ocasionar rotas divergentes dentro da finalidade geral da organização, que por sua vez nem sempre é transparente.

Ao mesmo tempo em que as ações das redes podem alterar o aspecto social de forma positiva, com políticas públicas que não bastam ou são pouco eficientes, também podem ser bastante nocivas para as relações sociais, porque se utilizam de maneira incisiva de aspectos da subjetividade humana, como solidariedade e caridade, agora numa dimensão mercantil, que passa a ser vinculada diretamente aos princípios mercantis segundo os quais tudo é passível de tornar-se mercadoria e lucratividade, ainda que sob as fragilidades do mercado.

Ao se considerar a banalização da empatia, própria das relações humanas na associação da filantropia ao lucro, conforme proposta por algumas redes de empresários nos negócios sociais, vê-se que pode alcançar voos mais elevados, com o um potencial esgarçamento de pactos sociais civilizatórios. Basta ter em vista que o liberalismo e o neoliberalismo podem ser superados por outro mecanismo, já que fazem uso de suas vertentes de livre comércio, privatização, individualismo acrescido da subjetivação – este último sendo íntimo dos seres humanos e estando norteado pelas deliberações das políticas de redes e suas confusas arquiteturas.

Tentar compreender por que instituições empresariais e sujeitos incorporam-se a redes na direção aos negócios sociais, na realidade da Amazônia, é desvelar uma ponta do *iceberg* de um movimento global acelerado, instantâneo e com conseqüências em tempo real, já que movimentam a estrutura social em que o desenvolvimento da educação é pedra angular dessa totalidade. Por meio da educação, o desenvolvimento excludente das redes acentua-se com seus modelos de gestão próprios, voltados para alcançar um fim específico que, no debate realizado nesta tese, trata-se da educação do homem para o empreendedorismo, com desdobramentos nos planos econômico, político e social.

É importante ressaltar que coordenação e modelos de coordenação são subjacentes às redes como propostas de organização, que podem elucidar as questões políticas, econômicas e sociais, podendo assim representar abstrações da realidade ao se negar que não há gerenciamento nas relações em redes. Para Frances et al. (1991), coordenação é discutida do ponto de vista da eficiência, que coloca em equilíbrio o coletivo, de modo que “sem coordenação, esses agentes e as agências podem ter objetivos diferentes e potencialmente conflitantes, resultando em caos e ineficiência” (1991, p. 3, tradução livre)<sup>31</sup>.

A coordenação é peça essencial nas redes para se alcançar o objetivo sob viés técnico e previamente definido, marcadamente quanto ao propósito que uniu distintos setores e sujeitos numa meta em comum. Esse processo se faz necessário para entender a lógica das suas formas de se organizar, que são pensadas para o controle das ações desenvolvidas por seus membros, padronizadas enquanto estratégia de monitoramento, ou seja, a coordenação nas redes possui simetria com a vertente gerencialista de controle dos sujeitos, monitoramento do fluxo de trabalho e organização em prol de metas típica do setor privado, que fiscaliza os processos desenvolvidos, no conjunto das redes; daí elas serem novas estratégias do mercado e do capital para continuar se expandindo.

De certa forma, as articulações em redes são contraditórias, porque isentam, em parte, seus membros de possíveis responsabilidades das ações desenvolvidas pelo coletivo, porque todos seriam iguais, com relações horizontais e até determinado ponto balizadas pela informalidade. Tal ordenação causaria empecilhos para se caracterizar de forma analítica alguns modelos de redes, mas a coordenação e o controle também representam uma de suas características essenciais, ou seja, há gestão gerencialista no modelo de redes de políticas que controla os fluxos, ou seja, não há ações informais, e sim controladas.

Ao fazer uma análise no campo das artes, Marx (2011) destacou que a contradição é uma categoria recorrente nos fenômenos sociais, porque, por exemplo, é comum haver épocas de relativa transformação social, sem rastros de desenvolvimento social ou material, conforme a base de sua ossatura. As transformações sociais deveriam estar atreladas ao progresso, mas as contradições da sociedade o dificultam. Da mesma forma, o surgimento e o funcionamento das redes são permeados de aspectos contraditórios, porque “a dificuldade consiste simplesmente na compreensão geral dessas contradições. Tão logo são especificadas, são explicadas” (MARX, 2011, p. 91).

---

<sup>31</sup> “Without coordination these agents and agencies might all have different and potentially conflicting objectives resulting in chaos and inefficiency”.

A partir da coordenação das redes, surgem e são (pro)postos novos modelos de coordenação, com mais dificuldades de serem mapeados por sujeitos de fora das organizações, porque modelos não são criados, se não impostos numa ordem de outros modelos do mundo. Portanto, cabe ter em vista que funcionam de forma parecida como uma ponta de luz de uma tocha, em que se identificam somente alguns indícios do todo, numa espécie de “esqueleto ou estrutura para a riqueza daqueles elementos da vida social que pretende elucidar” (FRANCES et al., 1991, p. 2, tradução livre<sup>32</sup>).

As organizações em redes impõem formas e modelos de coordenação para se firmarem como independentes, razão por que analisam a sociedade e almejam uma mudança de concepção a partir de ideias propostas. As redes querem impor seu projeto de sociedade com análise particular, a ponto de julgarem ser necessário alterar a realidade social a partir da identificação de problemas, com as políticas públicas não se efetivando ou sendo julgadas como ineficientes (FRANCES et al., 1991).

Os modelos de coordenação das redes irão depender dos seus objetivos, de onde estão inseridas, de suas abrangências, dos sujeitos que se organizaram e dos sujeitos que receberão suas ações. Por meio da imposição de seus modelos de coordenação, irão determinar as mudanças econômicas, políticas e sociais, implicando a totalidade. A esse respeito, Marx (2011) já chamava atenção sobre como o fenômeno é composto de partes que se completam e formam o todo.

O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça (MARX, 2011, p. 75-76).

A totalidade, que envolve as coordenações e os modelos nas organizações em redes, permite identificar como cada sujeito e instituição atua de forma articulada e com papel definido para que a finalidade da rede seja alcançada. É pouco provável que exista uma informalidade das redes, porque, no seu todo, materializa-se uma gestão gerencialista própria das empresas, em que ilusões sobre o foco das redes podem ser disseminadas com aparência de fragilidade e intencionalidade. O que acontece, no entanto, é que se mascara uma intencionalidade previamente definida, porque “as dimensões subjetivas, por sua vez, passam a ser assimiladas a um falseamento do conhecimento verdadeiro dos objetos” (MARX; ENGELS, 2007, p. 10).

---

<sup>32</sup> “bare bones or framework for the richness of those elements of social life it is aiming to elucidate”.

O processo de atuação das articulações em redes, enquanto fenômeno global, é a pedra angular das análises do novo tipo de fazer política, porque é na execução de suas ações que se conseguem mapear sujeitos, seus papéis, o que os levou a se organizarem em redes, quais seus projetos societários, quem coordena as redes, em quantas redes esses sujeitos se organizam e quais as consequências para as políticas públicas de cunho social, como a educação.

Diante disso, é possível desvelar a essência de seu propósito que, nas sociedades capitalistas, geralmente está afinada com o ganho de lucros e com correlações de forças constantes, já que “considerar a sociedade como um único sujeito é, além disso, considerá-la falsamente, especulativamente. No caso de um sujeito, produção e consumo aparecem como momentos de um ato” (MARX, 2011, p. 68).

Frances et al. (1991) destacam que a coordenação está intimamente associada a três modelos: mercado, hierarquias e redes, as partir dos quais realizaram as análises em seu estudo. A coordenação do mercado é relativamente automática via mão invisível, com câmbios e competição de preços, com estímulo ao individualismo em que os sujeitos, além de serem beneficiados, irão beneficiar a sociedade como um todo, na lógica de seus defensores.

Considero que hoje a mão controladora do mercado já não é tão invisível, porque se conhece e sabe-se quem são e como funciona. Em alguns momentos, os critérios da coordenação do mercado podem não ser suficientes para se alcançar a eficiência dos processos em função dos elementos não bem definidos ou por serem mecanismos inconscientes, o que vai exigir uma coordenação hierárquica entre os sujeitos, com técnicas de definição de papéis de ordem e controle se a eficiência quiser ser alcançada.

Tanto a coordenação do mercado quanto a coordenação hierárquica tendem a ser ineficientes, porque não levam em consideração os mecanismos e as técnicas sociais e informais que estão presentes no modelo de coordenação das redes, com cadeias transversais de aspectos políticos, econômicos e sociais. Logo, a coordenação nas redes tende a sobressair-se como alternativa ao mercado, às hierarquias e ao Estado, já que seus defensores julgam que possuem todos os elementos essenciais para o êxito de suas operações.

Para Frances et al. (1991, p. 4, tradução livre)<sup>33</sup>, “existem diferentes formas de mercado, de hierarquia e de redes, cada uma das quais leva a uma compreensão diferente da maneira pela qual a coordenação pode ser assegurada”. Assim, não há uma definição única e clara de como cada um atua para produzir tipos de coordenação, mas é possível afirmar que a coordenação em

---

<sup>33</sup> “There are different forms of the market, of hierarchy and of networks, each of which leads to a different understanding of the manner in which coordination might be secured”.

cada modelo de fato funciona dentro de sua lógica ou pelo menos seus defensores presumem que sim, o que reitera as redes enquanto estratégias de mercado.

Knoke e Kuklinski<sup>34</sup> (1991) destacam que as redes incorporam duas questões bastante significativas sobre o comportamento humano, que são: i) geralmente as pessoas já estão inseridas em redes por meio de um sistema social com outros sujeitos, enquanto pontos de referências, para o processo de suas tomadas de decisões e que, na natureza desses relacionamentos, pode-se interferir nas crenças, percepções e ações dos envolvidos; e ii) há uma importância em decifrar os vários níveis de estrutura, num sistema social, pois tal estrutura perpassa por regularidades na relação dos membros. Com isso, as redes só podem ser analisadas a partir das situações recorrentes entre os sujeitos e o que decorre delas, porque individualmente a estrutura social é desconsiderada como objeto de análise das relações sociais.

A análise de rede, ao enfatizar as relações que conectam as posições sociais dentro de um sistema, oferece um pincel poderoso para pintar uma imagem das estruturas sociais globais e seus componentes. A organização das relações sociais, portanto, torna-se um conceito central na análise das propriedades estruturais das redes dentro das quais os atores individuais estão incorporados, e para detectar fenômenos sociais emergentes que não têm existência no nível do ator individual (KNOKE; KUKLINSKI, 1991, p. 173, tradução livre)<sup>35</sup>.

As estruturas das redes são decorrentes de modelos globais replicados em todo o mundo, com adaptações das realidades dos sujeitos, os quais estão inseridos de modo bem similar no fluxo dos mercados, porque as redes de fato são mercados. No caso do Brasil e na Amazônia, a organização em rede da PPA reflete, em parte, as formas de organizações globalmente estruturadas com suas peculiaridades locais, mas conectadas a interesses internacionais.

A incorporação de instituições em redes em direção ao social faz parte da dinâmica dos empresários e dos fenômenos decorrentes das relações estabelecidas, já que individualmente as ações seriam pouco relevantes quanto ao seu impacto. Até porque as alianças são defendidas por organismos internacionais, pelo Estado, pelo mercado, pela sociedade civil e também pelos novos filantropos como consenso de única alternativa para o desenvolvimento na conjuntura do século XXI. Dessa forma, a totalidade dessas redes acaba carecendo de desvelamentos, porque

---

<sup>34</sup> Destaco que no seu texto os autores utilizam o termo “atores” para enfatizar que são seres concretos em ação. No meu entendimento, atores realizam performances, o que é coerente dentro das artes. Prefiro utilizar o termo “sujeito” que, a meu ver, não altera a essência das análises e se aproxima melhor da realidade destacada nesta tese.

<sup>35</sup> “Network analysis, by emphasizing relations that connect the social positions within a system, offers a powerful brush for painting a systematic picture of global social structures and their components. The organization of social relations thus becomes a central concept in analysing the structural properties of the networks within which individual actors are embedded, and for detecting emergent social phenomena that have no existence at the level of the individual actor”.

altera as estruturas sociais num ritmo de mercado acelerado.

Knoke e Kuklinski (1991) destacam que, se fosse necessário apenas identificar como os sujeitos estão interligados nas redes de forma conceitual, não se trataria de uma questão essencial que desperta interesse de tantos pesquisadores sociais. O que de fato se constitui como relevante é a necessidade de entender o fenômeno social das estruturas de relações dos sujeitos das redes e como cada um está localizado nelas, com seus comportamentos, percepções e atitudes, que implicam a sua maneira individual e o sistema como um todo.

Para ilustrar o poder potencial de uma abordagem de rede, considere uma variedade de problemas contemporâneos de ciências sociais: as fontes de homofilia de crenças dentro de uma elite de poder, a adoção de tecnologias inovações, as causas da lucratividade corporativa, a receita de grupos ocupacionais, os processos de recrutamento do movimento social [...] (KNOKE; KUKLINSKI, 1991, p. 176, tradução livre)<sup>36</sup>.

O fenômeno das organizações em redes contém diversas vertentes da estrutura social, cujos interesses poderão revelar o projeto de sociedade almejada e que resultarão em políticas de saúde, educação e saneamento, já que há uma tendência mundial de organizações redes para sanar problemas sociais. A análise das redes pode capturar com elevado nível de confiabilidade o contexto das relações sociais em determinada sociedade, o que se configura como amostra da realidade estudada, porque se identificam os sujeitos, a forma como se relacionam, suas deliberações e comportamentos.

Knoke e Kuklinski (1991) destacam como a análise das redes pode adequar-se às diversas teorias e métodos de análises e às preocupações substantivas. No caso desta tese, trata-se do materialismo histórico-dialético, a fim de verificar a essência do fenômeno em sua totalidade, com as mediações e contradições em torno da PPA e seus negócios de impactos sociais na Amazônia. A preocupação reside em analisar como se configura sua dinâmica, o que se coaduna com um percurso metodológico coerente quando se fala em redes de políticas, pois, na área de Ciências Humanas, é relevante verificar as múltiplas questões pertinentes ao objeto.

Nessas análises, torna-se pertinente também identificar a estrutura social do sistema – seja a rede pequena, como uma sala de aula; média, como uma escola ou Universidade; ou grande, como uma indústria. Tal estrutura está intimamente associada à relação que articula os envolvidos nas redes em torno de um objetivo ou dinâmica própria, com destaque para as

---

<sup>36</sup> "To illustrate the potential power of a network approach, consider a variety of contemporary social science problems: the sources of homophily of beliefs within a power-elite, the adoption of technological innovations, the causes of corporate profitability, the income earnings of occupational groups, the recruitment processes of social movement organizations [...]".

posições que ocupam, sendo estas significativas e estratégicas, de modo que as posições ou funções representam subgrupos organizados como forma de ajudar a sustentar a execução da rede.

Os sujeitos por si só não representam a estrutura social que se deseja identificar em áreas como as Ciências Humanas e Sociais, sendo isso possível apenas a partir da identificação do padrão regular de relações (comportamentos reais observáveis) entre eles enquanto sujeitos concretos; “portanto, a identificação de posições é necessária, mas um prelúdio incompleto em uma análise de rede completa, o que requer a avaliação subsequente das relações que ligam as posições umas às outras” (KNOKE; KUKLINSKI, 1991, p. 179, tradução livre)<sup>37</sup>.

As diversas formas de redes irão exigir do pesquisador uma análise atenta e profunda, balizada em um problema previamente definido ou pelo menos na definição de motivos que justifiquem que a rede seja analisada, além de um aporte teórico consistente, que permita desvelar sua essência. Esse quadro é relevante por ser comum que as redes sejam simplificadas, limitando-se o vasto número de sujeitos a um número reduzido de funções, enquanto sua potência gradativamente altera a realidade onde está instalada, uma vez que é mais cômodo compreender o fluxo das redes de dentro para fora.

As redes de políticas, como é a configuração da PPA, são uma das formas de representação mais inquietantes de se analisar em função da posição social dos sujeitos e do impacto no aspecto social, conjuntamente a como “a análise das redes de políticas pressupõe que elas tenham um impacto central no conteúdo da política” (RHODES, 1991, p. 208, tradução livre)<sup>38</sup>.

A análise de Rhodes (1991) foi feita a partir da realidade do governo britânico e representa, em parte, redes mundo afora que – como a PPA – interferem na economia local por meio do fomento de negócios de impactos sociais já existentes, faz propostas de sustentabilidade a partir de seu projeto próprio e ajuda a formar uma concepção de homem balizada em seus valores de mercado. Exemplos disso seria a educação para o empreendedorismo, alinhada com um modelo global de sociedade, que almeja padronização dos fluxos das relações de exploração do trabalho como mais uma metamorfose do sistema capitalista no mundo.

Tem-se uma faceta perigosa dos tipos de redes quando estas querem alterar a política, sua forma de executá-la e seu conteúdo, que, em seguida, são executadas para a sociedade por

---

<sup>37</sup> “Hence identification of positions is a necessary but incomplete prelude in complete network analysis, which requires the subsequent appraisal of the relations connecting positions one to another”.

<sup>38</sup> “the analysis of policy networks presupposes that they have a key impact on policy content”.

meio de programas e projetos próprios ou ajustando aqueles que estão sendo desenvolvidos. Ou seja, tanto na proposição quanto na adequação de ações, as redes de políticas definem os rumos e determinam a dinâmica a partir de seus interesses particulares.

A finalidade de sujeitos organizarem-se em redes de políticas demonstra que os projetos societários estão em disputas constantes, porque políticas são emanadas pelo poder público e, quando tais políticas têm seu conteúdo alterado, há um protagonismo social delas enquanto o Estado se torna coadjuvante na vida social e no modo fazer política; “redes, então, são especialmente úteis para a troca de mercadorias cujo valor não é facilmente medido” (POWELL, 1991, p. 272, tradução livre)<sup>39</sup>.

As mercadorias nas trocas internas da rede PPA ocorrem pela especialidade de cada membro dentro dos fluxos de projetos, porque cada competência é disponibilizada a serviço do coletivo, como num cardápio em que se pode acionar cada parceiro, dependendo da necessidade. Quando este parceiro precisar de ajuda, já se tem uma à disposição; assim, o fluxo da política ocorre reduzindo custos, na medida em que a utilização de competências entre os membros é um valor que, para eles, vai além do financeiro e está atrelado também ao estabelecimento de laços, fortalecimento de relações e, conseqüentemente, de políticas dentro das redes.

Com essa forma de organização, a PPA avança no seu projeto societário, possibilitando interações entre os empresários, redução de gastos para eles, troca de competência, e propaga que “juntos” podem fazer com que a Amazônia seja um lugar melhor para morar, respondendo às demandas sociais do Estado, do mercado e da sociedade local, o que pode torná-la referência mundial numa forma de fazer política via negócios de impactos.

As redes vão sendo flexibilizadas para adequar-se às realidades diversas no alcance do seu propósito, o que os empresários fazem com maestria na lógica mercantil, pois unem suas técnicas de gerência com parceiros locais e internacionais em prol de seus interesses e, “no mundo dos negócios, a ideia de parceria resume a noção central de uma rede” (FRANCES et al., 1991, p. 14, tradução livre)<sup>40</sup>.

Logo, as redes de políticas funcionam como estratégia inteligente e afinada com os meios e produção da sociedade moderna contemporânea, cujos processos de globalização, dependendo do interesse, podem reduzir distâncias em prol de um objetivo em comum. Nesse processo, a conexão de sujeitos de várias partes do mundo possibilita alterar uma realidade

---

<sup>39</sup> “Networks, then, are especially useful for the exchange of commodities whose value is not easily measured”.

<sup>40</sup> “In the business world the idea of partnership sums up the central notion for a network”.

específica, como ocorre com a PPA e seus negócios de impactos sociais, em uma região cobiçada internacionalmente do ponto de vista geográfico e geopolítico, por suas riquezas naturais, na qual o desenvolvimento da educação revela perspectivas ambiciosas de manutenção do *status quo*.

É preciso ressaltar que as redes alteram políticas públicas e fazem parte de um cenário internacional com múltiplos sujeitos, como empreendedores sociais, organizações sociais, empresários e tantos outros em prol de um bem comum maior. Este, em tese, foge de interesses particulares, porque no discurso se apresenta como possibilidade outra que não as determinações do Estado, julgadas como ineficientes ou com poucos impactos, com novas articulações coletivas que se apresentam como alternativa inovadora e com coordenação eficiente em contraposição à política estatal (SHIROMA, 2020).

Ainda de acordo com a autora, a elaboração de políticas públicas perpassa diretamente pelas relações global-nacional-local, com redes de políticas que envolvem Estado, consultores de organizações multilaterais, especialistas em cargos públicas, editoras e outros que interferem no jeito de fazer política, em especial, as educacionais desenvolvidas pelo engajamento do setor privado. O materialismo histórico-dialético usado como base nas análises desta tese é o mesmo percurso utilizado por Shiroma (2020), que ressalta como é recomendado definir previamente uma questão e um referencial teórico para analisar as redes a fim de não se realizar uma análise incoerente com um fenômeno social.

Os impactos das redes nas políticas são diversos e intensificados, como o fomento de um individualismo social exacerbado, numa realidade local carente de direitos advindos de políticas públicas, porque os processos de globalização terão consequências diferentes em cada realidade, tendo que vista que dificilmente tais processos alcançam padronização.

As redes de políticas almejam alterar o conteúdo da política vigente e para isso contam com especialistas representantes dos interesses de frações da burguesia para projetos societários decorrentes da conflitante sociedade capitalista em que estão inseridos. Tais especialistas atuam nas redes para manter o ideal de grupos sociais hegemônicos e possuem conhecimentos que interessam às redes como estratégia de criar consensos sociais, sendo a educação uma de suas áreas prioritárias (SHIROMA, 2020).

No projeto do capital, atuam como porta-vozes de interessados em reformar a Educação. Criam metas, estabelecem objetivos, com pretensão de liderar a governança de determinado setor. A produção discursiva é relevante para criar clima propício ao acolhimento de propostas internacionais. Nessa empreitada, os experts desempenham um papel estratégico na produção de documentos, de conferências, de publicações, que tentam formar na opinião pública a

expectativa de adequar a educação local às supostas demandas da globalização (SHIROMA, 2020, p. 7).

Quando atuam em redes, tais especialistas de fato passam a propor o que o Estado deve conceber como política pública, fazendo com que o desenvolvimento da educação seja permeado por uma lógica de adequação da realidade local à realidade internacional, que dita como devem ser pensadas, executadas e avaliadas as políticas sociais. Em face disso, a globalização intensifica a vertente segundo a qual países em desenvolvimento, como o Brasil, devem se subsumir ao que fora elaborado pelos países desenvolvidos.

No caso do Brasil, esses especialistas, ligados ao setor privado, impõem as metas a serem alcançadas, as quais geralmente são postas a partir das realidades de países desenvolvidos e com condições técnicas e estruturais sempre ditando aonde os demais devem chegar. Ou seja, impõem-se modelos de educação com valorização dos preceitos de esforço individual, fragilizando-se o sentido de política pública por meio do Estado em ação.

Os que se intitulam especialistas em políticas propagam a ideia de que conhecem a realidade idealizada a partir de suas experiências e de que vão atuar em localidades que historicamente estão aquém dessa “quimera”, como é o caso da Amazônia brasileira, justamente por ser cobiçada e campo fecundo para tais iniciativas individuais ou coletivas. Essa ação se dá por meio das redes de políticas com alinhamento aos valores comerciáveis da filantropia reconfigurada, que se opõem ao mercado, mas fazem uso de sua base para executar suas propostas, numa perceptível contradição de sua forma de articulação.

Para Marx (2011, p. 28), “o próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza”. Essa mesma contradição é manifestada quando se tenta desvelar por que instituições empresariais incorporam-se a redes em direção aos negócios sociais, como a PPA, que não se caracteriza como defensora do mercado tradicional, mas se utiliza de seus valores de empreendedorismo, possui membros com intensa participação no cenário competitivo mercantil, propõe uma forma de negociar própria e de promoção da educação a partir da alteração de concepção de vida num novo mercado.

Ocorre uma forma de privatização contemporânea da educação no sentido de formação humana por meio das redes de políticas que contam com especialistas, estrategistas, marqueteiros, com sujeitos vinculados à filantropia repaginada, para que consensos sejam estabelecidos na aceitação de suas propostas e na intensificação da mercantilização da educação sob novas vertentes, além das já tradicionais parcerias entre o público e o privado. Nesse cenário, o capitalismo avança para materialização da privatização do homem com “prisões sem

grades”, atribuindo valor monetário aos sentimentos subjetivos.

A mercantilização engloba tanto uma atenção à naturalização das mudanças que estão ocorrendo na vida cotidiana de nossa produção e das atividades de consumo, e processos mais gerais do capitalismo e suas crises e instabilidades inerentes que sustentam a busca de novos mercados, novos produtos e, portanto, novas fontes de lucro. Ao fetichizar mercadorias, estamos negando a primazia das relações humanas na produção de valor, na verdade apagando o social (BALL, 2004, p. 4, tradução livre)<sup>41</sup>.

Assim, as organizações em redes funcionam como estratégia de fortalecimento das ações empresariais para que atuais formas de mercantilização de formação humana sejam adaptadas e ampliadas com outros discursos e sujeitos. As instituições atuam na direção dos negócios sociais com força maior quando comparadas a sua atuação isolada; por isso, não é contraditório, e sim intencional, o agrupamento em redes para as demandas atuais do mercado, que continua tendo interesse no desenvolvimento da educação para manter sua hegemonia.

Porém, como em todo fenômeno analisado em sua totalidade, também se verifica alguma contradição em processo, apontada por Marx (2011). No caso das redes, uma dessas contradições está em sua gênese, que almeja o equilíbrio entre o mercado e o Terceiro Setor como um de seus principais argumentos para sua consolidação na sociedade, ao mesmo tempo em que esses setores seriam opostos quanto a sua finalidade social e econômica. Ainda assim, as redes precisam causar impactos desde o seu surgimento, pois se voltam para unir os contrários até o resultado final; tem-se aí uma nova forma de mercado, em que as contradições que aparentam ser equívocos na sua configuração são na realidade estratégias, para que consigam ser notadas e, conseqüentemente, tenham valor social, financeiro e político.

As contradições das redes são percebidas também pelo desrespeito com a realidade local onde se inserem, porque a estratégia é sempre tentar alterá-la de acordo com um padrão de fora, do estrangeiro, do global, que seria o certo e o modelo a ser seguido pelos sujeitos locais, como sinônimo de desenvolvimento, e não o movimento inverso de incorporar às redes a cultura conhecida, revelando seu fluxo de exploração e exclusão agora executados pelos filantropos.

Essas redes retrabalham e repovoam a comunidade de políticas de ajuda e desenvolvimento, conectando de novas maneiras os interesses e as atividades de empresas, governos, filantropia e agências não governamentais. Nesse sentido, trazer interesses filantrópicos e empresariais ao campo do

---

<sup>41</sup> “Commodification encompasses both an attention to the naturalisation of changes which are taking place in the everyday life of our production and consumption activities and more general processes of capitalism and its inherent crises and instabilities which underpin the search for new markets, new products and thus new sources of profit. In fetishising commodities, we are denying the primacy of human relationships in the production of value, in effect erasing the social”

desenvolvimento internacional envolve um prolongado e sofisticado trabalho de ativismo e interação em rede (BALL; OLMEDO, 2013, p. 40).

Parece ser o *déjà-vu* de um discurso propagado há muitos anos, refinando-se palavras, estratégias e sujeitos, enquanto a essência de adequar o local aos ditames globais mantém-se. Nesse viés, a relação educação e desenvolvimento acentua-se, na medida em que os especialistas, atuando em redes, não estão inseridos apenas nas casas legislativas e nos Ministérios onde se promulgam as políticas; antes, eles estão nos meios de comunicação, nas embalagens dos produtos consumidos, nos centros comunitários, nas festividades religiosas e no mais íntimo das situações cotidianas, agindo para convencer a população de que a proposta de progresso é boa e necessária para melhoria de todos. Daí a dificuldade de realizar o mapeamento e o fluxo de suas ações, que são rápidas, atuais e em constante atualização.

As redes também apresentam um grau de instabilidade e mutabilidade; as associações mudam e as organizações líderes estão sujeitas a reestruturação e mudança de status. Além disso, alguns dos links específicos mostrados podem ser bastante tênues em termos de interações pessoais, mas indicam a "união" de empresas, organizações não estatais e atores, e o "executivo principal" e uma reespecialização geral da política (BALL, 2008, p. 754, tradução livre)<sup>42</sup>.

Tal mutação das redes é propícia para que elas sejam instaladas em diferentes realidades e alcancem cada vez mais públicos distintos, sem que sua conformação seja totalmente compreendida pela comunidade externa e até mesmo por seus membros internos, que podem não ter conhecimento de sua estrutura e dinâmica, porque são divididos em subgrupos com funções estratégicas. Assim, a coordenação das redes estaria mais afinada com um perfil gerencialista de controle de todo o fluxo, podendo permitir alterações no seu funcionamento, dependendo do interesse, sem necessidade de consultar aqueles que estão envolvidos.

Além disso, a reespecialização geral da política feita pelas redes ocorre num fluxo rápido e que merece atenção, porque a execução de suas ações em locais, onde não há fiscalização por parte do poder público pode representar um cenário adequado para as mudanças sociais, de acordo com os interesses das redes, bem como representar perigos para a democratização das relações humanas, em função do estabelecimento de novas formas de relacionamento entre Estado, mercado e sociedade.

Logo, a ausência de clareza na definição da composição e das ações das redes de

---

<sup>42</sup> "The networks also have a degree of instability and mutability; memberships change and the lead organisations are subject to restructuring and change of status. Furthermore, some of the specific links shown may be fairly tenuous in terms of personal interactions but do indicate the 'joining up' of businesses, non-state organisations and actors and the 'core executive' and a general re-spatialisation of policy".

políticas representa uma de suas maiores estratégias de gestão, porque o emaranhado de pontos interconectados dificulta sua neutralização caso represente ações de não legalidade, em especial em localidades mais vulneráveis, como a Amazônia.

Nessas tentativas de alterar o conteúdo da política, esses sujeitos organizam-se em redes como forma de demonstrar força por meio de suas diferenças, que seriam minimizadas em prol de um propósito maior e em comum que os uniria. Soma-se a isso a difusão de suas propostas distintas para diversas áreas, como a educação, misturando suas práticas, formas de gestão, trocando experiências e fortalecendo suas instituições e formas de fazer política. Isso, porque fazem pesquisas, realizam ajustes de seu funcionamento, analisam seu fluxo com especialistas e pesquisadores renomados na área acadêmica, os quais já possuem credibilidade social; assim, criam relatórios oriundos dessa união e os divulgam para intensificar a ideia de que a rede produz impactos sociais positivos.

Há uma mistura de fases dessas articulações até se conseguir decifrar o enigma de suas ações, porque se trata de entes diversificados e, em tese, com interesses distintos, que fazem coligações. Em seguida, verificam quais serão as ações, planejam, implantam, implementam e avaliam numa vertente similar ao ciclo das políticas, num tipo de fazer política paralelo ao Estado e contra o Estado, na medida em que se dita um modo de viver.

Na rede PPA, também há um tipo de coligação ou agrupamento, composto por cinco entes: **Empresas, Filantropia, Sociedade civil, Parceiros estratégicos e Parceiro Institucional**. Dentro de cada grupo, as aproximações dos sujeitos e organizações os classificam em cada categoria, com funções delimitadas no contexto da rede, a fim de maximizar seu potencial. No caso analisado, haveria aí um tipo de educação subjacente como estratégia de formação do homem, que se transforma em negócio lucrativo para materializar um novo projeto societário.

Para que haja o desenvolvimento da rede, as especificações de cada membro são previamente definidas de acordo com suas habilidades e poder de alcance que interesse à coordenação geral.

Estudar as redes de políticas públicas contribui para evidenciar relações entre sujeitos e organizações de mundos muito distintos, viabilizam demonstrar não só o alinhamento de propostas nacionais às internacionais, a mixagem de racionalidades de diferentes setores, estimulando o desenvolvimento de outras pesquisas que permitam conhecer não só as propostas das organizações multilaterais para Educação, nas diversas partes do globo, mas mais do que isso, desvelar seus fins, o que esses esperam obter nos diversos territórios, por meio da Educação (SHIROMA, 2020, p. 20).

Analisar o desenvolvimento de um tipo específico de educação é peça essencial para a

execução dos propósitos das redes de políticas, como a PPA, que opera na Amazônia com negócios de impactos sociais, alterando a realidade local, num alinhamento com as demandas internacionais globais próprias do setor privado e da lógica neoliberal, com estímulo de inovação, tecnologia e empreendedorismo como meta a ser seguida pela população local.

O tipo de política executada no desenvolvimento da educação é coerente com uma jogada estratégica nas disputas capitalistas para controle das sociedades, tendo em vista que, a educação, ao ser eleita como área social, já é atraente para o setor privado, que majoritariamente compõe as redes. Por isso, ao propor um tipo de sociedade formada para os negócios, os impactos podem ser imensuráveis a longo prazo; especificamente no caso da PPA, é fomentada a educação para o empreendedorismo, numa forma de fazer negócio com justificativa de impactar o social, mas mantendo a dinâmicas de exploração de alguma forma.

As ações empresariais, no campo da educação, desenvolvem práticas que promovem a síntese entre o interesse individual e o interesse geral. Elas não interferem nos interesses econômicos, nem se opõem ao Estado; pelo contrário, atuam através e com o Estado, modificando a cultura organizacional, visando que o Estado aprenda com as qualidades do setor privado a flexibilidade, a inovação, a eficiência e a eficácia - ou seja, os valores do mercado (PERONI; CAETANO, 2020, p. 6).

Segundo Peroni e Caetano (2020), apoiadas em Ball (2014), uma das formas de avanço do setor privado sobre o público e as diversas denominações para os novos sujeitos, as quais se apresentam como solução às supostas fragilidades das ações estatais com a área social, surgem nos empreendedores de política e novos filantropos que envolvem algumas características, tais como: capacidade intelectual, conhecimentos de políticas, liderança e habilidade estratégicas e de formação de equipes, e contatos diversos. Tais elementos constituem uma forma de ocupar territórios distintos, com propósitos e resultados mensuráveis de seus investimentos via retorno imediato, o que lhes faz ampliar e adaptar o uso das ferramentas gerenciais do setor privado no espaço público, num tipo de fazer política paralela ao Estado e ao mercado.

Há uma reconfiguração das relações sociais a partir do momento em que ocorrem as organizações de sujeitos em redes, com consequências na economia, nos direitos sociais e na estreita relação entre educação e desenvolvimento, tendo em vista que o Estado teria que aprender com as redes a fazer política, porque elas atuam onde julgam ser ineficientes as ações do poder público, sendo em decorrência dessa ausência que a filantropia reconfigurada seria necessária para os impactos acontecerem nas sociedades capitalistas.

Pelo fato de a educação ser entendida como indispensável para o desenvolvimento econômico e social pelo nível de instrução da população, vê-se como isso reflete nos índices de

violência e no repasse de recursos financeiros para a segurança pública, da mesma forma como ocorre nas políticas de saúde, com prevenção da atenção básica e nas políticas educacionais. A partir do momento em que se tem uma população instruída, com ensino sistematizado, poderá ocorrer uma economia por parte do poder público, já que o investimento será para melhoria social com ações preventivas, e não para o tratamento de consequências negativas.

Daí a intrínseca relação entre educação e desenvolvimento que, nas sociedades capitalistas, é desigual e se orienta para a manutenção da divisão social em classes e das relações humanas, corroborando um projeto de individualização do homem com uma política de fora do Estado e concorrente a ele. Como revés desse ponto de vista, “a educação tem de ser examinada na totalidade contraditória das relações capitalistas de produção, que são relações de exploração e de desigualdade, geradora de exclusão e não como um objeto em si mesma” (SANTOS, 2014, p. 235).

Os empresários e os novos filantropos já compreenderam, há muito tempo, o valor econômico atribuído à educação no jogo da dinâmica global dos negócios, seja pelas instituições particulares, que são lucrativas, e contam com público ascendente na educação básica e no ensino superior, havendo diversas congregações com ações nas bolsas de valores; seja pelas parcerias público-privadas, pela elaboração de tecnologias educacionais vendidas para o setor público ou pela sobreposição mais recente, via redes, na forma de ditar e fazer política a partir da mudança de concepção de vida dos homens onde se inserem, o que passa pela promoção de um tipo específico de educação.

O desenvolvimento da educação feito pelas redes é intencional em diversas frentes como forma de fazer negócio, a exemplo do manual comprado por uma comunidade que pode gerar valores econômicos com riquezas naturais, das rodas de conversas sistêmicas e no cotidiano, dos seminários e tantas outras. Essas ações vêm na esteira da educação como essencial para os diversos setores, especialmente quando as redes querem ocupar o máximo possível de lugares na sociedade, como é a atuação da PPA, que propõe distintas formas de auxiliar as populações dessa região por meio dos seus ditos negócios sociais, identificando e focalizando sujeitos individuais e coletivos que podem gerar lucros e disseminar um tipo de política alinhada com o mundo dos negócios.

É uma estratégia inteligente e bem arquitetada porque se sabe que, para vencer o jogo de impor seu novo tipo de sociedade empreendedora, autônoma e independente do Estado, é necessário ter o máximo possível da população afinado com seus dizeres, até se chegar ao ponto de fazer com que o setor público apenas financie o novo padrão de sociedade a partir das relações entre Estado, mercado e sociedade de impacto, as quais caminham para o esvaziamento

de direitos e para o investimento individual em garantir tais direitos.

Por conta disso, a modificação da cultura organizacional feita pelas redes atua para convencer a população de que o Estado é incapaz de alterar suas realidades, ainda que sem criticar de forma direta o Estado, porque este financiará os projetos e as necessidades das redes, caso sejam exitosas dentro da comunidade instalada.

Castells (1999, p. 40) destaca que as redes mudam, criam e recriam culturas que adaptam a vida das pessoas, como também as vidas se adaptam a elas no mundo globalizado, em que “as mudanças sociais são tão drásticas quanto os processos de transformação tecnológica e econômica”.

O convencimento é feito, na medida em que as pessoas passam a ver como a atuação das redes é melhor e mais eficiente. Por isso, ganha força a ideia de que o setor público é aquele que tem que aprender, ou seja, o desenvolvimento da educação feito pelas redes na Amazônia, carente em diversos sentidos, é feito por outros caminhos além da escola. No caso da PPA, este estimula os trabalhadores dessa região para o empreendedorismo, porque o espaço amazônico já é de predominância do setor privado há mais de 20 anos com a educação sistematizada básica, seja pela formação de políticas, pela proposição de currículo ou pela gestão e toda sua organização, que já é executada por especialistas do mercado, motivo pelo qual já se tem uma cultura de força do setor privado instalada na região (VALE; SANTOS; ALVES, 2021).

As redes almejam ocupar espaços que envolvem toda a população, não somente onde estão aquelas que almejam formação sistematizada como escolas, universidades e centros de formação técnica. Nestas últimas o setor privado já está instalado, enquanto agora o avanço precisa ser no âmbito subjetivo de formação humana, porque o homem sem elevado grau de instrução escolar atualmente também interessa para os negócios das redes de políticas como a PPA para gerar outros negócios.

A partir dessa necessidade, há sujeitos nas redes com funções estratégicas, os quais estão articulados e atuam como subgrupos organizados dentro da rede que vem se estabelecendo na condução das questões de cunho social, caracterizando algo transversal à organização geral das redes, mas com finalidade determinada para seu fortalecimento. Logo, a fim de maximizar o poder de impactos das redes, os empresários e os novos filantropos organizam suas redes por setores similares a uma empresa, de modo que cada setor tem uma forma de atuar específica. Em outras palavras, agora a empresa não tem necessidade de um espaço físico para executar seu trabalho porque tal trabalho vai até aqueles que serão impactos, e os resultados são compartilhados por meio remoto, sempre com uma gerência controlando.

Na rede, existem funções distintas. Aqueles que estimulam a participação da iniciativa privada envolvem e fomentam ações conjuntas com propósito comum. Nas redes, há os que investem recursos financeiros nos projetos e há os que investem experiência e competências técnicas na divulgação do que chamam de boas práticas. Portanto, na rede, há os articuladores, os financiadores e os consultores (PERONI; CAETANO, 2020, p. 7).

Como faceta do mercado, as redes atuam de forma sistemática e parecida com as empresas que montam seu time e/ou quadro de funcionários, elencando critérios, fazendo recrutamento, selecionando os identificados como melhores e excluindo os que não respondem às expectativas da gerência.

As redes de políticas podem representar perigos quando competem com o tipo de política estatal, fragilizando a ação pública e fazendo com que os ditos beneficiários de suas ações também coloquem-se como oposição ao Estado, fortalecendo assim um movimento de individualismo. Nele, por meio dos empreendedores da miséria que na minha compreensão são aqueles que investem seu tempo, o pouco recurso que tem, sua criatividade num projeto com duração limitada com baixa probabilidade de alterar sua realidade social econômica.

Um paralelo pode ser feito com as tecnologias, que possuem uma obsolescência programada, em que você sempre tem de correr atrás dos instrumentos mais modernos, em substituição aos mais antigos, num claro processo de descarte. Como comparativo, a conjuntura proposta pelos novos filantropos, pelas organizações em redes e pelo culto ao dinheiro na globalização incentiva a educação para o empreendedorismo, que é um estágio da vida profissional sem estabilidade, que permite aos sujeitos envolvidos, nesse processo, construir um planejamento a longo prazo para suas vidas. Este dependeria da negociação do dia, do mercado internacional, que interfere no mercado local, do poder de compra da população, das condições climáticas e demais questões endógenas ao empreender, que no geral colaboram para sua recorrente exploração em função de um sistema global imposto como modo de viver.

O fomento ao empreendedorismo ganha espaço, principalmente, onde há ausência de políticas públicas eficientes, visando a fazer algo que o Estado não faz. Para isso, seriam necessárias técnicas de criatividade imediata e apressada para resultado instantâneo balizado por uma cultura global do individualismo, na qual cada um deve fazer algo e não esperar por ações do poder público.

Nesse viés, redes de políticas possuem um papel estratégico para materializar essa realidade global proposta por países desenvolvidos, como o EUA, que orientam nações no mundo como o padrão de desenvolvimento, de vida almejada e de sucesso que deve ser replicado. A redução das dimensões espaciais facilita executar princípios da realidade

americana em outras localidades, como ocorre com a PPA, com seus negócios de impactos que fomentam também uma educação para o empreendedorismo; assim, tem-se a alteração da realidade social modificada para ficar cada vez mais parecida com a realidade americana.

A educação como campo de investimento está imbricada à conformação das redes de políticas, porque dará retorno lucrativo, além de ampliar sua participação na vida em sociedade pela aceitação da área como valor social. Mais do isso, é por meio da disseminação da educação para o empreendedorismo, como no caso da PPA, que os novos filantropos se articulam, para desenvolver um tipo de formação alinhado com as múltiplas vertentes do mercado, que se coaduna com um desenvolvimento excludente de exploração de um novo tipo de trabalhador para um novo tipo de sociedade.

O desenvolvimento da educação então vem se firmando como uma possibilidade de negócio social lucrativo feito pelas redes de políticas, como será verificado a seguir, porque se constitui uma intrínseca relação entre educação e desenvolvimento, que reflete num tipo de sociedade almejada pelas organizações em redes, em meio à tentativa reforçada de subordinação do Estado à racionalidade empresarial, agora também defendida, aceita e replicada pela base da pirâmide social – os trabalhadores.

## **2.2 O desenvolvimento da educação como negócio social lucrativo**

A noção de desenvolvimento alinhada ao aspecto econômico, conforme me interessa nesta tese de doutorado, foi inicialmente apresentada na área de Ciências Humanas na obra *A Riqueza das Nações*, escrita por Adam Smith, que possui importantes contribuições para a área de políticas públicas educacionais. Ao escrever a apresentação dessa obra, Fritsch (1996) destacou que o autor escreveu sobre o assunto de forma coerente, a partir das suas próprias percepções sobre as transformações sociais que faziam parte da vivência dos “homens de negócios” com quem ele mantinha amizade, o que permitiu

identificar na percepção direta dos fenômenos que acompanharam o processo acelerado de crescimento econômico britânico — aumento de produtividade, acumulação de capital, melhoria dos padrões de vida e crescimento populacional — a fonte de inspiração empírica de sua obra. Seu toque genial decorre, entretanto, da percepção das conseqüências analíticas da paralela e acelerada generalização dos métodos capitalistas de organização da produção, do progressivo aumento da competição e da maior mobilidade de capital entre as diferentes ocupações (FRITSCH, 1996, p. 17).

Assim, ao progredir economicamente, possibilitando transformações sociais em diversos aspectos, a sociedade britânica foi um cenário propício para a observação da essência

do desenvolvimento, realizado de maneira mais incisiva para uma classe economicamente consolidada. Destaco que o desenvolvimento naquela realidade não ocorreu para aqueles que mais precisavam economicamente, cuja situação pouco se transformou quando comparada com a dos “homens de negócios” que puderam aperfeiçoar sua qualidade de vida.

O desenvolvimento social e os aspectos de progresso – orientados pelo sistema capitalista, que busca o lucro acima de tudo – ajudam a compreender como a exploração dos trabalhadores e a lógica da produtividade eram e ainda são essenciais para que a teoria do desenvolvimento fosse elaborada. Fritsch (1996) diz ainda que mudanças sociais ocorriam a partir do investimento nos trabalhadores e em suas formas de produção especializadas, quando movimentavam as estruturas de trabalho em relação ao ritmo, fluxo de confecção e reespecialização dos funcionários, com foco na ampliação dos lucros, sendo o desenvolvimento “determinado pela produtividade do trabalho “útil” ou “produtivo” — que pode ser entendido como aquele que produz um excedente de valor sobre seu custo de reprodução” (FRITSCH, 1996, p. 9).

Quanto maior fosse o investimento em materiais de trabalho, no salário do trabalhador, na sua mudança de percepção de progresso, maior seria a acumulação dos bens produzidos pela sociedade e, conseqüentemente, maiores seriam os níveis de desenvolvimento. Logo, é possível inferir que o desenvolvimento econômico e social está intimamente associado à exploração da mão de obra para que os “homens de negócios” sejam beneficiados pelo progresso, a partir do momento em que propuseram um modelo de trabalho por especialidades.

A análise sobre desenvolvimento econômico e social só pode ser elaborada a partir de uma realidade concreta com todas as suas mediações e conflitos, que resultam num desenvolvimento desigual, porque as técnicas capitalistas sobressaem-se ao trabalho daqueles que promovem desenvolvimento. É necessário então investir no trabalhador, para que a acumulação seja cada vez maior e a nação, a partir da acumulação dos bens, possa ser considerada desenvolvida. No entanto, a contradição como uma das categorias do materialismo histórico-dialético é bastante perceptível no debate sobre desenvolvimento, porque aqueles que mais produzem são os menos beneficiados.

O desenvolvimento é bom para qualquer nação, desde que ele ajude a mudar a vida de todos os cidadãos, o que não ocorre quando o bônus do progresso fica concentrado na mão de poucos naquelas sociedades. Assim, o sistema capitalista impõe suas técnicas e formas de organização do trabalho com esgarçamento das relações, e o foco passa a ser a mercadoria e não quem a produz, o que Marx (2011) denominou de subsunção, ocorrida quando o desenvolvimento das máquinas e do progresso social subordinaram a força do trabalhador à

mercadoria, sendo essa mesma força de trabalho aquela que possibilitou os avanços na sociedade.

O tempo de trabalho como medida da riqueza põe a própria riqueza como riqueza fundada sobre pobreza e o tempo disponível como tempo existente apenas na e por meio da oposição ao tempo de trabalho excedente, ou significa pôr todo o tempo do indivíduo como tempo de trabalho, e daí a degradação do indivíduo a mero trabalhador, sua subsunção ao trabalho (MARX, 2011, p. 946).

Além disso,

o custo do trabalho humano não pode, por nenhum período de tempo, ser reduzido abaixo do custo necessário para manter seres humanos vivos num nível mínimo aceitável como tal em sua sociedade, ou na verdade em qualquer nível. Os seres humanos não foram eficientemente projetados para um sistema capitalista de produção. Quanto mais alta a tecnologia, mais caro o componente humano de produção comparado com o mecânico (HOBSBAWM, 1995, p. 320).

Logo, a tentativa de subsunção do trabalhador à máquina favorece um desenvolvimento desigual, como analisado por Marx (2011), Smith (1996) e Hobsbawm (1995), na medida em que a acumulação da produção exigirá horas extras de trabalho, para que não ocorra desaceleração do crescimento. Isso, porque a máquina produz, mas é o trabalhador quem a manuseia; por isso, tal trabalhador carece de instrumentos de formação, para adequar-se à máquina, para aprender novas formas de produção, para ter condições básicas de não se rebelar com o patrão e, conseqüentemente, gerar mais lucros para quem organiza seu trabalho.

Na história da humanidade, a exploração da força de trabalho vem sendo utilizada para promover o desenvolvimento social seja pela escravidão na sua essência ou pelo sistema feudal, que não possibilitava ascensão dos trabalhadores. Recentemente, ocorre uma autoexploração via empreendedorismo, na qual os homens trabalham cada vez mais em busca de melhores condições de vida e, em todas as situações, reafirma-se que é a partir da sujeição do homem às máquinas, às tecnologias, à concepção de sociedade em disputa que a utilização da sua força de trabalho interessa à economia.

Movimento similar ocorre na PPA a partir do investimento no trabalhador, com técnicas atuais e sofisticadas, editais de empréstimos, possibilidades de melhoria econômica. Tudo isso desenvolve uma educação para o empreendedorismo, condizente com um projeto de sociedade individualista e dito autônomo, por meio dos parâmetros influenciados e estabelecidos pela USAID, que aloca a maior parte de recursos financeiros e pensa um tipo de progresso que pode intensificar a exploração de recursos naturais e de pessoas, mesmo que o discurso dos dirigentes da Plataforma seja em prol da sustentabilidade.

Essa nação representa uma das piores facetas de desenvolvimento desigual, que funciona como uma espécie de corporação com benefícios para um seletivo grupo, com desmonte dos sindicatos para enfraquecer os trabalhadores, enquanto aqueles que continuam nos seus postos de trabalho teriam de trabalhar horas a mais, mesmo com salários estagnados, porque é a partir da exploração daqueles que mais precisam que esse país se consolidou como referência em progresso nos moldes neoliberais (MOORE, 2009, on-line).

Ainda de acordo com Moore (2009 on-line), o país mais rico do mundo deveria possibilitar boa instrução a todos na sociedade, bem como empregos dignos, planos de saúde universais, o que não ocorre em decorrência de um sistema que enriquece poucos à custa de muitos. Tal crítica ao modelo de desenvolvimento dos EUA ocorre porque, após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, esses direitos não foram conferidos aos trabalhadores, como aconteceu com outras nações quando saíram derrotadas da guerra e novas Constituições foram escritas. Foi o que ocorreu na Itália, onde houve a garantia de direitos iguais a todas as mulheres; na Alemanha, ficou assegurado que o Estado poderia se apropriar dos meios de produção em benefício do bem comum; e no Japão, ficou definido que todos os trabalhadores teriam o direito de organizar um sindicato e que ficava estabelecida a liberdade acadêmica.

Para que ocorra progresso na maior potência mundial, o tipo de desenvolvimento executado é aquele voltado para exploração dos mais vulneráveis, em que as vertentes do neoliberalismo de privatização e competição são motores para o êxito daquela nação, coadunando-se com a perspectiva de globalização como própria história do movimento capitalista. Este está assentado na tirania das informações, na violência estrutural e num tipo de fazer política comandado por empresas e bancos que ditam quais as melhores estratégias de desenvolvimento, nas quais os mais pobres estão à margem dos ganhos obtidos (IANNI, 2013).

Enquanto potência econômica, os EUA almejam ampliar seu poder de decisão sobre outras nações como o Brasil, com destaque para a Amazônia, que possui riquezas naturais e territórios cobiçados internacionalmente. Daí um dos motivos para atuarem por meio do financiamento da PPA e seus negócios de impactos sociais, propondo mudanças que alterem essa realidade e desenvolvendo um tipo de educação subjacente à alteração da concepção de vida das pessoas. Aí vê-se a celebração e o reforço de uma educação na vertente da formação humana empreendedora, autônoma, que aprende a investir em negócios, maximizando e replicando as técnicas orientadas por especialistas que atuam na Amazônia para executar, na realidade local, um projeto global de sociedade com a formação do homem pelo e para os negócios.

A educação do homem passa então a ser entendida como formação para o empreendedorismo, condizente com os preceitos de individualidade, criatividade compensada e tentativa de enfraquecimento da política para todos feita pelo Estado, o que se dá em prol de um projeto de sociedade balizado no neoliberalismo, com consequências para as dimensões técnicas e de subjetividade das pessoas. Tudo isso se coaduna com a ideia de que as novas formas de relação entre Estado, o mercado e a sociedade são realizadas para a construção de um sistema público de melhoria na qualidade da vida da sociedade por meio de um modelo de vida com colaborações horizontais, articulações em rede e atuação de entes privados por meio da ação estatal, o que favorece a subsunção do Estado aos ditames da racionalidade empresarial econômica.

Historicamente, investir em educação e na formação dos trabalhadores tem sido benéfico, porque, com instrução adequada, há desenvolvimento para aqueles que sabem de forma sistêmica o quanto podem progredir com a acumulação social e a comercialização de mercadorias, tendo em vista que a educação está intrinsecamente a serviço do desenvolvimento excludente – algo que se consolida a partir dos processos de globalização e dos novos sujeitos na arena política, como os filantropos, que investem em causas sociais. Portanto, o valor econômico da educação torna-se cada vez mais elevado enquanto campo de investimento com retorno lucrativo.

Ao falar sobre desenvolvimento, Smith (1996) compreendeu como o fundo anual de cada nação é gerado a partir do trabalho, que possibilita condições para que essa nação possa usufruir dos meios e técnicas disponíveis a partir da produção consumida ou do que se pode comprar de outras nações com essa produção. Na base de geração da produção, está o trabalhador, de modo que a organização do trabalho é que será o fator para distinguir as nações mais e menos desenvolvidas.

É possível inferir que as nações desenvolvidas acumularam maior quantidade de produção, variando a cada época e a partir dos meios de que dispõem, como terra e maquinarias, por exemplo. Enquanto isso, outras podiam dispor de um grande número de trabalhadores, mas não ter riquezas naturais para aumentar sua produção. Porém, em ambas as situações, o refinamento da organização das forças de trabalho faz-se necessário para que ocorra o progresso.

Desde a gênese da concepção de desenvolvimento, é possível identificar sua relação direta com a educação, que foi sendo refinada ao longo dos anos, com algumas mediações, dependendo do modelo de sociedade. Esse fenômeno permite comprovar que, sem educação não há progresso social, porque as técnicas são aperfeiçoadas junto com as máquinas, os

processos de globalização intensificam a disseminação das informações e o compartilhamento de ideias. Ainda assim, a base do progresso mantém-se como a força de trabalho – pelo menos por enquanto, porque, com o constante refinamento do progresso científico e tecnológico, a tendência é que os robôs operem as máquinas e o homem seja substituído.

Hobsbawm (1995) destaca que o tipo de desenvolvimento apresentado desde os anos 1970 na maioria das sociedades é do tipo excludente, cujo refinamento do maquinário afeta diretamente trabalhadores numa competição desigual por salários, eliminação de postos de trabalho, aumentando assim a pobreza. Isso se deve a como o sistema capitalista pro(põe) estratégias de desenvolvimento, categoricamente, para manter a sociedade dividida em classes, ao passo que a economia mundial é uma máquina incontrolavelmente poderosa, cujas “atividades econômicas não existem nem podem existir isoladamente de seu contexto e consequências” (HOBSBAWM, 1995, p. 473).

Carnoy (2006) destaca que o valor econômico da educação é um dos assuntos que mais preocupam os economistas ao longo da história, mesmo ela sendo uma área específica que trata da aprendizagem na lógica do mercado. Entretanto, há três razões que justificam o interesse da economia na educação sistematizada: i) anualmente, os Estados gastam uma grande quantidade de recursos com essa área, e contribuintes com ou sem filhos também pagam; nessa vertente alguns políticos têm receio de que o investimento tenha efeito positivo sobre a população e assim possam cobrar de maneira organizada e articulada por políticas públicas; ii) há um número elevado de empregados por meio dos sistema de educação; e iii) “a maioria dos governos acredita que, na economia globalizada do conhecimento de hoje, existe algum tipo de relação entre uma força de trabalho mais educado e maior crescimento econômico (CARNOY, 2006, p. 21).

Carnoy (2006) destaca ainda que há um interesse direto da economia na educação como fonte de desenvolvimento, porque ela é investimento público e privado, e uma indústria importante no mundo, com altos custos e movimentação financeira. Além disso, os resultados de uma população educada beneficiam a sociedade como um todo, quando se analisam os fatores que explicam o crescimento econômico pela via do capital humano compreendido como educação, alimentação, consumo e demais itens de investimento no trabalhador, cujos reflexos são positivos à medida que sua produtividade aumenta.

O autor argumenta ainda que os primeiros nexos entre educação e desenvolvimento econômico foram estudados e publicados pelo economista Theodore Schultz e sua equipe nos anos 1960, a partir de pesquisas no EUA, com a formulação da Teoria do Capital Humano (TCH), que lhe rendeu o Prêmio Nobel de Economia no ano 1978.

O valor econômico da educação baseia-se na ideia de que as pessoas devem aprimorar suas capacidades como produtores e consumidores investindo em si mesmas e que a escolarização é o investimento mais importante em capital humano. Essa ideia implica que as habilidades econômicas da maioria das pessoas não estão presentes no nascimento ou desde o início da escola. Essas habilidades são essenciais. São de tal magnitude que podem alterar radicalmente o volume de poupança e a formação de capital. Da mesma forma, eles têm o poder de mudar a estrutura de salários, e também o volume de renda derivado do trabalho em relação ao volume de rendimentos derivados da propriedade (SCHULTZ, 1963, p. 10-11 apud CARNOY, 2006, p. 23).

Nessa lógica, a ideia disseminada pela TCH é de que as pessoas devem ter um estoque máximo de conhecimentos sobre diversos assuntos e que o investimento na formação poderia dar tanto retorno financeiro quanto qualquer outra atividade econômica, bem como promover o desenvolvimento entre as nações.

O que Schultz e seus adeptos não se perguntaram é o que gera de fato a pobreza. A questão que não se coloca, por condição de classe, é: os países e os indivíduos pobres assim o são por que investem pouco em educação ou investem pouco por que resultam de relações sociais que os produziram pobres e, portanto, não têm como investir? (FRIGOTTO, 2017, p. 27).

A análise simplesmente econômica atribuída à formação do homem, em que ele é um “autoinvestimento”, desconsidera condições reais de desigualdades em níveis de desenvolvimento distintos. O próprio sistema capitalista precisa desse fluxo para ser estendido, já que

A teoria do capital humano é um produto típico do desenvolvimento econômico americano. É produto do capitalismo mais desenvolvido e elemento decisivo da atualização e consolidação do conceito de capitalismo sem proprietários, ou sem classes sociais contrastantes (SAUL, 2004, p. 257-258).

Saul (2004) enfatiza como é difícil distinguir o que é investimento e consumo nessa teoria, porque tudo o que pessoa adquiriu de conhecimento é seu, e ninguém pode tirar-lhe, não devendo ser comercializado como serviço; “porém, o investimento humano (como esforço humano, trabalho) pode ser alugado em troca de pagamento por tempo determinado” (SAUL, 2004, p. 267).

Melo (2021) destaca também que, desde o ano de 1978, quando Theodore Schultz recebeu o Nobel, vem sendo publicado o Relatório de Desenvolvimento Mundial (RDM) do Banco Mundial, com o intuito de propor direções ideológicas e políticas para a formação do trabalhador. A partir do ano de 2007, o foco são os jovens e adultos como o principal elemento do RDM, pois seus organizadores entendem que “a juventude de hoje será o trabalhador de

amanhã, e também o empreendedor, cidadão, líder e os pais do futuro. Caberia aos países educá-los melhor para diminuir a pobreza no futuro” (MELO, 2021, p. 17).

A ideia dos organismos internacionais em investir em educação se justifica para formar o trabalhador do futuro, com habilidades, competências técnicas e subjetivas, a fim de se adaptar a um mercado cada vez mais instável, em que ele possa ser empreendedor de si, mesmo com autorresponsabilização. Ainda que seja pouco provável existir uma relação direta entre formação e trabalho, perpetua-se esse discurso que “faz parte de um projeto hegemônico de sociedade e de educação” (MELO, 2021, p. 25).

Almeida (2016, p. 14) destaca que a formação do homem cada vez está subsumida aos fluxos do capital que, o qual se baseia em “doutrinar, domesticar, treinar seres humanos para serem aptos as condições do mercado, um indivíduo atomizado pronto para atuar no desenvolvimento de suas tarefas laborais, sem questionamentos... Sem perguntas!”. Apesar disso, as orientações internacionais negam a realidade concreta dos jovens ao proporem

um futuro harmonioso e inclusivo, baseados na imagem de um indivíduo que, carregado de pautas identitárias, deve se auto-transformar em um indivíduo competitivo: adequado aos valores globais de solidariedade e interculturalidade sem, no entanto, deixar de ser um empreendedor ‘ao longo de toda (a sua) vida’ de sua própria aprendizagem para o trabalho, para a ciência e para a vida, independente de sua origem de classe social ou história geopolítica (ALMEIDA, 2016, p. 25).

Hobsbawm (1995) destaca que a ideologia do progresso desigual dominante fez com que os “homens de negócios”, que possuem elevados níveis de educação, colocassem o lucro acima de tudo na exploração da natureza, da educação, e até a não oferta intencional de educação ou num tipo de educação condizente com seus preceitos e outras questões que estão intimamente relacionadas com um desenvolvimento do tipo excludente. Como expressa Santos (2021), esse modelo não conhece limites para a destruição, da natureza até às relações sociais, dificultando um novo tipo de globalização mais humana e empática.

O fomento ao homem empreendedor nas ações da PPA demonstra como a força hegemônica do sistema capitalista, por meio da USAID, está presente na realidade amazônica, o que reforça a expansão de um sistema que explora e concentra as vantagens nas mãos de poucos, sempre procurando ampliar sua hegemonia, vendo na educação um caminho lucrativo em todas as suas dimensões, passando por dinheiro, poder e controle social.

Logo, a educação para empreendedorismo, subjacente às ações da PPA e fomentada numa realidade concreta com riquezas naturais cobiçadas por diversas nações do mundo, faz parte de um projeto societário desigual, tendo em vista que o tipo de empreendedorismo com

racionalidade empresarial poderá não sanar as desigualdades sociais e sim acentuar novas formas de desigualdades. Isso ocorre quando não há uma atenção para o projeto de vida das pessoas da Amazônia, dentro de seus limites reais de grau de instrução, ou mesmo para as potencialidades em torno de negócios e condições de incorporar às suas rotinas as estratégias de progresso exógenas ao fluxo do seu cotidiano.

O perigo está no enfraquecimento da democratização das relações humanas, porque o individualismo é estimulado como fator de desenvolvimento e os novos sujeitos envolvidos no emaranhado das redes de políticas agora atuam na subjetividade das pessoas, ficando cada vez mais difícil tentar propor instrumentos de resistência na cobrança, por parte da sociedade, de políticas executadas pelo Estado e não pela falaciosa sociedade civil organizada e tendenciosa, como demonstrou Montañó (2014).

O desenvolvimento da educação é um negócio social lucrativo, na medida em que as fontes de retorno para quem investe são diversas, com lucro financeiro, *marketing*, venda de materiais próprios do setor privado ao Estado por meio de parcerias, abonos fiscais para empresas que atuam nesse ramo social, e subordinação do fluxo de trabalho social às orientações do sistema capitalista para acumulação de produção.

Há uma forma de subsunção do Estado aos ditames empresariais no desenvolvimento da educação via negócios sociais, porque a política é executada a partir de novas relações sociais organizadas pelas redes e norteadas pela vertente das empresas. Tais fatores corroboram o enfraquecimento da política estatal, o que decorre de um movimento internacional em que a execução de negócios ditos sociais, como a educação, passa a ser feita por novos sujeitos na arena política, gerando, conseqüentemente, um valor claramente negociável da subjetividade humana, da sua força de trabalho e do seu poder de deliberação.

Ball (2004, p. 13, tradução livre)<sup>43</sup> argumenta que “de um modo geral, a educação é cada vez mais, talvez quase exclusivamente, abordada dentro da política em termos de seu valor econômico, sua contribuição para competitividade de mercado internacional”. Tal economicismo ajusta-se de diversas maneiras às necessidades do mercado e assume diversas formas, dependendo da localidade e do setor. Por exemplo, em instituições da educação básica ao ensino superior, os processos de ensino e aprendizagem passam a fazer parte de um conjunto estipulado numericamente, com metas e padrões ditados pelo comércio, razão pela qual a escola e educação como um todo assumem as vertentes mercantis para continuar sendo realizadas.

---

<sup>43</sup> “Generally speaking, education is increasingly, indeed perhaps almost exclusively, spoken of within policy in terms of its economic value, its contribution to international market competitiveness”.

Ainda de acordo com autor, a adaptação do valor atribuído à educação difere entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, porque, no primeiro caso, aqueles com melhores performances nas medidas de produtividades são o alvo dos investimentos.

São construídas métricas que são usadas para fazer diferentes tipos de atividades comensurável. Eles representam, encapsulam ou representam o valor, qualidade ou valor de um indivíduo ou organização dentro de um campo de julgamento. O ser humano é mercantilizado. Passamos a valorizar os outros apenas por seu desempenho, sua contribuição para o desempenho do grupo ou da organização, em vez de seu valor intrínseco como pessoas. Isso é indicativo dos tipos de mudanças na sociabilidade [...] (BALL, 2004, p. 14, tradução livre)<sup>44</sup>.

O valor atribuído ao ser humano na lógica do desenvolvimento excludente é mensurado a partir do retorno que ele pode dar para a sociedade. Por isso, precisa ser educado para se adaptar aos meios, para produzir cada vez e de diversas formas e desenvolver estratégias de sobrevivência que, no seu conjunto, dariam credenciais para mensurar se a pessoa é exitosa ou não. Aqueles que desistem ou não desenvolveram determinadas competências postas pelas métricas devem esperar mais um pouco para ser incluídos no seletivo grupo social dos esforçados e ditos merecedores de progresso.

Pouco resta para aqueles que não nascem em famílias economicamente estabilizadas e com elevado capital cultural, porque o meio em que estão inseridos tende a ser compatível com suas realidades, tais como: violência de todas as formas estruturais, da física à violência da fome, ausência de educação de qualidade com escolas bem equipadas, saneamento básico e condições de fazer escolhas de vida melhores. Para quem está à margem do desenvolvimento, não há tempo para realizar planejamento e pensar num futuro mais digno, porque suas necessidades de viver são imediatas.

Nessa lógica excludente dos países desenvolvidos, além da pretensa seleção natural dos melhores há também a seleção daqueles que podem dar melhores retornos, que serão os que tiveram melhores condições sociais, com viagens no currículo, fluentes em vários idiomas, que se vestem bem e que sabem comportar-se dentro dos parâmetros estabelecidos. Assim, pode haver o investimento numa vertente modernizada de exploração, em que se compra/investe naqueles seres humanos com melhor potencial, ao passo que os que não possuem condições de dar retorno social precisam se esforçar muito mais para alterarem suas realidades, o que

---

<sup>44</sup> “Metrics are constructed which are used to make different sorts of activities commensurable. They stand for, encapsulate or represent the worth, quality or value of an individual or organisation within a field of judgement. The human being is commodified. We come to value others solely for their performance, their contribution to the performance of the group or the organisation, rather than their intrinsic worth as persons. This is indicative of the sorts of changes in sociality [...]”.

enfraquece a falácia de meritocracia tão defendida no sistema capitalista e na política empresarial.

A educação alinhada ao desenvolvimento possui valor economicamente definido e daí surgem formas de investimento compatíveis com o mercado feitas pelos novos filantropos, que somente realizam ações de cunho social visando a indivíduos que podem dar retorno desse investimento. Logo, os negócios sociais executados por meio do “Setor Dois e Meio” funcionam como reconfigurações do mercado para se obter lucro, com agravantes porque o mercado tradicional faz negociações claras e objetivas, enquanto o “Setor Dois e Meio” faz a mesma negociação, mas tenta ludibriar com uma tendenciosa preocupação social que poderia ajudar no avanço de um mercado novo e mais fortalecido.

Rikowski (2017) destaca que esse viés do interesse na educação ocorre em função de seu valor comercial e o desenvolvimento do capitalismo, como quando ocorre expansão dos processos de privatização educacional, que se dá muito além das instituições convencionais na sociedade contemporânea, como escolas e universidades. Antes, é levada a cabo por meio da capitalização, compreendida como processo de a educação tornar-se capital, num movimento dialético e real.

Tal processo continua ainda pouco conhecido em função da dimensão e das formas como ele ocorre em diferentes sociedades, com busca constante por novos mercados educacionais e com sujeitos articulados para que o processo de capitalização seja de fato executado e consolidado como almejam seus defensores. A respeito disso, “a mercantilização deve ir de mãos dadas com a ‘mercadificação’, e outras dimensões devem ser desenvolvidas se o capital for efetivamente subsumir a educação dentro de sua órbita” (RIKOWSKI, 2017, p. 404).

Rikowski (2017) destaca ainda que a capitalização da educação permeia diversos aspectos e sujeitos novos na arena de disputas para subsumir a educação aos ditames do mercado, tais como: publicidades das ideias e persuasão, atuação de redes favoráveis aos processos de privatização, estabelecimento de parcerias, parte da mídia na defesa desses discursos, conclamações de políticos sobre o tema, e milionários atuando também num processo de “privatização da própria política educacional” (RIKOWSKI, 2017, p. 405). Por outro lado, a educação é tomada como indispensável para o desenvolvimento social que ocorre quando “a própria política é comprada e vendida, sendo transformada em mercadoria” (PERONI; CAETANO, 2020, p. 6).

Corporações por todo o mundo entendem o valor da educação para as sociedades; por isso, instituições empresariais unem-se em redes em direção aos negócios sociais, investindo

seus recursos em criação, avaliação, monitoramento, assessoria e outras formas de ajuda que possam promover resultados e alteração na realidade onde almejam ampliar sua participação, conduzindo assim os rumos sociais num plano global.

O desenvolvimento da educação é bem aceito pela sociedade que está à margem dos interesses desses ditos benfeitores, que são os novos filantropos. Isso faz com que estes sejam inseridos facilmente em qualquer localidade longínqua dos grandes centros urbanos, como na Amazônia brasileira. Nessa inserção em territórios diversos, passam a ter dados privados da realidade local e domínio sobre a forma de fazer política segundo um projeto de sociedade que reafirma a educação como negócio lucrativo no passado, no presente e do futuro.

há uma comercialização na educação. Isso inclui propaganda em livros didáticos e produtos de TI, nos corredores escolares, em programas de TV assistidos nas escolas e em várias formas de patrocínio e filantropia que anunciam produtos ou o suposto mérito de filantropos que contribuem para a educação distribuindo alguns de seus milhões (por exemplo, Bill Gates) (RIKOWSKI, 2017, p. 405).

A própria noção de investimento em educação via filantropia feita pelos milionários pode parecer algo desprezioso, já que possuem uma vida economicamente estabilizada e não precisariam importar-se com problemas relacionados ao desenvolvimento social. No entanto, em âmbito escolar e para além dele, a educação vai se constituindo como mercado e negócio lucrativo, em razão de as pessoas consumirem objetos palpáveis nas propagandas educacionais e um estilo de vida subjacente a elas que não é observado na realidade.

A partir desse cenário, a capitalização da educação é acentuada porque, na análise dos mais desavisados, os novos filantropos seriam a solução para resolver antigas questões nessa área social. Porém, eles sabem de forma sistêmica o que investir, quanto investir e em quem investir, já que é um tipo de filantropia seletiva a partir de um consórcio societário que se coaduna a um tipo de desenvolvimento excludente ao utilizar a educação a serviço do mercado e não como forma de emancipação humana.

A capitalização da educação ocorre por meio de como ela é desenvolvida e por quem a desenvolve. Esse é o grau mais elevado de subsumir a educação às vertentes do mercado, porque não há mais uma relação de parceria entre educação e mercado, e sim uma subsunção, realizada sem a contradição das relações humanas, norteadas apenas pelo que o mercado dita.

Além disso, o desenvolvimento da educação feito pelos novos filantropos ocorre de maneira alinhada com as vertentes do sistema capitalista de produzir um homem empreendedor, autônomo, com criatividade para superar as dificuldades sociais, a partir de iniciativa própria. Ou seja, ocorre uma apropriação dos valores de uma educação socialmente referenciada para

subsumir o homem aos ditames do mercado, o que colabara para que a educação vire um negócio social altamente lucrativo já em curso.

A educação, como negócio social, vem se materializando com as novas relações entre Estado, mercado e sociedade, as quais se dão quando o trabalhador é formado para os negócios na lógica do empreendedorismo do mercado. Ele começa então a negociar tudo por iniciativa própria, como bens materiais, sua força de trabalho e até seu tempo de vida, a partir de uma concepção ilusória de que está no comando do jogo para deliberar o que é melhor para si. Apenas nessa conjuntura, a educação como negócio já teria resultados positivos para os novos filantropos ao se esvaziar ou enfraquecer a organização coletiva de trabalhadores, mas ela vai além, com desdobramentos de competição desenfreada, assimilação de um modelo de vida próprio do mercado e negação da empatia aos que não se esforçam individualmente para terem mérito.

Ao invés de a educação transformar o homem para ser autônomo e crítico, ela passa a ser usada como forma de aprisioná-lo a um projeto de sociedade já em curso no cenário internacional, norteado pela racionalidade empresarial, que estimula o empreendedorismo como resposta à ausência do Estado, numa moderna forma de usar a educação para promover desenvolvimento, por meio da exploração do trabalhador. Agora essa exploração conta com o seu consentimento, porque internaliza um modo de vida ditado pelos meios e forças capitalistas, que operam globalmente; por isso, a educação está sendo um negócio social lucrativo para os novos filantropos na conformação da nova forma de fazer negócio por meio do “Setor Dois e Meio”.

Formar para o empreendedorismo é mais uma das “estampas” do sistema capitalista para avançar no seu projeto de expansão, porque mescla valores subjetivos, como solidariedade, com possibilidades de fazer negócios lucrativos e gerar desenvolvimento econômico. Nesse processo, as pessoas não observam essa ação como imposição para gerar resistência, e sim como uma possibilidade de melhoria coletiva que, na sua essência, mantém as estruturas de dominação e exploração do homem em face dos ditames econômicos, agora intensificados sob novas formas como a capitalização da educação, como negócios sociais, como a nomenclatura de “Setor Dois e Meio”.

A sujeição do homem “escravo dele mesmo” e de suas escolhas o levam a trabalhar por iniciativa própria, sem condições materiais de viver dignamente com acesso ao lazer e ter bens materiais, algo que advém de uma ordem global, a qual apregoa como você tem que “trabalhar até morrer”, porque possui saúde física apta para isso e não vai esperar por políticas públicas para resolver seus problemas; até as inovações do movimento popular acabam por servir ao

capital, já que elas possuem nexos com a cultura empreendedora em que poucos de fato têm sucesso com seus negócios. Isso, porque se trata de um sonho comercializado por consórcios societários que transformam as mentes e alcançam os corações das pessoas num nível global, como destacava Ianni (1999).

Capella (2016) afirma que o debate sobre empreendedorismo já possui literatura mais robusta nas áreas da Administração, Economia e Ciência Política, com destaque nas análises sobre formas de organizações públicas e privadas, nas quais a própria noção de homem empreendedor “está relacionada com o conceito de inovação, que significa ‘fazer as coisas de forma diferente’. O empreendedor, com suas motivações, capacidade e imaginação, percebe as oportunidades para a inovação e a materializa” (CAPELLA, 2016, p. 487-488).

Percebe-se o quanto o conceito de empreender está intimamente relacionado ao mundo dos negócios, que busca fazer algo diferente constantemente, a partir de uma insatisfação ou desejo de mudar a realidade. Assim, a criatividade é estimulada como fator de recompensa, o que pode ser facilmente comercializado e rentável, reafirmando-se a noção de empreendedorismo com afinamento aos ditames do mercado.

Nas mudanças constantes na relação Estado, mercado e sociedade aligeiradas pelos processos de globalização e a partir da mistura entre solidariedade e resultados, que é uma estratégia da área econômica, o papel dos empreendedores de política amplia-se nas deliberações de cunho social, porque eles se apresentam como alternativa para fazer o que ainda não foi feito pelo poder público dentro de uma comunidade micro ou macro e “investem seus recursos (tempo, energia, reputação, recursos financeiros) na defesa de determinadas propostas, com base numa expectativa de ganhos futuros” (CAPELLA, 2016, p. 489).

Os empreendedores de políticas estão inseridos nos meios coletivos junto aos governos, promovendo políticas públicas, demonstrando que o discurso do empreendedorismo é para todos, mesmo que as vertentes empreendedoras sobressaiam-se com maior percepção sobre as localidades onde o Estado tem um poder menor de alcance, que é uma ideia decorrente da relação Estado e economia nos moldes do neoliberalismo globalizado em que a “atividade comercial é aceita como força inovadora enquanto o Estado é projetado como uma força paralisante - necessária para o ‘básico’, porém muito grande e pesada para ser o mecanismo dinâmico” (MAZZUCATO, 2013, p. 17).

Nesse sentido, utilizo como referência a obra *O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs setor privado*, de Mariana Mazzucato, para afirmar que o Estado é superior ao setor privado no que se refere ao dinamismo de ideias, financiamento e ousadia para executar propostas inovadoras para a sociedade, o que demonstra sua competência para propor

modelos de vida baseados em políticas públicas.

Ao escrever o prefácio desse livro, Perez (2013) esclareceu algumas questões iniciais sobre a deturpada ideia de que o empreendedorismo é fomentado exclusivamente pela iniciativa privada e próprio desse mundo do comércio. Mesmo que mitos sejam difíceis de serem desfeitos, é possível comprovar que a incapacidade do Estado com a área social é um deles, propagado historicamente como estratégia de imposição de modelos de vida social, já que “o papel do Estado não se limita à intervenção na macroeconomia, ‘corrigindo o mercado’ ou financiando passivamente o setor de pesquisa e desenvolvimento (P&D) público. O Estado também é visto como empreendedor, que assume riscos e cria mercados” (PEREZ, 2013, p. 11).

Os novos mercados na sociedade capitalista não decorrem propriamente do mercado, e sim do fluxo das relações sociais e do avanço das técnicas e meios – a exemplo de como a criação de caixas eletrônicos provocou a demissão de muitos bancários, que tiveram que procurar outras ocupações.

Da mesma forma, novas profissões surgem ou se reconfiguram, como os taxistas que tiveram que se adaptar, agora subsumidos às plataformas de aplicativos globais, como a Uber, e os mototaxistas que surgiram como meio de locomover pessoas de forma mais rápida e que foram absorvidos rapidamente para intensificar as entregas de mercadorias, como ocorreu na pandemia de Covid-19 e agora já está consolidado como mais um mecanismo de exploração do trabalhador.

Perez (2013) argumenta ainda que a perspectiva de Estado empreendedor proposta por Mariana Mazzucato encontra bases concretas em diversas partes do mundo como Japão e EUA, este sendo o país mais rico do mundo. No caso do Brasil, como país emergente em setores como *internet*, tecnologias, indústria farmacêutica e, mais recentemente, a dita economia verde, vê-se que os avanços só foram possíveis em decorrência do investimento público, como o realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que assume riscos de inovação, com paciência. Enquanto isso, o setor privado ainda depende de laboratórios públicos e, só após analisar o desempenho das ações do Estado, é que então realiza seu investimento imediatista, ou seja, “se o investimento do Estado em P&D é condição necessária para gerar a inovação posterior no setor privado, então a garantia de um fluxo constante de recursos para essa finalidade é do interesse de todos” (PEREZ, 2013, p. 14).

Sem planejamento e investimento, o tempo de espera e todo o ciclo do processo de avaliação de um produto novo no mercado – uma das bases do empreendedorismo estatal –, não seria possível inovar na sociedade, de modo que tal ciclo só se materializa por meio da

atuação do Estado, o que comprova seu caráter empreendedor e ainda como única Instituição de vida social capaz de promover inovação, desenvolvimento e comprometimento razoavelmente coletivos, mesmo que no sistema capitalista isso não seja um esforço pleno.

Nesse cenário, os empreendedores de políticas que se apresentam também por meio dos negócios sociais no “Setor Dois e Meio” apenas apropriam-se de um debate já estabelecido, para tentar fazer um tipo de política balizada pela racionalidade do mercado e condizente com tipo de sociedade cada vez mais excludente na defesa do individualismo e da meritocracia, ainda que escamoteada sob impressões de promoção do progresso social.

Assumo nesta tese o conceito de Mazzucato (2013), quando fala que este é um tema recorrente nas políticas públicas, porque os formuladores de políticas sempre querem incentivar ações ditas empreendedoras como necessárias para o Estado. Para ela, empreendedorismo

não se resume (apenas) a start-ups<sup>45</sup>, capital de risco e ‘gênios de fundo de quintal’. Envolve a disposição e a capacidade dos agentes econômicos de assumir o risco e a verdadeira incerteza knightiana : o que é verdadeiramente desconhecido. As tentativas de inovação costumam falhar — caso contrário, não seriam chamadas de ‘inovação’. É por isso que você precisa ser um pouco ‘louco’ para se envolver com a inovação (MAZZUCATO, 2013, p. 19).

O empreendedorismo que possibilita alterações significativas para as pessoas e é feito pelo Estado por meio de políticas, com um modo de condução da vida em sociedade, carece de tempo, dinheiro, paciência e coragem, que são critérios reformulados pelos empreendedores de mercado na transferência de todos esses valores para os trabalhadores individuais, que passam a se opor ao modelo de vida e de política do Estado.

Empreender tanto na vertente do Estado quanto do mercado envolve verificar uma possibilidade de melhoria individual ou coletiva, para nela fazer negócio a fim de gerar lucratividade a partir da exploração daquele bem novo que ainda não está num plano macro de comercialização. Esse movimento surge com roupas, sapatos, arquiteturas, engenharias, planos de alimentação, dietas e tantas outras formas ditas inovadoras de se lucrar, em interface com as quais as questões do meio ambiente no âmbito internacional passam a se enquadrar nessa rede de cobiça e investimento inovador como negócio do presente e do futuro.

Perez (2013, p. 14) destaca ainda que um dos principais setores de inovação e empreendedorismo, nos últimos anos, tem disso o da tecnologia verde como fonte rentável, que necessita com urgência de ações para não comprometer a economia global.

[...] além de salvar o planeta, o caminho verde pode, se tiver o apoio adequado, salvar a economia. Transformando os padrões de consumo e produção e

---

<sup>45</sup> Investidores iniciantes, tradução livre.

reformulando as infraestruturas e estruturas existentes, a tecnologia verde pode gerar crescimento econômico e sustentabilidade ambiental no longo prazo.

A sustentabilidade está intimamente relacionada à economia e aos ganhos daqueles que investem, porque, sem floresta, não há lucros. Nessa vertente, a rede PPA realiza investimentos na Amazônia junto à USAID, na medida em que corrobora a ideia de que é necessário empreender em riquezas naturais, caso queiram continuar explorando e ampliando seus lucros, o que faz com o que o desenvolvimento da educação para o empreendedorismo seja uma das principais frentes de trabalho da Plataforma. Com isso, haverá consequências diretas no desenvolvimento econômico e no domínio da forma de viver da população, de acordo com um projeto global.

A intenção da PPA em investir na Amazônia é bastante objetiva, quanto aos impactos e possibilidades de lucro imediato, já que atuam em parceria nos empreendimentos de trabalhadores amazônicos, num tempo definido e que geralmente é curto com média de três anos para que depois tal empreendimento assessorado pela Plataforma possa seguir a diante e popularizar a educação empreendedora por meio de negócios sociais nessa região.

É impossível que os novos milhões de consumidores que estão sendo incorporados à economia global encontrem bem-estar seguindo o caminho do consumo intensivo de energia e materiais explorado no passado. Os limites desses recursos aliados à ameaça do aquecimento global poderiam tornar-se um poderoso freio no processo de globalização ou no motor mais poderoso do crescimento, emprego e inovação em uma geração (PEREZ, 2013, p. 15).

Daí decorre a relação indireta entre educação e desenvolvimento na Amazônia, porque, a partir das orientações e assessoria da PPA aos trabalhadores locais, para um tipo de consumo mais sustentável da natureza, haverá a manutenção das riquezas, para que possam ser realizadas reflorestamento e preservação. Com isso, a própria natureza estará apta a ser explorada novamente anos depois no ciclo do sistema capitalista, que se renova na estética ao apresentar-se como negócios sociais, desenvolvimento sustentável e empreendedorismo para manter a subsunção do homem ao capital e agora do meio ambiente. Séculos de exploração depois, vemos como este deu sinais claros aos empresários de que precisam repensar suas formas de explorar ou perderão tudo por conta de catástrofes naturais, como desabamentos e enchentes, que impactam as economias mundiais.

Santos (2014) destaca que o poder público investe na Amazônia, pelo menos isso é previsto nos Planos de Desenvolvimento, mas com resultados ainda incipientes quando comparado com as potencialidades dessa região. Isso, porque os estados da Amazônia legal

ainda apresentam os piores indicadores nacionais de educação, saúde, segurança pública e saneamento básico. O quadro não deveria ser esse, porque o desenvolvimento adequado “seria aquele que se centralizaria no homem e não no capital, em direção a uma nova sociabilidade, a partir de um processo de desenvolvimento que não precise de qualificativo” (SANTOS, 2014, p. 236).

A autora revela ainda que os investimentos na Amazônia feitos pelo Estado precisam ser melhorados quanto ao planejamento e ao estudo das peculiaridades locais, que não devem ser regionalizadas e sim compreendidas no processo na elaboração de políticas públicas a fim de se efetivarem avanços sociais. Em face disso, percebe que os incentivo dos empresários para essa região do Brasil são os grandes empreendimentos, como a Hidrelétrica de Belo Monte e ampliação das fronteiras para o agronegócio, que realizam um *boom* momentâneo de progresso e empregos, com exploração e um rastro de miséria para a Amazônia após a conclusão do projeto.

Empreender é algo que o Estado brasileiro sempre fez e, no caso específico da Amazônia, isso também ocorre, como pode ser percebido pelos investimentos em grandes empreendimentos que centralizam o desenvolvimento nas mãos de poucos, e não para a população local, com possibilidade de alteração positiva de suas realidades.

Assim, compreendo que os negócios sociais na Amazônia já são realizados e devem continuar sendo feitos pelo Estado com maiores investimentos, estudos da realidade local e aperfeiçoamentos de políticas públicas. Portanto, não como uma nova roupagem de empreender voltada para a inovação típica do mercado, que é curta e sempre exige criatividade imediata, programada para a obsolescência, em que o sujeito criativo hoje pode ser facilmente substituído por outro mais criativo amanhã, e assim sucessivamente. Trata-se justamente do quadro de desenvolvimento da educação empreendedora promovido pelo setor privado na rede PPA, que focaliza a melhoria do mercado e não do ser humano, numa lógica que se volta para a atualização de um tipo de desenvolvimento excludente.

Mazzucato (2013) defende que a mão do Estado é firme e não pesada quanto à definição de políticas, posição com a qual concordo; por ser firme, este é propagado como não dinâmico pelos defensores do modelo neoliberal de menor atuação do Estado na economia, ao passo que quando é organizado de maneira eficiente, torna-se um parceiro também para o setor privado, encorajando-o a fazer coisas que somente o Estado é capaz de fazer, pois as empresas, em geral, possuem receios de assumir riscos.

O Estado não pode e não deve se curvar facilmente a grupos de interesse que

se aproximam dele em busca de doações, rendas e privilégios desnecessários, como cortes de impostos. Em vez disso, deve procurar aqueles grupos de interesse com os quais possa trabalhar dinamicamente em sua busca por crescimento e evolução tecnológica (MAZZUCATO, 2013, p. 22).

Além disso,

Um Estado empreendedor não apenas ‘reduz os riscos’ do setor privado, como antevê o espaço de risco e opera corajosa e eficientemente dentro desse espaço para fazer as coisas acontecerem. De fato, quando não se mostra confiante, o mais provável é que o Estado seja ‘submetido’ e se curve aos interesses privados (MAZZUCATO, 2013, p. 22).

Quando se fala do empreendedorismo, Mazzucato (2013) destaca os riscos de um sistema inovador simbiótico virar um sistema parasitário na relação Estado e mercado, porque as ações de inovação do mercado dificilmente virariam políticas públicas em razão de ser a máquina pública aquela que impulsiona as inovações sem financiamento de outros setores.

Puello-Socarrás (2021) destaca que, na relação público-privada do capitalismo contemporâneo, o mercado só tem a ganhar, sugando o Estado e enfraquecendo o ganho mútuo nas questões de inovação. O fomento ao empreendedorismo modifica as pessoas individualmente e suas formas de relacionamento coletivo por meio de exploração econômica, dominação política e opressão social, “na qual o Estado (e seus aparelhos) está(ão) coletiva e socialmente considerado(s) e disposto(s) para apoiar a relação empreendedora que implica o neoliberalismo tardio” (PUELLO-SOCARRÁS, 2021, p. 56).

A instalação do indivíduo enquanto empreendedor, “empresário de si mesmo”, como protagonista social é uma via privilegiada para a destruição (destituição e desinstitucionalização) dos processos de socialização coletiva não capitalista. Especialmente aqueles de natureza comunal que, embora estejam hoje integrados e subordinados à lógica do Capital, ainda permanecem à margem de vários mecanismos de mercantilização total e, pelo momento, não têm sido completamente “funcionais” à acumulação capitalista (PUELLO-SOCARRÁS, 2021, p. 54).

Chauí (2017, on-line) alerta sobre como o empreendedorismo tendencioso do mercado já se faz presente no cotidiano das sociedades capitalistas, com fortes impactos no Brasil a partir do neoliberalismo, que propaga não haver necessidade de direitos sociais, os quais devem tornar-se serviços vendidos e comprados no mercado. Conforme expressa, essa transformação do direito em serviço é, na verdade, a grande forma de privatização, superior até mesmo à venda direta de estatais. Nessa vertente, não existiriam mais classes sociais e cada indivíduo seria um investimento da família e cada um deveria se ver como uma empresa de si mesmo.

No mercado de trabalho, esse empresário de si mesmo acredita que poderá negociar de igual para igual com o empresário, que possui uma empresa maior para qual ele vai prestar

serviços, porque a noção de ir trabalhar é abolida numa ilusória relação horizontal. Para se destacar das outras empresas individuais, esse empreendedor acrescenta diploma, cursos de formação e seguro de aposentadoria para provar ao dito contratante de seus serviços que a empresa maior não terá gastos se contratá-lo, pois chegará com quase tudo pronto, sem dar despesas nem para o Estado nem para a empresa (CHAUÍ, 2017).

Então você corrói por dentro a classe trabalhadora. Os jovens trabalhadores não se veem mais como trabalhadores. Eles se veem como pequenos empresários que prestam serviço a uma outra empresa. [...] Fazer o indivíduo acreditar que tudo isso que ele obteve foi mérito próprio. E ele mergulha nessa exploração de cabeça erguida achando que ele é parte do sistema. É uma tragédia! (CHAUÍ, 2017, on-line).

Como dono de si, da sua força de trabalho e de seu poder deliberativo da própria vida, o homem vem se aprisionando por conta própria a uma “escravidão” contemporânea pensada pelo sistema capitalista e orquestrada pelos burgueses modernos, a qual o estimula a trabalhar cada vez mais numa lógica de exploração, que dissuade da cobrança coletiva por políticas públicas e valoriza um modo de viver mercantil, numa espécie de prisão sem grades, porque é uma escolha do próprio prisioneiro – o homem trabalhador.

Catini (2021) destaca que as políticas na atualidade, dentro e fora da escola, estão sendo feitas para uma nova formação do homem, um novo perfil de trabalhador despreocupado em transmitir conhecimentos acumulados ao longo da história, que foi e é função da escola. Porém, o projeto pedagógico em vigência quer mais respostas do que perguntas para quem está sendo formado, com essas respostas devendo se dar por capacidade empreendedora, liderança, inteligência emocional e protagonismo para deliberar e fazer com que os processos aconteçam num fluxo incessante.

Quando essa racionalidade empresarial é analisada na educação básica, percebe-se que tem maior ênfase no ensino médio, por se tratar do público mais próximo de se formar, de poder ingressar no mercado de trabalho e replicar o novo modelo de sociedade.

O alto empresariado nacional apresenta suas ações como atividades “sem fins lucrativos” e promotoras de engajamento nas causas sociais enquanto parte da juventude que não tem mais nada o que vender – ou investir – além de sua própria pele, se autorrepresenta como “ativista” do próprio empreendedorismo, ostentando um modo de vida “empoderado”, “autossustentável” (CATINI, 2021, p. 91).

Catani (2021) destaca ainda que existem diversas formas de se privatizar o saber, pois a organização da educação em curso favorece uma regressão dos direitos sociais quando as políticas são executadas pelo setor privado para avançar no seu projeto de sociedade de

subsumir toda a lógica da esfera pública à racionalidade do mercado

Como se trata de uma mudança nos modos de exploração e reprodução da força de trabalho, estas devem oferecer o substrato para o estudo da reconfiguração da educação como direito, forma social que congrega trabalho e reprodução do trabalho a um só tempo. A privatização altera substancialmente a relação entre trabalho e educação, tanto no processo de trabalho educativo quanto na formação para o trabalho (CATANI, 2021, p. 93).

A educação no sentido de formação do homem está se transformando num negócio social em razão de os empresários entenderem que devem educá-lo para materializar um novo projeto de sociedade, com sujeitos cada vez mais adaptáveis às inconstâncias do mercado. Esse sujeito deve ser treinado para ser um empreendedor, criativo, que se reinventa para obter sucesso independente das situações materiais.

Na educação básica brasileira, a maior representação desse cenário em processo de implementação é a reforma do ensino médio via lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), que alterou o currículo, a forma de organização e estimulou o empreendedorismo nos jovens, com a falácia de escolha de projetos de vida condizentes com suas vontades. Na perspectiva de Motta e Frigotto (2017), este último aspecto não se efetiva, porque essa lei representa uma das facetas do autoritarismo empresarial em parceria com o governo da época, que tendência a manter as desigualdades sociais entre os filhos dos ricos e os da classe trabalhadora; com isso, a pedagogia da reforma do ensino médio é proposta e executada, em parte, via cursos técnicos e avaliada para atender a demandas mercantis.

Isso reflete um projeto global de formação do homem, tanto aquela sistematizada, que está formando jovens para se adaptarem ao mercado, quanto a educação daqueles que já estão no mercado. Em ambas as situações, a educação vira um negócio social para materializar esse projeto, de modo que “cada sistema de produção demanda características e qualidades distintas para o trabalhador, desencadeando modificações no sistema educacional para a formação do novo trabalhador” (SANTOS; LÉLIS; VALE, 2020, p. 12).

Na agenda de políticas públicas sociais, com destaque para a educação, os empreendedores de políticas pensam, propõem, executam, avaliam e cobram o retorno do seu investimento, cujos ganhos ainda não podem ser mensurados do ponto de vista de democratização das relações humanas. Isso, porque no desenvolvimento da educação eles subsumem todas as fases de seu trabalho a uma racionalidade empresarial que dificulta possíveis ações contra hegemônicas.

Segundo Peroni, Caetano e Valim (2021), a lógica da educação empreendedora na

América Latina, especialmente no Brasil, vem ocorrendo por meio de políticas públicas educacionais a partir de orientações de Organismos Internacionais, como a Unesco, focando com destaque atualmente os jovens estudantes numa clara relação desse público com o mercado de trabalho. Afirmam ainda que “em uma sociedade de classes, em que os empregos não são para todos, o empreendedorismo integra o discurso ideológico e meritocrático utilizado para levar as pessoas a aceitarem as relações sociais vigentes sem questioná-las” (PERONI; CAETANO; VALIM, 2021, p. 8).

As autoras fazem análise a partir do contexto da educação escolar e, mesmo não sendo o foco de análise desta tese – porque as ações da PPA são centralizadas em outro tipo subjacente de educação –, é possível verificar como a lógica empreendedora de constituir um homem autônomo para o hoje e para o futuro, com capacidade criativa para superar a ausência de políticas públicas, faz-se presente nos dois cenários. Essa similaridade se dá pelo fato de os agentes externos serem os mesmos que fortalecem seu poder hegemônico, por meio da educação em geral no sentido de formação humana, utilizada a serviço do desenvolvimento econômico.

A proposta do empreendedorismo procura estabelecer-se como eixo da educação, atrelando-o a geração de alternativas para o desemprego de modo a assegurar que, mesmo em tempos de crise, se mantenha a produção coletiva de riquezas, preservando a apropriação privada e o individualismo (PERONI; CAETANO; VALIM, 2021, p. 9).

Nesse viés, o desenvolvimento da educação empreendedora no contexto atual da sociedade capitalista faz parte da articulação dominante daqueles que possuem o poder em prol da disseminação das ideias que mantêm a divisão social em classes. Quando os homens passam a assumir na sua subjetividade que precisam se esforçar para continuar mantendo a produção coletiva por meio do desenvolvimento da criatividade, a racionalidade empresarial se sobressai no ideário da política feita pelo Estado, que tem responsabilidade com a sociedade no fomento de ações que beneficiem os mais vulneráveis.

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Marx e Engels (2007) advertem que a dominação da sociedade realizada por uma classe específica concretiza-se por diversas mediações, a partir de uma realidade concreta, já que tal classe possui os meios de produção à sua disposição, bem como detém capital financeiro e intelectual para saber a direção que quer seguir e como irá alcançar seus objetivos.

As formas de dominação tendem a ser perpetuadas de modo rápido por meio da globalização, que reduz distâncias para propagação de uma lógica universal, que é a subsunção do Estado ao mercado na forma de fazer política. Os seus desdobramentos são de educação para os negócios, para o empreendedorismo, para a autorresponsabilização, para a individualização das relações humanas. Em suma, trata-se de um conjunto que se traduz em princípios da meritocracia como forma de vida, porque ela passa a ser incorporada pelos homens em sociedade na dinâmica do capital, indispensável para o desenvolvimento das nações; por isso, desenvolver educação nas suas mais variadas dimensões é lucrativo aos atuais burgueses.

A meritocracia imposta como forma de pensamento da classe dominante existe a partir dos critérios estabelecidos pelo sistema capitalista, de modo que se acentua o enfraquecimento das organizações sindicais, a intensificação das jornadas de trabalho e a perda das referências coletivas de direitos. Tudo isso converge para fortalecer os empresários e a exploração dos trabalhadores que vivem a fim de alcançar tal mérito.

O neoliberalismo olha para a educação a partir de sua concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência. Segundo essa visão, a generalização desta concepção para todas as atividades do Estado produzirá uma sociedade melhor. Os cidadãos estão igualmente inseridos nessa lógica e seu esforço (mérito) define sua posição social. É dessa visão de mundo que advêm as finalidades que ele atribui à educação. O modelo fundamental das relações humanas nessa sociedade é o “empreendimento” que expressa o “empreendedorismo” dos seres humanos, constituindo a fonte de liberdade pessoal e social (FREITAS, 2018, p. 31).

Freitas (2018) argumenta que o mérito entendido como esforço pessoal está na base do neoliberalismo, que intensifica os processos de segregação daqueles que não aproveitaram as oportunidades dadas ao longo da vida; assim, o Estado é visto como inimigo da meritocracia, pois impediria o progresso social com sua má gestão.

O autor revela ainda que, enquanto fenômeno mundial da utilização da meritocracia como pilar da educação, em especial a de cunho escolar, os EUA e o Chile destacam-se como realidades internacionais que foram executadas pelos reformadores educacionais que a pensam isolada de vínculos humanos e sociais. É preciso conhecer esses modelos concretos de atuação dos reformadores da educação, para compreender sua dinâmica e como podem se manifestar

em outras realidades; dificilmente tais processos se darão da mesma forma em função das resistências locais e das contradições de qualquer sociedade em que o movimento contra-hegemônico precise ser permanente executado.

No Brasil, os reflexos dos reformadores já podem ser percebidos há alguns anos, numa forma de articulação muito presente no EUA em que os “refundadores do liberalismo, os “reformadores” operam em redes difusas de influência, construindo alianças mais amplas” (FREITAS, 2018, p. 41).

Na educação, a meritocracia está presente de diversas maneiras, como nas avaliações em larga escala e nos vestibulares da vida que eliminam, segregam e excluem aqueles que não se esforçaram para chegar ao sucesso. A partir da busca da meritocracia, as ações empresariais multiplicam-se na relação educação e desenvolvimento, com venda de pacotes educacionais, guias, manuais e a proposta de um caminho exitoso no mundo neoliberal competitivo em que os ditos excelentes se sobressaem.

Freitas (2005) destaca também que essa vertente econômica atribuída à educação está presente nas políticas educacionais brasileiras como reflexo de um movimento global, classificado como “eliminação adiada”, compreendida enquanto formas adaptadas de exclusão dos menos favorecidos economicamente, tais como: aceleração do fluxo de aprendizagem com readequação da idade ao ano letivo; avaliação formal sustentada exclusivamente na nota e não no processo avaliativo contínuo; realização de testes de seleção para ingresso em determinadas escolas, alterando a lógica das relações humanas e sociais entre professores e alunos, balizadas pelo mérito advindo de uma realidade exógena.

O autor assevera ainda um agravamento da lógica da meritocracia na vida de alunos, com a relação direta da educação a serviço da economia quando ocorre a flexibilização para aqueles com aprendizagem mais rápida ou acima da média da turma, na intenção de pular etapas para ingresso mais rápido no mercado de trabalho, sem critério pedagogicamente definido. Tem-se aí nexos diretos entre eficiência e facilidade de aprendizagem, que acabam “fortalecendo sua auto-imagem (caso típico de turmas que são compostas só com alunos fortes, ou escolas que só aceitam alunos fortes)” (FREITAS, 2005, p. 134).

Ao analisar os reflexos da meritocracia na política educacional de um estado da Amazônia brasileira, Vale, Pereira e Lima (2019) identificaram como os pilares são advindos de orientações internacionais que almejam padronização das sociedades para responder ao que os propositores de políticas mundiais defendem como qualidade. Ao criar modelos, estes agentes dão condições para sua execução por meio de empréstimos e assistência técnica aos países em desenvolvimento e, em seguida, realizam avaliações de suas próprias proposições,

dominando o ciclo e impossibilitando contestações quanto à lógica que desconsidera sujeitos e ritmos com situações concretas de vidas que não lhes permitem se enquadrar nos padrões postos.

Os autores relevam que já há uma vasta literatura científica das consequências negativas da meritocracia para o processo de formação, no caso da educação sistematizada cujos nexos podem ser verificados na conformação de políticas públicas, na formação docente até a replicação de currículos com características previamente excludentes aos alunos. Ainda assim, a lógica não se limita à escola, porque é o aluno formado que vai assumir essas concepções para sua vida, que se desdobram em individualização, competição e busca incessante pelo sucesso.

A educação do homem, sozinha em qualquer nível, não altera as estruturas sociais de dominação. Porém, quando são incluídos entraves do mercado – como currículo fragmentado, padrões de vida excludentes, critérios da meritocracia sem provimento de pilares da equidade via políticas sociais –, as contradições internas e externas da sociedade passam a não ser questionadas, ao passo que “não distorcidas por preconceitos antidialéticos, levam à compreensão da hegemonia subjacente nas pedagogias de relações sociais alienantes defendidas pelos reformadores empresariais da educação” (VALE; PEREIRA; LIMA, 2019, p. 544).

Dentro e fora das escolas, os sujeitos são responsabilizados pelo seu próprio sucesso, com as trilhas de progressões diferenciadas imbricadas nos sistemas de educação, que agora não impedem os alunos de ingressar nas escolas, mas permitem que os alunos das classes mais populares fiquem para trás na competição dos melhores colocados, porque os empresários, de forma isolada ou em redes, introduziram múltiplas estratégias de comercializar a educação na forma de fazer políticas públicas que posteriormente terão reflexos na formação do homem em todas as suas dimensões de vida. Por isso, a educação do homem é de interesse dos empresários, para que possam fazer negociações (FREITAS, 2005; RIKOWSKI, 2017).

O desenvolvimento da educação como negócio já possui bases mais consistentes em relação à educação sistematizada pela ação das parcerias público-privadas, quando a lógica privada foi inserida nos currículos, na gestão e na organização das instituições públicas, inclusive pela transferência de gestão para Organizações Sociais, o que reforça o caráter de mercadoria da educação. O avanço em ritmo crescente por parte do sistema capitalista ocorre em instância para além das instituições educativas, agora focadas na formação do homem por meio de uma educação empreendedora, numa segunda etapa àquela iniciada nas escolas e universidades.

Os negócios sociais são feitos somente onde se pode obter lucro, motivo pelo qual a educação do homem para o empreendedorismo vem se constituindo como área de destaque dos novos filantropos, pela lucratividade que ela acarreta, com as tradicionais formas de promoção da imagem, venda direta de manuais e produtos das empresas, assessoria técnica e agora pela alteração da subjetividade humana. Nesse processo, os empresários mesclam filantropia com negócios, fazendo com que os homens passem a defender a nova forma de condução da vida social que vem se configurando como novo mercado cada vez mais descompromissado com a empatia e voltado para negociar tudo o que for possível.

A filantropia a serviço dos negócios ganha projeção global pelas organizações em redes de políticas, sobretudo quando instituições empresariais se articulam em várias partes do mundo, promovendo seus interesses, com destaque para a educação enquanto formação humana para a escalada de novos mercados, numa clara reformulação dos princípios de investimento em capital humano.

Educar o trabalhador para não reagir às formas de exploração se materializa no desenvolvimento da educação feito pelas redes de políticas. Assim, os novos filantropos apresentam a esse trabalhador um modelo de vida próprio do mercado a partir do empreendedorismo, de modo que a meritocracia é assumida como obrigação deslocada de uma realidade concreta e desigual. Uma possível consequência é que a multiquificação desse trabalhador pode vir a gerar a ilusão de que este sempre terá emprego, mesmo que o desemprego seja inerente ao sistema capitalista.

Nessa reconfiguração de relações sociais por meio do tripé Estado, mercado e sociedade, intensificada pelas forças das redes de políticas, a educação é transformada em um negócio social altamente lucrativo, com consequências positivas para os empresários e novos filantropos. Promove-se então uma educação sistematizada, balizada por princípios mercadológicos, e educação como formação humana a serviço direto de um projeto de sociedade, em que o homem e sua vida tem preço no mercado.

Na realidade amazônica, a educação também vem se constituindo como negócio social a partir da ação concreta da PPA, cujos negócios de impactos sociais estimulam uma concepção de vida a partir do investimento em pequenos empreendedores, conforme orientado pela realidade americana e por uma noção de desenvolvimento internacional que precisa fazer experiências na Amazônia em face de um novo tipo de fazer política na lógica dos defensores do “Setor Dois e Meio”, no qual os novos filantropos utilizam da filantropia aliada aos lucros, como será desvelado a seguir no capítulo 3.

## **CAPÍTULO 3 - ESTRUTURA E DINÂMICA DA PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA (PPA) ENQUANTO NEGÓCIO SOCIAL**

*Parafuso e fluido em lugar de articulação  
Até achava que aqui batia um coração  
Nada é orgânico, é tudo programado  
E eu achando que tinha me libertado  
(Admirável Chip Novo, Intepretação: Pitty).*

Neste último capítulo, realizo uma análise do arcabouço documental próprio da organização em Rede PPA, que reúne relatórios de suas atividades e propostas de desenvolvimento social, de 2018 a 2021. Conta ainda com a empiria obtida junto aos seus membros, na perspectiva de identificar as contradições, mediações numa totalidade concreta e vinculações que se fazem presentes na estrutura e dinâmica da PPA, enquanto negócio de impacto social na Amazônia brasileira.

### **3.1 O fomento de negócios sociais por meio do arcabouço documental próprio da PPA**

O excerto da música *Admirável Chip Novo* permite em parte fazer uma comparação com as novas articulações entre Estado, mercado e sociedade, porque a personagem da canção conduz sua vida pensando que é livre e que faz suas escolhas de forma coerente e consciente, quando, na realidade, descobre que é moldada para executar o que o sistema deseja, sabendo que sempre virá um suposto novo para fazer atualizações no homem programado para cumprir suas funções sempre buscando mais dinheiro, progresso e o dito sucesso próprio.

Atuante na Amazônia brasileira desde o ano de 2017, a rede PPA vem disponibilizando em seu canal oficial diversos documentos, como: os relatórios anuais, que demonstram os desdobramentos de suas atividades; sua tese de aceleração do crescimento pensada para a região; a motivação do foco inicial nos estados do Amazonas e do Pará; e as estratégias de negócios de impactos sociais, para alterar a realidade local, para que ela seja mais adaptável às dinâmicas dos mercados.

Foi possível mapear uma série de documentos, dentre os quais nem todos foram analisados. Um deles seriam os decorrentes de ações para combate à pandemia de Covid-19, que tiveram ênfase na área da saúde, e os editais de financiamento para chamada de negócios, que não colaborariam para desvelar a perspectiva de educação para o empreendedorismo subjacente às ações da PPA, em função de serem curtos e com finalidade determinada.

Os documentos analisados estão apresentados no Quadro 2, abaixo. Deles decorre parte

do conteúdo de constituição de projeto de sociedade pensado pela PPA, sendo possível contabilizar um total de 11 documentos, que, no seu conjunto, focam nos aspectos de desenvolvimento para a Amazônia e em uma sobreposição do poder deliberativo do setor privado ao setor público, quanto a suas ferramentas de gestão – que aliariam o progresso econômico à preservação dos recursos ambientais, nas ditas novas formas de fazer negócios.

**Quadro 2** - Documentos próprios da rede PPA

<b>Documento</b>	<b>Ano</b>
Relatórios anuais	2018 / 2019 / 2020 /2021
Tese de Aceleração da PPA	2021
Programa de Aceleração da PPA – Relatório de impacto	2020
Relatório de Análise de Redes Sociais (ARS) PPA	2020
Compras Corporativas no Pará: contribuições do setor privado ao fomento de cadeias de valor locais	2020
Usos socioambientais de reservas privadas: diagnóstico e perspectivas para a sustentabilidade de usos da terra	2020
Investindo no desenvolvimento: modelos e instrumentos para aporte de recursos privados em comunidades e territórios	2019
Investimento de impacto na Amazônia: caminhos para o desenvolvimento sustentável	2018

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do *site* da PPA

Os quatro primeiro relatórios anuais da PPA, de 2018, 2019, 2020 e 2021, apresentam um padrão de estrutura que conta sempre com: uma imagem autoral de algum lugar ou morador da Amazônia; seguida de depoimentos ou mensagens dos parceiros, como a USAID, na perspectiva de sensibilizar o leitor sobre a satisfação e as vantagens de fazer parte das ações da rede; além de muitos gráficos e imagens, ressaltando a quantidade de projetos locais impactados, quantitativo de sujeitos atingidos, e quantidade de pequenos negócios que responderam aos editais de seleção, interessados em receber apoio técnico e financeiro da Plataforma, o que demonstraria sua abrangência.

Um dos ideais dos relatórios anuais é convencer que a PPA é eficiente no seu modelo de gestão, que os parceiros estão satisfeitos em contribuir com a rede e que é crescente a cada ano o número de sujeitos amazônicos que desejam receber em seus negócios as mediações da PPA. Esse *modus operandi* reforça que “textos e discursos podem ser, assim, entendidos como veículos da ideologia, a infraestrutura material necessária à produção e circulação do conhecimento” (SHIROMA, 2020, p. 7).

O conteúdo presente nos quatro relatórios anuais fomenta que os negócios de impactos sociais estão sendo positivos na Amazônia graças às parcerias estabelecidas, à forma de gestão e ao trabalho do setor privado, que tem condições mais eficientes, para enfrentar os problemas geográficos, de estrutura e de pessoal na região.

Alguns excertos extraídos dos relatórios comprovam a valorização da ideia de que o setor privado está atuando de maneira incessante no fomento de novos modelos de negócios para a Amazônia e, por isso, deve ter cada vez mais espaço para difundir suas propostas. Tal como publicado no relatório de 2018, “o setor privado precisa exercer, cada vez mais, um papel de liderança na busca e desenvolvimento das soluções que a Amazônia precisa” (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2018a, p. 2), e sobre como “o setor privado tem desempenhado protagonismo em trazer novas ideias e novos tipos de parcerias colaborativas para co-criar e co-investir em soluções” (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2019a, p. 5).

O relatório do ano de 2020 destacou o Programa Catalyzing and Learning through Private Sector Engagement for Biodiversity Conservation (CAL-PSE), que é baseado em dois pilares: i) ampliar o papel do setor privado para ações de desenvolvimento sustentável; e ii) desenvolvimento de processos e monitoramento da aprendizagem.

Liderar um processo robusto de monitoramento, avaliação e aprendizagem (MEL) por meio de um modelo de pesquisa de ação participativa, co-projetando processos, sistemas, métricas e abordagens juntamente com o setor privado e a USAID/Brasil para monitorar, avaliar e capturar as lições aprendidas e melhores práticas para trabalhar com o setor privado (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2020a, p. 10).

A importância do setor privado é reiterada em seu mais recente relatório do ano de 2021, num movimento em que os especialistas da PPA ensinam para as lideranças locais formas de desenvolvimento que possam ser assumidas por todos no território.

Estabelecem arranjos de parcerias institucionais com expertises e conhecimento do território de forma diferenciada e complementar, atuando com práticas sustentáveis e inovadoras para gerar soluções baseadas na natureza, desenvolvimento e governança territorial. Na composição dessas parcerias, encontram-se organizações locais, regionais e nacionais (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2021a, p. 23).

De acordo com Marx (2011), fenômenos concretos analisados podem ter processos que são contraditórios. A partir dessa pista, é possível identificar nos relatórios da PPA por que os negócios de impactos no novo mercado não usariam tantos elementos do próprio mercado. Ora, não é o que acontece porque as parcerias, pois o destaque ao setor privado e as ferramentas gerenciais demonstram que a Rede promove um novo mercado apenas na conotação de suas ações, já que e a materialização é de Segundo Setor. Em outras palavras, há no discurso uma preocupação social com o meio ambiente, mas as estratégias são as mesmas do mercado, apenas atualizadas.

Ao destacar o papel das redes na formulação de políticas públicas, entre elas as educacionais, Shiroma (2020) frisa que os especialistas possuem destaque na sua composição, com suas falas e propostas que são pontuais para materialização do projeto pretendido.

Considera-se que documentos, relatórios, textos e discursos por eles produzidos ou adaptados cumprem um papel fundamental de soft transfer, na medida em que difundem dados e interpretações, apresentados como evidência para embasar as propostas e “contagiar” os formuladores de políticas, gestores e conquistar novas audiências (SHIROMA, 2020, p. 5-6).

Nesse viés, foi possível identificar que os relatórios da PPA almejam criar consensos sobre sua funcionalidade na Amazônia e o fomento nos negócios de impactos, que estariam sendo positivos para as pessoas dessa região. Apresentam-se com uma forma diferente de fazer política na junção dos valores do mercado com a preservação da natureza, de modo que o Estado poderá aprender com o setor privado formas atualizadas de promover impactos sociais. Com isso, a rede interfere nas relações entre Estado, mercado e sociedade, bem como na administração pública subsumida à racionalidade das redes enquanto nova possibilidade de fazer negócio no mercado.

Uma categoria-chave presente nos relatórios é desenvolvimento, cujo teor foi modificado, ao longo dos anos, como é possível perceber a partir da apresentação desses documentos. No relatório de 2018, fazia-se menção a desenvolvimento socioeconômico, o que se modificou para desenvolvimento sustentável nos relatórios seguintes. Além disso, no primeiro relatório, falava-se de mapear possibilidades de desenvolvimento e, nos relatórios de 2019 e 2020, a preocupação voltou-se para os números que contabilizavam como pequenos empreendimentos foram modificados a partir do auxílio da PPA, tornando-se algo mais técnico e mercadológico. Já no relatório de 2021, o termo desenvolvimento sustentável foi reiterado, mas sem perder o teor estratégico da PPA, que assinalava estar trabalhando com duas frentes: engajamento da rede e gestão de projetos.

Destaca-se também que, ao longo dos quatro relatórios, a noção de desenvolvimento se volta para a descoberta de novos mercados e soluções inovadoras para os problemas da Amazônia. Estes estariam sendo levantados e identificados pela PPA, que os repassa aos pequenos empreendedores, às empresas locais e aos demais parceiros, o que revela um projeto de mapeamento da Plataforma para novos mercados. Daí se depreende, em parte, o interesse em investir na Amazônia.

A educação também foi tratada de forma direta nas ações da PPA. Nos anos de 2018 e 2019, houve o apoio a negócios que giravam em torno da educação ambiental. No ano de 2020,

a negócios que apoiavam ações de educação preventiva ao coronavírus. Enquanto no ano de 2021, foi retomada a noção de educação ambiental, acrescida do termo sensibilização, além da parceria com empresas que atuam em florestas do Pará, via educação empreendedora, investimento de impacto e desenvolvimento territorial.

A educação como tema-chave é reiterada, em interface com o fato de a Amazônia possuir altos índices de informalidade de trabalho entre os jovens, quando comparada com o Brasil, segundo informações da Tese de Aceleração do Crescimento de 2021. Seria necessário então que o setor privado, por meio de ações coletivas, propusesse ações para enfrentar o cenário. “Abre-se, então, uma janela de necessidade e oportunidade para trabalhar com os jovens, por exemplo, via novos negócios e empreendedorismo socioambiental, apesar dos desafios de educação de base e pouco fomento à cultura empreendedora” (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2021b, p. 21).

A educação para o empreendedorismo fomentada para os jovens da Amazônia, coaduna-se com os princípios do neoliberalismo, que tenta desqualificar as políticas públicas e valorizar as soluções advindas do mercado para sanar os problemas sociais. A vertente empreendedora poderia até ser positiva para os jovens, se fosse aperfeiçoado o conjunto de ações públicas, como saneamento, segurança e condições iguais de escolhas a todos. Cabe destacar com isso poderia até se dar em parceria com o setor privado, caso fosse fomentado um desenvolvimento econômico com redução efetiva das desigualdades sociais.

Considere-se o processo de estimular jovens da Amazônia a serem empreendedores, culpabilizando-os pelo insucesso de seus projetos de vida pessoais e profissionais, ainda que tenham ajuda inicial técnica e financeira. Trata-se de um perigo para a formação do ser humano em sua totalidade física, intelectual e espiritual, porque ele pode se tornar dependente ou mesmo refém das armadilhas sistêmicas de exploração, que o induzem a trabalhar cada vez mais por conta própria com seu empreendimento, apenas para ter o mínimo de qualidade de vida ao desfrutar de bens materiais disponíveis.

Chauí (2017) denuncia que a cultura do empreendedorismo entre os jovens colabora para o enfraquecimento permanente de políticas públicas, que devem ser direcionadas a todos com o intuito de sanar problemas sociais, uma vez que se deslocam mobilizações coletivas para o âmbito individual. Além disso, os empreendedores correm o risco da instabilidade econômica, que se reflete nos aspectos emocional e psicológico, perdendo o sentido de pertencimento à classe trabalhadora, enquanto se enxergam como pequenas empresas. Por essa razão, passam a defender valores da meritocracia, que acentuam desigualdades e formas atualizadas de desenvolvimento para poucos.

A Tese de Aceleração da PPA entende o valor econômico da educação para que ocorra o desenvolvimento da região. Por isso, fez um mapeamento da Amazônia no qual relaciona os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) com os ODS da Agenda 2030, com a cultura local e com os entraves de progresso. Para isso, induz ao empreendedorismo como alternativa de saída do cenário desigual a partir de ações individuais. A noção de educação compreendida pelos documentos da PPA é aquela que envolve todos os segmentos da vida humana; assim, ela está inserida nos negócios da Plataforma como estratégia de alavancar novos mercados, que estão sendo descobertos e apresentados no seu cardápio constantemente atualizado.

Nesse viés, a educação configura-se como um negócio social, porque se faz investimento intencional nas pessoas e na região para descobrir novos mercados e formas de fazer outros negócios numa realidade diversificada. Uma das ideias é de que esta possa servir de exemplo para o mundo e, posteriormente, alimentar o quadro de novidades da PPA. Tudo isso para que a rede se torne referência na forma de empreender em regiões com as mais diversas adversidades de tempo e espaço, fortalecendo assim a ideia de global da racionalidade empresarial, segundo a qual o empreendedorismo é a melhor alternativa para os novos padrões de sociedades e suas demandas sociais.

A educação é utilizada a serviço do mercado em razão de – como consta no arcabouço documental analisado – ser apresentado um panorama concreto da ausência de educação sistematizada e dos altos índices de desemprego. A partir dessas informações, são formuladas propostas para construir um novo tipo de sociedade, baseada em um esgarçamento da relação homem e trabalho, descontextualizada de lutas coletivas, sem necessidade de carteira assinada, sem concursos nem estabilidade, porque o empreendedorismo supriria a estabilidade do trabalhador com maior autonomia e liberdade, como preconizam os documentos da PPA.

A princípio almejando contribuir com a conservação e regeneração da biodiversidade, a Tese de Aceleração teve por finalidade apresentar um cardápio de intensificação de negócios para cada uma das diversas amazônias dentro da Amazônia, compreendidas pelo documento como regiões com demandas específicas, isto é, como a Amazônia dos rios e das estradas, com dinâmicas próprias. Portanto, defende a utilização do conceito de negócios de impactos da “Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impactos”, do ano de 2019, entendidos como

empreendimentos que têm a intenção clara de endereçar um problema socioambiental por meio de sua atividade principal (seja seu produto/serviço e/ou sua forma de operação). Atuam de acordo com a lógica de mercado, com um modelo de negócio que busca retornos financeiros, e se comprometem a medir o impacto que geram (PIPE SOCIAL, 2019, p. 49).

Os negócios de impactos da PPA podem ser compreendidos como negócios sociais porque se utilizam incisivamente os valores e caminhos do mundo empresarial, mas associados a uma tendenciosa preocupação com a sociedade e com o meio ambiente. A estratégia aí é continuar explorando recursos naturais, sabendo que eles não são infinitos, motivo pelo qual se investe para obter retorno. Ou seja, fazem-se negócios sociais na lógica do “Setor Dois e Meio” tentando enfraquecer de maneira intencional o tradicional Segundo Setor, o mercado, para se firmar como novo mercado na junção de lucros com preocupação ambiental e social.

A Tese de Aceleração também tem uma perspectiva educativa que ensina formas de preservação da floresta, apresenta dados e órgãos responsáveis que podem ser parceiros e propõe um glossário sobre termos de negócios, com conceituações do mercado que podem estimular cada vez o empreendedorismo como forma de vida na Amazônia. Na lógica do documento, isso se faz a partir dos resultados do relatório do Programa de Crescimento da PPA, publicado um ano antes, em 2020, o qual subsidiou a Tese publicada pela Plataforma.

Esse Programa de Crescimento da PPA analisou a eficiência da Plataforma quanto ao apoio aos negócios na Amazônia; segundo seus dados, tais negócios tiveram seus lucros ampliados. À época, foram abertas turmas de empreendedores da Amazônia, para que aprendessem a gestar melhor seus negócios. Mesmo com a pandemia de Covid-19 e a transição das turmas do presencial para o virtual, houve resultados positivos, porque um número maior de mentores e especialistas ficou à disposição dos negócios em estágio de desenvolvimento. Nesse relatório, são foram apresentados depoimentos de alguns mentoreados na área de *marketing*, *design* e agronomia, ressaltando os benefícios das mentorias, que são assessorias personalizadas para a mudança de concepção do que é empreender na Amazônia.

Destaca ainda a “Teoria da Mudança”, quando se tem “negócios sustentáveis gerando renda para populações locais e garantindo a conservação das florestas e da biodiversidade na Amazônia” (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2020b, p. 40). Para que essa teoria seja materializada, são necessárias mudanças na forma de viver das pessoas, no seu desenvolvimento sustentável. Nesse Programa de Crescimento, foram apresentados vários negócios apoiados pela PPA, entre eles “Academia Amazônia Ensina”, que consiste numa expedição de oito dias pelo Rio Negro/Amazonas, com alunos bolsistas de comunidades locais, que “prepara pessoas para os desafios econômicos, sociais e ambientais do século XXI, unindo professores e profissionais reconhecidos e contato com comunidades e o meio ambiente amazônicos” (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2020b, p. 46).

Em relação a esse negócio apoiado pela PPA, com destaque no catálogo, há uma ideia central defendida, qual seja, que “o sistema educacional é pouco eficiente em preparar pessoas

para os desafios econômicos, sociais e ambientais do século XXI. É preciso tornar esse tema mais interessante e promover experiências transformadoras, para diferentes públicos” (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2020b, p. 47).

Tanto a Tese de Aceleração do crescimento de 2021 quanto o Programa de Crescimento de 2020 falam de maneira mais assertiva da utilização da educação para o desenvolvimento local, com negócios que investem nessa área e possuem apoio da Plataforma. Nos dois documentos, percebe-se a utilização da educação para o empreendedorismo com formação de turmas para essa finalidade, bem como na interação dos alunos em idade escolar com a realidade em que estão inseridos. Esse gesto reforça como a mediação naturalmente ocorre como falava Marx (2011), uma vez que, no caso dos documentos da PPA, é uma mediação intencional para formar o homem para os negócios, para que seja dependente de si mesmo com seu trabalho e não precise esperar por políticas públicas, numa dupla tentativa de desqualificação do setor público e do antigo mercado, a fim de que os novos mercados se sobressaíam na forma de condução das questões sociais globais.

Esse monitoramento das ações da PPA pode ser comparado com a desqualificação do setor público, desde os anos 1990, intensificada no Brasil, que teve como alternativa as ferramentas do setor privado e comprovadamente não sanou as questões sociais. Agora, o tradicional mercado tem as suas fragilidades expostas como a degradação ambiental e uma dita desumanidade no trato do ser humano.

Os novos filantropos do “Setor Dois e Meio” com os negócios sociais, propagam por meio de documentos, discursos e mídias em geral, que tanto o Primeiro Setor quanto o Segundo Setor possuem deficiências, as quais devem ser superadas para melhorar a economia e a vida em sociedade. Para isso, novas formas de negócios poderiam estar sendo beneficiadas por esse movimento estratégico, já que as pessoas acatam e podem ajudar a fortalecer tal premissa por existirem frações de empresários que defendem os pequenos sendo subsumidos pelos maiores, com interesses distintos e que mudam constantemente no fluxo do capital.

É possível identificar como a PPA traça um caminho de trabalho para se aperfeiçoar baseado num planejamento estratégico. É o que se percebe no Relatório de Análise de Redes Sociais (ARS), no ano de 2020, que foi considerado um avanço ao fluxo da Rede, porque teve por objetivo “gerar aprendizados que possam ajudar a escalar e desenvolver novas redes do setor privado e também apoiar a gestão adaptativa da PPA” (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2020c, p. 3).

Por meio dessa metodologia, a gestão da PPA almejou ser aprimorada, expressando que, “com isso, será mais fácil replicar os modelos criados pela plataforma em outras colaborações

com o setor privado, ou criar novas alianças em outros países amazônicos” (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2020c, p. 4). A ARS realizou pesquisas nos anos de 2019 e 2020 com os sujeitos impactados pela PPA, para desvelar suas percepções sobre a Plataforma por meio de entrevistas, explicando como, “além da rede geral, são analisadas as redes específicas de cooperação técnica, cooperação institucional, negócios e investimento” (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2020c, p. 8).

O estudo da ARS foi estratégico para mapear como estava sendo conduzido o trabalho, qual o impacto na vida das pessoas e na Amazônia, assim como foi uma oportunidade de gerar estudo sobre a realidade local. Desse modo, seria possível criar novos consensos sobre a força do setor privado e da PPA tanto internamente, com os parceiros, quanto externamente, com os entrevistados, a fim de sustentar que as novas formas de relações entre Estado, mercado e sociedade podem ser norteadas pelos negócios de impactos nos novos mercados.

As instituições privadas formam redes dentro de redes, com o objetivo de “ajudar, auxiliar e colaborar” com governos. Na prática, querem modificar a gestão pública, promovendo seus negócios e empresas, terceirizando a atividade pública e supostamente trazendo conhecimento técnico, haja vista que a atividade pública deve ser desvinculada da atividade política, conforme esses filantropos e empresários, com apoio de governos que compactuam das mesmas ideias (PERONI; CAETANO, 2020, p. 7).

Ora, na perspectiva dos empresários filantropos, uma nova forma de fazer mercado precisa ter ascensão, manifesta na lucratividade – conforme o modelo vigente do capitalismo –, mas neste contexto associada à mudança de vida das pessoas com um desenvolvimento sustentável. Ball e Olmedo (2013) destacam que esse movimento é crescente e caracterizado como capitalismo social global, que é formado por empresas, empresários e governos se inter-relacionam para um desenvolvimento internacional.

Dentro dessa nova configuração, soluções inovadoras e velhas soluções para problemas sociais e de desenvolvimento ‘baseadas no mercado’ estão sendo privilegiadas e fortalecidas através do surgimento de uma nova elite global, conectada em rede, formada por promotores de políticas e ‘novos’ filantropos (BALL; OLMEDO, 2013, p. 33).

Já no ano de 2013, os autores destacavam que as articulações em redes internacionais para promover desenvolvimento social estavam em estágio inicial do ponto de vista das possíveis consequências para as políticas públicas educacionais. Nesse cenário, o teor das redes e da linha tênue entre caridade, auxílio e lucro poderiam ser classificados com maior concretude anos depois. Trata-se justamente do que venho apresentando como resultado dessas relações, a partir do momento em que a Rede PPA e suas ações de negócios de impactos almejam alterar

o conteúdo das políticas, com seus novos modelos de condução da vida em sociedade, causando reflexos na sensibilidade política das redes globais, tal como apontam Ball e Olmedo (2013).

Por sua vez, o documento “Compras Corporativas no Pará: contribuições do setor privado ao fomento de cadeias de valor locais” (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2020d) destacou seis setores econômicos focalizados pela PPA no âmbito do estado paraense, os quais são apresentados como essenciais para o progresso da região no sentido de fortalecer as parcerias entre empresas e comunidades em cadeias de valor locais. Representa também um estudo sobre as possibilidades de parcerias nesse estado e sobre como as empresas investem nesse território, produzindo um cardápio de empresas e negócios que podem ser explorados pelos membros da PPA.

O Pará foi o segundo estado que recebeu o maior número de investimentos da PPA, ficando apenas depois do Amazonas, em decorrência de suas potencialidades de negócios, da dimensão territorial e porque os laços com o setor privado foram ampliados. Na totalidade das ações da Rede, os sujeitos, territórios e situações são estrategicamente pensados para os negócios, numa vertente de um novo mercado, segundo o qual as pessoas e a educação também podem ser negociadas.

Já o documento “Usos socioambientais de reservas privadas: diagnóstico e perspectivas para a sustentabilidade de usos da terra” (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2020e) teve como propósito demonstrar que a PPA continuou avançando em diversos ramos de atuação, sempre mantendo a preservação do meio ambiente em foco a partir da identificação de territórios, que poderiam ser explorados em negócios. Foi feito estudo sobre 23 iniciativas nos nove estados da Amazônia, estimulando-se em todas elas as parcerias com diversos setores locais e internacionais.

Nesse documento, os representantes da PPA mencionam que houve vasto estudo teórico e da legislação brasileira que regulamenta áreas de reservas florestais particulares, que houve entrevistas com parceiros da PPA e gestores públicos e a participação de empresas locais consideradas de boa reputação junto às comunidades locais.

Temas como empreendedorismo comunitário, fomento a cadeias de valor amazônicas e interface com políticas públicas entraram na agenda de trabalho da PPA, organizada em diferentes grupos temáticos que permitem reunião de membros e parceiros em torno de agendas e ações conjuntas (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2020e, p. 6).

A PPA realizou um movimento similar ao que é feito pelas Universidades na produção do conhecimento, movimento realizado a fim de atestar cientificamente que seu papel na

Amazônia pode servir de parâmetro para agendas de políticas públicas, numa nova condução da vida social, no fomento ao empreendedorismo, no trabalho coletivo em rede e no destaque à gestão do setor privado com negócios sociais enquanto novo mercado.

Nesses dois documentos, a educação novamente pode ser identificada como tema-chave. No primeiro, é imprescindível que agricultores da Amazônia tenham níveis mínimos de instrução, para que seus negócios possam ser alavancados junto ao gerenciamento da PPA. No segundo, defende-se a educação ambiental como estratégia que deve ser promovida para preservação dos recursos ambientais.

O documento “Investindo no desenvolvimento: modelos e instrumentos para aporte de recursos privados em comunidades e territórios” (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2019b) baseia-se na natureza qualitativa de investigações em Ciências Humanas, tendo a intenção de constituir-se como referência de ações para outros projetos. Teve por objetivo mapear mecanismos de repasse, processos de estruturação e metodologias na Amazônia legal para o fomento de novos investimentos na região. Estes devem ser realizados por empresas atuantes no território “através dos espaços de governança e interlocução compartilhados a partir dos acordos pactuados com municípios, governos e comunidades locais” (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2019b, p. 9).

Há uma defesa de desenvolvimento estruturado e sistêmico alinhado com a perspectiva de valor compartilhada por distintos setores e sujeitos parceiros da PPA, que se identifica como “a ênfase em planejamento e focos estratégicos, conectados com as demandas locais, coerentes com políticas públicas e causas socioambientais e prezando pelo envolvimento e participação da população local, deve ser o caminho” (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2019b, p. 39).

Almeja-se uma forma de fazer gestão pública a partir da noção de instrumentos de gestão territorial e mecanismos financeiros, que devem ser replicados e assumidos nas localidades da Amazônia. “Esses são mecanismos financeiros com processos de governança condizentes e adequados às realidades locais que visam garantir: transparência, participação, autonomia local, bem como planejamento e gestão dos recursos” (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2019b, p. 47).

Ainda no sentido de se propor uma forma de gestão pública, o documento caracteriza como princípios básicos da boa governança: a transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade. Estes devem servir para que as comunidades locais possam agregar os valores aprendidos com as ações da PPA à sua forma de gerenciamento local. Daí se confirma a hipótese de que, por meio da colaboração horizontal, parcerias com órgãos públicos e instituições

privadas e não-governamentais, a PPA fortalece a atuação do setor privado na estrutura estatal, acarretando implicações para o papel da gestão do Estado, como sua subsunção à racionalidade empresarial numa nova forma de administração pública.

Novamente, as ações da PPA estão sendo desenvolvidas com a perspectiva de mudanças nas relações sociais, com o associativismo e a colaboração horizontal, que poderão gerar uma forma diferente de administração pública, a qual, por sua vez, provavelmente terá impactos para as políticas públicas conduzidas pela lógica privada das redes.

Nesse viés, a Rede inicialmente prepara o território da Amazônia, com o fomento de negócios de impactos que podem ser considerados negócios sociais, os quais investem almejando algum retorno. Em seguida, criam consensos sobre o modelo de gestão adotado que poderá ser defendido pela comunidade local, com a conformação da opinião pública, com base também em estudos – algo realizado para evitar contestações científicas. Destaque-se ainda que, caso a legislação brasileira futuramente seja alterada para atender a essas novas formas de condução da vida social, o setor privado terá todos os benefícios com estudos, especialistas e dados privados, para de fato expandirem sua influência e domínio.

O último documento analisado, em ordem cronológica decrescente, foi do ano de 2018, o “Investimento de impacto na Amazônia: caminhos para o desenvolvimento sustentável” (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2018b), que apresentou um panorama de possibilidades de investimentos, ecossistemas e oportunidades de negócios, com o propósito de identificar “mecanismos de investimento, tipos de empreendimento, cadeias de valor, obstáculos e oportunidades ao investimento na área. Esta imagem servirá de subsídio para agentes empenhados em promover o desenvolvimento sustentável da região” (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2018b, p. 8).

Assim, motivar investidores e empreendedores a atuar na região requer a introdução de novos mecanismos de financiamento que incluam tanto estratégias de mitigação de risco como ou uso judicioso de capital não-retornável em modelos de financiamento mistos (*blended finance*). Também será necessário adotar uma perspectiva mais orientada para o mercado na escolha das cadeias de valor que devem receber investimento. A escolha deve favorecer aquelas que podem gerar impacto ambiental positivo de forma financeiramente sustentável (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2018b, p. 10).

O documento revela uma preocupação com os empreendedores de impactos, já que eles possuem dificuldades em fazer negócios aliados com objetivos sociais, destacando que o capital filantrópico pode ser uma alternativa viável nos estágios iniciais dos empreendimentos, “mas tende a ser insuficiente para sustentar o crescimento do negócio” (PLATAFORMA

PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2018b, p. 17).

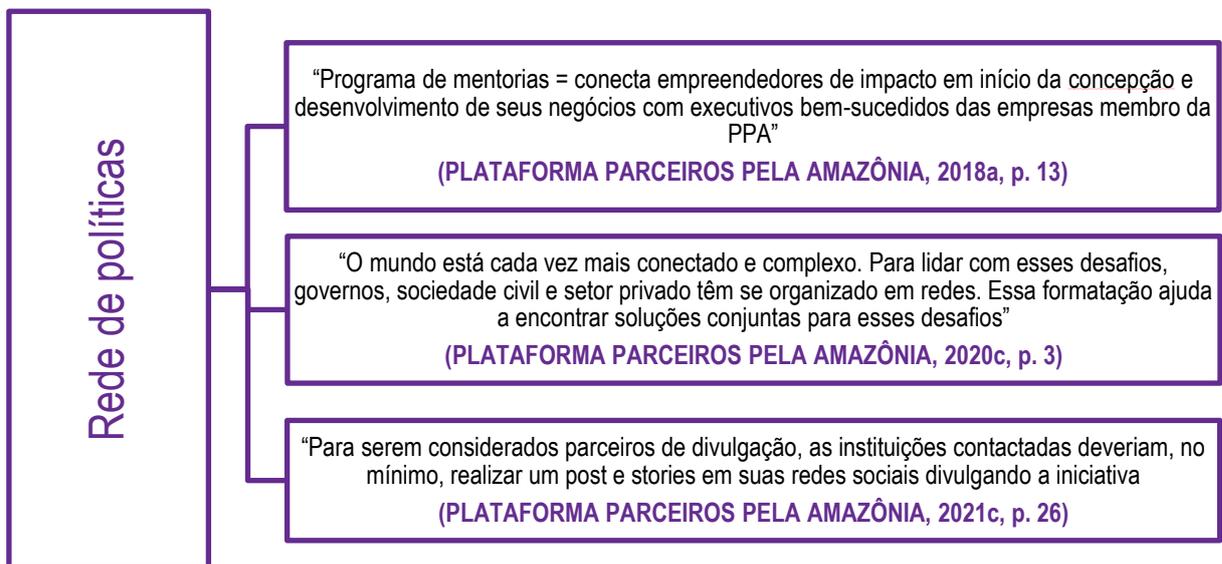
Analisa ainda a questão do filantropocapitalismo, com seus aspectos positivos e negativos para o Brasil, explicitando como “usam uma abordagem estruturada, com teorias de mudança baseadas em premissas bem fundamentadas, facilitando o desenho de empreendimentos com retorno socioambiental mensurável” (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2018b, p. 25). Porém, “estas organizações não têm acesso a um volume de capital comparável à dos fundos de investimento e, portanto, não podem, sozinhas, viabilizar empreendimentos de impacto” (PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA, 2018b, p. 25).

A educação a serviço dos negócios possui relação direta com as ações da PPA, que identificou que, na Amazônia brasileira, os baixos índices de educação sistematizada dificultam a comercialização de produtos, sendo, por isso, necessário investir em negócios que minimizem esse problema que reflete no mercado. Outra saída apresentada para destravar mercados é investir na educação para o empreendedorismo, mudando a concepção das pessoas para que consigam mudar suas realidades e daqueles ao seu redor.

O fomento aos negócios sociais por meio do arcabouço próprio da PPA é verificado ao longo do conjunto de documentos, numa tentativa de convencimento de que as ações desenvolvidas podem servir de parâmetros para outras ações e setores, como a esfera pública. Para tanto, a gestão da Plataforma de forma articulada em rede vem atuando para ter um domínio dos mais diversos problemas sociais da Amazônia e, assim, propor soluções viáveis dentro da linha filantropia e lucro nas novas formas de mercado.

Os documentos da PPA relevam ainda um projeto societário que deve ser mais dinâmico, associando lucros ao bem-estar social dentro das contradições da sociedade capitalista. A esse respeito, as categorias de análise do objeto aventadas nesta tese foram: redes de políticas, filantropia como negócio e desenvolvimento, que perpassam toda a literatura produzida pela Rede como nexos de desenvolvimentos.

**Figura 3** - A noção sobre redes de políticas nos documentos da PPA

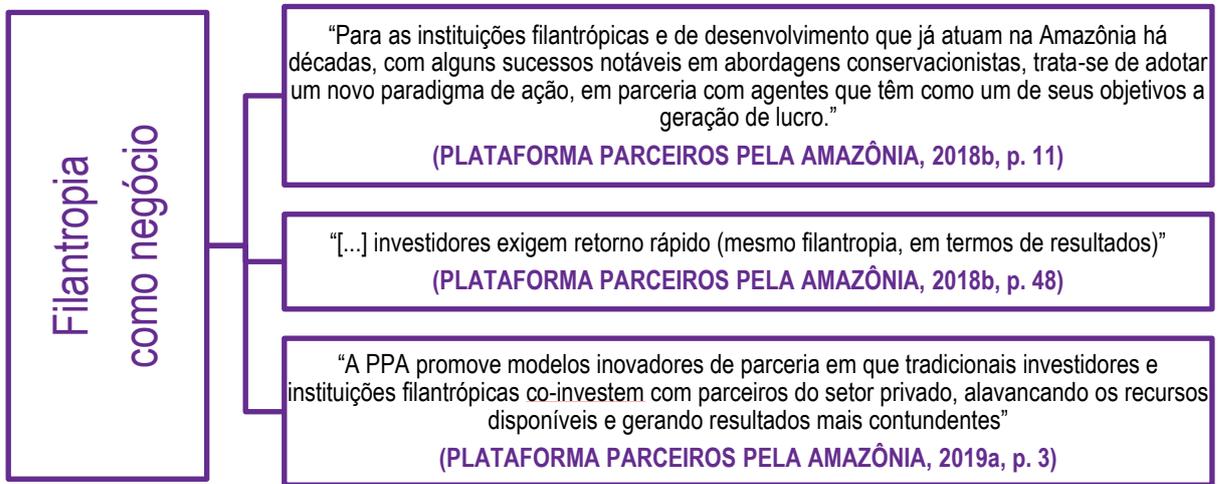


Fonte: elaborada pelo autor.

A categoria analisada na tese e nos documentos é identificada como rede de políticas porque caracterizei a PPA a partir de Rhodes (1991), que entende que estas almejam alterar o conteúdo da política. Na perspectiva analisada no arcabouço documental da PPA, o interesse é de se articular em rede e de fomentar como as redes são importantes para fazer negócios.

Na perspectiva dos documentos, as redes ajudam a reduzir distâncias e são essenciais para alavancar os negócios realizados, porque as informações alcançam um número maior de pessoas. Nesse processo, as mídias sociais também são importantes, porque o número de visualizações no *Instagram* ou *Facebook* dos negócios funcionam como *marketing*, enquanto os sujeitos parceiros são estratégicos porque, por serem influenciadores sociais, alcançam novos públicos mais jovens, que podem ser educados e influenciados para fazer negócios, para serem empreendedores.

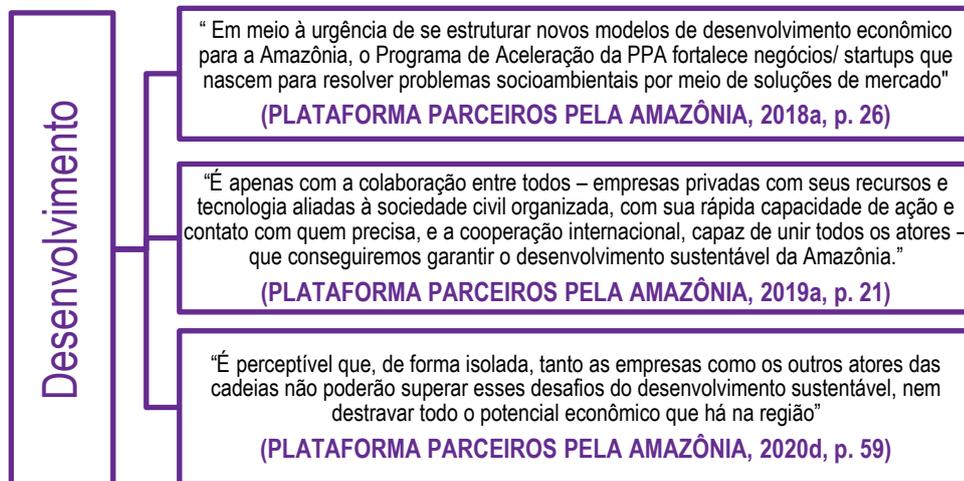
**Figura 4 - A noção sobre filantropia nos documentos da PPA**



Fonte: Elaborado pelo Autor

Com base em Ball e Olmedo (2013), a filantropia como negócio é compreendida como estratégia dos empresários, a serviço do mercado ou do novo mercado na lógica do “Setor Dois e Meio”, pois sua utilização pode comover mais pessoas e assim surtir efeitos maiores nos negócios de impactos da Rede. A PPA entende que a filantropia pode ser utilizada em outras finalidades, para além da ajuda ao próximo, da solidariedade depreendida de interesses. Assim, a filantropia cabe no mundo dos negócios como fomento de novos mercados que, na ideia dos defensores desse novo mercado, podem dar retorno para as pessoas, mas agora gerando lucros.

**Figura 5 - A noção sobre Desenvolvimento nos documentos da PPA**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Smith (1996) e Hobsbawm (1995) entendem que, nas sociedades capitalistas, o desenvolvimento ocorre para poucos, com a exploração dos trabalhadores por meio da parceria baseada em formas sofisticadas de trabalho. Vejo que essa aceção não se altera muito em relação à concepção de desenvolvimento da PPA, que apresenta uma forma atualizada de parceria entre os diversos setores, sem as quais seus passos seriam lentos – o que reforça uma atualização dos princípios de desenvolvimento via exploração do meio ambiente e das pessoas pelos “homens de negócios”.

Além disso, o desenvolvimento pensado pela PPA é baseado na dinâmica e ferramentas do setor privado, segundo uma proposta que deve ser assumida pelas comunidades locais da Amazônia, ou seja, molda-se a realidade exógena com princípios internacionais de desenvolvimento em razão de a forma local não ser adequada para os negócios e o progresso, como almejam redes globais e organismos internacionais, como a USAID.

As formas de negócios, os sujeitos envolvidos, a escolha da Amazônia, as potencialidades dessa região e a clara necessidade de investir em educação para melhorar as comercializações são todas aspectos que perpassam pelo arcabouço documental da PPA, a fim de que novas forças de dominação social em redes possam ser materializadas.

Pessoas, dinheiro e ideias movem-se através dessas redes e organizações e através dos limites que elas abarcam. Linhas e demarcações tradicionais, o público e o privado, o mercado e o Estado, estão sendo rompidas e misturadas em tudo isso, e elas deixaram de ser analiticamente úteis. Os pesquisadores precisam de uma nova linguagem e de novas técnicas para que sejam capazes de acompanhar as novas formas em que as políticas educacionais e as soluções educacionais estão sendo geradas e aplicadas dentro dessas redes de políticas globais (BALL; OLMEDO, 2013, p. 46).

A fragilidade da política pública e o fortalecimento da política das redes também se intensificam, segundo os documentos elaborados, como forma de convencer a sociedade sobre a eficiência das propostas e de condução da vida. Na PPA, os documentos tentam forjar a ideia de que a educação para o empreendedorismo é o melhor investimento para a realidade amazônica, em decorrência dos impactos locais. Trata-se aí de um mecanismo voltado para ditar os rumos sociais, apresentando-se ao poder público uma forma de fazer política que beneficiaria a toda a população por meio das dinâmicas ditadas pelos filantropos empresários.

Tal ideal é reiterado pelos sujeitos que compõem a Rede PPA, possuidores de funções estratégicas no alcance da proposta geral, como será verificado a seguir. Por isso, a percepção dos sujeitos parceiros foi essencial para confirmar a ideia de investimento e desenvolvimento das pessoas e da região amazônica.

### 3.2 A essência do investir, empreender e lucrar na perspectiva dos sujeitos da Rede PPA

Dentre os nove estados que englobam a Amazônia brasileira, existem dois que se destacam nos negócios da Plataforma em seus cinco primeiros anos de plena atuação, o que pode ser percebido pelas análises iniciais dos documentos e confirmado pela primeira entrevista. Tem-se o Amazonas desde a criação da PPA, e o Pará, que desde o ano de 2018 recebe maiores ações concretas. Concidentemente ou não, são os maiores estados do Brasil em dimensão geográfica, respectivamente, e também são os mais desenvolvidos economicamente nessa região.

Além disso, após as entrevistas, constatei que o Amazonas foi o primeiro estado escolhido para ações da PPA em função das relações estabelecidas entre o representante da USAID e o setor privado, decorrente de uma relação anterior no Grupo “Mais Unidos”, um fundo de investimento formado por empresas parceiras multinacionais. Foi umas das primeiras experiências de plataformas dos empresários com sede ou relação direta com os EUA e atuação no Brasil, tendo foco na educação pública, na formação de jovens e na capacitação profissional para as demandas do mercado (MAIS UNIDOS, [20--], on-line).

Hoje, a USAID não está mais à frente das deliberações da “Mais Unidos”, atuando apenas como um dos membros. Essa ideia foi o fio condutor para uma ação similar, com foco na Amazônia, que é a PPA. Em seguida, no ano de 2018, os laços da rede PPA foram estreitados com os empresários no Pará; a escolha do estado foi balizada pela de rede anterior de contatos, que envolviam outras redes empresariais, de acordo com informações do representante da USAID. O Quadro 3 demonstra o cenário atual dos membros.

**Quadro 3 - Membros da Rede PPA**

<b>Categoria</b>	<b>Parceiro</b>
Parceiro institucional	Representante da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)
Empresas	Natura, Ambev, Coca Cola Brasil, Dow, ADD&L Associados, Bemol, Whirlpool Corporation, Mercantil Nova Era, KPMG, Grupo Rede Amazônica, Beraca, BV Rio, Sol, Sindicato das Indústrias Minerárias do Estado do Pará, Imerys, Gestor Gestão Organizacional, Cargill, Ambientare Soluções em meio ambiente, Aimex, Mirova investing in sustainability, Agropalma, BH 26 gestão de finanças, Vale, Nelson Williams Advogados, Alcoa, Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Mineração Rio do Norte, Tucum Arte indígena – designer sustentável, MOV investimentos, Mercado Livre, Hydro, Rotta Moro Assessoria, Jurídica Ambiental, Suzano.
Filantropia	Humanize, Intituto Sabin, Fundo Vale e Instituto Clima e Sociedade (ICS).
Sociedade civil	IPÊ, Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), Sitawi Finanças do bem, Forests Trends, IJUS.
Parceiros estratégicos	Alliance Bioversity International e Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT – <i>International Center For Tropical Agrucuture</i> ), Fundação Certi, Centro de Empreendedorismo da Amazônia, Ecam e Instituto Peabiru, IDESAM e GS1 Brasil.

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da Plataforma.

O Quadro 3 apresenta 50 empresas divididas em cinco grupos que, estrategicamente, ocupam funções dentro da Rede; a partir do diálogo com a Secretaria Executiva, foi possível identificar suas funções. O parceiro institucional tem um relativo destaque, por ser o idealizador da PPA e até hoje disponibilizar o maior aporte de recursos financeiros. A seu respeito, é importante ressaltar que as empresas realizam os investimentos para garantir uma relação de empatia com seus fornecedores e com o mercado consumidor, razão pela qual é interessante que façam esse tipo de investimento.

Aqueles enquadrados no grupo da filantropia já possuem experiência com esse assunto e se dispõem a de fato ajudar com recursos para projetos e capacidade técnica. Os membros da sociedade civil, que podem ser as ONGs, por exemplo, ajudam a materializar as ações filantrópicas. Os parceiros estratégicos seriam consultores com perfil mais específico para cada tipo de projeto. Todos devem possuir relativa atuação na área social e compromisso público com a conservação da biodiversidade da floresta amazônica. Dependendo do ramo em que atua, um certo agente é enquadrado em uma dessas quatro categorias.

Nas palavras do secretário, as cinco categorias de membros da PPA foram pensadas e definidas a partir dos interesses que seriam desenvolvidos, no sentido de agrupar as empresas, independentemente de seu ramo de atuação, porque a organização da rede favorece o aceite de membros sem que eles precisem modificar de forma drástica seu percurso.

Ainda de acordo com o Secretário Executivo da rede PPA, no começo das ações da Plataforma, os parceiros eram convidados a integrá-la, o que se modificou em função dos resultados obtidos até aqui. Isso, porque agora são as empresas que buscam a rede. Ainda assim, em 2022 ficou definido que não haverá a inclusão de novos membros, mantendo-se os 50 até que se complete a revisão da estrutura de governança da PPA.

O secretário executivo da PPA foi o primeiro dos cinco entrevistados. Foi integrado à Rede em janeiro de 2022, a partir de uma seleção para encontrar uma coordenação tida como neutra, capaz de mediar os processos da PPA, que teve origem a partir da USAID. Esta almejava realizar ações de preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, em especial, na Amazônia brasileira. O secretário já possuía relativa experiência em negócios de cunho social, pois foi, de 2016 a 2020, o Diretor Executivo do Grupo “Mais Unidos”, que abarcava empresas com vinculações aos EUA e também foi idealizado pela USAID, tendo sede na região Sudeste do Brasil.

*Além de eu ser o porta-voz da PPA junto à sociedade, sou responsável por prestar contas ao Conselho Deliberativo, que realiza reuniões a cada dois meses. Também desenvolvo a função um pouco mais técnica com uma equipe que conta com gerente de projetos, gerente de engajamento, gerente de comunicação e analista de projetos (SECRETÁRIO EXECUTIVO DA PPA, 2022, informação verbal).*

Assim, é possível identificar como decorre a organização/gestão de uma rede concreta no desenvolvimento de seus negócios sociais. Essa lógica converge com o que é pensado por Frances et al. (1991), quando afirmam que é necessário um controle dos membros envolvidos nas redes, para que caminhem em prol de um objetivo comum, garantindo a eficiência.

Os autores afirmam também que a coordenação das redes é essencial para que os interesses que os uniram sejam mantidos e executados, uma vez que são sujeitos diferentes e com funções distintas que irão trabalhar para apresentar modelos eficientes de gestão, tanto para o Estado quanto ao mercado, em um processo das sociedades capitalistas no qual forças hegemônicas competem para que os melhores sejam referência.

Knoke e Kuklinski (1991) destacam que as relações entre os membros de uma rede são essenciais para desvelar seu funcionamento, porque a forma como eles se relacionam entre si e com os membros externos pode expor o interesse social da rede. Na realidade concreta da Amazônia brasileira, a PPA, enquanto rede local, pode representar os modos como as organizações internacionais se estruturam em âmbito global, já que as redes são similares. Assim como as redes internacionais possuem membros diversos com funções estratégicas, a PPA age de forma cada vez mais abrangente, sobre o que o secretário expressa: *“hoje, pela oferta de capital e número de negócios de impacto, temos atuado com mais frequência nos estados do Pará e Amazonas”* (SECRETÁRIO EXECUTIVO DA PPA, 2022, informação verbal).

A escolha dos dois estados tem relação direta com seus aspectos geográficos e possibilidades de implantar seus projetos e propostas de desenvolvimento econômico. Os próprios representantes da PPA já compreenderam as possibilidades de retorno nesses espaços, que são similares nos outros sete estados que compõem a Amazônia brasileira. A partir do diálogo com o entrevistado, foi possível verificar o porquê de se investir nessa região. Basta reiterar que: é onde se encontra a maior parte do bioma amazônico; possui os mais baixos índices de saúde, educação, lazer; e é uma área do país no qual se pode concretizar impactos socioambientais. Nesse contexto, muitos parceiros nas comunidades só relacionam com os representantes da Plataforma a cada dois meses em função dos problemas da internet, e isso demanda reorganização da Rede. Ainda assim, segundo o Secretário: *“entendemos que*

devemos agir de maneira estrutural para que toda a região se desenvolva” (SECRETÁRIO EXECUTIVO DA PPA, 2022, informação verbal).

Além disso, por meio de seus membros, a PPA realiza parcerias para materializar suas ações, tendo em vista que onde um parceiro-membro não consegue atuar sempre haverá outro para o auxiliar, o que reforça sua relação com o mundo dos negócios em que as parcerias representam a ideia geral de redes (FRANCES et al., 1991).

Assim, as parcerias mostram a gênese da PPA a partir da relação entre o IDESAM e a USAID, cujo propósito em comum para a realidade da Amazônia brasileira almeja o fomento de um novo tipo de sociedade, de modo que a educação foi e é peça essencial para materialização das ações.

*Nós ajudamos a desenvolver uma educação empreendedora. O nosso foco de atuação são aqueles que já possuem algum negócio e nosso auxílio é voltado a maximizar o que já vem sendo desenvolvido. Ofertamos assessoria técnica, com o apoio de parceiros com expertise no assunto, e boas noções de investimento de impacto. Dessa maneira, oferecemos oportunidade para que os negócios beneficiados possam ter melhores condições para manter no mercado. É uma lógica que se aproxima dos conceitos do liberalismo, mas que se preocupa absolutamente com as agendas socioambientais* (SECRETÁRIO EXECUTIVO DA PPA, 2022, informação verbal).

Logo, a PPA pode ser considerada uma rede de política na perspectiva de Rhodes (1991), especialmente quando almeja interferir nas agendas socioambientais, que são permeadas por uma organização pública, na qual mesmo os proprietários de projetos e terras particulares devem se adequar às demandas do Estado. A partir do momento em que a rede consegue alterar a legislação brasileira para aperfeiçoar suas propostas de negócios de impactos, poderá ocorrer uma reestruturação nas relações entre Estado, mercado e sociedade, no sentido de fortalecer a atuação do setor privado, na estrutura estatal e na administração pública, a partir de um novo formato de políticas públicas.

Quanto à PPA, percebo também as contradições que envolvem o seu próprio desenvolvimento de uma proposta de educação para o empreendedorismo na estrutura dos seus negócios de impactos. Esse processo não nega as vertentes do liberalismo e do neoliberalismo que são associados ao setor privado, de exploração dos trabalhadores, máxima privatização, diante dos quais o Estado apenas cumpre com funções mínimas, como o financiamento. Enquanto isso, a PPA incorpora nas suas mediações a preocupação ambiental internacional como estratégia para se distanciar do mercado, mesmo que não negue seus valores. Logo, essas contradições são comuns quando se analisam fenômenos concretos, porque o capital é a própria contradição em processo. Além disso, mapeando os sujeitos, os interesses subjacentes nos

negócios de impactos e o novo tipo de homem para viver na Amazônia, compreende-se a totalidade em constante modificação (MARX, 2011).

O investimento feito pela PPA em trabalhadores é seletivo, o que não está errado do ponto de vista do mundo dos negócios, em que eles devem ter noção básica de Português e Matemática, pois, a partir do momento em que tais trabalhadores são auxiliados pela Plataforma, poderão replicar o que aprenderam. Conforme a hipótese desta tese, o que se confirma é a tentativa de se constituir um novo arranjo de desenvolvimento elaborado por meio de novas formas de coordenação e cooperação entre o Estado, o mercado e a sociedade, para a construção de um sistema de melhoria na qualidade da gestão pública. Ora, a realidade local amazônica é pensada por meio de agentes externos, como a USAID, que desde 2017 investe recursos, tempo, estrutura e aprova os resultados obtidos até aqui em função das cadeias envolvidas, que vão além dos atuais 50 membros diretos, por impactarem a vida dos pequenos empreendedores, de suas famílias, amigos e clientes num ciclo de reprodução.

Em relação às parcerias com o poder público, o secretário revelou que são quase inexistentes, seja porque os gestores públicos não formalizaram interesse, seja porque eles não apoiam as ações quando já estão em fase de execução.

*[...] para que haja parceria com o poder público seria necessário formalizar parcerias e passar pela burocracia que envolve esse tipo de acordo. Nós convidamos as prefeituras a participarem das ações nas localidades onde o projeto selecionado está desenvolvendo, mas até aqui a participação é quase incipiente (SECRETÁRIO EXECUTIVO DA PPA, 2022, informação verbal).*

Assim, mesmo sendo balizados a partir do sistema de parcerias para fortalecer suas ações e, conseqüentemente, maximizar seus interesses, os acordos da PPA possuem inicialmente uma vertente de espontaneidade devido a como a burocracia que envolve o poder público é apresentada como dificuldade pela Plataforma. Daí o movimento de tentar alterar, nas casas legislativas, as formas de se fazer negócios com os defensores do “Setor Dois e Meio”, justamente para que possam ampliar suas margens de lucros com os novos mercados, sem a limitação de ser ONG ou OSCIP.

A seguir apresento as noções gerais dos membros da Plataforma sobre as contradições, mediações na realidade concreta e as vinculações, que se fazem presentes na estrutura e dinâmica dessa forma de articulação em rede enquanto negócio social, na Amazônia brasileira.

Dentre as categorias de análise da tese, três tiveram destaque, quis sejam: **redes de políticas, desenvolvimento e filantropia como negócio**, que fazem parte da estrutura da rede PPA. Elas são importantes por conta do papel desempenhado pela Plataforma, a qual fomenta

negócios enquanto fator de progresso social que deve alterar a realidade da Amazônia brasileira via educação, além de impactar as pessoas por meio do empreendedorismo para um grupo previamente selecionado. Sua ação se enquadra em certos critérios de concepção de sociedade que, a partir do auxílio financeiro e técnico, permitem a replicação de novos modelos de governança, gestão e trabalho local baseados nesse empreendedorismo.

**Figura 6** - A noção sobre redes de políticas para os membros da PPA



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nas palavras do secretário executivo da PPA, compreendido em minhas análises como pertencente ao setor que faz a gestão da Plataforma, as redes são na prática estratégicas e essenciais para a manutenção dos negócios. Também destaca que os membros interligados ocupam funções temporárias e podem ser substituídos sem prejudicar o coletivo.

Peroni e Caetano (2020) destacam as funções distintas dentro das redes, em que cada pessoa ou setor tem uma demanda e colabora para o coletivo, semelhantemente a uma empresa com regras e metas a serem cumpridas. Isso reforça como as redes são mercados ou novo mercado, com a inclusão de aspectos ditos mais especiais para além da lucratividade.

O representante da USAID Brasil alinha-se a essa perspectiva da importância das redes para o desenvolvimento de negócios, porque a conexão entre sujeitos de várias partes do mundo intensifica atuações dos empresários e seus desdobramentos para ocupar espaços distintos. No

caso da PPA, quem atua diretamente é a USAID Brasil, que possui ações e distinções em alguns projetos da USAID, que utiliza a expressão “do povo dos Estados Unidos”. Essa instituição possui originalmente logomarca diferente da utilizada no território nacional, para representar embaixada e consulado, o que assinala padrões distintos entre as nações, numa lógica de subsunção do Brasil aos EUA.

Do ponto de vista da Agência, conhecer o que se faz na Amazônia é bastante positivo, porque se pode fortalecer as ações em curso com ajuda técnica e financeira. A princípio, então, não seria necessário refazer ou criar soluções que refiram à realidade local, já que as adaptações propostas pela PPA aos empreendedores podem ser realizadas ajudando no desenvolvimento da região, a partir de atuais modelos de progresso de pessoas e das comunidades.

A Natura, por exemplo, é uma empresa fundada em 1969, sendo uma multinacional brasileira do segmento dos cosméticos, apresentando-se como líder de vendas, no Brasil, e comprometida com o social por meio de negócios sustentáveis. Vem realizando ações diretamente na área social, por meio seus consultores que vendem os produtos da empresa, e utiliza as redes como estratégia de fluxo de suas ações nos últimos dois anos, como a criação do “Natura & Co”, rede que atua na América Latina a partir da junção com mais três grandes empresas, que são Avon, The body Shop e Aesop; baseia-se numa crença de que somente a partir do coletivo os avanços sociais podem ser alcançados, o que faz com que atuação da empresa cresça, já existindo em quatro continentes e mais de 100 países (NATURA, 2021).

A representante da Natura é engenheira florestal e ocupa o cargo de coordenadora de sustentabilidade, sendo responsável por liberar as ações de desenvolvimento territorial, fortalecimento institucional das comunidades, cooperativas e associações, com relacionamento da empresa com a Amazônia. Para ela, a atuação em rede é indispensável atualmente para materializar projetos, ressaltando que, no caso da Amazônia, as dificuldades percebidas são a ausência de acesso à internet em algumas localidades, acesso a telefonia e questões técnicas.

Já a representante do Fundo Vale atua na empresa há 11 anos e ocupa o cargo de líder de parcerias de redes, com o papel de negociar, prosperar, identificar as oportunidades de parcerias de fomento do que eles chamam de ecossistema de negócios e investimento de impacto, o que tem a sinergia de uma teoria de mudança e relações institucionais com foco em participação em redes.

O convite para integrar a PPA foi bem recebido porque o Fundo Vale já trabalha em rede financiando projetos que fomentam o desenvolvimento da Amazônia, o que lhe permitiu ter cadeira no conselho deliberativo da Plataforma, de modo a financiar outras ações direta ou indiretamente não só na Amazônia brasileira, como também na América Latina e Pan-

Amazônia. Como financiador, aquele atua sempre por meio de outras organizações, já que não executa diretamente negócios em função da legislação brasileira, algo que demanda a alteração da lógica do Fundo para ampliar suas ações, o que inclui maior lucratividade nos novos negócios, ainda limitados pelo fato de não ser empresa como a Vale, que tem outro foco.

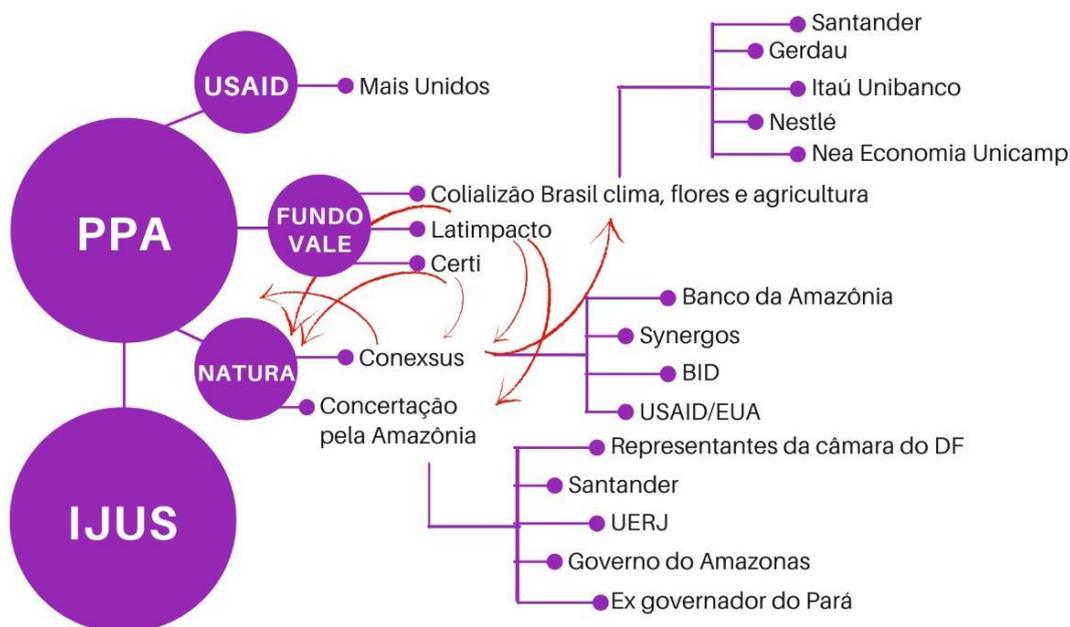
O último entrevistado foi o representante do IJUS, que ocupa a função de secretário no Instituto e atua na região há muitos anos, sempre com desempenho de ações com foco no desenvolvimento sustentável em diversas áreas, como educação, meio ambiente, desenvolvimento territorial, fortalecendo ações de parcerias e institucional. Para ele, as organizações em redes causam engajamento, que é uma das finalidades para se destacar cada vez mais no cenário dos negócios sociais, em razão de essa forma de articulação fortalecer tanto o IJUS quanto as outras organizações com quem ele se articula, multiplicando as ideias.

Além disso, as redes para o IJUS ajudam no cumprimento de agendas locais, com a produção de dados mais significativos sobre a realidade da região, os quais balizam o planejamento dos negócios. Segundo o entrevistado, os dados oficiais sobre desenvolvimento não correspondem à realidade como PIB e renda, expressando como o poder público teria falhado nesse aspecto. Uma alternativa para a produção e publicação de dados foi a criação do Observatório de Indicadores, que é um observatório municipal, já que muitas realidades do Brasil não contam com pessoal próprio para essa demanda, a qual é capitaneada pelo IJUS com consultoria do Instituto Brasileiro de Educação do Brasil (IEB).

Nessa lógica, o setor privado adentra o sistema público de alguma forma, para deliberações de ações via parcerias com sujeitos e modelo de planejamento. Não é que ocorra uma apropriação do IJUS com a publicação de dados oficiais, se não uma dinâmica própria do fenômeno das redes, que reverbera na organização da vida em sociedade tanto local quanto global; como consequência disso, a parceria do Instituto com o poder público servirá de parâmetro para proposição de políticas públicas e de estudos teóricos.

A Figura 7 apresenta redes que se articulam dentro da rede PPA, de forma direta e indireta, demonstrando como empresários, sujeitos, filantropos atuam em diversas frentes para ampliar seu poder de decisão na vida em sociedade.

**Figura 7 - Conexões entre redes na PPA**



Fonte: elaborado pelo autor com base nas entrevistas com os sujeitos da PPA e consultas on-line.

Dentro da Rede PPA, pode identificar outras articulações em redes feitas por empresários e filantropos, no sentido de deliberarem sobre os problemas da Amazônia. Para isso, defendem a ideia de juntar esforços para alterar a realidade local. As outras conexões aqui identificadas põem em relevo projetos societários que postulam novas formas de vida e, para tanto, a alteração nas políticas públicas é essencial para destravar barreiras que dificultam os negócios dos ditos benfeitores.

A Coalizão Brasil Clima, Floresta e Agricultura se apresenta como um movimento multisetorial formado por entidades que lideram o agronegócio no país e organizações civis defensoras do meio ambiente. A Latimpecto é uma rede que mobiliza provedores de capital social. Já a Concertação pela Amazônia, liderada pela Natura, é uma das mais atuantes na região e possui um número de membros diretos superior ao da própria PPA, mesmo sendo mais recente a diversificação de sujeitos, como artistas da rede Globo, bancos, governos estaduais e representantes de casas legislativas. Esse conjunto de articulações pode configurar um movimento entre redes voltado para alterar a legislação brasileira de forma, que os novos filantropos e seus negócios sociais possam ser apoiados, aumentando o poder deliberativo do setor privado na esfera pública.

Destaco também que todos querem participar de alguma forma da Amazônia, como por exemplo, por conta das sementes e plantas, que podem ser utilizadas para encontrar cura de doenças como câncer; da sabedoria dos povos, que também é utilizada para fins de exploração

de áreas, pois estes conhecem a realidade local. Desse modo, trata-se de um movimento que inclui dinâmicas conjuntas por meio dos encontros de empresários em redes.

**Figura 8 -** A noção sobre filantropia para os membros da PPA



Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

Para o Secretário, não se nega no trabalho da rede o valor da caridade e bondade em ações sociais, que ainda são necessárias na conjuntura dos problemas globais. Porém, no caso da PPA, é preciso haver retorno de alguma forma, demonstrado a partir de impactos mensuráveis. Portanto, a proposta da rede é uma filantropia direcionada.

Sobre a filantropia de risco, Edwards (2008) expressa que seu uso é utilizado para alavancar as ações sociais de um determinado grupo, ou seja, sua utilização é intencional, desprovida do sentido original de ajuda espontânea e afinada com algo mais estratégico, com

foco em resultados – fazendo com que os negócios sejam monitorados por métricas de desempenho similar às de empresas.

O uso de tais métricas de negócios na filantropia é defendido pelo representante da USAID, que necessita alcançar padrões, para poder avaliar se o investimento da Agência na Amazônia está sendo positivo e se está consoante ao que almejam em nível global.

Nessa vertente, quando indagada sobre como as ações da filantropia estão relacionadas às ações sociais, a representante da Natura destacou que o aspecto social pode ser verificado com o avanço dos consultores na venda dos produtos da empresa. Isso, porque, quando eles vendem cada vez mais, estão sendo empoderados para os negócios, de modo que tenham cada vez mais autonomia para bater suas próprias metas. É evidente que isso se dá enquanto a empresa também lucra com o trabalho dos colaboradores, representando um tipo de investimento intencional e mercantilizado de interação com as pessoas.

Por sua vez, a representante do Fundo Vale destacou que a filantropia está sendo utilizada diretamente pela Instituição, ao longo dos anos, numa lógica de capital misto ou híbrido, voltado para o financiamento desde projetos inicialmente com retorno não-reembolsável até aqueles com perspectiva de retorno.

O modelo de capital misto foca na gestão e mensuração no processo, que são peças essenciais para o êxito dessa forma de investimento e seu potencial de catalisar mais recursos. Em suas ações, manifesta-se “uma composição entre capital filantrópico e investimento de impacto originado de várias fontes, como empresas, agências multilaterais, investidores tradicionais ou ainda governo” (FUNDO VALE, [20--], on-line).

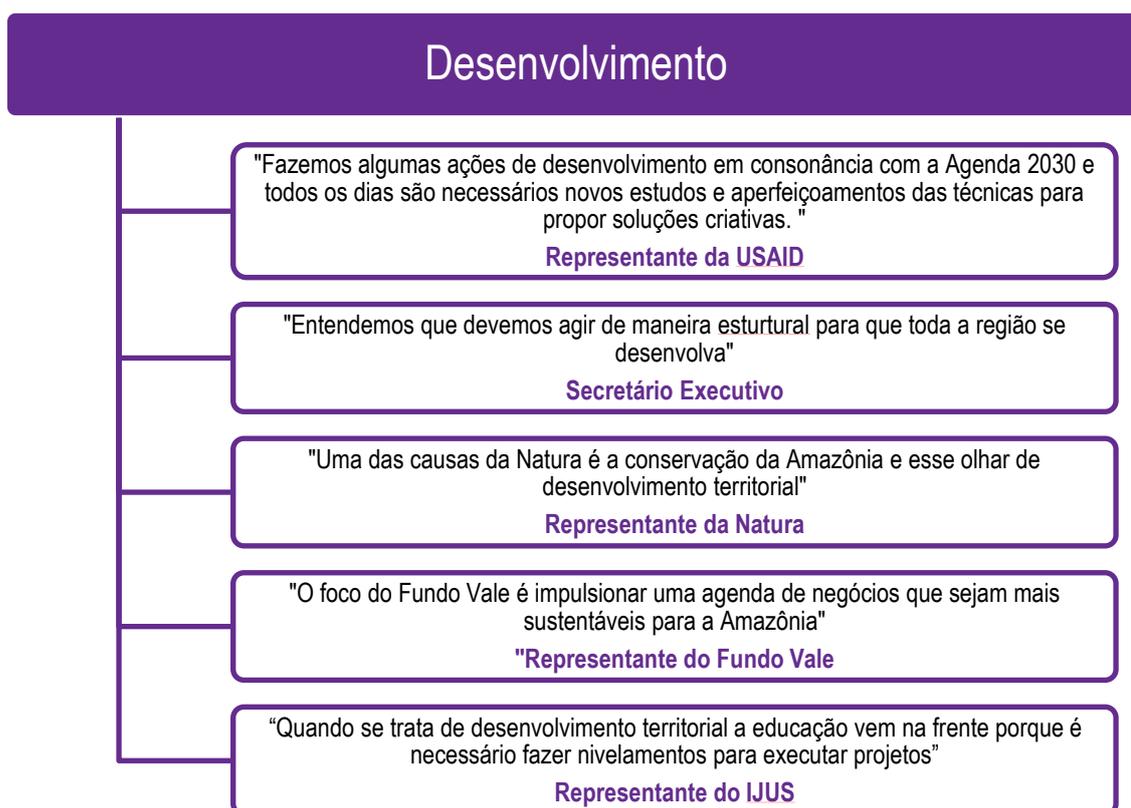
Nas palavras da entrevistada, o Fundo Vale é uma OSCIP que almeja o retorno dos investimentos para investir em outros negócios com a mesma finalidade, ainda que haja limites do tipo de investimento pela legislação. Para dar conta de outras demandas, está sendo criado uma espécie de *spin-off* (subproduto), que estará ligado à missão do Fundo Vale, mas com fins lucrativos.

Dentro da lógica do mercado, o Fundo Vale está se reestruturando para capitalizar mais recursos no giro de seus investimentos, o que demanda ações iniciais de criação de espaços dentro de sua estrutura, os quais possam ter finalidade lucrativa. Caso futuramente a legislação brasileira seja alterada para permitir que as ONGs e OSCIPs possam fazer ações filantrópicas de investimento dentro de sua lógica de impacto, não será preciso criar outras empresas para materializar os projetos desejados – como no caso da Amazônia –, com os novos mercados e possibilidade de outros negócios além daqueles tradicionais das empresas.

O representante do IJUS revelou que a utilização da filantropia a serviço dos negócios vem sendo fomentada de forma verticalizada pelas agências internacionais de financiamento, como a USAID, e o Citibank, na Europa. Estes não trabalham com a ideia de doação pela doação, porque a doação precisaria impactar a vida dos beneficiados. Para que essas organizações invistam hoje no trabalho é preciso apresentar um *know-how*<sup>46</sup> de governança, de modo que entendam que o Instituto já está operando dentro dos princípios do “Setor Dois e Meio”. Em outras palavras, dentro da lógica dos negócios este pode ainda não estar conceituado, mas já é um fenômeno em curso.

No emaranhado de sujeitos com interesses distintos dentro de suas linhas de mercado e juntos na PPA, foi possível identificar que a filantropia é utilizada como negócio para potencializar as ações em andamento, mesmo aquelas direcionadas ao social. Daí se utilizarem desse do privado com finalidade mercantil pública.

**Figura 9** - A noção de desenvolvimento para os membros da PPA



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Para o secretário da PPA, o desenvolvimento da região amazônica encontra barreiras, como geografia e níveis de educação das pessoas; para isso, a área social é concebida como possibilidade de que as pessoas alterem suas realidades e a daqueles que estão ao seu redor a

<sup>46</sup> Conhecimento, experiência, vivência, em tradução livre.

partir da melhoria da condição de vida (renda, educação, saúde, etc.), pois, ao empoderar pessoas, estas replicam o que aprenderam.

Tal investimento no social, na compreensão do secretário, perpassa pela relação direta entre educação e desenvolvimento. No caso da PPA, abarca o fomento da educação empreendedora daqueles que já possuem algum negócio e são orientados pelos especialistas da Plataforma para que esses pequenos negócios tenham força de se manter no mercado.

O representante da USAID compreende que as ações de desenvolvimento da Amazônia precisam estar em consonância com as demandas globais, a partir de agendas aprovadas em reuniões internacionais. Para ele, o desenvolvimento perpassa também por uma reconfiguração do que é público e privado nas deliberações da vida em sociedade, processo no qual novos sujeitos estão sendo incorporados nas agendas públicas.

Em suas palavras, destaca que quando se divide a sociedade em camadas como Estado, empresas privadas e sociedade civil, há mistura de sujeitos mesmo nessas divisões – o setor privado não corresponderia somente às empresas, mas incluiria também o dono da padaria, o advogado, que é autônomo, o taxista e outros, ou seja, a grande maioria das pessoas é setor privado como sinônimo de individual e atua na mudança da sociedade civil. Seria necessário então desmistificar a ideia de setor privado, porque haveria o setor privado que “é bom” e aquele que não atua em detrimento do social, causando-se certa confusão sobre seu pertencimento a um único setor.

É reforçada a ideia de que há um novo setor privado, mais comprometido socialmente, em que o aspecto econômico é uma vertente dos negócios e não o foco. É importante haver ressalvas sobre a consolidação de uma tal proposta dentro do sistema capitalista, até mesmo diante das frações de empresários que possuem perspectivas de desenvolvimento distintas ou daqueles incluídos no “Setor Dois e Meio”, que se utilizam de elementos mais subjetivos do homem a serviço de seus interesses e de suas compreensões sobre a sociedade.

Voltando à Natura, esta também lançou recentemente, no ano de 2020, o “Compromisso com a vida”, que almeja impactar a vida das pessoas, reduzir problemas ambientais e demais questões que interferem nas questões sociais até o ano de 2030. Ação está em simetria com a Agenda 2030 e os ODS, conforme expressa o Grupo Natura &Co: “mantendo-nos fiéis à crença de que os negócios devem ser uma força para o bem, estabelecemos objetivos e metas para a próxima década” (NATURA, 2021, p. 28).

Reduzir o impacto negativo já não é suficiente. A próxima fronteira é a da regeneração. Temos que entrar na era da cura e da geração de impacto positivo. Isso vale para temas ambientais e sociais. Vivemos ameaças como a

crise climática, ondas migratórias, a fragmentação da sociedade, uma polarização conflituosa. O desafio das próximas décadas não é o de geração de riqueza econômica. É de distribuição e acesso (NATURA, 2021, p. 13).

Nas palavras da representante da Natura, o desenvolvimento do território é um compromisso assumido pela empresa, que já possui longos anos de atuação na região e possui expertise para saber onde encontrar fontes naturais. Ao pensar na floresta e biodiversidade amazônicas, é preciso ter em mente como esta empresa as usa em seus produtos, ao passo que isso dá credenciais de conhecimento sobre a Amazônia, mesmo no cenário internacional.

Dentro de sua lógica de mercado, a empresa estimula um tipo de desenvolvimento que consiste em vender cada vez mais, sendo esse o parâmetro de mensuração de progresso que perpassa pela educação de seus consultores, tidos como colaboradores. Em função do número de vendas das pessoas que revendem os produtos da Natura, são estabelecidos parâmetros de desenvolvimento da Amazônia, em interface com a qual a responsabilidade social passa a ser cada vez mais estimulada dentro do plano de gestão.

A representante do Fundo Vale ponderou que a agenda de negócios deve ser impulsionada para que toda a cadeia envolvida possa ser impactada. Dessa vertente, o Fundo possui um trabalho direcionado e mais claro quanto a sua finalidade de desenvolvimento. Tal agenda está consonância com as demandas globais e a noção de desenvolvimento se associa ao que também é defendido pelo “Setor Dois e Meio”, focado em investir onde se pode obter retorno na área social.

Já o representante do IJUS destacou que, para que o desenvolvimento territorial aconteça dentro dos parâmetros internos estabelecidos, é necessário inicialmente investimento em educação para além da sala de aula. Isso, porque as ações do IJUS estão focadas, em grande parte, na educação, no ensino das lideranças locais como formação de agenda de desenvolvimento local, agente ambiental, formação voltada para o ODS e nelas há pessoas de diversos níveis, cores e classes sociais. Com isso, foi percebido que, a partir de suas experiências, as lideranças locais assimilam com mais facilidade os conteúdos das formações, se comparadas com pessoas com um grau de instrução mais elevado.

O fluxo do trabalho para se materializar o desenvolvimento na Amazônia é deslocar as lideranças locais para a zona urbana em três dias de imersões, para, quando retornarem para suas localidades, realizarem uma série de aplicações tendo como meta elaborar um produto relativo ao que foi ensinado. O representante do IJUS destaca que se trata de uma educação mais transversal, pautada nos interesses das comunidades e realizada com uma linguagem que não pode ser estritamente técnica e científica. Antes, é preciso fazer adaptações às metodologias

de ensino em razão de parte significativa do grupo possuir baixos índices de escolaridade, sendo esse esforço indispensável para que eles possam compreender e se possa alcançar o desenvolvimento pretendido.

Nesse sentido, é possível verificar que educação é subjacente às contradições, às mediações e às vinculações da dinâmica da PPA para estruturação de negócios sociais, que alteram o modo de viver na realidade amazônica. Tudo isso se faz presente nas informações dos documentos, na empiria obtida juntos aos parceiros e na relação com as categorias de análise redes de políticas, filantropia como negócio e desenvolvimento. Todos esses fatores constituem um fenômeno concreto e dialético em curso, com mudanças rápidas e algumas consequências para a forma de relacionamento entre Estado, mercado e sociedade, que já podem ser percebidas.

As redes de políticas almejam modificar o conteúdo da política por meio de um movimento galgado pelos sujeitos organizados em rede na Plataforma, para que possam ter mais condições de executar novas formações de mercados que encontram barreiras de atuação no caso das OSCIPs. Tais barreiras poderiam estar no financiamento, na lucratividade dos dividendos ou na atuação; por isso, é interessante a flexibilização dos marcos legais no Brasil, para destravar a atuação do “Setor Dois e Meio”

Caso futuramente a legislação brasileira seja modificada algumas implicações terão reflexos diretos na educação formal, como é o caso da educação básica com a Lei nº 13.415/2017 que aprovou um novo currículo para o ensino médio possibilitando formação via itinerários formativos em que instituições sociais ou privadas poderão ministrar diretamente a formação caso sejam competentes dentro dos parâmetros estabelecidos pelas redes de ensino, o que ampliará seu poder no fomento a distintos públicos.

Nesse caso, as redes de políticas poderão ter maior autonomia nos seus negócios e projetos de desenvolvimento dando instrução direta no fomento de um tipo de educação que faça alavancar suas propostas e já modificam a realidade local fazendo com que as pessoas fiquem subsumidas à sua racionalidade de promover progresso.

Os sujeitos entrevistados também foram indagados sobre suas percepções quanto ao que é o “Setor Dois e Meio” e os resultados revelaram que quatro dos cinco entrevistados possuem o entendimento do que é esse emergente Setor no financiamento, marcado por entraves por ser intermediário entre o Segundo e o Terceiro Setor, com funções estratégicas para sua consolidação como setor econômico.

O secretário da PPA possui compreensão desse fenômeno e destacou que o trabalho da Rede se enquadra nessa perspectiva de mudança, de fazer negócio com impacto social. O

representante da USAID revelou que considera que a PPA trabalha 100% dentro dos anseios desse novo Setor, mas ponderou que provavelmente não será sempre assim, porque o cenário atual é de constantes mudanças, além de potenciais transformações na sociedade que podem ocasionar a alteração futura do enquadramento da Plataforma para outro Setor.

A representante do Fundo Vale também revelou que acompanha a história do Setor a partir do trabalho que desenvolve há 11 anos, de modo que compreende essa nomeação em função de este setor estar em transição para um outro setor da economia com cadeia produtiva. Apesar disso, a presente análise indica uma possível demora para haver essa consolidação, pois a legislação precisa ser alterada, além de serem necessários resultados mais consistentes de iniciativas do “Setor Dois e Meio” na América Latina – mesmo que a PPA que já apresente êxitos no modelo de finanças sociais.

O representante do IJUS também possui entendimento sobre as características de governança do Setor, seus métodos de utilização de elementos de outros setores econômicos, conhecendo iniciativas exitosas enquadradas no “Setor Dois e Meio”. Assim, ele revelou que o Instituto está em processo de reestruturação para trabalhar totalmente dentro dos padrões dos negócios sociais por conta da forma de organização, modelo de rede para fortalecer as ações, fluxo de trabalho com impacto social e, em especial, a reestruturação. Esta ocorre por uma demanda das agências de financiamento internacionais, que só repassam recursos se as Instituições derem garantias de mudanças na vida das pessoas nos contextos em que a filantropia está presente, paralelamente à necessária movimentação dos negócios.

Percebo que a filantropia como negócio é parte de um movimento mundial advindo da economia com as agências de financiamento; como foi possível verificar na fala de alguns sujeitos, a caridade 1.0 em linhas gerais já não existe nas negociações dos filantropos de mercado. Nesse viés, como uma orientação/imposição balizada pelo capital, as organizações sociais devem alterar sua forma de trabalho se quiserem continuar promovendo suas ações, porque a corrida pelos recursos modifica todas as formas de filantropia, assim como o capital modifica todas as formas de relações humanas.

A conjuntura da Amazônia com suas dimensões, riquezas e potencialidades pode ser atraente para fazer com que todo o globo queira de alguma forma contribuir ou explorar a região em função dos reflexos na economia e no aumento do poder entre as nações do mundo. A utilização da educação nas ações da PPA para promover desenvolvimento, na visão dos sujeitos e dos documentos, é uma relação direta para destravar mercados e potencializar os números dos negócios de impactos.

A meu ver, a relação entre educação e desenvolvimento é indireta, porque o Brasil vem

alcançando alguns indicadores de desenvolvimento como habitação, grau de instrução da população, renda e moradia só que a economia continua seu fluxo sem depender da educação criando sempre formas para promover o desenvolvimento e desenvolvimento no sistema capitalista é vender cada vez mais.

Nos anos de 2010 a 2014, o Brasil ocupava a sétima colocação entre as maiores economias mundiais. No entanto, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado por meio da Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014b), apresentava metas que ainda deveriam ser alcançadas pelo país. Como: a universalização da educação infantil na pré-escola até o ano de 2016; universalização o ensino fundamental de nove anos para crianças e jovens de 6 a 14 anos, com planejamento até o ano de 2024; universalização para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado; alfabetizar todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental; e elevar o nível de escolaridade da população de 18 a 29 anos. Todas essas metas demonstra a relação indireta entre educação e desenvolvimento, ao passo que, dentro dos parâmetros de mercado, a educação é quase um adorno quando se fala em desenvolvimento, sendo até mesmo dispensável.

O desenvolvimento sustentável só ocorre no discurso dentro dos marcos do sistema capitalista, o qual utiliza a educação como uma de suas estratégias para potencializar projetos de exploração, como novas formas já que o capitalismo se reinventa constantemente.

Portanto, a educação no fluxo das redes de políticas é um negócio social, na medida em se investe nas pessoas, nas suas potencialidades de empreendedorismo e nos seus sonhos para moldá-las às atuais formas sistêmicas de avanço do sistema. Este é marcado hoje pelas informações em redes instantâneas, pelo encurtamento das distâncias no mundo globalizado e pelo culto ao dinheiro como forma de vida, que deve conduzir o homem a ser cada mais individualista, descrente das ações do Estado e descompromissado e desarticulado de lutas ou sonhos coletivos, enquanto o movimento dos filantropos de mercados acaba por se fortalecer.

## À GUIA DE CONCLUSÃO

Esta tese de doutorado analisou como estão se configurando as novas perspectivas de relacionamento entre Estado, mercado e sociedade, com a inclusão da filantropia como elemento utilizado para fazer negócios na área social. Na política educacional brasileira, tais ações têm implicações decorrentes de novos comportamentos dos empresários filantropos, que passam a se adequar à realidade das redes sociais instantâneas e do encurtamento entre localidades e pessoas. Com isso, almejam ampliar seu espaço e poder deliberativo no contexto de um projeto hegemônico atualizado, marcado por formas refinadas de exploração.

Os já consolidados Primeiro, Segundo e Terceiro Setores econômicos se embriçam historicamente quanto à responsabilidade com a área social da educação. Propus-me a analisar esta área com destaque, porque as tradicionais formas de parcerias, acordos, contratos e outras modalidades são modificadas, constantemente, no fluxo do sistema capitalista, para que o Estado se exima de sua tarefa; nesse momento, ocorre a transferência para o Terceiro Setor que, segundo seus defensores, não teria interesses lucrativos. Apesar de o Terceiro Setor ter um discurso de colaboração social, que se distanciaria do mercado, as suas ações com o Primeiro Setor sempre envolveram recursos com valores elevados via parcerias público-privadas, que já possuem uma legislação consolidada no Brasil.

O Terceiro Setor, mesmo ainda forte, vem sendo objeto de descrença da sociedade quanto a eficiência e os avanços nas áreas em que atua. Isso se daria por não ser possível observar mudança significativa em prol das questões sociais no cenário nacional, com melhoras que justificariam a transferência de recursos públicos para esse Setor. Diante disso, a dita ineficiência do Estado brasileiro, nos 1990, foi o que intensificou a reestruturação estatal para dar maior agilidade e respostas positivas para a sociedade, em um processo no qual as ONGs, OS, filantropos e outros segmentos pudessem conduzir ações públicas, com destaque para a educação. Isso fez com que os sujeitos fora do Estado nos últimos anos também tivessem sua competência técnica questionada, assim como aqueles do próprio poder público, o que possibilitou a emergência de novos sujeitos na arena de disputas públicas para gestão das questões sociais.

A questão social decorre de interesses de sujeitos concretos, no sistema capitalista de produção, que são transformados em demandas públicas para receberem ações do Estado metamorfoseando formas de financiamento, estruturas sociais, campos de disputas e, conseqüentemente, projetos societários moldados, a partir de demandas emanadas individual e

coletivamente que também são apropriadas pelo setor privado e tratadas conforme suas conveniências.

Nesse emaranhado de relações sociais, novos sujeitos surgem para viabilizar um dito novo projeto de sociedade, marcado por antigas estratégias, como a desresponsabilização do Estado, um dos ideais do neoliberalismo, e a subsunção da política pública à racionalidade empresarial. Esta última se fortalece por meio da globalização empresarial, que estimula o culto ao dinheiro e ao consumo como valores a serem conquistados pelas pessoas. Com isso, tem-se um novo estágio em que a população incorpora os valores do mercado – a exemplo da meritocracia – como parte de suas vidas, o que dificulta um diálogo global de contraponto à essa racionalidade, enquanto os debates locais já não são suficientes no campo das políticas internacionais.

As deliberações internacionais são replicadas em âmbito local nos países em desenvolvimento, como o Brasil, por especialistas da economia que ditam os rumos mundiais segundo uma lógica de mercado, de mercantilização generalizada em favor do progresso. Para esses especialistas que são cultuados e projetados globalmente por grandes agências de fomento, a questão social – desenvolvimento, saúde, má qualidade da educação – deve ser modificada com a utilização da racionalidade econômica, o que favoreceria grupos privados na tomada de decisões que implicam nos rumos da sociedade, uma vez que a dinâmica da economia favorece aqueles que trabalham com negócios.

Nesse movimento global, a Amazônia brasileira vem se destacando como campo de atuação e interesse dos filantropos empresários, os quais veem nela espaço para materialização das suas novas formas de fazer negócios. Acaba tornando-se importante porque ela ocupa parte relevante do PIB nacional, geograficamente está inserida em nove estados, e geopoliticamente é estratégica nas correlações de forças entre as nações mundiais com seus eixos de desenvolvimento. Em função das relações globais, formas e propósitos de desenvolvimento fazem parte das agendas dos chefes de Estados e das conferências mundiais, com a utilização de elementos como a educação no alcance desse propósito.

O caso analisado foi da atuação da rede PPA, cujos negócios de impactos e modelos de desenvolvimento são propostos para a região, sendo também apresentados em uma espécie de cardápio que poderá servir de parâmetro para o mundo a partir das novas formas de relacionamentos sociais aligeirados pelos processos de globalização. Por isso, ao longo da escrita da tese, foi pertinente questionar como se configura a educação nos chamados negócios sociais para um desenvolvimento sustentável por meio da Plataforma Parceiros pela Amazônia.

A partir do estudo realizado com as novas relações entre Estado, mercado e sociedade na forma de fazer política, compreendi que os negócios sociais se utilizam da filantropia direcionada a um público específico, de modo a, por meio desse direcionamento balizado por critérios técnicos, haver retorno lucrativo, pois o investimento no social só será efetivado se de alguma forma puder se fazer negócio. Caso a perspectiva de lucro seja zero, não haverá investimento na lógica dos novos filantropos, que não mais consideram a doação simples e despreendida como uma vertente da caridade no seu sentido original, a qual sozinha não cabe mais nos novos possíveis de mercado como a filantropia lucrativa.

Nesse viés da utilização da filantropia para impactar a área social, destravando outros negócios, o “Setor Dois e Meio” já está articulado em âmbito global há mais de quarenta anos, sendo intensificado há quinze pelas ações de Muhammad Yunus, ao ter um respaldo do Prêmio Nobel, que valorizou seus feitos e impulsionou sua ideologia de mercado.

Com isso, a filantropia nos negócios ganhou outra dimensão na economia, possibilitando mais uma feição ao sistema capitalista, que se reinventa constantemente nos processos históricos e em suas contradições. Entre elas, está a utilização da educação para impactar a vida em sociedade e gerar lucros com novos mecanismos de sujeitos articulados em rede, com a proposição do ideário neoliberal de empreendedorismo, o qual substituiria as lutas coletivas por políticas públicas, resultando na ascensão de uma nova fração de empresários direcionando a vida em sociedade.

Essa nova fração do empresariado vem dando ênfase aos aspectos negativos do Estado quanto a sua gestão. Agora destacam também os do mercado, afirmando que o setor privado, em parte, explorou demais o meio ambiente, sem demonstrar preocupação com o desenvolvimento social. Defendem então serem necessárias novas formas de unir lucro e impactar a vida das pessoas, o que me fez apresentar como hipótese que essas novas relações sociais que envolvem o associativismo, a colaboração horizontal, o trabalho em rede, acordos e parcerias com órgãos públicos e instituições privadas e não-governamentais, não apenas fortaleçam a atuação do setor privado na estrutura estatal, como almeja a PPA, mas também têm implicações para o papel da gestão do Estado, como sua subsunção à racionalidade empresarial.

Entre as dimensões educacionais formais e não-formais que poderiam ser utilizadas para fazer negócios sociais dentro uma de lógica de mercado – se é que possível de fato a educação ser um negócio social –, assumi aqui a perspectiva do materialismo histórico-dialético, que não pode ser fragmentada sob o risco de se formar um homem alienado; por isso, ela deve envolver elementos que desenvolvam o corpo, a mente e o trabalho em sua totalidade.

No percurso da escrita da tese, compreendi que a educação é uma das estratégias concretas segundo a qual o homem pode se desenvolver plenamente, pois a partir dela poderá conseguir outros direitos, como saúde, saneamento, cultura e lazer condizentes com uma realidade de vida digna, mesmo numa sociedade capitalista. Com base nesse conceito, fui delineando as análises sobre a educação como negócio social na conjuntura global de grupos que disputam permanentemente o controle da vida em sociedade.

A globalização empresarial promove a intensificação de outras formas de relação social, especialmente pela emergência da incorporação de novos filantropos a um novo projeto societário cuja racionalidade é o consumo, a busca incessante de novas formas de fazer negócios e o refinamento das ideias que fortaleçam o sistema capitalista.

A globalização intensifica cada vez mais formas distintas de fazer política fora do Estado, sendo elas propostas por empresários, por filantropos, pelos ricos e outros grupos, sempre direcionadas ao público para sanar problemas sociais. Tal é o caso com a educação brasileira, a qual não é um problema social, já que o problema está na sua ausência ou na má qualidade da oferta de educação à população. A partir dessas relações, são fortalecidos os consórcios societários, que pensam a sociedade com a racionalidade de seu modelo de gestão e de vida, que ajuda a manter as desigualdades das divisões sociais e classes por meio da ação de frações de empresários com interesses distintos.

Com o estímulo ao dinheiro e consumo como formas idealizadas de felicidade e autonomia, tal qual propagado por tais consórcios societários, as ideias dominantes são replicadas e subjetivizadas, o que vem favorecendo a autoexclusão social. Assim, cada um, individualmente, começa a se cobrar cada vez por esforço e jornadas de trabalho exaustivas, com o propósito de acumular cada vez mais como um dos elementos da racionalidade empresarial impregnada no cotidiano das pessoas.

A falaciosa história da meritocracia como esforço individual já não é uma metáfora. Está incorporada na vida das pessoas, como se todos tivessem o mesmo ponto de partida na busca pelo sucesso. Com isso, a classe trabalhadora acaba “brigando” entre si, criando também outras frações; disputam por quem trabalha mais, quem produz mais e quem gera mais produtos, algo que o sistema faz com a sociedade, em geral. Na Amazônia, em particular, é possível dizer que os indivíduos assumem os propósitos do consumo como parte de suas vidas, numa revitalizada forma de exploração humana, descompromissada de ideais coletivos.

As estratégias empresariais com a causa social se estruturam de forma global, para que a racionalidade do mercado se sobreponha à racionalidade da política pública feita para todos. Ao considerar as questões de cunho social, vê-se que perpassam por relações não estáveis e por

correlações de forças. Na perspectiva do materialismo histórico-dialético, assumido nesta tese de doutorado, os fenômenos sociais só podem ser analisados a partir do concreto, das mediações entre os sujeitos e das contradições que envolvem o todo.

Quando o sucesso individual não acontece, a autoexclusão social se materializa como fase do processo seletivo entre os melhores do mundo globalizado. Em outras palavras, os sujeitos assumem para si os bloqueios e barreiras que o impediram de ter êxito e se isolam ainda mais, porque supostamente não fizeram o que deveria ter sido feito. Nesse momento, os princípios do neoliberalismo apresentam uma de suas facetas mais audaciosas, que está na internalização do mérito, a qual impede homens e mulheres de se questionarem sobre suas situações de vida, cobrando do poder público, e os faz assimilar uma culpa que não é sua, crendo então que não foram capazes de jogar o jogo da vida, o jogo da competição, o jogo da sobrevivência.

Os novos filantropos empresários vêm se destacando nesse emaranhado de sujeitos que fazem políticas próprias para sanar ou minimizar questões sociais. Fazem-no a partir de uma lógica em que tudo pode virar negócio, inclusive com a utilização da filantropia, um valor subjetivo humano, que é reconfigurada para alavancar novos mercados no “Setor Dois e Meio” como ramo emergente da economia global, inegavelmente implicado a educação.

Como tal Setor decorre da iniciativa de sujeitos que já possuem relativa condição financeira estável, não há tensões na comercialização de um discurso desprezioso de interesse unicamente focado no lucro, facilitando sua expansão na sociedade e nas políticas públicas.

No “Setor Dois e Meio”, a filantropia é uma das principais estratégias para os negócios, pelo fato de envolver elementos de fácil aceitação e comoção social, e também pelo fato de os principais representantes desse Setor, em tese, serem ricos e não precisarem de recursos do Estado. Um dos diferenciais seria o investimento próprio, para destravar novos mercados e assim gerar mais riquezas concentradas nas mãos de poucos.

A emergência do “Setor Dois e Meio” é uma realidade no mundo dos negócios com possibilidade, a longo prazo, de se tornar efetivamente um mercado da economia capaz de constar no PIB. Isso pode se dar a partir da movimentação dos seus defensores e de suas ações no Brasil e no mundo, que já se articulam para efetivar esse propósito.

O fato de utilizar elementos do mercado e do social, bem como da atual ausência de conceituação própria amplamente difundida no meio acadêmico, ainda faz com que esse Setor tenha que galgar alguns degraus para sua consolidação, o que entretanto, não o torna abstrato. Dentro do levantamento realizado no caso da PPA, vejo que já possui alguns elementos de

caracterização, foco de público, formas de financiamento, estratégias de maximização, como as articulações em redes, imposição de adaptação na forma de trabalho, para que negócios em curso recebam aporte de agências de fomento, e relatórios de experiências de mercado, já atuando dentro das dimensões do “Setor Dois e Meio”.

A globalização empresarial vem promovendo a intensificação de outras formas de relações sociais, com a incorporação de novos filantropos na arena pública, em razão de serem estabelecidas agendas de políticas numa estrutura global de sociedade, que envolve questões como: o Estado deve aprender com os empresários, cujas frações promovem formas de gestão que unem progresso social ao impacto na vida das pessoas; são criados e adaptados termos como “Setor Dois e Meio”, filantropocapitalistas, empreendedores sociais, filantropia de risco e outros, na tentativa de se forjar consensos e estudos que possam sustentar as ideias da classe dominante; ocorre o fomento de formas de fazer política pública paralelamente ao Estado como estratégia de enfraquecer seu papel social; e a racionalidade empresarial avança para estágios mais elevados do neoliberalismo quanto ao seu poder deliberativo na condução de um projeto de sociedade balizado na meritocracia, no empreendedorismo, na competição desenfreada e na postulação de que tudo pode virar negócio.

A partir do estudo realizado, foi possível identificar que as redes de políticas aumentam as desigualdades sociais quando ocupam o globo e não resolvem os problemas que afetam a população, como almejam os novos filantropos. Tal processo ocorre porque não abarca nas possíveis soluções todos que precisam ser alcançados, o que revela que as novidades do século XXI, como as articulações em redes, podem até ser funcionais, com revitalizadas nomenclaturas e sujeitos, mas mantêm os problemas sociais, que são estruturais e não conjunturais.

O caso da Rede PPA foi considerado rede política, porque almeja alterar o conteúdo das políticas públicas de alguma forma na realidade amazônica, projetando modelos de desenvolvimento com seus negócios de impactos, que foram considerados negócios sociais pelo investimento só ocorrer com finalidade de retorno dos investidores, dentro os quais o principal financiador é a USAID.

A organização em redes de política como fenômeno global fortalece as ações empresariais porque reduz custos, amplia espaços de ideias e decisões para uma agenda comum internacional, conecta pequenos empresários que são subsumidos por aqueles com mais experiência no mercado, e estimula o empreendedorismo em todo o mundo, independentemente da realidade. Essa é uma das frentes de trabalho das redes, que são mercados com gestão semelhante à gerencial, a qual mensura desenvolvimento a partir de índices de consumo, compra e venda. Nessa rota de dito progresso, a educação para o empreendedorismo é uma

mola propulsora para efetivar a sociedade do consumo em todas as suas vertentes da racionalidade do mercado.

Ao longo da pesquisa, uma das tarefas construídas foi de desvelar por que instituições empresariais se incorporam a redes para promover o desenvolvimento da educação, por meio de negócios sociais, que podem gerar lucratividade. A educação aí vai além do aspecto sistematizado das escolas e universidades, de modo que essa promoção é uma das estratégias para alavancar novos mercados. Assim, o investimento nas pessoas é um negócio social desbravado pelos novos filantropos, que entendem o valor econômico das pessoas.

O desenvolvimento da educação, como negócio social lucrativo, não é tão novo na sua essência; o que muda são as formas de personificação do capital. Hoje em dia, nas políticas públicas educacionais, pode ser identificada a utilização de valores morais, religiosos e filantrópicos para ampliar mercados e alcançar novos públicos, tanto positiva quanto negativamente, dentro de linhas tênues que se estabelecem nas disputas sociais e muitas vezes chegam às casas legislativas na contradição do sistema capitalista porque os empresários e novos filantropos sabem o que querem e se utilizam dos negócios sociais de forma consciente para maximizar seu poder deliberativo em âmbito global com reflexos na realidade amazônica.

A educação vira um negócio social quando redes de empresários investem nas pessoas, nas suas formações, nos seus anseios e perspectivas de vida, para promover um novo projeto de sociedade, no qual a racionalidade empresarial individualista enfraquece proposições coletivas de trabalhadores e demais setores sociais. Com isso, as pessoas reproduzem o que aprendem e assim novas sociedades são criadas e conduzidas a partir da vertente do mercado, da projeção do homem para os negócios e da possibilidade de negociar distintos aspectos da vida daqueles que só possuem sua força de trabalho para sobreviver.

A educação como negócio social também pode ser percebida diretamente nas políticas públicas educacionais, com a introdução dos parâmetros de mercado na mensuração e seleção dos ditos melhores nas classificações feitas pelo Estado. Há então um estímulo de competição entre alunos e professores e redes de ensino dentro da educação formal sistematizada, o qual reverbera no cotidiano humano, o que explica por que as pessoas estão sempre se relacionando a partir da competição e dos possíveis ganhos nas relações humanas, com incentivo a uma atitude de busca de relacionamentos pautados exclusivamente por interesses e desprovidos de empatia e sensibilidade.

Nessa lógica, os mercados se aproveitam das novas formas de relacionamentos sociais no mundo globalizado e vendem outras ideias, como a de que a pessoa deve ter o máximo possível de cursos para ter um bom emprego, que deve abrir mão de descanso para produzir

cada vez mais e até de que as pessoas devem se sentir culpadas quando estão tendo momentos de lazer, em vez de estar produzindo. Trata-se do fluxo da vida global, alicerçado na produtividade humana, que invade as mentes das pessoas pelas propagandas e meios de produção, naturalizando esse processo.

Assim, a educação do homem – tida nesta tese como formação humana integral de diversas experiências – se transforma de forma sistêmica em negócio, já que as pessoas fazem em investimento nelas mesmas. As famílias se reúnem para investir em seus familiares, para que estes tenham melhores condições de disputar na concorrência do mundo, enquanto o mercado estimula esse processo, tanto quanto o Estado. Tudo isso ajuda no fortalecimento das vertentes neoliberais, que não operam segundo a sensibilização humana ou a organização coletiva daqueles que estão na base da pirâmide de produção.

A Teoria do Capital Humano é recriada para se executar a educação como negócio social, com base na justificativa de que pessoas mais instruídas movimentam o sistema capitalista, mesmo que o desenvolvimento ocorra de outras formas, como o consumo; ainda assim, a educação serve de adorno que ajuda a destravar mercados.

O investimento nas pessoas é uma das vertentes da educação como negócio social, e as redes de políticas fazem esse investimento porque sabem da lucratividade – não somente financeira – para seus projetos de sociedade. Por meio da educação para o empreendedorismo, as redes investem nas pessoas em razão de como o fomento desse modelo de vida, compreendido pelas redes como desenvolvimento sustentável, intensificar o consumo que é tanto a base da economia quanto ajuda a mensurar progresso na lógica do mercado, na qual mais consumo significa mais desenvolvimento.

Investir na educação ajuda que as redes de políticas fortaleçam um projeto global de adaptabilidade às instabilidades do sistema capitalista, sem questionamentos por parte das pessoas quanto a suas realidades de vida. Nesse cenário, o empreendedorismo seria a alternativa para materializar um desenvolvimento sustentável. No entanto, basta considerar o desenvolvimento sustentável aqui defendido como condições plenas de o homem viver bem, tendo acesso aos meios de produção, sem desmatamento ou pelo menos reflorestamento de áreas devastadas, com acesso e permanência aos espaços culturais e de lazer, e garantias trabalhistas. Ao defrontar com essa acepção e conjunto de possibilidades, vê-se que não é se apresenta como possível dentro dos marcos capitalistas.

Como exemplo de rede de políticas, a Plataforma Parceiros pela Amazônia propõe um tipo de desenvolvimento social alinhado com as vertentes do mercado, porque se utiliza de estratégias gerenciais a partir de projetos já desenvolvidos na Amazônia, os quais possuem

potencial de crescimento, ou seja, somente onde há a possibilidade de retorno é que a Plataforma investe, com base no caráter intencional e gerencialista de sua organização.

Para isso, tem um público-alvo, que são os empreendedores amazônicos, e com eles desenvolve sua educação empreendedora com assessoria, financiamento, formas de melhorias dos negócios e tudo o que for necessário. Com funções estratégicas, seus membros tentam eliminar os bloqueios desses empreendedores, pois o principal propósito da Plataforma é potencializar seu público-alvo a partir de seus valores próprios, fazendo com que eles alterem a realidade da localidade onde estão inseridos.

O investimento é realizado no sujeito com relativo potencial, e tal sujeito multiplica no meio onde está inserido o que aprendeu com a Plataforma. Daí decorre a relação indireta entre educação e desenvolvimento a serviço do progresso seletivo e de exploração do trabalhador empreendedor; este pode vir a incorporar as ideias do mercado em torno de autorresponsabilização, de mérito, de esforço individual e de trabalho incessante para se alcançar o sucesso. Mesmo o desenvolvimento econômico não dependendo da educação para que seja materializado, quando se utiliza dela para ampliar o consumo, os ganhos podem ser ainda maiores de forma objetiva por conta da replicação de ideias e valores do mercado.

No caso da PPA, foi possível identificar que os novos filantropos, com articulações em redes, possuem projetos de sociedades voltados para promover desenvolvimento em um território cobiçado internacionalmente e tentar fazer uma espécie de teste na Amazônia, por meio de novos modelos de desenvolvimento que podem ser replicados mundialmente, caso os resultados sejam positivos.

Nesse modelo de plataforma de ação coletiva, as novas formas de investimento são feitas a partir de métricas da economia. De acordo com os documentos e sujeitos ouvidos, as grandes agências, que investem em questões para sanar problemas sociais, estão alterando sua forma de financiamento, impondo novos modelos de organização, modelos de articulação, modelos de devolução de recursos e modelos de condução da vida social para fazer negócios, o que revela que não se pode pensar e fazer educação na Amazônia sem entender as razões econômicas que balizam o sistema capitalista.

Os projetos podem ser verificados a partir do mapeamento de novos mercados, novas potencialidades de empreender, bem como de testes feitos com as pessoas da Amazônia. As consequências devem ser conhecidas num futuro próximo, mas já em curso, porque o estímulo ao empreendedorismo é um cenário posto com peculiaridades em cada região do globo. No caso da PPA na Amazônia, ela pode não resolver os problemas dessas pessoas, e sim fomentar a construção de produtos que não alterem de forma significativa a vida das pessoas,

prescindindo de segurança social, alimentar e educacional, uma vez que o empreendedorismo não possibilita tais garantias, as quais em geral são propostas por meio de políticas públicas.

A educação é subjacente às contradições, às mediações e às vinculações da dinâmica da PPA para estruturação de negócios de impactos sociais. Com isso, altera-se o modo de viver na realidade amazônica por meio do fomento ao empreendedorismo, no investimento aos negócios locais, que destravam novos mercados, e na mudança de vida das pessoas, que passam a assumir um desenvolvimento sustentável balizado pelo mercado e pelos anseios de agentes externos. Dentre estes, um agente importante é a USAID, porque projeta um tipo de desenvolvimento americano que pode ter implicações bem diferentes para a realidade da Amazônia brasileira como já fez em outras épocas.

Na totalidade do fenômeno, a Amazônia vira um cenário de colonialismo de dados em relação aos novos mercados, às pessoas, às riquezas naturais e a toda a dinâmica da região. Seus negócios de impactos geram dados que servirão para novas políticas públicas, fornecendo as engrenagens para os negócios sociais, que só são executados onde se pode obter lucro para os investidores. O próprio lucro vai além do valor financeiro das transações, pois está materializado na mudança de concepção de vida da população, orientada pelo empreendedorismo, um modelo de sustentabilidade e desenvolvimento orientado pela agência americana. Com isso, a produção privada de conhecimento posteriormente terá valor negociável pelos resultados numéricos dos projetos e também pelos valores não mensuráveis quantitativamente, a exemplo da organização pública a partir de negócios sociais que podem ser uma experiência para o mundo.

Os impactos da PPA na Amazônia já são percebidos e exitosos dentro da lógica do mercado em função do alcance nas pessoas, na diversidade de instituição que agrupam a rede, na reestruturação própria para ampliar seus negócios e na inovação de apresentar para o mundo uma experiência do “Setor Dois e Meio”. É possível pensar em implicações na Economia, com as formas de financiamento, na Ciência Política e na Sociologia, pela capacitação das lideranças locais que causam formações de poder, na Agronomia e Agricultura, com descobertas de formas de exploração do meio ambiente e possibilidades de reflorestamento, na Geografia, com a mudanças no espaço geográfico e no estabelecimento de relações humanas, e tantas outras áreas do conhecimento que poderão ser desveladas em estudos posteriores.

Verifiquei que a educação está subjacente nas contradições, nas mediações e nas vinculações da dinâmica da PPA para estruturação de negócios sociais por meio da formação de lideranças locais para replicar modelos de desenvolvimento em suas localidades nas diversas amazônias, na seleção dos empreendimentos auxiliados pela PPA cujos responsáveis precisam

ter pelo menos noções básicas de Língua Portuguesa e Matemática para dar prosseguimento nos acordos, na utilização de dados como formação e informalidade para propor modelos de desenvolvimento e na intensificação da cultura empreendedora para superar desafios locais de progresso.

Além disso, a educação para o empreendedorismo vem alterando o modo de vida na realidade amazônica por meio dos negócios de impacto, na medida em que pessoas podem passar a crer na criatividade imediata que baliza parte do empreendedorismo, isto é, em como o ato de criar algo novo e gerar lucratividade tenderia a resultar na seguridade das pessoas, mesmo que nem todos os empreendimentos venham a dar certo e que o desemprego seja estrutural do sistema capitalista.

A pequena parcela que poderá ter êxito nos seus empreendimentos não pode ser regra geral a ser perseguida pelas pessoas na Amazônia, especialmente diante de implicações como endividamento para começar negócios e realização de uma jornada de trabalho exaustiva, ambos decorrentes de como será necessário dar conta de todo o fluxo de uma empresa, de modo que, se o indivíduo não trabalhar, não terá lucro. Assim, o ciclo de autoexploração tende a ser perpetuado sob uma falsa ideia de que haveria liberdade em se ter um negócio próprio, quando na realidade este é moldado para executar o que o sistema almeja.

Nas contradições que envolvem a PPA, a educação para o empreendedorismo pode gerar ideologias de sucesso nos jovens da realidade amazônica, que vem sendo um dos principais públicos da Rede. Embora não tenha sido o foco da tese analisar os negócios desenvolvidos de forma isolada, foi possível ver que seu conjunto pode refletir em um padrão americanizado de progresso, que não condiz com a realidade dos sujeitos amazônicos,

A utilização da educação para fazer negócios de impactos faz com que ela vire um negócio social por conta de como o investimento intencional nas pessoas poderá ter consequências negativas para as demandas coletivas e anseios reais, em face dos quais nem tudo pode ser sanado por meio do empreendedorismo.

Mais do que isso, a educação para empreendedorismo pode fomentar um individualismo exacerbado, competição desenfreada e perda de identidade de classe, porque os trabalhadores podem a passar a se ver como produtores de riquezas, ao passo que na realidade estão inseridos num fluxo de exploração, passando até mesmo a ter uma posição contrária às políticas públicas sociais.

Além disso, o modelo de empreendedorismo defendido por mim é aquele feito pelo Estado, com mudanças significativas na vida coletiva, por meio de estudos e pesquisas que geram inovações a partir de anos de investimento, com relativa consolidação de tecnologias que

melhorem a vida das pessoas, mesmo que essas tecnologias sejam marcadas por obsolescência programada quando comercializadas.

Do conjunto das análises, foi possível confirmar a hipótese e sustentar a tese de que as novas relações sociais que envolvem o associativismo, a colaboração horizontal, o trabalho em rede, acordos e parcerias com órgãos públicos e instituições privadas e não-governamentais, fortalecem a atuação do setor privado na estrutura estatal. Trata-se do que almeja a PPA, com implicações para o papel da gestão do Estado, como sua subsunção à racionalidade empresarial, porque os empresários e os novos filantropos atualmente precisam entrar na administração pública para dominarem tudo.

A tese é sustentada porque o associativismo e o trabalho em rede fazem parte de um movimento global de desenvolvimento, proposto pelos filantropos empresários como nova fração de classe dominante, que almeja criar atuais padrões de progresso baseados na lógica filantropia. Está constitui-se como negócio para destravar mercados e avançar num estágio neoliberal de alcance da subjetividade humana, para frear qualquer possibilidade de resistência da classe trabalhadora ao utilizar elementos como sensibilidade e caridade de forma mercantilizada.

No caso da rede PPA, sua experiência na realidade amazônica já vem fortalecendo um modelo de gestão de políticas alicerçado nos negócios de impactos sociais, cujos resultados irão a curto prazo fortalecer para o mundo a ideia de que os demais setores da economia devem aprender com o “Setor Dois e Meio”, observando formas ditas eficientes e necessárias para a conjuntura social. Desse modo, os empresários deteriam o conhecimento necessário para continuar movimentando a economia, sem esquecer os impactos na vida das pessoas num desenvolvimento sustentável, que é limitado no sistema capitalista.

Destaco ainda que o movimento em curso de tentar alterar a legislação brasileira para enquadrar o “Setor Dois e Meio” como setor econômico, como apontaram dois sujeitos entrevistados, revela que os defensores desse movimento real querem adentrar a administração pública para que ocorra a subsunção do Estado. a uma racionalidade do mercado em que tudo poderá ser repensado para proposição de novos modelos de desenvolvimento porque a questão social perpassa essa correlação de forças em instâncias locais e deliberativas como as casas legislativas.

Por fim, dentro desse movimento das redes de políticas em plataformas coletivas, as desigualdades são acentuadas devido a nem todos terem acesso a equipamentos eletrônicos, *internet* e aplicativos, o que faz tal movimento do capitalismo em rede ser um desafio

fenomenal, que deve ter como solução um Estado firme para minimizar desigualdades, as quais não podem ser superadas no modelo de produção vigente.

É incontrolável a força do sistema capitalista e das articulações em redes, porque seus discursos, documentos, produção de conteúdos e sujeitos bem articulados dificultam a consolidação de um movimento de igualdade, já que os meios de produção não são acessíveis a todos e integram uma dinâmica global da área econômica, que dita os rumos sociais. Além disso, o conjunto de elementos concretos que envolvem os negócios sociais como benefícios sociais, empreendedorismo, filantropia, solidariedade e tantos outros podem ser enquadrados em atuas cantos da sereia que ideologicamente estão na estrutura social.

Então, o que se pode tentar fazer é fortalecer instâncias deliberativas na sociedade, de modo que modelos de desenvolvimento possam ser continuamente aperfeiçoados para gerar progresso a um número maior de pessoas, e não apenas exploração dos sujeitos e da vida.

O diálogo teórico precisa ser global, pensando em como as novas relações sociais não decorrem de casos isolados, mesmo que as consequências variem dependendo da realidade. Por isso, análises comparativas entre as nações potencializam estruturas capazes de fazer mediações em prol de um desenvolvimento sustentável que melhore efetivamente a vida dos mais vulneráveis economicamente e o progresso seja para todos independente de suas condições reais de vida.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. M. G. **A máscara e o rosto**: as prescrições do Banco Mundial e o projeto de reforma empresarial para a educação pública brasileira no contexto do imperialismo das grandes corporações. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2020.
- ALMEIDA, M. L. P. Prefácio. In: CANAN, Silvia Regina. **Influência dos organismos internacionais nas políticas educacionais**: só há intervenção quando há consentimento? Campinas: Mercado de Letras, 2016. p. 9-24.
- ARAGÓN, L. E. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.
- BALL, S. J. Education for Sale! The Commodification of Everything? In: KING’S ANNUAL EDUCATION LECTURE, 2004, London. **Proceedings...** London: University of London, 2004. Disponível em: <https://tinyurl.com/4fs22wsn>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- BALL, S. J. New Philanthropy, New Networks and New Governance in Education. **Political Studies**, v. 56, p. 747–765, 2008. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc8cykbe>. Acesso em 20 fev. 2022.
- BALL, S. J. Política educacional global: reforma e lucro. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 3, p. 1-15, 2018.
- BALL, S. J.; OLMEDO, A. A ‘nova’ filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, V. M. V. (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. Brasília: Líber Livro, 2013. p. 33-47.
- BARBIERI, A. B. **Políticas para a educação básica no Brasil a partir dos anos de 1990**: a conformação de uma agenda globalmente estruturada para a educação. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.
- BEHRING, E. R. Fundamentos de política social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Org.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez Editora, 2006. p. 1-27.
- BRASIL. (Constituição [1988]). **Constituição Federal Brasileira**. Brasília: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1998].
- BRASIL. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília: Presidência da República, 2004.
- BRASIL. **Lei complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007**. Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação; dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA; altera a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar nº 67, de 13 de junho de 1991; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira**. Brasília: MMA, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Brasília: Presidência da República, [2014a].

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2014b].

BRASIL. **Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015**. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, “que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999”; altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935. Brasília: Presidência da República, [2015].

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: Presidência da República, [2017].

CARDOSO, M. L. **Ideologia do desenvolvimento, Brasil: JK/JQ**. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

CARNOY, M. **Economía de la educación**. Barcelona: Editorial UOC, 2006.

CAPELLA, A. C. N. Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: Ideias, Interesses e Mudanças. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. esp., p. 486-505, jul. 2016.

CATANI, C. R. A educação bancária, “com um Itaú de vantagens”. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 90-118, abr. 2021.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. Paz e Terra. São Paulo, 1999.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 4. ed. Cortez. São Paulo, 2009.

COSSETIN, M.; DOMICIANO, C. A.; FIGUEIREDO, I. M. Z. A Unesco e a declaração de Incheon: o protagonismo do setor privado na agenda mundial para educação 2030. **Revista Educere Et Educare**, v. 15, n. 37, p. 1-22, out./dez. 2020.

DAVID, D. E. H. **Intraempreendedorismo social: perspectivas para o desenvolvimento social**

nas organizações. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

EDWARDS, M. **Just another emperor?** the myths and realities of philanthrocapitalism. New York: Demos; The Young Foundation, 2008.

FERREIRA JR, A.; BITTAR, M. A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci. **Interface: Comunic., Saúde, Educ.**, v. 12, n. 26, p. 635-646, jul./set. 2008.

FITOUSSI, J. P.; ROSANVALLON, P. **La nueva era de las desigualdades**. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 1997.

FRANCES, J. et al. Introduction. In: THOMPSON, G. et al. (Ed.). **Markets, hierarquies & networks: the coordination of social life**. London, SAGE Publications, 1991. p. 1-19.

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: novas formas de exclusão introduzidas pelas reformas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 16, n. 3(48), p. 114-144, set./dez. 2005.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular. 2018.

FRERES, H. A. **A educação e a ideologia da empregabilidade: formando para o (des)emprego**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

FRIGOTTO, G. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017.

FRITSCH, W. Apresentação. In: SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre a natureza e suas causas**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 1996. p. 5-19.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Boitempo: São Paulo, 2011.

HOBBSAWM. E. **Era dos extremos: breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. O príncipe eletrônico. **Perspectivas**, São Paulo, v. 22, p. 11-29, 1999.

IANNI, O. **A sociedade global**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

IASI, M. L. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 417-438, set./dez. 2019.

ILZUKA, E. S; VARELA, C. A; LARROUDÉ, E. R. A. Social Business dilemmas in Brazil: Rede Asta case. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 55, n. 4, p. 385-396, jul./ago. 2015.

KNOKE, D.; KUKLINSKI, J. H. Network analysis: basic concepts. In: THOMPSON, G. et al. (Ed.). **Markets, hierarquies & networks: the coordination of social life**. London, SAGE Publications, 1991. p. 173-182.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KUENZER, A. Z. Desafios teórico-metodológicos da relação Trabalho-Educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 55-75.

- LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- LIMA, G. C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 99-119, jul./dez. 2003.
- MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São Paulo: Sundermann, 2017.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Centauro, 2004.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAZZUCATO, M. **O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2013.
- MELO, A. A. S. Desenvolvendo competências e habilidades para o trabalhador do futuro: caminhos do Banco Mundial e da OCDE. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 51, p. 13-27. 2021.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MINTO, L. W. MEC-USAID. In: SAVIANI, D. et al. (Org.). **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas: HISTEDBR; Unicamp, 2006. Disponível em: <https://tinyurl.com/2snyukh3>. Acesso em: 7 set. 2022.
- MOTA, V. C.; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr./jun. 2017.
- MONTAÑO, C. **O canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”**. São Paulo: Cortez, 2014.
- MORALES, C. A. Nem privado nem estatal: em busca de uma nova estratégia para a provisão de serviços públicos. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 49, n. 4, p. 115-147, out./dez. 1998.
- NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- OLIVEIRA, F. Do dualismo ao ornitorrinco: entrevista com Francisco de Oliveira. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, 66, p. 601-622, set./dez. 2012.
- PEREZ, Carlota. Prefácio. In: MAZZUCATO, M. **O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2013. p. 11-16.
- PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R. Redes dentro de redes e as novas alianças entre Estado e mercado. **Educere Et Educare**, Cascavel, v. 15, n. 37, p. 1-15, out./dez. 2020.
- PERONI, V. M. V.; OLIVEIRA, R. T. C.; FERNANDES, M. D. E. Estado e Terceiro Setor: as novas regulamentações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira.

**Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, R. M.; VALIM, P. L. Neoliberalismo e Neoconservadorismo nas políticas educacionais para a formação da juventude brasileira. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 15, n. 36, p. 1-23, ago. 2021.

PERONI, V. M. V. **Implicações da relação público-privada para a democratização da educação**. 2015. Tese (Promoção a Professora Titular do Magistério Superior) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PIOVEZAN, D. W. **Discriminação de preços por gênero – a taxa rosa: um estudo de caso para a cidade de Florianópolis**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

POWELL, W. W. Neither market nor hierarchy: network forms of organization. In: THOMPSON, G. et al. (Ed.). **Markets, hierarquies & networks: the coordination of social life**. London, SAGE Publications, 1991. p. 265-274.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. Novo neoliberalismo: arquitetura estatal do capitalismo do século XXI. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 35-36, jan./abr. 2021.

RHODES, R. A. W. Policy networks and sub-central government. In: THOMPSON, G. et al. (Ed.). **Markets, hierarquies & networks: the coordination of social life**. London, SAGE Publications, 1991. p. 203-214.

RIKOWSKI, G. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez. 2017.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Santa Vitória do Palmar, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.

SANTOS, T. F. A. M. Educação e desenvolvimento: que relação é essa? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 219–238, jan./abr. 2014.

SANTOS, T. F. A. M. **Educação e desenvolvimento (in) sustentável da Amazônia brasileira**. Curitiba: Appris, 2022.

SANTOS, T. F. A. M.; VALE, Cassio. O controle social como uma possibilidade para a democratização da gestão da escola pública. In: SANTOS, T. F. A. M. (Org.). **Diálogos sobre a educação básica**. Curitiba. CRV, 2018. p. 159-168.

SANTOS, E. M. N.; LELIS, L. S. C.; VALE, Cassio. O direito à educação na perspectiva da justiça distributiva: uma análise sobre a Reforma do Ensino Médio. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 45, n. 1, e67, 1–25. 2020.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SAUL, R. P. As raízes renegadas da teoria do capital humano. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 12, p. 230-273, jul./dez. 2004.

SOUZA, S. A. **Educação, trabalho voluntário e responsabilidade social da empresa: “Amigos da escola” e outras formas de participação**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, C. A. **Educação básica em disputa: o jogo dos empresários no mercado mundial do conhecimento no século XXI**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal

Fluminense, Niterói, 2019.

SOUZA, I. **A Pedagogia Gerencialista do Capital: Neoliberalismo, Empresariamento e Mercadorização da Educação Pública Estatal** Fundação Lemann, Instituto Unibanco e Estado do Piauí - 2003/2017. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

SHIROMA, E. O. Redes, experts e a internacionalização de políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 5, e2014425, p. 1-22, 2020.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre a natureza e suas causas**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 1996.

THOMPSON, G. et al. (Ed.). **Markets, hierarquies & networks: the coordination of social life**. London: SAGE Publications, 1991.

VALE, Cassio. **Subsunção do público ao privado na educação paraense**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

VALE, Cassio; FERREIRA, P. W. S.; GOMES, A. O. Os professores e profissionais de Educação Física no mercado de trabalho de Belém pelo viés dos editais de concursos públicos. **Revista Cocar**, Belém, v. 15, n. 33, p. 1-20, 2021.

VALE, Cassio; PEREIRA, M. S. V.; LIMA, F. W. C. Do Pisa ao SisPAE: o estímulo ao estreitamento curricular. **Revista de Políticas Públicas: RPPUFMA**, São Luís, v.23, p. 534-548, 2019.

VALE, Cassio; SANTOS, T. F. A. M.; ALVES, A. S. A servidão da educação pública aos interesses mercantis: análise em três municípios do Pará. **Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 8, n. 43, p. 221-235, 2021.

### Referências webgráficas

ALVARENGA, D. Brasil deve cair para 13ª posição entre maiores economias do mundo este ano, aponta FMI. **G1**, [on-line], 6 abr. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/yv5j6d6w>. Acesso em: 13 dez. 2021.

ARTEMISIA. Quem somos. **Artemisia**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://tinyurl.com/36wbe74m>. Acesso em 18 set. 2021.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Pacto pela Educação do Pará é lançado com o apoio do BID. **BID**, [on-line], 26 mar. 2013. Comunicados de Imprensa. Disponível em: <https://tinyurl.com/y2mvpc54>. Acesso em: 17 ago. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Congresso derruba veto à distribuição gratuita de absorventes. **Agência Câmara de Notícias**, [on-line], 10 mar. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdz323zc>. Acesso em: 18 mar. 2022.

BRASIL. Senado Federal. Bolsonaro veta distribuição de absorventes a estudantes e pessoas pobres. **Agência Senado**, [on-line], 7 out. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/yzsb8jps>. Acesso em: 10 out. 2021.

CHAUÍ, M. A tragédia neoliberal e a meritocracia: o retrato de uma catástrofe. **Jornalistas Livres**, [on-line], 30 jan. 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/3pftmf25>. Acesso em: 5 maio 2022.

CLINTON GLOBAL INITIATIVE. About the Clinton Foundation. **Clinton Global**

**Foundation**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://tinyurl.com/mr3ff6d2>. Acesso em: 29 set. 2021.

COLÉGIO INTERNACIONAL RADIAL. Sobre nós: tradição na educação, renovação constante. **Colégio Internacional Radial**, [on-line], 4 jul. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/4cz59pz4>. Acesso em: 5 jul. 2021.

CRUZ, L. P. Regiões com piores indicadores têm maior concentração de crianças e jovens. **Agência Brasil**, [on-line], 21 mar. 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/283kdufc>. Acesso em: 10 mar. 2022.

DOIS E MEIO. **Setor 2,5**: o filme. [S. l.]: Dois e Meio; Talk Filmes, [20--].

DOLAN, K. A. Os 25 maiores bilionários do mundo em 2021. **Forbes**, [on-line], 6 abr. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/m3bchbcx>. Acesso em: 3 out. 2021.

FUNDO VALE. Portifólio de investimentos. **Fundo Vale**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://tinyurl.com/5w4tb9eu>. Acesso em: 24 out. 2022.

G1. Ministro da educação defende que Universidade seja ‘para poucos’. **G1**, [on-line], 10 out. 2020a. Disponível em: <https://tinyurl.com/2yc25739>. Acesso em: 27 jan. 2022.

G1. Ministro do meio ambiente defende passar ‘a boiada’ e ‘mudar regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19’. **G1**, [on-line], 22 maio 2020b. Disponível em: <https://tinyurl.com/rvtjvzwj>. Acesso em: 27 jan. 2022.

GRAZZIOLI, A. Nem “Segundo”, nem “Terceiro” Setores, vamos falar de “Setor Dois e Meio”. **Núcleo de Estudos e Pesquisas Avançadas no Terceiro Setor**, [on-line], 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/2hfn7r79>. Acesso em: 25 ago. 2021.

GRUPO GLOBO. Quem somos. **Grupo Globo**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://tinyurl.com/mpst2bk4>. Acesso em: 19 set. 2021.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Nossa história. **Instituto Ayrton Senna**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://tinyurl.com/yt64k9mw>. Acesso em: 1 jul. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. O que é a Amazônia legal? **Desafios do desenvolvimento**, [on-line], 8 jun. 2008. Disponível em: <https://tinyurl.com/2p8cd4hd>. Acesso em: 6 set. 2022.

ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO. **Educação profissional e tecnológica emancipatória: juventudes e trabalho**. São Paulo: Fundação Itaú para a Educação e Cultura, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/4jxk4f6e>. Acesso em: 24 ago. 2022.

LEBLANC, P. Saiba o que é o G7 e qual a importância dessa cúpula de líderes mundiais. **CNN Brasil**, [on-line], 6 jun. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/4fjmsvum>. Acesso em 8 jan. 2022.

MACHIONE, E. C.; BONFANTE, L. L. Empreender socialmente com o chamado Setor Dois e Meio. **Jornal de Barretos**, [on-line], 10 abr. 2016. Artigos. Disponível em: <https://tinyurl.com/2p8kmfbn>. Acesso em: 10 maio 2022.

MAIS UNIDOS. Quem somos. **Mais Unidos**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://tinyurl.com/4ue32dds>. Acesso em: 22 out. 2022.

MALAR, J. P. Entenda o que é o G20 e como funciona sua organização. **CNN Brasil**, [on-line], 29 out. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/mtrrx4z>. Acesso em: 08 jan. 2022.

MOORE, M. Capitalismo: uma história de amor [documentário], 2009, 1 vídeo (127 min). **YouTube**, [on-line], [2009]. Publicado pelo canal Edgar Silva. Disponível em:

<youtu.be/zEwXqsQvr2M?t=77>. Acesso em: 4 mar. 2022.

NATURA. **Relatório Integrado Natura &Co:** América Latina 2021. São Paulo: 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/3rupe8h3>. Acesso em: 22 out. 2022.

NEUMAN, C. Pobreza menstrual: Conheça o problema que leva brasileiras a deixarem de estudar. **CNN Brasil**, [on-line], 19 jun. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/yn6hdzas>. Acesso em: 21 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Educação 2030:** Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Genebra: UNESCO, 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/uudp9dbx>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Sobre nosso trabalho para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil. **ONU Brasil**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://tinyurl.com/m5ta8s54>. Acesso em: 21 jul. 2022.

PIPE SOCIAL. **O que são negócios de impacto:** características que definem empreendimentos como negócios de impacto. São Paulo: Pipe Social; ICE, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/w9vsfexy>. Acesso em: 20 set. 2022.

PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA. **Relatório Anual de Atividades.** São Paulo: PPA, 2018a. Disponível em: <https://tinyurl.com/2wez22pj>. Acesso em: 2 jan. 2022.

PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA. **Investimento de impacto na Amazônia:** caminhos para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: PPA, 2018b. Disponível em: <https://tinyurl.com/34t2uyxp>. Acesso em: 7 out. 2022.

PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA. **Relatório Anual de Atividades.** São Paulo: PPA, 2019a. Disponível em: <https://tinyurl.com/b6j6dmva>. Acesso em 2 jan. 2022.

PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA. **Investindo no desenvolvimento:** modelos e instrumentos para aporte de recursos privados em comunidades e territórios. São Paulo: PPA, 2019b. Disponível em: <https://tinyurl.com/2mwcwhuf>. Acesso em: 02 out. 2022.

PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA. **Relatório Anual de Atividades.** São Paulo: PPA, 2020a. Disponível em: <https://tinyurl.com/epb2dyk6>. Acesso em: 2 jan. 2022.

PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA. **Programa de Aceleração da PPA – Relatório de impacto.** São Paulo: PPA, 2020b. Disponível em: <https://tinyurl.com/3a7uk6vb>. Acesso em: 2 jan. 2022.

PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA. **Relatório de Análise de Redes Sociais PPA.** São Paulo: PPA, 2020c. Disponível em: <https://tinyurl.com/mumtvf6s>. Acesso em: 22 jun. 2022.

PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA. **Compras corporativas no Pará:** contribuições do setor privado ao fomento de cadeias de valor local. São Paulo: PPA, 2020d. Disponível em: <https://tinyurl.com/mt5sz6k7>. Acesso em: 26 set. 2022.

PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA. **Usos socioambientais de reservas privadas:** diagnóstico e perspectivas para a sustentabilidade de usos da terra. São Paulo: PPA, 2020e. Disponível em: <https://tinyurl.com/537kxyx6>. Acesso em 27 set. 2022.

PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA. **Relatório Anual de Atividades.** São Paulo: PPA, 2021a. Disponível em: <https://tinyurl.com/4uvvceak>. Acesso em: 19 set. 2022.

PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA. **Tese de Aceleração da PPA**. São Paulo: PPA, 2021b. Disponível em: <https://tinyurl.com/4vx3cpx>. Acesso em: 20 set. 2022.

PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA. **Campanha Mosaico Sociobiodiverso**: (Re)conheça o papel central do setor privado na conservação da sociobiodiversidade amazônica. São Paulo: PPA, 2021c. Disponível em: <https://tinyurl.com/3m4an9f7>. Acesso em: 2 jan. 2022.

PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA. Sobre nós. **Plataforma Parceiros pela Amazônia**, [on-line], [202-]. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdd2s9hu>. Acesso em: 3 mar. 2021.

QUINTESSA. **Guia 2.5**: mapeamento de iniciativas que desenvolvem e investem em negócios de impactos no Brasil. São Paulo: Quintessa, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/mvsrd8jh>. Acesso em: 1 nov. 2022.

STEUER, R. “Setor Dois e Meio” o ideal para sua instituição. **Filantropia**, [on-line], 1 nov. 2008. Disponível em: [tinyurl.com/y4wh95ek](https://tinyurl.com/y4wh95ek). Acesso em: 8 jul. 2021.

YUNUS SOCIAL BUSINESS. Muhammad Yunus. **Yunus Social Business**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://tinyurl.com/497m665v>. Acesso em: 7 maio 2022.

**APÊNDICE A - OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE ENTREVISTA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE DOUTORADO ACADÊMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA

Ofício. S.N

Belém (PA), 29. 11.2021

**Do:** Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva**Para:** Sr. xxxxxxxx**Assunto:** Apresentação de discente de doutorado para realização de entrevista

Prezado Senhor,

Vimos por meio deste solicitar a Vossa Senhoria que sejam fornecidos materiais documentais e dados em entrevistas sobre a organização e funcionamento da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA), na condição de Secretário Executivo, para o aluno **Cassio Vale da Costa**, doutorando na área da Educação da Universidade Federal do Pará, que está desenvolvendo sua pesquisa sobre educação e negócios sociais.

Com os meus mais sinceros agradecimentos, espero contar com vossa colaboração e me coloco à disposição para dirimir eventuais dúvidas.

Cordialmente,

Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva  
Professor da UFPA

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE DOUTORADO ACADÊMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF, \_\_\_\_\_

com a função \_\_\_\_\_ na Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA) declaro ter recebido do doutorando Cassio Vale da Costa todas as informações necessárias a respeito de todos os objetivos e procedimentos metodológicos envolvidos na pesquisa com o título provisório de “A educação como negócio social na região Norte do Brasil”. Declaro ainda que fui informado da possibilidade de negar-me as informações solicitadas nesta entrevista, sem que haja penalidade de qualquer natureza.

Declaro:

- Autorizar que minha identidade seja revelada
- Não autorizar que minha identidade seja revelada.

Por fim, autorizo que as informações por mim prestadas sejam utilizadas nesta investigação e eventualmente publicadas nos meios científicos.

Belém, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, 2022.

## APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA AO SECRETÁRIO DA REDE PPA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE DOUTORADO ACADÊMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA  
ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Em quais circunstâncias houve sua integração à PPA e como ocorre o desenvolvimento de suas atividades enquanto Secretário Executivo?
- 2) Por que as ações da PPA ancoram-se na ideia de rede?
- 3) Qual o significado da divisão em cinco categorias dos membros da rede PPA?
- 4) Quais os critérios para os membros integrarem a rede PPA?
- 5) A PPA estabelece relações com o poder público? Quais? De que natureza? Como se efetivam? São regulamentadas? De que forma? Por meio de quais instrumentos?
- 6) Quais ações de filantropia ou caridade existem nas ações da PPA?
- 7) Qual a abrangência territorial das ações da PPA?
- 8) Existem critérios para definir o foco de atuação da PPA?
- 9) Qual a razão para o foco na região Norte?
- 10) Qual a importância de realizar negócios de impacto social?
- 11) Como o aspecto social é concebido pela Plataforma?
- 12) Que tipo de educação é possível desenvolver, a partir das ações da PPA?
- 13) Qual a perspectiva de sociedade idealizada pela PPA para a região Norte do Brasil?
- 14) Como o senhor compreende a relação entre educação e desenvolvimento?
- 15) Quais as projeções de ações concretas da Plataforma para o futuro?

## APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS MEMBROS DA REDE PPA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE DOUTORADO ACADÊMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Em quais circunstâncias houve a integração da instituição que você representa a rede PPA ?
- 2) Em quais outras redes a instituição que você representa está inserida?
- 3) De que modo a causa social é concebida pela instituição que você representa?
- 4) Há quanto tempo a Instituição desenvolve ações em prol da causa social?
- 5) Quais são essas ações concretas e quais delas integram os negócios sociais desenvolvidos pela PPA?
- 6) Atualmente, quais são as relações diretas entre realizar negócios de impacto social e a manutenção de uma empresa no mercado?
- 7) Quais retornos são obtidos ao investir em negócios sociais na Amazônia?
- 8) Com que tipo de desenvolvimento vocês almejam contribuir para a Amazônia?
- 9) Como é compreendida a relação entre educação e desenvolvimento?
- 10) como vocês concebem a proposta de educação empreendedora executada pela PPA?
- 11) Como se caracterizam as ações de filantropia como negócio?
- 12) Que tipo de sociedade é idealizada para a Amazônia?
- 13) Quais as projeções de ações de cunho social concretas da instituição que você representa, para o futuro?